



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**TURISMO ARQUEOLÓGICO EM SERGIPE: DO ESPAÇO DE CONTEMPLAÇÃO
À CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ARQUEOLÓGICOS PARA PRÁTICAS
TURÍSTICAS**

Laura Almeida de Calasans Alves

Laranjeiras/SE, 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**TURISMO ARQUEOLÓGICO EM SERGIPE: DO ESPAÇO DE CONTEMPLAÇÃO
À CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ARQUEOLÓGICOS PARA PRÁTICAS
TURÍSTICAS**

Laura Almeida de Calasans Alves

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do professor Dr. Jenilton Ferreira Santos, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em arqueologia.

Orientador: Dr. Jenilton Ferreira Santos
(PROARQ/UFS)

Laranjeiras/SE, 2019.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A474t Alves, Laura Almeida de Calasans
Turismo arqueológico em Sergipe: do espaço de contemplação
à construção de cenários arqueológicos para práticas turísticas /
Laura Almeida de Calasans Alves; orientador Jenilton Ferreira
Santos. – Laranjeiras, 2019.
382 f.; il.

Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2019.

1. Arqueologia - Sergipe. 2. Turismo. 3. Sítios históricos.
4. Patrimônio - Conservação. I. Santos, Jenilton Ferreira. II. Título.

CDU 902:338.48(813.7)

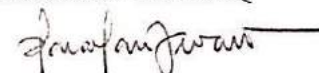


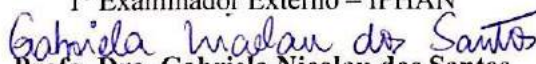
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
ARQUEOLOGIA – PROARQ/UFS


ATA DE DEFESA DE TESE

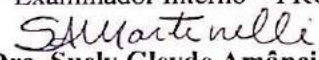
As 14:30 horas do dia 06 (seis) do mês de fevereiro de 2019, reuniram-se no auditório do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, os membros da Comissão Examinadora, formada pelos Professores Doutores **Jenilton Ferreira Santos** (Presidente - PROARQ), **Flavia Klausing Gervasio** (1º Examinador Externo a instituição - IPHAN) **Gabriela Nicolau dos Santos** (2º Examinador Externo ao Programa - IFS) **Albérico Nogueira de Queiroz** (3º Examinador Interno - PROARQ) e **Suely Gleyde Amâncio Martnelli** (4º Examinador Interno – PROARQ), para a realização do Exame de Defesa de Tese de Doutorado intitulado “**Turismo Arqueológico em Sergipe: do espaço de Contemplação à Construção de Cenários Arqueológicos para Práticas Turísticas**”, da doutoranda **Laura Almeida de Calasans Alves**. Após a apresentação da candidata e a arguição dos membros da Comissão, a candidata foi considerada aprovada com conceito A. Não havendo mais nada a tratar, eu, **Jenilton Ferreira Santos**, presidente da banca, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Campus de Laranjeiras, 06 de fevereiro de 2019.

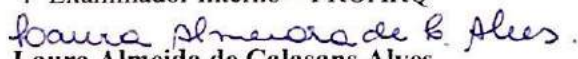

Prof. Dr. Jenilton Ferreira Santos
Presidente - PROARQ


Profa. Dra. Flavia Klausing Gervasio
1º Examinador Externo – IPHAN


Profa. Dra. Gabriela Nicolau dos Santos
2º Examinador Externo – IFS


Prof. Dr. Albérico Nogueira de Queiroz
3º Examinador Interno – PROARQ


Profa. Dra. Suely Gleyde Amâncio Martinelli
4º Examinador Interno – PROARQ


Laura Almeida de Calasans Alves
Candidata

DEDICÁTÓRIA

A todas as mulheres que exercem a dupla jornada de trabalho.

A todos que acreditam na pesquisa e no ensino público.

AGRADECIMENTOS

“Quando tiver que escolher entre estar certo e ser gentil, escolha ser gentil”. Agradecer é o que podemos fazer em uma trajetória onde muitos estenderam a mão e foram gentis nessa jornada. Em se tratando de um trabalho coletivo gostaria de reservar este espaço para agradecer a todos e todas que colaboraram com essa pesquisa.

Inicio meus agradecimentos ao meu orientador, o professor Dr. Ton Ferreira por me conduzir com tamanha maestria e sabedoria em abraçar a possibilidade em ampliar o diálogo que a arqueologia pode estabelecer em outras áreas do saber. Pelas aulas de restauro e ensinamentos compartilhados. Toda minha admiração e respeito em confiar em mim e nas possibilidades que esta tese poder contribuir assim como os ensinamentos no intuito de construir uma reflexão mais crítica. Muito obrigada.

À Deus, aos guias espirituais por permitir reunir forças e superar todos os desafios e percalços da vida.

Ao meu marido, Wlademyr, meu parceiro, por compreender todos meus momentos de ausência e contribuir na superação de mais um desafio, só você sabe de toda a trajetória, obrigada por estar ao meu lado. Obrigada por ser um companheiro de longas jornadas e também acreditar que a educação é sempre o caminho certo a percorrer. Ao meu filho, Guilherme, por compreender que, além de mãe, também escolhi ser pesquisadora e professora e que esse é o melhor legado que posso deixar para ele, e por ele ser essa pessoa maravilhosa, que compreendeu toda vez que tiver que dizer: “Gui, agora não posso”, e em tantas outras frases que tive que dizer para que ele compreenda que esse é o caminho, é a solução. Te amo.

À amiga e parceria de estudos Beijanizy Abadia, por me apresentar a arqueologia com tanta admiração que me fez migrar a esses campos do conhecimento. Obrigada pelos ensinamentos, pelas parcerias e pelos campos de pesquisa. Estamos juntas e misturadas.

À Rosana Eduarda, minha colega de departamento, que me deu o apoio necessário para abraçar o turismo arqueológico como proposta viável em nosso estado, e por dar eno contribuição na defesa de qualificação. Obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia pelas inúmeras contribuições na construção desta tese, encontros e trocas de conhecimento. Em especial aos professores com os quais cursei as disciplinas Suely Amâncio, Suely Luna e Ton Ferreira, meu muito obrigada.

Aos colegas da pós-graduação que me receberam com maior carinho, eu era a única com outra formação, mas não hesitaram em compartilhar conteúdos, ensinamentos, café e muitas risadas. Em especial a Bruno Vitor (parcerias da arqueologia para vida).

Às muitas parcerias adquiridas ao longo deste estudo em Canindé de São Francisco: Railda Nascimento, por ser uma grande parceira, por me apresentar a região e o MAX de uma forma que arrisco dizer que não há ninguém que conheça melhor a localidade como você. Aos contatos que possibilitaram os avanços da pesquisa: a pesquisadora e arqueóloga Suely Amâncio, por todas as contribuições e atenção quando solicitada com disponibilidade e carinho. Obrigada. Ao Sr. Augusto, Carlos Moisés, representando a secretária de turismo no fornecimento de dados e contatos, a toda equipe do MAX, que contribuíram para o alcance dos encontros e oficinas realizadas. E a toda comunidade de Canindé de São Francisco, a quem tenho profundo carinho e desejo que sejam autores da própria história.

As parcerias realizadas em São Cristóvão: Beijanizy e Flávia, técnicas do Iphan/Se por disponibilizarem o espaço sempre que preciso, assim como pelos encontros no grupo de pesquisas que trouxeram uma nova abordagem acerca das ações patrimoniais desenvolvidas pelo Iphan/SE; Ao Diretor de Turismo Allan Alberto por gentilmente nos atender para entrevista e solicitação de dados, a Mônica Liberato pela disponibilizados de dados do plano de desenvolvimento turístico, e ao colega Pedro Leite. E a toda comunidade de São Cristóvão, também autores desta pesquisa e minha fonte maior de inspiração.

Aos meus pais, Graça e Camilo, aos meus sogros Izaura e Milton e amigos que compreenderam meus momentos de estresses e ausências. Em especial minhas amigas que tanto escutaram minhas angustias e minhas ansiedades durante a elaboração deste trabalho, Cecy, a Lele, Lianna e Leila, muito obrigada em me ouvir. Aos amigos que participaram desse processo e estão sempre presentes: Nine, João, Giselle, Geo, pelas risadas e encontros que suavizaram este momento.

Aos meus colegas do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe pela compreensão, apoio e incentivos ao longo dessa jornada, em especial ao Prof. J Almeida, e Rosana Eduardo.

A todos os meus alunos do Curso de Turismo/UFS, pela compreensão e ausência necessária, em especial aos alunos do projeto de ensino Café com Hospitalidade, Kátia, Mecinho, Ricardo e Rosangela, que abraçaram o tema em muitas discussões e possibilitaram uma melhor compreensão da percepção acerca do diálogo arqueologia e turismo, e que com certeza será fruto de muitos estudos ainda.

À Universidade Federal de Sergipe pela possibilidade em qualificar o docente através de programas de pós-graduação e pelo ensino público de qualidade. Que a ciência e a pesquisa sempre estejam a serviço de todos e educação acima de tudo.

À banca examinadora, em nome do Professor Dr. Ton Ferreira, pelas arguições e contribuições na qualificação e defesa. Muito obrigada.

A semente foi lançada.

*“Se meus joelhos
Não doessem mais
Diante de um bom motivo
Que me traga fé
Se por alguns
Segundos eu observar
A isca e o anzol
Ainda assim estarei
Pronto pra comemorar
Se eu me tornar
Menos faminto
E curioso
Se eu ousar catar
Na superfície
De qualquer manhã
As palavras
De um livro
Sem final, sem final
Valeu a pena
Sou pescador de ilusões”
O Rappa.*

Toda diversidade é ao mesmo tempo um fato social e um fato ambiental; impossível separá-los sem que não nos despenhemos no abismo assim aberto, ao destruirmos nossas próprias condições de existência.

Gabriel Tarde

RESUMO

A tese parte da problemática da não consolidação do turismo arqueológico em Sergipe, sob a justificativa da ausência da monumentalidade dos vestígios arqueológicos. A hipótese, inicialmente elaborada, sustenta a premissa de que a falta de construção de cenários arqueológicos turísticos, pautado nas especificidades locais, seja a causa desta não consolidação. O objetivo geral do estudo foi analisar a viabilidade da construção de cenários arqueológicos para práticas turísticas em Canindé de São Francisco e São Cristóvão, sob o viés do turismo de experiência, que possam contribuir para desenvolvimento local, considerando o processo de planejamento interpretativo, participativo e sustentável ao patrimônio arqueológico de Sergipe. O encaminhamento da pesquisa demonstrou que a falta de monumentalidade não é empecilho para prática arqueoturística local, assim como comprovou que Sergipe, embora ainda não consolidado para o turismo nacional, abriga um dos mais importantes centros de pesquisas arqueológicas do país, que atua sobre um patrimônio rico em vestígios materiais, sítios pré-coloniais e históricos que testemunham a vasta ocupação de sociedades pretéritas no atual território que chamamos Sergipe. O estudo propôs a metodologia de construção de cenários equânime as suas dimensões e variáveis, um estudo de natureza qualitativa, caracterizado bibliográfico, exploratório e descritivo, utilizando a análise de conteúdo de Bardin, dentro da proposta do saber fazer socioambiental, apresentando um modelo de gestão participativa através da interpretação patrimonial. A escolha da metodologia possibilitou que a arqueologia e Turismo, partindo do diálogo mútuo, podem construir cenários dinâmicos, pelo envolvimento direto entre bens e serviços, interagindo concomitantemente com a identidade e cultura local, diversificando as novas práticas do turismo, que embora pouco discutido na literatura acadêmica, possibilita abrir uma discussão interdisciplinar acerca da interpretação do patrimônio e democratização do saber sob viés de modelos sustentáveis. Os resultados obtidos corroboram com a hipótese e confirmam que os destinos estudados possuem viabilidade para prática do turismo arqueológico, e detém monumentalidade proporcional para exercício da mesma. Como resultado desse estudo sugere-se para concretização do turismo arqueológico em Sergipe, a implantação de um plano arqueológico interpretativo e roteiros subdivididos em trilhas temáticas, produtos desta tese, respaldados na conservação, fortalecimento da identidade local, preservação do patrimônio e promoção do destino turístico e geração de renda, ancorado no novo fazer de turismo integrado à arqueologia a serviço da comunidade.

Palavras-chave: Arqueologia. Turismo. Patrimônio Arqueológico. Cenários. Roteiros.

ABSTRACT

The thesis starts from the problem of the non-consolidation of the archeological tourism in Sergipe, under the justification of the absence of monumentality of the archaeological remains. The hypothesis, initially elaborated, supports the assumption that the lack of construction of touristic archeological scenarios, based on local specificities, is the cause of this non-consolidation. The general aim of the study is to analyze the practicability in the development of archaeological scenarios for touristic practices in Canindé de São Francisco and São Cristóvão, under the bias of tourism of experience, that can contribute to local development, considering the process of interpretive, participative and sustainable planning of the archaeological patrimony in Sergipe. The survey showed that the lack of monumentality is not an obstacle to local archaeotourism, as it proved that Sergipe, although not yet consolidated as a national tourism destination, is home to one of the most important archaeological research centers in the country, rich in material vestiges, pre-colonial and historical sites that witness the vast occupation of past societies in the present territory that we call Sergipe. The study proposed the methodology of construction of scenarios equally to its dimensions and variables, a qualitative study, bibliographical, exploratory and descriptive characterized, using the content analysis of Bardin, within the proposal of socio-environmental knowhow, presenting a participative management model through the patrimonial interpretation. The choice of this methodology allowed archeology and tourism, starting from mutual dialogue, to construct dynamic scenarios, through the direct involvement of goods and services, interacting concomitantly with local identity and culture, diversifying the new practices of tourism, although little discussed in academic literature, makes it possible to open an interdisciplinary issue about the interpretation of heritage, democratization of knowledge under the bias of sustainable models. The obtained results validate the hypothesis and confirm that the studied destinations have feasibility to practice archaeological tourism, and own proportional monumentality for this practice. As a result of this study it is suggested to concretize the archaeological tourism in Sergipe, the implantation of an interpretative archaeological plan and itineraries subdivided in thematic tracks, products of this thesis, supported in the conservation, strengthening of the local identity, preservation of the patrimony and promotion of the touristic destination and income generation, anchored in the new way of planning tourism integrated to archeology at the service of the community.

Keywords: Archeology. Tourism. Archaeological Heritage. Scenarios. Routes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação e a hierarquização dos atrativos em São Cristóvão.....	273
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema dos macros processos da gestão do patrimônio arqueológico.....	36
Figura 2 - Museu de Sítio Arqueológico Praça do Sambaqui da Beirada/RJ.....	72
Figura 3 - Sinalização Interpretativa da definição de Sambaqui/RJ.....	72
Figura 4 – Conjunto de Parques Arqueológicos na Castilla-La Mancha/Espanha.....	73
Figura 5 – Evolução dos Conceitos Patrimoniais no Brasil.....	93
Figura 6 – Esquema de Transformação do Sítio Arqueológico em Produtos Culturais.....	103
Figura 7 – Critérios para Turismo Arqueológico Sustentável e sua operacionalização.....	108
Figura 8 – Exemplos de Experiências em Escavações em Sítios Arqueológicos em Sítio/Escola. À esquerda: Sítio Lapa do Santo, Minas Gerais. Ao meio: Cidade de Pedra, Mato Grosso. À direita: Sambaqui Cubatão, Santa Catarina. Abaixo: Projeto Jê Landscapes, Santa Catarina.....	134
Figura 9 - Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba/RJ.....	137
Figura 10 - Sítio enjaulado do Abrigo Dama Branca, Brandberg, Namíbia. Cortesia do Instituto de Pesquisa Arte Rupestre, Universidade de Witwatersrand.....	138
Figura 11 - O guia San partilha o seu orgulho no seu conhecimento indígena e antiga herança. No local, gravura rocha recém-desenvolvida da Gnu Kuil, Northern Cape, África do Sul. Cortesia de Northern Cape Rock Art Confiança.....	138
Figura 12 – Centro Internacional de Arte Parietal Montignac-Lascaux.....	145
Figura 13 – Museu e Pinturas de Arte Rupestre de Caverna de Lascaux na França.....	145
Figura 14 – Pinturas de Arte Rupestre de Caverna de Lascaux na França.....	146
Figura 15 – A Cidade de Paris e sua morfologia e interatividade com seus monumentos....	148
Figura 16 – Praça du Parvis – Fluxo de Veículos.....	156
Figura 17 – Mapa de localização da Alsácia, leste da França.....	159
Figura 18 – Le château du Haut-Koenigsbourg.....	161
Figura 19 – Localização do Parque Nacional Serra da Capivara.....	174
Figura 20 – Vista do Parque Nacional Serra da Capivara.....	174

Figura 21 – Estrutura do PNSC.....	176
Figura 22 – Pinturas de arte rupestre em sítios de visitação turística Boqueirão da Pedra Furada.....	178
Figura 23 – Infraestrutura Turística na Pedra Furada.....	179
Figura 24 – Passarelas do PNSC e Passarelas com Acessibilidade.....	180
Figura 25 – Trilhas no PNSC.....	181
Figura 26 – Polos turísticos de Sergipe.....	183
Figura 27 – Principais motivações para visitar Sergipe por polo.....	193
Figura 28 – Mapa polo turístico Velho Chico.....	200
Figura 29 – Potencialidades e atrativos turísticos do Polo Velho Chico.....	202
Figura 30 – Canindé de Baixo – Canindé de São Francisco Velha.....	205
Figura 31 – Sítio Justino.....	214
Figura 32 – Roteiros turísticos nacionais/internacionais do Polo Velho Chico.....	223
Figura 33 – Vista aérea da Usina Hidroelétrica de Xingó e formação do lago.....	224
Figura 34 – Foto de Canindé de São Francisco antes da construção da usina.....	224
Figura 35 – Canindé de São Francisco após a construção da usina.....	225
Figura 36 - Estimativa de serviços hoteleiros.....	229
Figura 37 - Avaliação de serviços de acordo com caracterização de demanda turística.....	230
Figura 38 – Localização dos sítios arqueológicos da Fazenda Mundo Novo/SE.....	236
Figura 39 – Passarela colocada em frente ao Abrigo Dom Helder.....	239
Figura 40 – Elementos e figuras do Sítio Patrocina.....	241
Figura 41 – Formas e características do Sítio Josefa.....	244
Figura 42 – Elementos e signos do Sítio João.....	245
Figura 43 – Elementos e signos do Sítio Cândido.....	247
Figura 44 – Mapa de localização da Trilha Vale dos Mestres.....	250
Figura 45 – Gravura Painel II do Sítio Vale dos Mestres II.....	256

Figura 46 – Mapa de localização de São Cristóvão.....	271
Figura 47 – Um dos produtos nacionais e internacionais no cenário turístico do Polo dos Coqueirais/SE.....	271
Figura 48 – Caracterização de demanda turística em 2018.....	272
Figura 49 – Descrição dos atrativos culturais e históricos de São Cristóvão.....	275
Figura 50 – Mapa territorial do Brasil de 1500 a 1822.....	278
Figura 51 – A terceira São Cristóvão.....	279
Figura 52 – Plano urbanístico de São Cristóvão.....	284
Figura 53 – A Igreja Matriz e as intervenções urbanas de São Cristóvão.....	285
Figura 54 – Vista aérea de São Cristóvão e Praça São Francisco e monumentos que compõem o Sítio Arqueológico Praça São Francisco.....	288
Figura 55 – Igreja Santa Cruz e estilo barroco.....	289
Figura 56 – Planta baixa do Sobrado.....	295
Figura 57 – Técnica de fabricação de garrafas e material coletado no Sobrado.....	296
Figura 58 – Análise do atrativo turístico Cristo Redentor em São Cristóvão.....	305

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Museu de arqueologia de Friburgo, na Alemanha, o <i>Colombischlössle</i>	104
Foto 2 – Exposição da vida militar em museu na Alemanha, o <i>Colombischlössle</i>	105
Foto 3 – Exposição da vida cotidiana em museu na Alemanha, o <i>Colombischlössle</i>	105
Foto 4 - Visita autoguiada, museu na Alemanha, o <i>Colombischlössle</i>	105
Foto 5 – Maquete, museu na Alemanha, o <i>Colombischlössle</i>	105
Foto 6 - Oficina de educação patrimonial no povoado Curitiba/SE.....	116
Foto 7 - Oficina de educação patrimonial no povoado Curitiba/SE.....	117
Foto 8 - Morfologia da cidade de Paris.....	150
Foto 9 – Paris Moderna.....	152
Foto 10 - Entrada da Cripta Arqueológica.....	154
Foto 11 – Placa de horários, tarifas e informações sobre a Cripta.....	155
Foto 12 – Interior da Cripta Arqueológica.....	155
Foto 13 - Maquete das ruínas escavadas de Lutécia.....	156
Foto 14 – Memorial de Guerra em Millelwihr/Alsácia.....	160
Foto 15 - Haut-Koenigsbourg restaurado.....	161
Foto 16 – Foto do interior do Castelo.....	162
Foto 17 – Colmar / França.....	164
Foto 18 – Esqueletos coletados em Colmar.....	165
Foto 19 – Kaysersberg - arquitetura e construções.....	166
Foto 20 – Objetos coletados e armazenados no interior do Castelo.....	167
Foto 21 – Ruínas do Castelo de Kaysersberg.....	168
Foto 22 – Centro histórico de Kaysersberg.....	169
Foto 23 – Símbolos do cangaço em Canindé de São Francisco.....	201
Foto 24 – Enterramento do Sítio Justino/SE Exposto no MAX.....	214
Foto 25 – Portão de entrada da Fazenda Mundo Novo.....	234
Foto 26 – Infraestrutura da Fazenda Mundo Novo.....	234
Foto 27 – Grafismos do Sítio Arqueológico Dom Helder.....	238
Foto 28 – Placa de sinalização de indicação do Sítio pelo proprietário.....	239
Foto 29 – Entrada do Sítio Patrocina – Fazenda Mundo Novo.....	240
Foto 30 – Grafismos do painel Sítio Patrocina.....	241
Foto 31 – Placa padrão do IPHAN - Sítio Josefa – Fazenda Mundo Novo.....	243
Foto 32 – Grafismos do Sítio Josefa – Fazenda Mundo Novo.....	243
Foto 33 – Sítio João.....	245
Foto 34 – Sítio Cândido – Fazenda Mundo Novo.....	246

Foto 35 – Vista parcial da Gruta Sítio Cândido.....	247
Foto 36 – Painei II - Sítio Cândido.....	248
Foto 37 – Painei III - Sítio Cândido.....	248
Foto 38 – Trilha para o Vale dos Mestres.....	250
Foto 39 – Sítio Vale dos Mestres I.....	252
Foto 40 – Pinturas rupestres - Vale dos Mestres I – As Mãos.....	253
Foto 41 – Disposição dos painéis de Sítio Vale dos Mestres II.....	254
Fotos 42 - Painei Sítio Vale dos Mestres II.....	255
Foto 43 - Painei Sítio Vale dos Mestres II.....	255
Foto 44 – Placa de sinalização Vale dos Mestres III – IPHAN/SE.....	257
Foto 45 – Abrigo das gravuras rupestres do Sítio Vale dos Mestres III.....	257
Foto 46– Painei de gravuras Sítio Vale dos Mestres III.....	258
Foto 47 – Museu de Arqueologia de Xingó – Sergipe.....	261
Foto 48 – Acervos e ilustração da exposição do MAX.....	262
Foto 49 - Centro Histórico de São Cristóvão.....	268
Foto 50 – Igreja São Francisco.....	290
Foto 51 – O Cruzeiro – São Cristóvão.....	290
Foto 52 – Casa de Misericórdia (Lar de Imaculada).....	292
Foto 53 – Museu Histórico de Sergipe.....	293
Foto 54 – Escavação no quintal do sobrado na Rua do Sol.....	295
Foto 55 – Casario colonial (Secretaria de Cultura e Turismo, e loja de artesanato).....	298
Foto 56 – Cristo Redentor de São Cristóvão.....	303
Foto 57 – Vista da cidade e do mar através do monumento do Cristo Redentor.....	303
Foto 58 – Igreja e Convento do Carmo.....	306

LISTAS DE MAPAS

01 – Mapa de roteirização turística de Canindé de São Francisco.....	327
02 – Mapa de roteirização turística de São Cristóvão.....	333

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise para roteiro de entrevistas.....	33
Quadro 2 – Abordagens de investigação turística.....	58
Quadro 3 - Formação do produto turístico.....	99
Quadro 4 – O que mais gosta na sua cidade? Qual objeto mais lembra sua cidade? O que é identidade/Noções de Cultura e Patrimônio?.....	116
Quadro 5 – Diferença entre o turismo tradicional e turismo social.....	129
Quadro 6 – Ações e obras em Sergipe – PRODETUR/SE.....	191
Quadro 7 – O que mais lembra a cidade de Canindé de São Francisco? Como era a cidade antigamente?.....	206
Quadro 8 – Classificação dos povos Pré-Coloniais e da Arte Rupestre no Brasil.....	211
Quadro 9 – Sítios Pré-coloniais – Canindé de São Francisco.....	217
Quadro 10 – “Quais atrativos ou espaços mais caracterizava a cidade, mais representam a cidade? ”.....	226
Quadro 11 – Cenários para prática de turismo arqueológico.....	233
Quadro 12 – “Quais atrativos ou espaços mais caracterizava a cidade, mais representam a cidade? ”.....	299
Quadro 13 – Como é viver na Cidade Patrimônio da Humanidade.....	299
Quadro 14 – Análise das etapas do processo de interpretação dos bens arqueológicos nos sítios de registro rupestre – Serra da Capivara, Mundo Novo e Vale dos Mestres.....	310
Quadro 15 – Etapas do processo de interpretação dos bens arqueológicos nos museus – MAX e <i>Archäologische Museum Colombischlössle</i>	313
Quadro 16 – Análise das etapas do processo de interpretação dos bens arqueológicos nos sítios históricos internacionais e Praça São Francisco – São Cristóvão/SE.....	315
Quadro 17– Plano de viabilidade dos atrativos de Canindé de São Francisco e São Cristóvão.	319
Quadro 18 - Montagem de interpretação para sequência de roteirização.....	320
Quadro 19 – Proposta de mitigação de conflitos.....	322

Quadro 20 – Proposta de mitigação de conflitos.....	325
Quadro 21 – Atratividade do roteiro de Canindé de São Francisco.....	326
Quadro 22 – Percorso roteiro de Canindé de São Francisco.....	326
Quadro 23 – Atratividade do roteiro de São Cristóvão.....	331
Quadro 24 – Percorso roteiro de São Cristóvão.....	331

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
2. ARQUEOLOGIA E TURISMO: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR E SUSTENTÁVEL.....	37
2.1. Em busca de diálogos com a Arqueologia	39
2.2. As interfaces com turismo contemporâneo	54
2.3. Turismo Arqueológico Sustentável: conceitos, práticas e princípios.....	66
3. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO: UMA RELAÇÃO ENTRE CULTURA, TURISMO E CONSUMO	79
3.1. Patrimônio Arqueológico Nacional	80
3.2. O patrimônio arqueológico como produto turístico no Brasil.....	97
3.3. Ferramentas de interpretação e conservação patrimônio arqueológico.....	108
4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ARQUEOLÓGICOS PARA O TURISMO	124
4.1. Da contemplação para construção de cenários: bens arqueológicos e novas práticas para o Turismo.....	125
4.2. Cenários construídos – Vivências e Experiências	140
4.2.1. França – A vivência internacional: das cidades medievais à cidade arqueológica histórica de Paris.....	140
4.2.2. Piauí – A experiência nacional: Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI.....	171
5. TURISMO ARQUEOLOGICO EM SERGIPE.....	183
5.1. PRIMEIRO CENÁRIO: CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	200
5.1.1. Contexto Histórico	204
5.1.2. Arqueologia Pré-Colonial e Pública no Sertão Sergipano.	208
5.1.3. Turismo arqueológico em Canindé de São Francisco e suas possibilidades.....	223
5.1.3.1. Fazenda Mundo Novo (Sítios de Registro Rupestre Dom Helder, Patrocina, Josefa, João e Cândido)	233
5.1.3.1.1. Sítio Dom Helder.....	236
5.1.3.1.2. Sítio Patrocina	240
5.1.3.1.3. Sítio Josefa	242
5.1.3.1.4. Sítio João	244
5.1.3.1.5. Sítio Cândido	246
5.1.3.2. Vale dos Mestres	249
5.1.3.2.1. Vale dos Mestres I.....	251
5.1.3.2.2. Vale dos Mestres II.....	253
5.1.3.2.3. Vale dos Mestres III	256
5.1.3.3. Museu de Arqueologia de Xingó – MAX	259
5.2. SEGUNDO CENÁRIO - NAS TRILHAS DO PASSADO: SÃO CRISTÓVÃO ARQUEOLÓGICO.	267

5.2.1. Breve histórico	277
5.2.2. Arqueologia Urbana e Histórica	282
5.2.2.1. Sítio Arqueológico Praça São Francisco	288
5.2.3. Turismo Arqueológico em São Cristóvão	298
6. ANÁLISE E PROPOSTA DE PLANO DE VIABILIZAÇÃO PARA PRÁTICA DO TURISMO ARQUEOLÓGICO EM SERGIPE: UMA PROPOSTA DE PLANO INTERPRETATIVOS SUSTENTÁVEL E APRESENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO.....	309
6.1. Proposta do plano interpretativo.....	319
6.2. Apresentação dos Roteiros Arqueoturísticos para Sergipe	324
6.2.1. Roteiro Turístico: Canindé de São Francisco – Complexo Arqueológico do Velho Chico.....	325
6.2.2. Roteiro Turístico: Nas Trilhas do Passado: São Cristóvão Arqueológica Histórica	331
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	349
APÊNDICES	368
ANEXOS	377

INTRODUÇÃO

A inquietação profissional permeou as pesquisas acadêmicas no campo ambiental e cultural, como docente do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe, o que possibilitou observar a necessidade de repensar a forma como as pesquisas vêm sendo desenvolvidas no campo do turismo e apresentar novas modalidades. A ideia era pensar uma nova forma de fazer turismo, fugindo do tradicional, e pensar em um novo cenário turístico para Sergipe, que até então mantém seu plano de desenvolvimento turístico na promoção de produtos já comercializados, de forma exógena, apresentando assim a necessidade de novas propostas frente a tendências e experiências manuais, no âmbito da competitividade de um turismo que valorize as particularidades locais, promova a cultura e identidade, gerando renda na perspectiva de integrar as comunidades de base local.

Este trabalho constitui-se na problemática de que não há consolidação do turismo arqueológico em Sergipe, mesmo que haja o entendimento que há atividades de outras naturezas e sendo realizadas nos sítios arqueológicos em alguns municípios sergipanos, mas não oferecem estudos e estruturas para o turismo arqueológico.

Essa problemática discorre sobre discussões paralelas e desencontradas acerca de turismo e arqueologia em decorrência da ausência de modelos estruturados para a prática arqueoturística. A justificativa da não inclusão desses atrativos faz referência à pouca monumentalidade (atrativos), concomitante à escassez de pesquisas sobre a temática do arqueoturismo em Sergipe. Contudo, o que se pode observar é que já ocorrem ações e práticas paralelas, mas não integralizadas na cadeia produtiva do turismo. É importante ressaltar que este estudo não pretende inserir os roteiros apresentados, como produto deste estudo, no circuito de comercialização do turismo tradicional, segmentado como de massa, tanto que caracterizamos o turismo arqueológico como modalidade, não segmento.

Destarte a hipótese, inicialmente elaborada, sustenta a premissa de que a falta de construção de cenários arqueológicos turísticos, pautado nas especificidades locais, seja a causa desta não consolidação nos municípios de Canindé de São Francisco e São Cristóvão, objetos de estudo desta tese, assim como ausência de infraestrutura e conhecimento acerca das suas potencialidades seriam a causa de não haver interesse no desenvolvimento da modalidade do turismo arqueológico sergipano.

O cenário encontrado em Canindé de São Francisco e São Cristóvão foi de dois municípios com uma relevante representatividade em pesquisas arqueológicas e potencialidade turística, não (re)conhece seus bens arqueológicos como atrativos para

promover o desenvolvimento da identidade local, de experiências com a cultura local, de geração de renda e preservação patrimonial e ambiental por acreditar que não há monumentalidade suficiente para prática turística, o que levou a confirmar a hipótese apresentada.

Com isso, surgiram várias inquietações acerca dessa problemática apontando para as seguintes questões norteadoras: O turismo e arqueologia dialogam entre si em Sergipe? Qual o diálogo entre a arqueologia e o turismo nos municípios estudados? A comunidade conhece os bens arqueológicos? Se não, qual a razão desse desconhecimento? Qual a representatividade histórica/cultural desses bens arqueológicos para o município? Qual a relação da comunidade com o turismo e com seus bens patrimoniais? O que poderia ser desenvolvido para que haja o diálogo entre essas atividades nos municípios estudados? Há possibilidade de promover o turismo arqueológico como nova modalidade no Estado de Sergipe? Quais os bens patrimoniais arqueológicos possíveis à visitação turística em Sergipe? Como estão estruturados destinos turísticos já consolidados na utilização de recursos arqueológicos dentro da atividade turística? Quais interferências antrópicas ou naturais nos registros que compõem as trilhas? Há uma roteirização estruturada para promoção de trilhas nos locais identificados potenciais? Como os poderes público e privado têm dialogado sobre a potencialidade do turismo arqueológico no Estado?

Os municípios estudados foram Canindé de São Francisco e São Cristóvão, sendo um sítio pré-colonial e o outro sítio histórico, respectivamente.

A justificativa pela escolha desses municípios se deu pelo fato de que há crescente discussão sobre a necessidade do fortalecimento da identidade e cultura local, as novas práticas turísticas no estado, o avanço dos estudos arqueológicos em Sergipe, a importância dos sítios arqueológicos no contexto histórico/cultural dos municípios estudados, os investimentos turísticos nos municípios que envolvem esta tese, assim como as possibilidades na utilização de sítios arqueológicos para fins turísticos. Também foi levado em consideração o fato de que Canindé de São Francisco foi um dos municípios componentes do Projeto Arqueológico Xingó – PAX, na década de 80, que possibilitou a descoberta de grande acervo de ocupação pré-colonial com arqueólogos sergipanos, que resultou no cadastramento de sítios pré-coloniais de registros rupestres, de sepultamento e cerâmica e por ser único município a abrigar o Museu de Arqueologia de Xingó, que conta toda a história do material coletado durante o PAX, ressaltando que este projeto envolveu o estado de Alagoas.

São Cristóvão também foi escolhida para fazer parte da pesquisa pela representatividade histórica de ser a quarta cidade mais antiga do Brasil, sugerindo um acervo

de cultura material e construções históricas e possui base técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na qual se encontra um grande acervo de escavações realizadas na cidade e em outros municípios.

Assim, o objetivo geral foi analisar a viabilidade de construções de cenários arqueológicos para práticas turísticas nos municípios de São Cristóvão e Canindé de São Francisco.

A fim de atingir o objetivo geral dessa pesquisa, especificou-se promover um diálogo entre turismo e arqueologia em uma proposta interdisciplinar e sustentável; discutir o patrimônio arqueológico como produto turístico utilizando a ferramenta de interpretação patrimonial; buscar estudos de referência internacional e nacional que sustentem a viabilidade do desenvolvimento da modalidade turismo arqueológico em Sergipe; diagnosticar os cenários arqueológicos e turísticos nos municípios de Canindé de São Francisco e São Cristóvão, apresentando os bens patrimoniais, turísticos e sua utilização; diagnosticar sítios arqueológicos em possíveis condições para uso turístico nesses municípios; verificar qual a percepção das comunidades envolvidas, visitantes e turistas acerca da arqueologia e turismo através de oficinas de educação ambiental e patrimonial; apresentar um plano de interpretativo para gestão participativa e compartilhada para visitação dos sítios arqueológicos para a prática do turismo e sugerir um roteiro com base em modelos desenvolvidos em destinos turísticos consolidados, com ações de educação patrimonial e ambiental além de práticas turísticas nos sítios arqueológicos junto à comunidade como contribuição desta tese.

Como teste da hipótese de pesquisa que orienta este estudo, realizou-se uma pesquisa embasada em procedimentos metodológicos que buscasse respostas que confirmar a hipótese apresentada. A premissa básica era de que já haviam diálogos transversais entre as duas áreas do saber, mas era necessário estreitar essa ligação para uma real participação e junção entre essas ciências, tanto no campo teórico acadêmico, como prático e técnico. Para tal, foram realizadas oficinas, parceria com grupos de pesquisas e órgão governamentais, pesquisas bibliográficas, participação em eventos, que tornou possível confirmar a hipótese e permitiu os avanços de pesquisa para conclusão deste trabalho.

O mote desta tese foi a sustentabilidade. Pensar modelos sustentáveis, embora seja um grande desafio e parte dos entraves enfrentados pela arqueologia e pelo turismo, faz frente às discussões necessárias emergências da contemporaneidade, reconhecendo que modelos convencionais não apresentam resultados significativos para efetivação de práticas e pesquisa científica.

O turismo arqueológico, embora designado novo pelo Ministério do Turismo, já é uma prática antiga, levando em consideração os roteiros e trilhas da Serra da Capivara, no Piauí. Pode ser caracterizado pelo deslocamento de pessoas a locais onde possam ser realizadas práticas turísticas sustentáveis em sítios pré-coloniais, históricos e subaquáticos passíveis de visitação turística, envolvendo uma experiência autêntica que remeta a experiências e vivências com vestígios materiais dos povos e culturas do passado, podendo ser incluídos nessa modalidade os museus. Contudo, muitos roteiros não apresentam um modelo estruturado para visitação e esse tipo de bem patrimonial.

Visando responder ao objetivo geral, específicos desta tese, dividiu-se o trabalho em seis capítulos, que ratificam a hipótese apresentada:

O primeiro capítulo corresponde aos “Procedimentos Metodológicos”, em atendimento a uma solicitação da banca de qualificação, que sugeriu para uma melhor compreensão da pesquisa apresentar em forma de capítulo a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, inicia-se a construção de uma revisão de literatura e bases teóricas, intitulado “Turismo e Arqueologia: Um Diálogo Interdisciplinar e Sustentável”, concernente a explicar as interfaces do turismo contemporâneo, descrevendo seus conceitos, suas novas perspectivas e práticas do saber fazer o turismo. Busca o diálogo com arqueologia, compreendendo seus conceitos e teorias e advertindo a importância interpretar a materialidade e essa como pode se envolver com realidade local, ressaltando a democratização do saber com ética e responsabilidade social. Apresentar o turismo arqueológico, enquanto modalidade, em uma proposta do fazer coletivo e responsável, na busca pela autenticidade e experiência, em perspectiva de um planejamento participativo e integrado. Através de discussões sobre sustentabilidade que dialogam com esta tese, centralizadas em suas dimensões, este capítulo defende uma modalidade participativa, priorizando conceitos de equidade socioambiental, propondo que as comunidades não sejam somente participantes, mas atuante e inclusa nas discussões de suas localidades.

Já o terceiro capítulo, intitulado “Interpretação do Patrimônio Arqueológico: Uma Relação Entre Turismo e Consumo”, traz como base de discussão, a relação entre turismo, patrimônio arqueológico e consumo. O capítulo buscou descrever como este patrimônio vem sendo preservado e comercializado, trazendo reflexões críticas no processo de (des)construção dos usos deste, analisando as narrativas de justificativas de restauro para fins turísticos, através de uma revisão de literatura sobre restauração de bens arqueológicos. A proposta de discutir a mercantilização do patrimônio, inclusive pelo turismo, busca a sensibilização das práticas turísticas em sítios arqueológicos ressaltando os principais impactos desse mercado.

O capítulo buscou apresentar as ferramentas de interpretação e conservação para planejamento integrado e uso responsável que sensibilize a utilização desse patrimônio pelo turismo contrapondo o modelo de massa, principal motivador para mercantilização do patrimônio.

No quarto capítulo, “Construção de Cenários Arqueológicos Para o Turismo”, versa como sair da contemplação para construção de cenários. Diz respeito às etapas de construção de cenários arqueológicos com fins turísticos. Apresentando os bens arqueológicos e as novas práticas sociais do turismo, contextualizado no novo saber fazer do turismo de experiências. Neste capítulo foram apresentados dois casos de comercialização de turismo arqueológico consolidados, com relatos e análises de campo, sendo um no Brasil e outro no Exterior: o circuito Serra da Capivara no Estado do Piauí, como principal destino dessa modalidade no país, e um estudo na França, referenciam-se em estudos de arqueologia urbana e histórica. Já o cenário nacional permitiu compreender melhor as práticas do turismo arqueológico, suas dificuldades e desafios, em uma abordagem metodológica da arqueologia pública no contexto de sítios pré-coloniais, em analogia a Canindé de São Francisco. O cenário francês possibilitou compreender melhor a perspectiva da construção de cenários em São Cristóvão, salva proporções, enquanto cidade histórica, sendo possível entender a dinâmica do arqueoturismo dentro da abordagem do turismo de experiência e arqueologia urbana e histórica. Em ambos estudos foram respeitados a essência e características de cada local, e foram analisados conforme o cenário de cada objeto de estudo.

No quinto capítulo intitulado: “Turismo Arqueológico em Sergipe”, discorre sobre o objetivo central da tese: apresentar os cenários sergipanos para prática do arqueoturismo. Analisou-se a viabilidade dos municípios de Canindé de São Francisco e São Cristóvão para práticas turísticas, buscando trazer uma breve contextualização da história, abordagens arqueológicas, descrição das escavações e sua importância. Trouxe o diagnóstico local, suas características arqueológicas e turísticas que embasassem o plano de viabilidade do turismo arqueológico, com entrevistas semiestruturadas aos órgãos e agentes representantes do setor. O capítulo também apresenta as condições ambientais, estruturais dos sítios que poderão ser visitados, assim como os instrumentos de gestão: oficinas de educação patrimonial e ambiental, os relatos obtidos durante a pesquisa, onde foi possível analisar a viabilidade de ações sociais, participativas e econômica envolvendo geração de renda e inclusão. E ainda traz um estudo sobre o Museu Arqueológico de Xingó, inserindo o museu na proposta de visitas permanentes, assim como relatos e experiências em oficinas de educação patrimonial e ambiental. O capítulo contemplou as etapas de construções de cenários,

realizando pesquisa, diagnóstico e análise e indicou os sítios arqueológicos que poderão ser visitados considerando a representatividade, apelo estético, proteção e conservação, logística e apoio. Assim como sugestões de adequação para execução de um plano interpretativo para gestão desse patrimônio.

No último capítulo, denominado “Plano de Viabilidade para a Prática do Turismo Arqueológico em Proposta de Gestão Integrada e Sustentada- Proposta de Plano Interpretativo”, buscou apresentar sugestões para futuras pesquisas, no âmbito do que seria a Gestão de Patrimônio Arqueológico – GPA, através de um plano interpretativo de trilhas e roteiros, levando em consideração os principais conceitos de roteirização turística e suas normativas, ressaltando se tratar de uma proposta, não de uma implantação. O capítulo traz a perspectiva da principal ferramenta de viabilidade dessa modalidade, que é o plano interpretativo com sugestões de sinalização e placas em locais onde não havia nenhuma sinalização assim como avaliação de interpretação do patrimônio arqueológico proposto. Para elaboração deste, foi levada em consideração a experiência profissional da pesquisadora e profissional da área do turismo, entrevistas com proprietários e entidades onde os sítios estão localizados e órgãos competentes. Foi sugerido um roteiro, com trilhas interpretativas, que foi diagnosticado viável em sua execução, proposta de gestão compartilhada, participativa e integrada, apresentando um mapa ilustrativo desse roteiro e explanando sua possível execução.

A análise procurou estabelecer um olhar interdisciplinar e sustentável, propondo um diálogo entre Arqueologia e Turismo, discutindo a relação do patrimônio e arqueologia como produto de consumo, assim como apresentando o cenário sergipano e suas características que demonstram que a monumentalidade não está restrita à quantidade, mas à qualidade dos sítios e seus contextos histórico-culturais, sendo proporcional e condizente com o número de visitantes e turistas que esses municípios poderiam receber.

Os resultados apresentados indicam que o primeiro cenário, Canindé de São Francisco, possui um acervo de sítios de arte rupestre, atrativos para o turismo com características singulares passíveis a visitação turística, e que permite contar a história da ocupação pré-colonial e que esclarece em muitos pontos a história da comunidade local, uma antiga vila de pescadores que mantiveram resquícios de seus antepassados e uma ligação forte com o Rio São Francisco. O resultado permite que Canindé de São Francisco apareça no circuito turístico e protagonize sua própria história, contribuindo para o fortalecimento da identidade local, gerando renda, cooperando na preservação dos sítios arqueológicos, conservando a memória coletiva e impedindo que esses sítios que contam sua história caiam no

esquecimento, embora ratificados pelas pesquisas acadêmicas, essas acabam não sendo disseminadas para a sociedade em geral. Para tal, sugerimos um roteiro composto por duas trilhas: Trilha Fazenda Mundo Novo e Trilha Vale dos Mestres, além da visita ao MAX, sob justificativa do acervo material que contribui na contação da história da cidade e formação da identidade local. No segundo cenário, São Cristóvão, foram elaborados os estudos centralizados no sítio histórico Praça São Francisco, que apresentou um acervo arquitetônico e riquezas de cultura material. Tal sítio possui um acervo de estudos arqueológicos bastante significativo para a construção de interpretações do passado através de uma análise arqueológica, histórica e urbana, através da disposição dos objetos materiais e das práticas sociais que possibilita entender o sentido da sua ordenação espacial. Esperamos que esses roteiros propostos possam vir a incorporar o circuito já existente nas práticas turísticas nas regiões e que sejam autossustentáveis e também que possam atender ao programa de integração de roteiros propostos pelo Ministério do Turismo em parceria com esferas municipais e estaduais.

Por conseguinte, este estudo apresentou a importância da interdisciplinaridade em diversos estudos e que, embora a tese não tenha contemplado todos, mostrou a importância da Arqueologia e do Turismo em diálogo com outras áreas, como museologia, paleontologia, geografia, economia, e outras. Foi possível mostrar igualmente que, ampliando o diálogo e construindo parcerias, é possível desenvolver modelos sustentáveis a prática do turismo arqueológico.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de um turismo participativo e sustentável que forneça subsídios e metodologias que auxiliem na construção de cenários viáveis para a arqueologia na democratização do patrimônio e na sustentabilidade da atividade turística no Estado de Sergipe, a tese possibilitou trabalhar dentro de um universo mais coletivo e integrado, onde não basta contemplar, mas interagir com o ambiente estudado, na compreensão de que se os vestígios estudados são cultura material produzida pelo homem, não podemos separá-lo do contexto existente, seja o contexto antigo ou atual.

A metodologia utilizada para atender ao objetivo geral foi a de construção de cenários. Para Turner (2008), o método de cenários é um importante instrumento no processo de decisões. Possibilita que o pesquisador organize o pensamento das informações de forma sistemática e estratégica. Para o autor o planejamento por construção de cenários permite que haja uma reflexão acerca de futuros cenários e evita o comodismo de mudar uma situação já estabelecida, havendo possibilidades de adaptação a situações emergentes.

Já Ribeiro (1997) entende que a metodologia possibilita a interação e as relações entre os atores envolvidos, e avalia as forças que os mesmos possuem, prevendo dinâmicas futuras.

Para este estudo, adotamos a abordagem da metodologia explicitada por Godet (2008). Para ele, a elaboração de cenários é uma ferramenta que auxilia no planejamento e definição de estratégias na elaboração e políticas públicas, projetos e programas, concernem na possibilidade de traçar parceria e promover o turismo local. Desta forma, o autor divide a construção de cenários em três etapas, que foram adaptadas pela autora nesta tese: 1) Construção de base analítica e histórica: nesta fase é possível verificar o estado real e atual dos sítios arqueológicos, assim como o cenário turístico nas regiões estudadas, e analisar a relação entre eles. O autor sugere que nesta etapa sejam realizadas oficinas, workshops, ou conversas que envolvam uma chuva de ideias para que haja a percepção de como esses atores se relacionam, seja direta ou indiretamente. A etapa permite identificar tendências e possibilidade de atuação. 2) Exploração do campo e suas evoluções: Esta etapa coincide com a fase de pesquisa exploratória, onde há um levantamento mais profundo, como análise de infraestrutura básica e turística, logística de serviços, acessibilidade, ações de divulgação e outros. Na perspectiva de se chegar mais próximo de um cenário potencial, o autor sugere que sejam realizadas análises comparativas entre destinos consolidados ou que desenvolvem essas práticas, em uma lista de combinações de possibilidades e similaridades. 3) Elaboração dos cenários: É a etapa que resulta das pesquisas anteriores, constrói-se um cenário de referência

em contraste com a realidade encontrada. Nessa etapa podem ser realizadas sugestões, através de uma narrativa sequenciada, partindo da situação atual para a futura.

Como aponta Godet (2008), a metodologia permite vantagens, partindo do pressuposto de uma multiplicidade de futuros possíveis que relativize a continuidade das tendências, obrigando ações interdependentes dos elementos que compõem um sistema estudado. Para o autor, um cenário não é necessariamente uma realidade futura, por isso a metodologia permite compreender que a análise realizada em Canindé de São Francisco e São Cristóvão como cenários possíveis, dentro ou fora de um circuito turístico, respeitando condições necessárias de verossimilhança, importância e coerência.

É importante considerar que se trata de um método auto independente, que busca a criação de uma linguagem comum, trabalha na redução das incoerências, contribui para construção coletiva e favorece a apropriação da localidade.

Mas como adverte Godet (2008, pg. 38), o “sonho do prego pode ser o risco do martelo”, é preciso trabalhar com as incertezas e ajustes se necessário, para tal será proposto o esquema de organização estratégica que visa a os estudos prospectivos, mobilização, condução na mudança e apoio de decisão. Para tal condição, foi apresentado um plano interpretativo para gestão dos sítios arqueológicos voltados à visitação turística.

O primeiro cenário foi Canindé de São Francisco, localizado no alto sertão sergipano, já se apresenta como um dos principais atrativos turísticos: os cânions navegáveis de Xingó, mas que embora apresente resultados de geração de renda e seja captador de recursos, não absorve da demanda existente de atrativos e bens patrimoniais na cidade. Outro ponto a ser trabalhado pela metodologia foi a prática turística já existente nos sítios arqueológicos, mas sem motivação pela atratividade dos bens arqueológicos, mas de motivação para lazer e ecoturismo, suscitando uma preocupação com a conservação e preservação desses sítios. Neste cenário, buscou-se a utilização da abordagem teórica enquanto metodologia da arqueologia pública, já que esta possibilita ampliar as discussões e aproximar a arqueologia da comunidade, consequentemente do turismo.

O segundo cenário foi São Cristóvão, fundada em 1590, a cidade despertou a motivação para a investigação pela quantidade de acervo e edificações significativas para a construção de interpretações do passado. Para este, foi utilizada a abordagem teórica da arqueologia histórica e urbana, através da disposição dos objetos materiais e das práticas sociais que possibilita entender o sentido da sua ordenação espacial. Dentro deste aspecto, a tese irá buscar também compreender as pesquisas arqueológicas em São Cristóvão e de que forma elas podem fomentar elementos para fortalecer o arqueoturismo na região. Com um

valor intrínseco histórico cultural, a cidade ainda não despertou para o desenvolvimento. Sendo esse um dos motivos de escolha pelo município, embora muitas iniciativas tenham sido desenvolvidas e não foram eficazes ao para o seu desenvolvimento local, fato que instigou a pesquisa para a busca por quais motivos para a inércia da população para o desenvolvimento local, que poderia gerar melhorias a população.

Para alcançar a proposta, a pesquisa caracterizou-se de forma qualitativa baseando-se na fonte direta e no ambiente natural, ou seja, no local onde o estudo foi realizado, neste caso nos sítios arqueológicos de São Cristóvão e Canindé de São Francisco.

Uma pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupando com a realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com universo de significados, motivos, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais amplo das relações, dos processos e dos fenômenos que não reduz a variáveis quantitativas. (MINAYO, 1994). Assim, a pesquisa qualitativa permitiu avaliar melhor o fenômeno turístico no contexto das práticas em sítios arqueológicos e suas motivações e percepções.

O método diz respeito às concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosófica, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento. Cada método poderia estar compreendido assim por um paradigma. (HISSA 2002, pg. 159)

Visando buscar o entendimento sobre a natureza do problema apresentado, foi realizada uma pesquisa exploratória, que Aaker (2001) caracteriza como de grande utilidade para estabelecer prioridade de questão de pesquisa e possibilita aprendizado para os problemas práticos para execução da pesquisa. Na pesquisa exploratória foram realizadas visitas de campo, encontros, reuniões (ANEXO A e B), que permitiram melhor observar as atividades já desenvolvidas, coleta de dados, experiências e pré-teste do roteiro sugerido. Seguiu-se então a pesquisa documental, que se caracteriza por fontes escritas cientificamente autênticas e permitiu emergir nos aspectos subjetivos dos atores envolvidos. Buscou-se o entendimento sobre a natureza geral da prática do turismo arqueológico nos municípios estudados, abrindo espaço para interpretação.

Nessa perspectiva, o recorte temporal utilizado para pesquisa de campo foi durante os anos de 2016/2017, quando houve uma frequência de seis visitas anuais, com permanência de 3 a 4 dias nas áreas estudadas possibilitando o desenvolvimento da pesquisa descritiva. Para Dencker (2004), a pesquisa descritiva compreende verificar as características da população

envolvida, estabelecendo critérios e envolvendo as técnicas de coleta de dados (observação, entrevistas) na proposta de desenvolver um levantamento descritivo sobre o objeto de estudo.

Minayo (1994) entende a pesquisa de campo como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o estudo e objetos de investigação. Para Ruiz (1976), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos e como ocorrem de forma espontânea, na coleta de dados.

Foi possível através das visitas a campo observar a dinâmica e comportamento das pessoas que atuam e visitam os sítios arqueológicos, assim como as pessoas que trabalham inseridos na atividade turística e têm contato com os sítios. Para coletar dados nessa etapa foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturados (Apêndices A, B, C e D), já que se trata de informações obtidas através de pessoas ou lugares. Isso facilitou o estudo, pois estimulou os entrevistados a falarem com mais liberdade e procurando identificar os fatores que determinaram e contribuíram para a ocorrência dos fenômenos (DENCKER, 2004).

As entrevistas foram realizadas visando traçar as motivações que levam as pessoas a buscar os locais estudados, assim como verificar a percepção acerca do patrimônio arqueológico e como está inserida no cenário turístico, assim como está igualmente inserida no contexto cultural e social dos municípios estudados. As entrevistas realizadas em Canindé de São Francisco foram com os seguintes colaboradores: guias de Turismo; proprietários da Xingó Tour; o turismólogo Carlos Moisés de Lima; Funcionária do Museu Arqueológico de Xingó, Railda Nascimento; a professora e pesquisadora do Projeto de Salvamento Arqueológico de Xingó e arqueóloga Suely Amâncio Martinelli; a assessora da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Canindé de São Francisco e Especialista em Planejamento Turístico Magalene Alves Santana e a técnica e mestre em Arqueologia do IPHAN/SE Beijanizy Abadia. Além destes, foram entrevistados trinta moradores e turistas na região, compreendo que a amostra é estatisticamente relevante uma vez que após esse quantitativo, as respostas tornam-se repetitivas.

Em São Cristóvão, os entrevistados foram o assessor da Secretaria de Turismo e Cultura e Esporte, turismólogo e especialista em planejamento e Gestão Turística Pedro Renngo; a pesquisadora, turismóloga e responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de São Cristóvão Mônica Liberato; Allan Alberto Santos de Oliveira, gestor público da Fundação João Bebe Água e Diretor da Secretaria Municipal de Turismo; as guias de turismo, turismólogas e especialistas em Planejamento e Gestão

Turística Maria José Rosendo e Thaiane Bispo e a técnica e mestre em Arqueologia do IPHAN/SE Beijanizy Abadia.

O roteiro de entrevistas foi baseado em uma adaptação do modelo proposto de imagem benéfica de Tapachai e Waryszak¹ (2000) que trata da construção de imagem turística de novos destinos, como é o caso de Sergipe. O modelo utiliza categorias que possibilitam trabalhar a imagem e percepção que a população tem de espaços naturais e culturais, desta forma adaptou-se para avaliar percepção do patrimônio arqueológico. São elas: funcional, social, emocional, epistemológico e condicional. Essas categorias e valores são cruciais na influência de escolha de um destino e seu tratamento facilitará a análise de conteúdo de Bardin (1977).

O modelo permitiu analisar conjuntos de características que influenciam na decisão de turistas ao visitar o sítio, a participação da comunidade neste processo, empresários turísticos na iminência de investimentos, órgãos competentes e sua forma campo de atuação. O modelo proporcionou a análise, relacionada às atividades e às ações de uma pessoa em relação a uma dada localidade ou destino turístico, sendo altamente condicionado pela sua imagem, resultado das percepções e impressões da imagem criada com base nos valores e categorias apresentados no modelo.

Quadro 1 - Categorias de Análise para Roteiro de Entrevistas.

CATEGORIAS DE ANÁLISE QUALITATIVA	ITENS ANALISADOS	ELEMENTOS PARA ANÁLISE
FUNCIONAL	Atributos físicos, utilitários, funcionais.	Quando são expostos ao atributo em si: Os sítios arqueológicos; Serviços e infraestrutura básica e turística como: hotéis, restaurantes, pousadas, centro de informações e outros.
SOCIAL	Associações com um ou mais grupos sociais específicos. Em aspectos socioeconômico, cultural, ambiental.	Quando são suscitados grupos sociais: moradores, empresários, turistas e visitantes, e outros.
EMOCIONAL	Habilidade para suscitar sentimentos ou estados efetivos.	Quando são evidenciados elementos que provoquem relações de sentimentos: memória, experiências, aspectos culturais e patrimoniais e outros.
EPISTÊMICO	Habilidade de provocar curiosidade, promover novidade e/ou satisfazer desejo de conhecimento.	Quando são provocadas novas experiências seja de conhecimento, sugestões, modelos sustentáveis, trilas, roteiros, e demais práticas

¹ Tapachai e Waryszak (2000) dizem que a imagem benéfica é um conjunto de características que influenciam na decisão do turista. Assim, as atividades e ações de uma pessoa em relação à localidade ou destino são condicionadas pela sua imagem. Para os autores, o produto turístico requer julgamentos subjetivos por não poder ser experimentado antes da viagem.

	Capacidade de promover algo novo, novo modelo sustentável, algo diferente.	turísticas e outros.
CONDICIONAL	A utilidade percebida por uma alternativa como o resultado de uma situação específica ou contexto feito por uma escolha. Alternativas adquirem valores condicional na presença de antecedentes físicos ou contingências sociais que melhoram seus valores funcionais e sociais, mas de outra forma não possuem esse valor. Baseado neste conceito um agente de transformação irá escolher as alternativas que derivam da utilidade de uma associação com uma situação antecedente. Valor condicional foca na utilidade extrínseca tanto quanto na utilidade intrínseca ou alternativa. Trabalha com base em estudos já desenvolvidos ou analogia.	Quando os dados mostram uma ação condicionada pela ação local. Neste caso se há viabilidade em desenvolver turismo arqueológico em Sergipe.

Fonte: Adaptado pela autora do modelo de imagem benéfica de Tapachai e Waryszak (2000).

Dentro dessas categorias, se utilizou a análise de conteúdo de Bardin (1977). Pela análise de conteúdo, visa-se obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir das respostas obtidas, as informações coletadas através das entrevistas foram categorizadas e codificadas para serem posteriormente passíveis de tabulação.

As cinco categorias de análise escolhidas foram adaptadas do modelo de Tapachai e Waryszak (2000), o que possibilitou formar uma proposta de modelo de objetivos para roteiro de entrevistas. A primeira trata da análise funcional e espacial dos atributos físicos, espaciais e funcionais que analisou a localização dos sítios arqueológicos, se há estrutura para prática turística com elementos de apoio e equipamentos turísticos que possam contribuir para realização dos roteiros assim como pontos positivos e negativos da localização de dos sítios e seus atributos. A segunda trata da análise social, observa-se a percepção de moradores e visitantes/turistas em relação ao município na perspectiva de identificação dos sítios como parte da cultura local. Na terceira procedeu-se a análise emocional traçando as causas e motivos para prática nesses sítios, elementos que evoquem memória, heranças culturais e narrativas, assim como a representatividade para as comunidades locais e turistas. A quarta tratou de uma análise mais epistêmica, quando são provocadas novas experiências seja de conhecimento, sugestões, vivências em participação de ações na comunidade, entre outros. A última categoria constituiu a análise condicional que possibilitou verificar a rede de

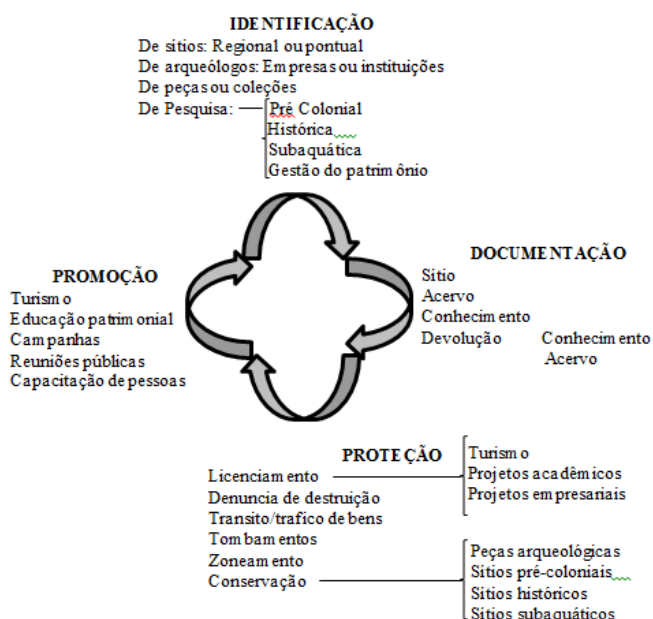
integração dos atores envolvidos sob o patrimônio arqueológico, utilizando neste cenário o turismo de experiência.

Em todas as fases de tabulação e apresentação dos resultados foram elaboradas algumas tabelas para as perguntas abertas, reproduzindo as falas, percepções e perspectivas dos entrevistados. A partir das respostas obtidas, as informações coletadas através do roteiro de entrevista foram categorizadas e codificadas para serem posteriormente passíveis de tabulação.

No último capítulo da tese, metodologia proposta por Pardi (2007) foi utilizada nas discussões acerca da gestão do patrimônio arqueológico para fins turísticos em Sergipe. E, para um diagnóstico mais preciso foi elaborado um roteiro de visitas (APÊNDICE E), atendendo a metodologia de Pardi e adequado ao Roteiro de Inventariação proposto pelo Ministério do Turismo que buscou coletar a identificação do sítio, localização, jurisdição (pública/particular), tipo de ambiente, função, acesso, taxa de visitação, monitoria, características físicas (correspondente a documentação), verificação de infraestrutura básica e turística, sinalização, caracterização turística e segurança. Os dados coletados permitiram a elaboração e contribuição do plano interpretativo como proposta de proteção assim como fichas de formulário para diagnóstico (APÊNDICE F), que funcionaram como diário de campo.

Segundo Pardi (2007), os processos de coleta de dados garantem a instalação de serviços para o desenvolvimento de uma política de ação ativa e reativa, em resposta às demandas da sociedade constituem-se de atividades de identificação, documentação, proteção e promoção desses bens. A autora aponta para o método de coleta de Gestão do Patrimônio Arqueológico - GPA onde a responsabilidade atribuída pela Constituição e pela Lei 3924/61 do governo federal e executada através do IPHAN, que está administrativamente setorizado de acordo com aspectos básicos da especialidade: identificação, documentação, proteção e promoção.

Figura 1 - Esquema dos macros processos da gestão do patrimônio arqueológico.



Fonte: Pardi (2007)

Estas ações permeiam as atividades desenvolvidas na descrição e identificação dos sítios com potencial de uso para fins turísticos, passando pelas etapas de forma linear, alternativa ou concomitante de forma a estabelecer uma gestão compartilhada entre a arqueologia e turismo como pode ser observado no quadro resumo (figura 1).

A metodologia permite fazer parte de estudos interdisciplinares na busca por novos olhares, transitando por diferentes áreas do conhecimento e procurando contextualizar e integrar saberes, de forma a compreender melhor os fenômenos voltados para uma proposta democrática em uma nova forma de pensar a arqueologia no turismo na sugestão de trilhas e roteiros absorvida juntamente com a comunidade local, em uma perspectiva de criar alternativas para as práticas convencionais, exemplificando em tabelas o grau de dificuldades. Como não se tratou de propor um roteiro convencional, não seguimos a metodologia exigida pelo Ministério do Turismo.

2. ARQUEOLOGIA E TURISMO: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR E SUSTENTÁVEL

O presente capítulo apresenta a discussão da interdisciplinaridade e sustentabilidade como necessárias na construção do diálogo entre a Arqueologia e o Turismo. Propõe compreender o turismo na contemporaneidade e busca na arqueologia o diálogo necessário para contextualizar o Turismo Arqueológico e/ou Arqueoturismo, na apresentação dos conceitos, práticas e princípios sob o viés da sustentabilidade.

Para que haja o entendimento de uma abordagem interdisciplinar, deve-se partir da noção disciplinar. A dualidade entre o estudo disciplinar e a interdisciplinaridade é uma abordagem pragmática em que o consenso coletivo é um ponto divergente, uma vez que a ciência nasce disciplinar. Fazenda (1999) aponta que, embora haja um consenso do estudo disciplinar como útil e indispensável, percebe-se a limitação em lidar com novos fenômenos, o que gera a imprecisão do pensamento interdisciplinar em virtude dos equívocos sobre o conceito das disciplinas. Morin (2000, pg. 45) já advertia quando afirmava que “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impede apreender o que está tecido junto”.

A separação entre sujeito e objeto constitui um grande obstáculo para construção de uma prática científica mais democrática e ética. É necessário um olhar mais humanístico, social e complexo, que busque um diálogo ecumênico e reflexivo entre as várias áreas de conhecimento, que promova um eixo nas relações entre sujeitos/pesquisadores os objetos de estudo que favoreça a sinergia entre conhecimento científico e transformação social em uma constante avaliação epistemológica à ciência.

Há, portanto, uma demanda empírica da sociedade para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, assim como há também uma demanda epistemológica, que nasceu com a teoria dos sistemas, ainda no século XIX, mas se disseminou na segunda metade do século XX. E ganhou continuidade, mais recentemente, com a teoria da complexidade e a teoria do caos (PRIGOGINE; STENGERS, 1986; PRIGOGINE, 1996).

Os quatro movimentos centrais que ocorreram no ambiente acadêmico vislumbraram verificar duras críticas ao conhecimento disciplinar, denunciando-o como reducionista e limitado, sem contato com a complexidade do mundo real (MORIN, 2000; MATURANA; VARELA, 1995).

Holling (2001), um precursor na formulação nessa perspectiva, demonstra que ao tornar possível a evolução dos sistemas de maneira dinâmica, mostra a franca natureza

interdisciplinar do objeto fenomênico da sustentabilidade e de como ela coloca a necessidade e o desafio do desenvolvimento científico e da formação humana interdisciplinar.

A sustentabilidade, enquanto conceito transversal, traz uma abordagem mais ampla não correspondente à mera manutenção das espécies para futuras gerações, ou da manutenção do ecossistema, primordiais, mas propõe formulação além da variável ecológica, mas ambiental que abarca todas as condições, naturais e humanas, que servem de base para o alcance do desenvolvimento sustentado.

Sachs (2002) considera uma perspectiva mais eficaz, um processo dinâmico e evolutivo, representado por um conceito de desenvolvimento sustentado, de como as condições de sustentação dos processos é capaz ou não de se transformarem ao ponto de garantir sua resiliência. Sachs (2002) estabeleceu oito dimensões para compreensão do conceito de sistema sustentado e deixa claro que, para alcançar a sustentabilidade, temos de valorizar as pessoas, seus costumes e saberes. O autor entende que se deve ter uma visão holística dos problemas da sociedade e não somente direcionar a atenção a manutenção dos recursos naturais, deve haver uma análise mais profunda. É pensar em algo muito mais profundo, que visa uma verdadeira metamorfose do modelo civilizatório atual.

Contudo, apresentaremos as cinco dimensões aceitas: a Social – que entende como base da crise civilizatória, decorrente das desigualdades sociais, com a meta de gerar maior distribuição de renda e repensar padrões de consumo; Econômica – possível através da alocação e gestão de recursos, ampliando os investimentos de recursos e não somente visualização do lucro; Ecológica – controle de capacidade de carga, redução de resíduos sólidos e uso do consumo responsável, definição de normas de proteção ambiental; E cultural na inclusão do desenvolvimento endógenos das comunidades (SACHS, 2002).

Se houver possibilidade de visões mais abrangentes sobre o conceito acerca da sustentabilidade sobre meio ambiente, poderíamos alcançar e reconhecer as dimensões da sustentabilidade como práticas possíveis. Contudo, é preciso pensar localmente para que se atinja uma perspectiva global, pois não se pode ir de encontro a um sistema bem articulado, onde o mercantilismo é a base central de crescimento, mas sem se preocupar com o desenvolvimento. Vale ressaltar que Ignacy Sachs, foi uma das referências fulcrais desta tese.

Diante desta análise, a arqueologia e o turismo precisam lançar novos olhares para a própria manutenção de suas pesquisas e disciplinas. O diálogo é o ponto de partida, assim como com outras áreas do saber. Como Jupiassu (1976) e Morin (2000) recomendam, é preciso entender a necessidade da busca por novos olhares, a contextualização e integração

dos saberes e a compreensão dos objetos de estudo, pois são elementos chaves nos estudos interdisciplinares.

2.1. Em busca de diálogos com a Arqueologia

A Arqueologia é relativamente recente como atividade científica e acadêmica no Brasil e se desenvolveu com mais força a partir do final do século passado. Muitos ainda trazem, a respeito desta ciência, a lembrança romântica e aventureira propagada pelo cinema, com figuras como Indiana Jones ou Lara Croft, passando distante das funções de um arqueólogo. Não cabe à disciplina estudar dinossauros, estes são estereótipos formados pelo não conhecimento acerca da disciplina e as bases científicas de seus estudos.

A não valorização e (re)conhecimento que ela possui impede que a sociedade amplie o conhecimento da sua história, assim como compreenda e interprete os aspectos culturais deixados pelos povos antigos. Abrindo uma crítica para a história da própria atualidade.

Essa ciência social estuda os processos históricos a partir dos vestígios materiais deixados pelos seres humanos cobrindo um período muito maior que aquele abordado pelos documentos escritos. Toda monumentalidade e materialidade cultural, incluindo o arqueológico, pode ser um elo entre as tradições ancestrais e a modernidade, processo importante para o entendimento de nossa própria essência como seres humanos.

Em princípio, a Arqueologia pode ser considerada como o estudo das “coisas”, dos objetos. Para Olsen (2004), é necessário compreender essas coisas, esses objetos, suas relações sociais e de que forma que eles transformam a sociedade. Os entendimentos dessas “coisas” ou “objetos” constituem na formação do substrato da nossa existência, e esses se manifestam das mais variadas formas, contextos e paisagens afetando nossa percepção de mundo (OLSEN, 2004)², o que podemos posteriormente denominar cultura material.

A cultura material surge associada tanto à arqueologia quanto à antropologia como um conjunto de objetos que fazem parte de fragmentos específicos de um ambiente da sociedade, que podem ser tecidos, utensílios, ferramentas, adereços, enfeites, meios de transportes, armas, habitação, dentre outros.

2 “Archaeology is, of course, the discipline of things par excellence. There was a time in the past when archaeologists loved material culture — one might even recall a certain obsession. In fact, it was a concern shared by several disciplines. However, as soon as our former allies abandoned the world of things and embraced the world of cultures, social systems and ideas, accessible only, as we were told, through dialogue and participant observation, a certain embarrassment was associated with those who studied ‘just things’. Gradually, a change could be discerned in the archeological rhetoric: the material was only a means to reach something else and more important — cultures and societies: the lives of past peoples.” (OLSEN, 2004, p. 89)

A Antropologia, embora não seja foco nessa discussão interdisciplinar como parte da revisão de literatura desta tese, precisou explicar sua importância e semelhança nos estudos entre arqueologia e antropologia no estudo neste trabalho.

Segundo Symanski (2014), foi no ano de 1940 que o antropólogo Clide Kluckhohn faz uma crítica à abordagem particularista que então dominava a arqueologia, voltada somente para o interesse histórico, buscando o entendimento dos eventos únicos. Ele propôs que os arqueólogos começassem a tratar seu trabalho como parte de um empreendimento mais geral de entendimento do comportamento humano. Isto exigia um esquema conceitual explícito, sob o qual as evidências pudessem ser coletadas e analisadas. Para Symanski (2014), os dados arqueológicos, assim, deveriam ser analisados visando entender as tendências nas respostas humanas a determinados estímulos, fossem esses de natureza ambiental, biológica, ou social.

Para Willey e Phillips (1958), no nível de observação, o trabalho de campo arqueológico se aproxima do antropológico cultural, porém, são colocados distantes um do outro no diagrama devido a grandes diferenças nos fenômenos observados. Na Antropologia Cultural, observa-se o comportamento do grupo e os produtos do comportamento de grupo em seus aspectos dupla, sociais e culturais. Para os autores, sua principal preocupação é com o aspecto social, mas certas categorias de comportamento, nomeadamente aqueles que são simbolizados na linguagem, arte, mito, dentre outros, e pode ser estudada, em grande parte no seu aspecto cultural. Já na Arqueologia, são observados principalmente os produtos materializados de comportamento de grupo, mas com oportunidade para observar o comportamento simbolizado nas formas de arte, iconografia, e (raramente) a linguagem escrita e, ocasionalmente, toca comportamento social por meio de inferências como na interpretação de práticas funerárias, planos de casas, de liquidação padrões, estradas, sistemas de irrigação e afins. Desta forma, parece que as matérias-primas das duas disciplinas não são tão diferentes, afinal, o que é diferente é que a arqueologia é obrigada a ver seu material quase que inteiramente no aspecto cultural (WILLEY e PHILLIPS, 1958).

É a cultura material que permite nossa inter-relação com o mundo. Haja vista a necessidade e urgência em compreender sua importância e os contextos nela inseridas, como elo não somente entre os mundos mentais e físicos, mas também do inconsciente e consciente dos seres humanos. Para a arqueóloga Tânia de Andrade Lima (2011, p.21), a cultura material é um “reflexo passivo de sistemas socioculturais”, sendo produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

A cultura material como é representada pelos objetos fabricados pelo homem, dentro do princípio essencial da abordagem semiótica, deduz que estes são sinais referentes a algo diferente de si mesmos com muitas interpretações. Por um lado, um objeto pode ser considerado um "sinal" de outra coisa, uma proxy para algum outro significado social. Por outro, pode se referir a uma categoria de status social como ocupação de uma pessoa, sua religião ou sexo. Desta forma, um objeto pode se referir a uma característica particular de auto-identidade de uma pessoa relacionada com as suas afiliações e associações. Assim, de acordo com a abordagem semiótica, cultura material é dito ser um "significante" que se comunica coisas para os outros, realizando algum rei de "trabalho" social (WOODWARD, 2007).

Para o autor, ser capaz de "ler" cultura material em termos de seu significado cultural é indispensável, uma habilidade social que é parte integrante de nossas interpretações do cotidiano do senso comum - ainda que um pouco problemático. Tais "leituras" de cultura material visível permitem comunicação social rápida, sem a necessidade de intervenção. Isso permite que as pessoas possam fazer julgamentos rápidos sobre situações sociais e os outros como eles entrar em seu campo visual dentro de várias cenas urbanas. Por outro lado, ressalta o autor, essa habilidade também forma a base para a tomada de decisões precipitadas, estereotipados ou discriminatórias baseadas em classificações incorretas de pessoas ou coisas como perigoso, ou uma ameaça à ordem social. Foi desta forma que a arqueologia nasce. De maneira elitista, e gerando estereótipos a uma população que desconhece seu trabalho.

Funari e Carvalho (2011) apontam que a arqueologia estava associada às altas classes, ao imperialismo e aristocracia, do estudo das coisas antigas, dos museus enquanto espaço de poder e guarda para estudos sociais, relação com comunidades nativas, relações de poder e suas preocupações éticas relacionadas ao trabalho e saber dos arqueólogos, são fatores-chaves de mudança dessa disciplina (FUNARI, 2011).

Para Willey e Phillips (1958), a arqueologia, ao fornecer dados e generalizações em áreas como história e antropologia geral, carece de um corpo sistemático de conceitos e premissas que constituem a teoria arqueológica. Segundo essa visão, o arqueólogo deve emprestar sua sustentação teórica de campo de estudo, compreendendo que seu trabalho acontece para servir, para não tornar a pesquisa um vácuo teórico. É preciso integração e interpretação que sem teoria são inconcebíveis.

Para Faccio et al (2009), a sistematização das pesquisas arqueológicas sobrevém dos séculos XVI e XVII, no antiquariado. Este se preocupava em estudar tudo que era colecionável, uma pesquisa cética que apesar do interesse pelos fatos individuais e pela história local evitava estudos relacionados a fatos políticos. Era rigorosa e descritiva, mas não

utilizava datas para explicar o assunto estudado, e sim o exame detalhado dos objetos e a relação entre eles (MOMIGLIANO, 2004).

Trigger (2004) aponta que a arqueologia pré-histórica, durante o começo e metade do século XIX, se desenvolveu de forma distinta pelos países europeus. Fundamentou-se no pensamento iluminista e se propôs a entender os vestígios arqueológicos utilizando a seriação como método para o entendimento cronológico, como fator determinante de como viveram os povos no passado.

Para Faccio et al (2009), foi o antiquário Christian Jürgensen Thomsen foi um pioneiro no desenvolvimento do método de seriação. Sua metodologia de trabalho consistia em analisar achados arqueológicos fechados, ou seja, aqueles objetos encontrados, por exemplo, em contextos de sepultamento que permitissem ao pesquisador afirmar com segurança que foram enterrados juntos. Além disso, os achados isolados eram agrupados em sequência. Para tanto, baseava-se nas similaridades estilísticas dos artefatos. (TRIGGER, 2004, p. 74)

Herdeira do nacionalismo do século XIX e ter no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida, a partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formando-se o conceito de cultura arqueológica (FUNARI, 2006). Ainda segundo o autor, esta foi a forma para definir conjunto de artefatos (objetos) semelhantes, de determinada época e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado, através marcas indiretas no ambiente, e testemunhos de formas e práticas cotidianas de apreensão da natureza, como rica fonte de informação, fruto de uma mudança na tentativa de abandonar sua herança imperialista e colonial, repensando formas de valorização de aspectos sociais, de contexto e práticas que visem, como afirma Little (2009), recuperar credibilidade para progredir, já que durante algum tempo a disciplina foi apontada como incrédula e não confiável.

Para Willey e Phillips (1958), o estudo da arqueologia enquanto ciência permitiu a "Cultura-histórica de integração", termo que escolhido para designar o que nós consideramos como a principal tarefa da arqueologia no nível descritivo de organização. Os objetivos processuais da cultura-histórica integração tenderam a ser divididos, em escritos teóricos sobre arqueologia americana, entre a reconstrução de espaço-temporais relações, por um lado, e que pode ser chamado de relações contextuais, por outro. Operacionalmente, um não é atingível sem o outro.

Os autores entendem o termo "integração cultura-histórica", algo que abrange quase tudo o que o arqueólogo faz na forma de organizar seus dados primários: tipologia,

taxonomia, a formulação de unidades arqueológico, uma investigação de suas relações no contexto da função e naturais ambiente e determinação de suas dimensões internas e relações externas no espaço e no tempo. No entanto, altissonante esses termos, parece que as atividades são só descritivas. A reconstrução da história humana significativa necessita de estrutura e conteúdo.

Para Faccio et al (2009), em síntese, o evolucionismo, na arqueologia, procurou estabelecer um padrão universal para medir o grau de desenvolvimento humano de diferentes culturas. Com base neste aspecto, as sociedades teriam passado por estágios de desenvolvimento que partiam dos mais simples em direção aos mais complexos. Ainda segundo os autores, o difusionismo, na Arqueologia Histórico-Cultural, num primeiro momento, foi entendido no seu sentido mais extremo, ou seja, cada cultura era considerada como o resultado de uma sequência única de desenvolvimento.

Trigger (2004) considera essa uma transição do pensando evolucionista para pensamentos que buscavam explicações mais difusionista, mas de forma gradativa.

Desta maneira, Jones (1997) relata que, com os estudos de Kossina apud Faccio et al (2009), foi possível compreender que os artefatos (coisas e objetos) poderiam ser usados para identificar culturas e províncias culturais que podiam se distinguir claramente, refletindo em áreas de assentamentos de tribos ou grupos étnicos. Para os autores, começaria então a analogia etnográfica que passou a ser aplicada diretamente à arqueologia,

Para Childe (1929) apud Trigger (2004), era o início da aplicação metodológica da analogia etnográfica aplicada diretamente à arqueologia onde, nos estudos de Kossina, este relacionava grupos tribais conhecidos com culturas arqueológicas particulares em um período arcaico, dessa forma, remontaria essas culturas arqueologicamente no tempo. Childe definiu tal processo como sendo a definição de cultura arqueológica como certos tipos de vestígios – vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação – que aparecem associados de forma recorrente" (CHILDE, 1929 apud TRIGGER, 2004, p. 165).

Este estudo entende que a cultura arqueológica é a materialização de uma cultura, mas que passa a fazer sentido se estiver associado ao seu contexto. Esses são elementos cruciais no diálogo com a atividade turística, na verdade com qualquer atividade ou área do saber que interaja com a arqueologia. A arqueologia define que esse contexto pode ser analisando através do estilo, decoração, forma e função.

No artigo intitulado "*Habitus, techniques, style: An integrated approach to the social understanding of material culture and boundaries*", Michael Dietler e Ingrid Herbich (1998) fazem relatos de pesquisas etnográficas e etnohistóricas com o povo Luo do Quênia entre

1980 a 1983. Esta pesquisa era um estudo regional focado em uma série de temas, incluindo especialmente a produção, distribuição e consumo de Luo, cerâmica e outra cultura material; assentamentos, arquitetura e paisagem social; banquetes e de álcool; a origem, desenvolvimento e operação atual dos mercados indígenas; pré-colonial comércio e de câmbio; e produção e mobilização de trabalho. O estudo deles procurou abordar a pesquisa da cultura material em um contexto etnográfico com o desejo pragmático para melhor perceber e compreender as sociedades antigas onde duas perguntas se impõem como sendo fundamentais: entender como é que a cultura material se insere e origina em seu contexto social? Ou seja, quais são os processos sociais e estruturas que condicionam a produção e reprodução de cultura material? E o que os papéis sociais e técnicos, se a cultura material servir e de que modo a cultura material, no desempenho dessas funções, reciprocamente afetam estruturas e processos sociais? Para tal, foram usados três aspectos para compreender o contexto de produção: Tecnologia, Função e Estilo.

Os autores descreveram no artigo que os aspectos da tecnologia, no sentido estrito, normalmente significavam as técnicas e materiais utilizados na produção primária de objetos (mais comumente, cerâmica, ferramentas de pedra, ou de bens de metal); a função poderia ser entendida como "utilitarista" ou "instrumental" (em oposição a "social") ao tempo em que refere-se às técnicas que os objetos foram projetados para executar como "ferramentas" que agem sobre a matéria; e, por fim, o Estilo tem uma variedade de significados para os arqueólogos, embora estes são muitas vezes um pouco tratado de forma ambígua e raramente são muito claramente definida ou de forma consistente.

No artigo, Sackett (1990) defendeu uma concepção alternativa chamada "variação isocrática", onde descreve as diferentes maneiras que as pessoas têm de fazer e usar coisas para fins semelhantes e as combinações de características resultantes de características que constituem os modelos de cultura materiais distintivos produzidos dentro do que ele chama de grupos "étnicos", causando uma padronização material onde o estilo pode ser visto a "residir". A proposta é refutar o estilo penetrante de estilo / função / tecnologia e focar no estilo como decoração em favor de uma concepção mais realista da inter-relação da cultura material dos atributos. Para os autores, a tentativa de estudar grupos sociais e as fronteiras do passado dependeu de uma consideração autoconsciente coordenada de ferramentas conceituais de que os arqueólogos definem padrões além de verificar de que forma e em que medida os padrões que definem podem estar relacionados com os sociais e identidade cultural.

A fim de demonstrar as informações teorizadas no decorrer deste artigo, os autores trazem dois exemplos de estudos realizados em um trabalho etnoarqueológico entre o povo

Luo do Quênia Ocidental, base para a compreensão do significado social das técnicas. É apresentado no levantamento, as características sociais acrescidas de economia e política. O ponto crucial dessa investigação é tradição na fabricação de cerâmicas. A comunidade produz uma vasta gama de cerâmicas, exclusivamente produzidas por um conjunto limitado de mulheres que aprendem o ofício após o casamento ou com outras mulheres mais velhas da família do marido resultando em diferentes produções e dando origem aos micros estilos. Além disso, os autores destacam que as produções são realizadas em diferentes períodos e ocorrem alterações desde o tipo de argila e composição plástica até a produção da peça e isto de maneira ocasional. Assim, a produção inicial do estilo de cerâmica e do desenvolvimento histórico de alterações neste domínio são o resultado de tradições de produção, distinguindo-se de outros grupos ou na própria comunidade de outros grupos de forma inconsciente. Para tanto, os autores são enfáticos em não poder diferenciar essa comunidade de outra através dos motivos decorativos, ou ler uma sociedade com essa contextualização cultural somente a partir da cultura material. O mesmo ocorre com a distribuição espacial dessas cerâmicas, visto que potes são comprados e levados para diferentes ambientes e misturados a diferentes estilos. Assim, os autores afirmam que, para os arqueólogos nesse contexto, nem a distribuição espacial dos estilos de cerâmica e nem semelhanças regionais das formas dos potes são bons indicadores da identidade do grupo.

O fato que queremos mostrar é que há meios de compreender o contexto pelo qual a cultura material tem sua formação, expressão e reprodução de identidade e assim avalia a viabilidade da utilização de restos culturais de material de identificação dos grupos sociais e as fronteiras do passado. O estudo da cultura como algo criado e vivido por meios de objetos busca compreender melhor as estruturas sociais e dimensões maiores tais como desigualdades sociais e diferença social (WOODWARD, 2007).

No entanto, se confrontar com estas questões requer uma exploração de dois domínios mais vastos da investigação antropológica: em primeiro lugar, ele requer a busca de uma compreensão da natureza dos sistemas de cultura material como fenômenos sociais e históricos; em segundo lugar, ele requer um entendimento etnológico da natureza e reprodução de grupos sociais, de construção da identidade e da natureza e função dos limites (WOODWARD, 2007).

Compete ao arqueólogo:

La tarea de los arqueólogos es investigar el pasado. Queremos saber qué pasó entonces. Nuestras fuentes materiales - huesos, piedras, utensilios- están en el presente y el pasado que construimos también pertenece al

presente. Nunca conoceremos qué sucedió realmente; sin embargo, porfiamos para poder escribir el mejor relato sobre el pasado, un relato que es informado por las pruebas obtenidas y que procuramos que sea coherente y satisfactorio. (JONHSON, 2000, pg. 30)

Compreender como os povos antigos viviam, mesmo que a experiência não seja a mesma, torna-se necessário para ratificar a ideia de pertencimento e fortalecimento da cultura de um povo sentir que de fato existiram, mesmo que através da monumentalidade ou de objetos deixados ou produzidos por eles, os artefatos. Isso atribui valor humanístico à sociedade como um todo.

Tylor, que propôs os primeiros conceitos sobre cultura, adverte que contextualizar é complexo, inclui capacidades, conhecimento, crença, hábitos adquiridos pelo homem, assim como padrão de comportamento e a maneira como o homem utiliza suas capacidades cognitivas para intervir no meio ambiente e de como se distinguem de outros grupos sociais (LARAIA, 2001).

A arqueologia pode buscar relações entre a sociedade contemporânea e o passado através da materialidade, tanto em contribuir em elucidar questões acerca da nossa origem, como na curiosidade em conhecer modos de vidas diferentes do habitual, gerar novas narrativas.

Contrapondo a percepção tradicional, a arqueologia teria como foco de estudo apenas os artefatos, ou seja, os objetos criados pelo homem, limitando-se na busca por esses objetos, que por sua vez constituíam a razão do trabalho do profissional de arqueologia. Essa prática, segundo Funari (2003), pode ser atribuída a um apego ao significado da palavra arqueologia, como conhecimento dos primórdios ou das coisas antigas. O referido autor ressalta que a arqueologia, nos últimos anos, tem ampliado seu campo de atuação e buscado dialogar com outras áreas do saber.

A fundação, em 1986, do Congresso Mundial de Arqueologia (*World Archaeological Congress*) foi, nesse aspecto, marcante, pois introduziu as questões sociais e políticas na organização da arqueologia, incluindo indígenas, leigos e arqueólogos de lugares periféricos no centro da organização, quebrando um paradigma de discutir em condições de igualdade, quebrando hierarquia (FUNARI, 2003).

Em Dublin, em 2008, foi realizado o *World Archaeological Congress* com tema “*Engaging Archaeologies*” (arqueologias engajadas), dando ênfase à participação da comunidade na gestão dos bens arqueológicos. Vale ressaltar o movimento criado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em seu programa cultural *Grassroots da Arqueologia* (termo inglês traduzido como movimento

popular, de base, da sociedade civil, local) visando a conservação de culturas tradicionais, manifestações artísticas e de ambientes, dentro do preceito da sustentabilidade (AFFONSO, 2010).

Lumbreras (1981) já demonstrava que um dos aspectos que poderia fazer a arqueologia mais sustentável, no entendimento da pesquisadora, seria torná-la mais social, mais democrática.

Como se sabe, la ciencia tiene como objeto estudiar la naturaleza com o objeto de comprender su funcionamiento, sus leyes, su existencia. Su objetivo es el formular y confirmar las leyes que permiten comprender y explicar los fenómenos naturales, es decir que trata de descubrir el qué, el cuándo, el donde el como y el porqué de las cosas. De modo que cuando decimos que existe una arqueología científica estamos diciendo que a través de los métodos de la ciencia, aplicados al estudio de los restos dejados por hombre, se procura encontrar las leyes que permiten comprender y explicar el fenómeno social como parte de los fenómenos naturales, o que quiere decir que se trata de descubrir que es el ser social, cual es su tempo, donde se desarrollan sus acciones, como funciona la sociedad y porqué. (LUMBRERAS, 1981, pg. 13)

Um dos aspectos que levou a ampliação da arqueologia tradicional para a social foi a rápida destruição de sítios arqueológicos³, que fez com que a preservação de restos materiais e conservação destes enquanto recursos de pesquisa sobre o passado humano tornasse importante fator para compartilhar a responsabilidade sobre a decisão do que fazer com relação à materialidade encontrada, proposto através código de ética da *Society for American Archaeology* – SAA⁴. Não se pode considerar que somente a arqueologia assumisse esta responsabilidade em um entendimento interdisciplinar da contemporaneidade de um coletivo.

Em uma proposta de reconstrução do contexto em que os sítios estão inseridos, Bate (1986) adverte para proposta de inserir a comunidade local na preservação do sítio, como modelo autônomo de desenvolvimento do lugar.

Pikiraya (2009) fala em abordagens pluralistas para o estudo do passado, levando em consideração os interesses da comunidade, dando voz à comunidade, para que este passe de observador para agente ativo de um passado que lhe pertence. Essa discussão se assemelha também à discussão sobre o turismo de base local, propondo dar voz à comunidade sobre o tipo de turismo a ser praticado e de que forma e para quem ele deve de fato servir,

3 Local onde esses vestígios são encontrados, podendo haver diferentes tempos e funções.

4 O Código de ética da *Society for American Archaeology* estabelece critérios de responsabilidade, comercialização, ações educativas e públicas, administração, propriedade intelectual, registro e preservação, informações públicas, captação de recursos. Disponível em <http://www.saa.org/AbouttheSociety/PrinciplesofArchaeologicalEthics/tabid/203/Default.aspx>, acessado em 20 de novembro de 2016.

corroborando do fato de que a arqueologia precisa dialogar com outras áreas do saber, a fim de deixar a alienação de entender o passado como representação objetiva, limitando-se apenas ao registro, verificar que os sítios podem ganhar vida, em um tempo cíclico e imanente, deixando de ser inerte e morto, e neste ponto o turismo pode contribuir nessa evolução.

Para compreensão da arqueologia, no caminho em prol do desenvolvimento de projetos arqueológicos que buscam das respostas para questões da atualidade, faz necessário conhecer os principais paradigmas teóricos na arqueologia: o histórico-cultural, o processual e o pós-processual.

O histórico-culturalismo surge sobre influência de estudos científicos no século XIX, utilizando como base a filosofia e a história em caráter evolucionista, destacavam-se as reconstruções cronológicas minuciosas e descritivas, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando atributos técnicos dos artefatos exumados, através do método de seriação (FUNARI, 2006). Para o autor, a preocupação com o estudo da distribuição geográfica de artefatos e suas relações grupais formou a base dos dados coletados para a formulação de diversas sínteses arqueológicas com fundamentos para a análise de cerâmicos e líticos que são utilizadas como referência até os dias atuais. Este modelo teórico deixou a desejar por não conseguir explicar como ocorreram as mudanças culturais no passado.

Las síntesis producidas tendían ti ser *descriptivas*. Esto es, describían fases y áreas en las que se producía el cambio cultural: tal cultura siguió a tal otra, tal innovación se difundió a tal ritmo. Mucha prehistoria tradicional se leía como mucha historia tradicional, es decir como una crónica de acontecimientos amalgamada por una narrativa. Había muy poca explicación explícita de las razones de los cambios, de los diseños d la cerámica e de los modelos de cultura se difundía. (JOHNSON, 2000, pg. 36)

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições sejam passadas de geração a geração. Contudo, se levarmos em consideração e usar como base os estudos sobre estilos e hábitos que geraram em torno da problemática na compreensão dos limites sociais de vários tipos no registro arqueológico, esse modelo tornava-se inviável, afinal, como era possível limitar ou decifrar os significados acerca da materialidade somente por tradições passadas, em um contexto onde a complexidade de como eram formadas essas “gerações” eram complexas e duvidosas (FUNARI, 2006).

Em um momento de insatisfação, surge a chamada Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual. O novo modelo teórico-metodológico almejava um olhar mais abrangente sobre o tema. Direcionando-se para uma leitura antropológica da cultura, a arqueologia processual

tencionava, acima de tudo, adquirir um caráter científico e positivista, propondo a elaboração de leis transculturais sobre o comportamento humano (TRIGGER, 2004).

Dietler e Herbitch (1998) falam deste novo modelo como sendo uma reconstrução da história das interações entre as culturas, dos seus movimentos sobre a paisagem, de mudanças em seu em suas configurações, envolvendo a delimitação das unidades arqueológicas chamadas culturas (com base na distribuição espacial regional das semelhanças estilísticas associados em determinados aspectos da cultura material).

Para Johnson (2000), essa Nova Arqueologia buscava por elementos universais no comportamento humano, a partir de algumas características principais: ênfase na evolução cultural e na teoria geral dos sistemas; insistência no enfoque científico e nos processos culturais; forte tendência a serem mais explícitos a respeito de suas influências e metas a serem alcançadas; e ainda, uma melhor compreensão da ideia de variabilidade com o uso de elementos estatísticos.

O Pós-modernismo trouxe modificações nas ciências e nas artes com a quebra da crença do modelo de progresso iluminista, baseado no desenvolvimento tecnológico e na racionalidade científica. Formando um novo modelo teórico metodológico, composto por teóricos como Shanks, Tilley e Hodder, que passaram a denominar arqueologia interpretativa, conhecida como escola Pós-processual. Entre as diferentes influências recebidas por essa corrente podemos citar o neomarxismo, o pós-positivismo e a hermenêutica (GONZÁLES, 1999).

Para consolidação dessa teoria foi preciso compreender como a arqueologia surge enquanto ciência. Gonzáles (1999) aponta para a arqueologia como história de descobertas, seguida da história de métodos de pesquisa, capaz de responder as questões relacionadas com o passado da humanidade.

Segundo a visão de Johnson (2000), existem algumas afirmações chave que caracterizam o pensamento pós-processual tais como: a oposição ao ponto de vista positivista sobre a ciência e a separação entre teoria e dados; a interpretação é sempre hermenêutica, buscando significados; tem oposição à diferenciação entre mundo material e o mundo sentido; indaga sobre os pensamentos e valores do passado; o indivíduo tem livre arbítrio, portanto é elemento ativo de sua história; vê a cultura material como um texto, passível de ser lido com múltiplos.

A questão em si não é rotular qual corrente teórica defender ou trabalhar, mas como essas podem interliga-se, embora essa questão seja inviável aos arqueólogos, para tal deveria “vestir a camisa e assumir uma posição”. Contudo, esta tese não tem a ousadia de assumir

uma corrente a ser trabalhada, uma vez que o objeto de estudo, a cultura material esteja associada a vários momentos da história, e observar de que forma estes dialogam com a atividade turística analisando os ônus e bônus desta relação.

Em um nível teórico, desejamos construir uma práxis da arqueologia que acarrete conhecer, criticar e transformar o mundo. Poderíamos argumentar que estas três metas são interdependentes e que cada uma se torna prejudicial se for separada das outras duas. Transformar o mundo depende do conhecimento concreto dele. Reconhecemos, contudo que o conhecimento pelo conhecimento é complacente e, frequentemente, trivial e que o conhecimento sem crítica pode ser mal empregado. Uma crítica sem conhecimento é enganosa e perigosa, enquanto crítica sem ação é niilista e complacente consigo mesma. (MACGUIRE, 1999, p. 390)

Para Funari (2006), a arqueologia vem abandonando sua herança imperialista, abrindo espaços aos diálogos sociais. Sob autocritica ainda das práticas coloniais, o arqueólogo vem mudando sua forma de pensar, de melhorar a credibilidade uma vez descrita por Little (2009) como uma prática não confiável uma vez que servia mais aos poderes a que serve do que à ambiguidade de suas interpretações.

Hodder (2000) atribui essa mudança ao pós-processualismo, que possibilitou a inserção do papel social do arqueólogo. A inserção de povos nativos, questões de gênero, etnicidade e outros engajaram a arqueologia em movimentos sociais lidando com temas acerca da justiça social, paz, fortalecimento da comunidade e preservação do meio ambiente.

A perspectiva neste estudo não é assumir uma posição, seja ela positivista com aplicação de métodos científicos na obtenção de resultados sem a interferência do pesquisador; seja ela relativista colocando a questão do meio como ponto de partida para as interpretações e conhecimento. Trigger (2004) expôs bem o posicionamento deste estudo, de que seria fulcral que arqueologia e sociedade obtivessem uma relação estabelecida e integrada.

O ponto de partida poderia ser para quem e por que conservar, estudar, pesquisar e preservar os bens arqueológicos. Mas essa discussão estará no escopo do próximo capítulo. Ratificando Little (2009), a ciência arqueologia deveria levar em consideração os interesses da sociedade. E na expressão de Caldarelli (2007, pg. 51), “a preservação do passado não se faz apenas salvando e cuidando dos vestígios materiais das culturas pretéritas, mas por meio da reflexão sobre o passado, presente e futuro”.

Conhecer o passado possibilita uma melhor compreensão do presente, reconhece a sua função social, fortalece a identidade e caracteriza a cultura. Corroborando dessa assertiva, Merriman apud Funari (2004) afirma que a arqueologia deve ser voltada para o interesse

público em geral, fixar no sustento estatal é uma visão reducionista, existem diversas vertentes de teorias e práticas neste campo. Para o autor, a dificuldade está em definir o que é público, pelo que estamos acostumados a assistir financiamentos estatais. Mas este ressalta a importância e necessidade da construção do fortalecimento de identidades nacionais.

Cornelius Holtorf (2007) apresenta um modelo democrático onde as práticas dos arqueólogos possam ser repensadas, um modelo da educação, das relações públicas e o democrático. Respectivamente tende a mostrar o arqueólogo como detentor da verdade, como somente ele conhece o passado, o segundo demonstra a importância em mostrar a arqueologia para o público, em uma premissa de justificar suas ações e pesquisas, e o democrático prevê a elaboração do conhecimento arqueológico através de trocas de experiências entre o profissional e a comunidade. Tal modelo democrático configura-se como alternativa para um caminho de valorização igualitária do conhecimento. Para Holtorf (2007), as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e para tal deveriam ouvidas. Os saberes variam de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, mas possuem igual importância.

O Brasil registra um vasto acervo de vestígios arqueológicos, dando indícios da presença da atividade humana no país, sejam líticos, cerâmicos, ósseos, pinturas rupestres, gravuras, e tantos outros.

Mas para Funari (2013), foi através de Dom Pedro I que a arqueologia brasileira inicia suas atividades trazendo artefatos arqueológicos, como múmias egípcias e diversos outros objetos. Todo patrimônio arqueológico foi sendo constituído na lógica dos museus. Explicitando esta questão, segundo o autor, o Museu Nacional do Rio de Janeiro⁵ foi projetado para ser rival dos museus Britânico e do Louvre, e que abrigava um grande e relevante acervo da história do nosso país (FUNARI, 2013).

Mas seguindo a história da arqueologia brasileira, Funari (2013) aponta a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contemporâneo. Para o autor, nesse planejamento, a arqueologia desempenhava um importante papel, projetava estabelecer raízes entre ambos, Velho Mundo (arqueologia clássica e egípcia) e Novo Mundo (arqueologia pré-histórica). O seu desenvolvimento ocorreu de forma precoce, dada ao fato de que por algumas décadas, a

5 Fundado por Dom João VI, no dia 6 de agosto de 1818, o museu acabou de completar 200 anos. Em um triste retrato do descaso pela gestão de nosso patrimônio, no dia 02 de setembro de 2018 o Museu Nacional sofre um incêndio que destruiu grande parte de seu acervo. É de grande relevância deixar registrado nesta tese, em se tratando de um estudo público, esse descaso com o nosso patrimônio, vale ressaltar que nele estava o fóssil humano mais antigo encontrado no Brasil, batizado como Luzia. Um estudo arqueológico de grande representatividade para a história da pré-história nacional, e reacendia a discussão da chegada do homem na América. Tal “incidente” demonstra o desmonte que vem ocorrendo em nosso país tanto para as pesquisas arqueológicas, quanto para a gestão do patrimônio de forma geral.

arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil. Contudo, com o fim da monarquia, veio o declínio da arqueologia durante a República Velha (1889/1930). Nos anos 1930, a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio, designando o período colonial como reconstrutor da nação. O período colonial foi escolhido como aquele período chave para sociedade brasileira, em particular durante o período da ditadura fascista do Estado Novo (1937-1945), mas a arqueologia, não diferente de sua origem, nasce como uma atividade acadêmica começou nessa época como uma reação contrária ao autoritarismo (FUNARI, 2013).

Funari aponta Paulo Duarte (2013) como um dos precursores pela iniciativa em atrelar a Universidade de São Paulo um movimento muito importante para a arqueologia, pois pela primeira vez, esta poderia se tornar um ofício acadêmico no Brasil. Para tal, usou uma abordagem humanística a exemplo do *Musée de l'Homme*, que durante suas pesquisas na França serviu de modelo para considerar os povos indígenas como seres humanos igualmente importantes. Para o autor, pré-história não foi apenas um tema digno de investigação devido a razões intelectuais, mas como uma declaração da humanidade em si: somos todos portadores de cultura. Não é coincidência que a arte rupestre tenha desempenhado um papel especial, pois desenhar em cavernas e inscrever em pedra revela-se a maior característica humana, a da comunicação. Todos os seres humanos dominam a linguagem (FUNARI, 2013).

Arte rupestre consiste em manifestações gráficas realizadas em abrigo, grutas, paredões, blocos e lajes feitas através da técnica de pintura e gravura. As gravuras podem ser elaboradas através de picoteamento ou incisão; já as pinturas foram realizadas por meio de diversas técnicas: algumas, com fricção de um bloco de pigmento seco e duro na pedra; outras, com o uso de um pincel feito de galhos de árvore; em outros casos, a pintura foi feita com o próprio dedo ou o pigmento foi transformado em pó e soprado na rocha. (GASPAR, 2003, p.15)

Mas falaremos mais sobre o registro rupestre no capítulo cinco, como um dos objetos estudados nesta tese.

O desenvolvimento da arqueologia na história do Brasil ocorreu de forma tardia, iniciando, a exemplo dos EUA, com as elites, após as missões jesuítas no sul do Brasil e na década de 80 nos quilombos em Minas Gerais, pois se tratava de áreas de mineração. Somente quando a democratização passa a ter espaços em pesquisas e discussões é que a arqueologia passa a se preocupar com os patrimônios públicos após a democratização (FUNARI, 2013).

Para o autor, quando a democratização ganhou espaço, a arqueologia histórica passou a se preocupar com os mais icônicos patrimônios públicos e com as pesquisas indígenas. Assim como foram sendo ampliadas as discussões, como questão de gênero e questões

religiosas. Desde então, a arqueologia histórica brasileira vem explorando diversas outras áreas e temas, a arqueologia subaquática passou a ganhar espaços e ter referências no país.

Arqueologia de contrato, preventiva e pública passaram a ser abordagens de pesquisa e de instrumentos com intuito de buscar espaços de gestão e proteção ao patrimônio arqueológico assim como a discussão ambiental.

Para Guimaraes (2012), a Arqueologia Brasileira tem sua expansão no ano de 2002, através dos Estudos de Impactos Ambientais - EIA em função do pleito de licenças ambientais, regulamentadas pela portaria do IPHAN nº 2306, que possibilitaram através dos trabalhos desenvolvidos por uma arqueologia de contrato⁶ descobrir novas áreas arqueológicas no país, algumas sem cunho científico dado o ritmo de trabalhos desenvolvidos por este ramo da arqueologia, uma vez os prazos dados são curtos na iminência de liberações rápidas do licenciamento ambiental.

A avaliação ambiental foi introduzida no Brasil com a Lei 6.938, de 31/8/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo, segundo o artigo 2º, é “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (CALDARELLI E SANTOS, 2000, PG. 56)

Assim, o Estudo de Impactos Ambientais é definido por Sánchez (2006) como sendo um instrumento de planejamento, isto é, como uma atividade técnico-científica que tem por finalidade identificar, prever e interpretar os efeitos de uma determinada ação humana sobre o ambiente.

O licenciamento ambiental é a primeira ferramenta legal a impor um diálogo entre arqueologia e turismo, uma vez que os empreendimentos turísticos como hotéis, museus temáticos, restaurantes e outros que compõem a cadeia produtiva do turismo precisam de uma licença ambiental para entrar em funcionamento e, como previsto por lei, é preciso uma pesquisa arqueológica prévia a instalação desses.

Essa prerrogativa permite lançar um olhar epistemológico pós-moderno e interdisciplinar por parte da arqueologia como uma ciência neutra, que se faz necessário o entendimento acadêmico sobre o passado inserindo as diferentes formas de participação da

6 - É importante considerar que o estudo dos impactos ambientais nas pesquisas arqueológicas já eram previstos na resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, através da resolução nº 001 de 13 de janeiro de 1986. A portaria do IPHAN está disponível no site: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf,

arqueologia no consumo cotidiano deste passado em diversas áreas do saber (AFFONSO, 2009).

Percebe-se o momento ideal para efetivar o diálogo entre arqueologia e turismo. Mas é preciso o entendimento sobre o que vem a ser o turismo. Como este atuou e vem atuando para promoção responsáveis para desenvolvimento local destinos? O turismo sempre foi visto pela arqueologia como agente destruidor, não só por esta disciplina, mas por muitas que acreditavam ser uma prática excludente, se apropriando da materialidade (material e imaterial) arqueológica ou denegrindo pesquisas. É o momento que desmitificar e/ou desvendar as problemáticas que o levaram a ter esse entendimento.

Embora recente no Brasil, o diálogo entre essas duas ciências permitiu colaborar para valorização do patrimônio arqueológico em projetos que buscam conservar, proteger seus bens através de adoção de mecanismo de controle e monitoramento, além de auferir recursos, em uma perspectiva sustentável, de conservação de bens arqueológicos com fins turísticos, fortalecendo o chamado e Turismo Arqueológico e/ou Arqueoturismo.

2.2. As interfaces com turismo contemporâneo

Os conceitos tradicionais de turismo afirmam que a atividade se desenvolve em locais que reúnem elementos capazes de atrair pessoas e motivar fluxos pelos mais variados motivos. Em seus conceitos clássicos estão as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras.

Droguett (2004) aponta uma atividade humana intencional, através do deslocamento para um determinado destino, devendo permanecer mais de 24 horas e retornar ao local de origem após um período. Oliveira (2001, p.36) faz uma adaptação ao conceito de turismo desenvolvido pela Organização Mundial de Turismo – OMT, definindo como um:

conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos (OLIVEIRA, 2001, p.36).

Tudo isso promovido pelo avanço da tecnologia, queda de fronteiras políticas e ideológicas advindos da globalização que permite esse deslocamento e troca de experiências. Assim, como qualquer outra atividade integrada à lógica do capitalismo do paradigma atual, o turismo tende a gerar grandes impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos e territoriais (SAARINEN, 2006). A expansão desses impactos gera um prejuízo a curto, médio

e longo prazo e ameaçam a sustentabilidade do setor, são eles: a mercantilização da cultura, logo do patrimônio; a desestruturação da cultura local; degradação ambiental; elevação dos índices de concentração de renda, descaracterização dos ambientes naturais, o estímulo à especulação imobiliária; exclusão social e territorial; dentre outros.

Embora seja primordial definir a atividade, é importante salientar que neste estudo não trataremos o turismo como sinônimo de visitação somente, mas de um conjunto de ações e atividades que vão além de simples fato de visitar um local, levando em consideração a amplitude de sua atuação. Consideramos turismo não somente as práticas desenvolvidas por turistas⁸, mas sim todo o planejamento envolvido, as relações sociais e culturais, as relações entre visitantes e residentes, as experiências vivenciadas, o sistema autônomo que muitas vezes encontra-se fora do circuito tradicional de comércio turístico, mas que sustenta em grande escala a atividade, principalmente em lugares pequenos sem tanta infraestrutura, o sistema comercial desenvolvido para atender turistas e visitantes, ou seja, toda a complexidade que remete a atividade turística. Como afirma Barreto (1995, p. 17) “O turismo é um fenômeno social complexo e diversificado”, limitá-lo ao simples fato de visitação descontrói toda proposta que esta tese acredita de promoção do desenvolvimento turístico local e sustentável.

A viagem não pode ser tornar uma jaula, não pode passar a imagem de que a mobilidade espacial é culturalmente imóvel, à medida que a visitação para ser só objeto de uma mercantilização, a autenticidade de intercâmbio de relações desaparece e dá lugar a uma ilusão, a algo artificial, que não produz experiências, e que a demanda passa a evitar progressivamente (ZAOUAL, 2009).

Moesch (2002) aponta para os conceitos mais remotos do turismo. Em meados de 1911, o economista austríaco Herman Von afirmava que o turismo compreendia todos os processos relacionados ao deslocamento de pessoas, dando ênfase ao poder econômico por entender que essas pessoas deixavam recursos monetários em seus destinos, assim nasce o discurso economicista baseado em dados estatísticos e quantitativos.

8 Com base em alguns autores, o turista é elemento básico para que o turismo ocorra em uma localidade, contudo com o a ampliação do conceito de turismo passamos a incluir o termo visitante, como alguém que se envolve mais com o local visitado. Em um estereótipo grosseiro, o turista será aquele que apenas visita o local, o visitante ele interage com a localidade. Contudo ambos os termos podem ser utilizados com sentido de que ambos passam a interagir com a localidade no turismo contemporâneo. Para a OMT: “*Tourism is therefore a subset of travel and visitors are a subset of travellers*”, ou seja, “O turismo é, portanto, um subconjunto de viagens e os visitantes são um subconjunto de viajantes.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) descreve a atividade turística como um fenômeno social e humano para o qual a representação estatística tem desafios particulares devido à sua natureza abstrata, com indicadores não monetários e que não se concentraram na descrição e medição de fluxos de visitantes associados ao turismo receptivo, mas em todo o sistema que compreende a atividade⁹.

O turismo não pode ser compreendido como mera atividade econômica, e sim um conjunto de atividades sociais, ambientais, culturais, religiosas e tantas outras que fomentam essa vertente econômica. La Torre (1992) diz que este pensamento economicista só foi compreendido enquanto um fenômeno e social com a Escola Portuguesa que afirmava que o turismo era um fenômeno social que consistia também em um deslocamento voluntário e com motivações sociais, religiosas, cultural, dentre outras. Outro paradoxo a ser questionado é ao fato de atribuir o turismo o conceito de indústria, como durante anos foi designado. Este é um setor de serviços, que pode vir a materializar produtos, mas sua essência são serviços, e neste estudo serão as experiências também.

Para o alcance dessa definição da OMT, Molina (2000) sintetiza em três grandes fases des. A primeira seria o Pré-Turismo, tendo como destaque o *Grand Tour*, fenômeno social típico da cultura europeia do século 18 caracterizada pelas viagens aristocráticas pelo continente europeu, sobretudo por jovens membros de famílias abastadas, propiciando-lhes conhecimento e experiência (Salgueiro, 2002). A segunda fase seria o Turismo Industrial, apresentando três categorias: o Turismo Industrial Primitivo, que teria origem no século XIX, estendendo-se até o início da Segunda Guerra Mundial; o Turismo Industrial Maduro, ou Turismo de Massa cuja origem se daria a partir da década de 1950, estendendo-se até o início da década de 1980, caracterizado pelo modelo fordista de produção. Urry (1999) entende o turismo de massa, como grande centralizador da oferta turística, que tende a motivar um grande número de pessoas para um lugar em um mesmo período de tempo, mantendo o turista isolado do contato com a comunidade local. Para o autor essa prática tende a padronizar os destinos, descaracterizando a cultura local e transformado a atividade em mercadoria que segue as leis de mercado, neste caso seguindo a lógica do capitalismo. E, por fim, o Turismo Pós-Industrial, que teria origem na década de 1980 avançando até o final do século XX. Essa

9 - “Tourism is a phenomenon for which statistical representation has its particular challenges because of its special nature. Most tourism indicators have traditionally been physical (non-monetary) and have focused on the description and measurement of flows of visitors associated with inbound tourism. Without underestimating the importance of such information, the present recommendations will expand well beyond this scope”. https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21, acessado dia 05 de maio de 2018.

última fase, segundo Molina (2003), corresponde a fase de um turismo mais responsável, paralela às discussões da crise ambiental mundial, avançando pelo século XXI e chegando à contemporaneidade. Está caracterizada pelo uso de tecnologias de alta eficiência, propiciando o surgimento de produtos turísticos desenvolvidos através do uso de capital e tecnologia, com uma preocupação voltada para questões ambientais, sociais e culturais.

Trazer uma definição de turismo contemporâneo é truismo, por se tratar de um objeto de pré-ocupação de muitas pessoas, de um sistema amplo, que envolve inúmeros profissionais, gera divisas em todos os ramos da atividade, sendo reconhecido como importante agente cultural e de mudanças. Trata-se de uma nova forma de fazer turismo, não de um segmento específico, mas de como o turismo dialoga com as novas e emergentes formas de agir e relacionar com o meio ambiente em que ele ocupa, ou é ocupado.

A construção do pensamento propõe dentro de novas propostas um novo saber fazer turismo, através de uma relação social, ética, cultural, espacial e política com os atrativos locais e trazendo o conceito de comunidade para uma discussão perante sociedade, ancorado em um saber fazer participativo, resultando em novas formas de dinamizar e humanizar o turismo sob viés da sustentabilidade.

Discutir a contemporaneidade do turismo é ainda um grande desafio, sob a análise de autores como Debord (1997), que atribui o fato de o turismo ser, ainda, entendido como circulação de pessoas que viajam para consumir. Não é que seja um equívoco o consumo, mas precisamos definir de que consumo estamos falando, e como estamos consumindo. Como objeto de consumo, um subproduto da circulação de mercadorias, que pode ser caracterizado como o lazer de ir ver o que se tornou banal, mercantilizado, padronizado por setores que homogeneizaram a atividade. Bullon (2002) fala da necessidade de técnicas, métodos, de uma linguagem universal, na compressão de seu sistema, em uma análise global, multidimensional, multicompreensiva e multidisciplinar.

Hennigen (2010), expõe, em seu artigo aspectos do livro *The postmodern condition*, publicado por Lyotard, que mais do que introduzir um novo conceito no cenário das ciências sociais, o turismo teve o mérito de aquecer o debate sobre as transformações que se processavam em nossa sociedade. Passado mais de 20 anos, não existe consenso quanto ao conceito de pós-modernidade, que tem recebido significados distintos e gerado muita discussão: o que para alguns é pós-modernidade, para outros é alta modernidade ou modernidade tardia.

Castells (1999) focaliza outras questões para analisar a contemporaneidade. Para ele, que não trabalha com o conceito de pós-modernidade, mas de sociedade em rede, que

promove transformações estruturais através da revolução da tecnologia da informação, a crise econômica do capitalismo e do estatismo (e suas reestruturações) e o apogeu de novos movimentos sociais, ratificando a proposta de construir cenários em meio a uma crise de estagnação de um destino, consequência do capitalismo e seu sistema massivo.

Fridman (2000) busca compreender a subjetividade contemporânea, abordando que a ansiedade humana em face das rápidas e profundas mudanças, processadas no cenário mundial nas últimas décadas, corrobora que as causas sociais sofram oscilações e vertigens frutos da cultura do consumismo, que nos afetam e atinge a cultura, trabalho e a constituição da ordem pós-moderna.

O fato que esses autores corroboram do entendimento de contemporaneidade traz uma possibilidade de reorganização desse modo de vida desenfreada, focando em um modelo de experiências, da revolução tecnológica e informacional frente a uma crise do paradigma do capitalismo e resultado dos movimentos sociais e ambientais. Mas para alcançar, é necessária uma mudança no planejamento das práticas turísticas.

É preciso produzir base teórica forte, capaz de enfrentar os instrumentos de gestão que hoje defendem esse turismo massivo e agressivo. Não estamos generalizando, uma vez que já há uma abordagem crítica a esse modelo. Dann (1999) aponta estudos turísticos produzidos, que acusa uma investigação mais descritiva dessa problemática do turismo de massa, indicando a inexistência de uma base consistente de políticas e pesquisas. Jafari (2005) explica que só se reconhecerá o valor dessas pesquisas à medida que existir um grande número de pessoas com formação e qualificação da área atuando em empresas, governamentais e não governamentais.

McIntosh e Gupta (1993) afirmam que isso é resultado de diferentes abordagens, por diferentes áreas sobre a compreensão do que vem a ser o fenômeno turístico. Os autores o caracterizam de natureza multifacetada e identificam várias abordagens.

Quadro 2 – Abordagens de investigação Turística

Abordagem	Linhas de Investigação de Pesquisa
Abordagem Institucional	Considera os vários intermediários e instituições que desempenham atividades turísticas. São os que investigam os métodos operacionais, os problemas, os custos e da importância econômica dos vários agentes intervenientes no fornecimento de serviços e atividades turísticas.
Abordagem pelo Produto	Envolve o estudo de vários produtos turísticos e da forma como são produzidos, comercializados e consumidos.
Abordagem Histórica	Em uma perspectiva evolutiva, é a menos frequente. Busca resposta para as causas de inovações.
Abordagem de Gestão	Busca orientação para o campo empresarial de micro e macro empresas, envolvendo todas as etapas do planejamento, pesquisa, preços, publicidade e outros.

Abordagem Econômica	Como o turismo é importante fomentador para a economia em muitos países, esta investigação procurar analisar na relação de oferta e procura balança de pagamentos, entrada e saída de divisas, geração de empregos, efeitos multiplicadores e outros.
Abordagem Sociológica	Enquanto atividade social, essa investigação aborda as relações de comportamento do turista e os impactos causados na sociedade. Examinando as classes sociais, hábitos e costumes.
Abordagem Geográfica/Ambiental	Investigar os aspectos espaciais e ambientais e elementos base para que o turismo ocorra. Neste campo observa-se localização, clima, paisagem, ecossistemas, dentre outros.
Abordagem Interdisciplinar/Sistêmica	Uma investigação complexa dada o conjunto de áreas e setores que permeiam e se entrelaçam à atividade turística. São diversos profissionais e setores envolvidos. De forma que esta possa operar. Um sistema inter-relacionado, que possui a tarefa de possuir uma visão macro e micro ao examinar todo o sistema turístico de uma localidade.

FONTE: McIntosh e Gupta (1993) adaptados pela autora.

A tendência natural a homogeneização nos aspectos de consumo e informação, geradas pelo fenômeno da globalização, contribuíram para uma fase de transição, em uma perspectiva de mudança de paradigma do turismo moderno para o contemporâneo, este assegurado pela necessidade de um novo significa que fortaleça os laços cultural e recrie nos significados em seus bens culturais, em uma busca de consolidar a identidade local.

Para Panosso Neto (2005), uma forma de compreender o fenômeno do turismo é como ação objetiva e intersubjetiva que se manifesta em si mesma, que pode ser apreendida pela consciência e que possui uma essência em si. Exemplificando o autor, questiona dados do Departamento de Estatística da Nova Zelândia para qualificar uma viagem turística, esta precisa ser de no mínimo 40km, e no Canadá o mesmo critério fala em 80km. O autor levanta o questionamento de que “ Quais os tipos de viagens ou padrões de viajantes são referenciais para definir o viajante da contemporaneidade? ”, “O que influencia identificação, observação e definição do turismo contemporâneo? ”. (PANOSSO NETO, 2005). Por mais simplórias que sejam esses questionamentos, são fulcrais em demonstrar as mudanças que o turismo na contemporaneidade para um fenômeno multifacetado.

Urry (2001) fala de um novo olhar, acrescenta que o turismo resulta de uma divisão binária básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário, e ressalta que as pessoas (visitantes e turistas), precisam vivenciar os prazeres distintos que a atividade permite, envolvendo sentidos, ou que se situem numa escala diferente da vida cotidiana, mas que possam ser entendidas sob a égide do turismo.

O significado e o valor do lugar passa a ganhar uma discussão importante no turismo contemporâneo, gerando bens e serviços que visam à satisfação e busca por experiências

autênticas que possibilite a conhecer o novo, a cultura e como vivem ou vivem as pessoas e seus modos de vida.

A busca em conhecer novos destinos turísticos, gerando demandas mais maduras em resposta às experiências anteriores na gestão de destinos turísticos, que se desenvolveram sem planejamento, causando desgaste na cultura local, no meio ambiente, gerando expectativas frustradas por parte dos visitantes. Isso fez com que se aumentasse a responsabilidade na condução e elaboração de políticas públicas permitindo a competitividade¹⁰ no turismo.

Reconhecer o turismo enquanto atividade para desenvolvimento local dá possibilidade de viajar e conhecer outras culturas promove a aproximação e a paz entre os povos, criando uma consciência respeitosa sobre a diversidade dos modos de vida, é evidente. Nessa perspectiva exigente de uma demanda mais esclarecida, o desenvolvimento local sustentável em uma região é um desafio cada vez maior para a sociedade contemporânea. A sociedade cada vez mais, se desenvolve, priorizando o incremento do crescimento econômico, interesse individual, utilizando-se dos recursos naturais, culturais, sociais sem considerar suas limitações de forma individualista e contraditória.

A sustentabilidade no turismo é o ponto de partida no processo de mudança, que vem a orientar o desenvolvimento turístico para que este alcance seus objetivos através de estratégias, monitoramento, ações de políticas públicas e outros.

O turismo sustentável tornou-se uma proposta muito além da iminência de crise turística no mundo, é um modelo necessário do saber fazer turismo. Observa-se que o modelo convencional¹¹, embora esteja tão presente e atuante, se mostra a cada dia mais fragilizado, mesmo sob forte influência do modelo econômico vigente, causando danos irreversíveis aos atrativos culturais e ambientais que envolvem a dinâmica do turismo. Entretanto, os impactos comuns ao meio ambiente e aos aspectos culturais pareciam não alarmar a atividade turística, já que esses elementos sempre foram superados pela lógica do capital, com a mercantilização do meio ambiente e dos bens culturais, até começar a perceber que o crescimento econômico não reduz as irracionalidades do sistema capitalista. E todo esse debate se expande pelo mundo todo.

10 Segundo Dwyer e Kim (2003), a competitividade de destinos está relacionada à habilidade de prover produtos e serviços melhores do que aqueles que já são ofertados por outros destinos turísticos, ou seja, torna-se de suma importância pensar em uma multiplicidade de produtos que possa satisfazer a demanda cada dia mais segmentada/fragmentada.

11 - Para Gastal (2001), também conhecido como turismo tradicional ou de massa que filiou-se a lógica industrial, na qual se postula que apenas a produção em série e a quantidade poderiam significar produtos rentáveis em termos econômicos.

O grande “boom” turístico no Brasil foi justamente entre anos 70 e 80, que apontava como a “Indústria do Futuro”, e passou a receber investimentos em todos os países do mundo, sendo sempre citado como uma solução para crises financeiras e um segmento econômico de grande perspectiva de crescimento. A sustentabilidade turística é o elo entre o contemporâneo e o tradicional na história das práticas e gestões turísticas. Esse talvez seja um grande desafio da sustentabilidade turística, manter um elo cada vez mais forte entre comunidade receptora (morador) e o visitante (turista). Essa relação possibilita não só um entendimento maior dos problemas que possam vir gerar a comunidade que recebe o turismo para desenvolvimento econômico e local, como também auxiliar na preservação cultural do seu ambiente, sua história, adquirindo respeito para quem a visita.

Mas falar em sustentabilidade requer uma breve, mas importante retrospectiva de como se chegou ao termo sustentabilidade.

A chamada crise ambiental¹² eclodiu no mundo trazendo prerrogativas para o problema de setores ligados e fruto do capitalismo mundial. Desde o período pós-industrial, percebe-se que as fontes são esgotáveis e que o paradigma de desenvolvimento poderia vir a afetar futuras gerações. Foster (2005) já mostrava a disparidade da evolução do capitalismo, na análise que faz da obra “O Capital”, de Marx, onde a concepção materialista de natureza alcançou plena integração, definindo assim um processo de trabalho entre o homem e a natureza, através de suas próprias ações, intercede, regula e controla a natureza. Deste movimento, nasce o conceito de desenvolvimento sustentável¹³, um norte para que o turismo deixasse de ser vilão e passasse a mocinho, porém se obtivesse bom comportamento.

A sustentabilidade busca trazer soluções para essa crise ambiental de uma forma mais ampla. Enquanto se discutia o desenvolvimento sustentável, alguns pesquisadores chegaram à conclusão que pensar somente em cima da vertente ambiental não seria a solução. Uma vez que esta crise estava inserida em um modelo muito bem estabelecido que colocava o consumo como algo que era primordial para ascensão social. Para combater esse pensamento, era

12 O discurso de desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido na conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Mas a consciência ambiental surge nos anos 60 com a PRIMAVERA SILENCIOSA de Raquel Carson, e se expandiu nos anos 70, vindo a discutir em Estocolmo a crise ambiental, assinalando os limites da racionalidade econômica e desafios para degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade (LEFF, 2001).

13 O conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito foi do Relatório da Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente – Relatório Brundtland – de 1987, que contribuiu para uma visão de desenvolvimento que promovesse a equidade social inter e intra-gerações e entre o Homem e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que compreende os limites de exploração do meio ambiente sob uma ótica não apenas física, mas também sistêmica (BRUNDTLAND, 1987).

necessária uma mudança de comportamento e desta maneira, estaríamos falando do aspecto social, o que delineava também para as questões sócias.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Desta forma, o meio ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão (SACHS, 1986). O autor enfatiza uma mudança endógena, onde a sociedade, partindo das comunidades precisam se adaptar às mudanças iminentes.

A sustentabilidade passou a ser discutida em três esferas (ou conflitos) sejam cumpridos (ou resolvidos), simultaneamente: (I) o interesse da geração atual em melhorar a suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica), (II) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social), e (III) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental) (HORBACH, 2005).

De acordo com a Carta de Turismo Sustentável, há uma conscientização da realidade do turismo como fenômeno de alcance mundial e que implica as mais altas e profundas aspirações dos povos, constituindo um importante elemento para o desenvolvimento social, econômico e político em muitos países. Assim, foi reconhecido que o turismo é uma atividade ambivalente, que pode trazer grandes vantagens no âmbito socioeconômico e cultural, enquanto que ao mesmo tempo contribui para a degradação do meio ambiente e a perda da identidade local, pelo que deve ser abordado desde uma perspectiva global (DIAS, 2005). De acordo com o autor, para alcançar a sustentabilidade turística é necessário: formular políticas de turismo em todos os núcleos; a política turística deve ser resultado de processo participativo; ter enfoque integrador; aplicar técnicas de avaliação do impacto ambiental; ações das empresas turísticas não devem prejudicar localidade; e respeitar os limites de crescimento do turismo.

Para Silva e Andrade (2011), a criação da Embratur, através do Decreto – Lei nº 55/66, definiria pela primeira vez, um conjunto de dispositivos que poderia identificar ações estratégicas. A Política Nacional do Turismo - PNT e criar o Conselho Nacional do Turismo – CNTur, segundo os autores, representou um esforço no sentido de estabilizar a economia brasileira. Contudo, o que se entendia por ações estratégicas foi um desastre a imagem do turismo no Brasil, iniciou-se campanhas de propaganda tentando vender o país como um destino de turismo dos mais ricos em atrativos no mundo, com investimentos em infraestrutura e agressivas campanhas de marketing. Uma imagem estereotipada e negativa permeou durante muito tempo sobre o Brasil.

Assim a imagem brasileira turística foi criada: (a) O Brasil Paraíso - relacionando à ideia de ambiente selvagem, Éden, recursos, atrativos naturais e paisagísticos, origens da descoberta que pontuam na carta de Pero Vaz dentro do enunciado “dar-se-á nela tudo”; (b) O Lugar de Sexo Fácil – relacionando a ideia de beleza, sensualidade, libertinagem, símbolo da mulher brasileira, concepção da vida nos trópicos (mar, praia, sol); (c) O Brasil do Brasileiro – características atribuídas ao povo brasileiro como musicalidade, hospitalidade, malandragem, doçura, alegria, falta de racismo, dentre outros; (d) O País do Carnaval - relacionando as manifestações dos meios de comunicação, manifestações gastronômicas, culturais, folclóricas e outros; (e) O Lugar do Exótico e do Místico – relacionando a ideias bizarras, religiosidades, mistério, cultura indígena através de rituais, magias e outros. (BIGNAMI, 2002, p.117)

Affonso (2006) adverte que a identidade de um país é sua porta de entrada, e faz com quem o visitante entenda quem mora ali, o que aquele país oferece, e o turismo é uma forma de criar uma imagem da pátria; o turismo é uma forma de enriquecimento espiritual; o turismo é o lazer transformado em aprendizado de brasilidade. Somente nos anos 1990, inicia uma tentativa de mudança da imagem do turismo brasileiro. Portanto:

Nos anos seguintes, a EMBRATUR considerou que as estratégias de venda deveriam ser mudadas: “saíndo o país do futebol, Carnaval e samba, e entra um novo país, jovem e moderno, que ao lado de privilegiadas belezas naturais está aberto a novos investimentos”. Esta imagem de país novo e moderno estava associada à própria imagem do Presidente da República, criada em sua campanha presidencial, que transmitia ares de pessoa jovem e dinâmica e que renovaria o Brasil. A pedido do Presidente Fernando Collor de Mello, influenciado pela Eco 92, que seria realizada no Brasil, priorizou-se a divulgação do turismo ecológico, em especial a Amazônia e o Pantanal. Vale ressaltar que foi minimizado — porém não de todo abandonado — o uso da mulher sensual como representação da mulher brasileira na imagem turística do Brasil. (ROSA, *apud* AFFONSO, 2006, p. 116)

Affonso (2006) afirma que, só em 1997, a EMBRATUR conseguiu realizar uma campanha em nível internacional, despertando assim todo tipo de demanda. Com o *slogan* “Quando o Turismo cresce, o Brasil cresce junto”, houve a tentativa de reverter às percepções que o país tinha no exterior e aumentar a captação de fluxos turísticos internacionais.

Segundo Affonso (2006), em 1977 ocorreu a II Reunião do Sistema Nacional de Turismo, que teve como objetivo essencial examinar o passado e o presente do turismo no Brasil, a fim de moldar o futuro. As campanhas dos próximos anos seriam ancoradas por valores nacionais, os traços culturais. A imagem turística passou a valorizar sobremaneira o apelo paisagístico e cultural do país, enfatizando belezas naturais, gastronomia e suas edificações (monumentalidade) culturais.

Paralela a esta discussão, nasce à teorização do turismo no Brasil como ciência, ocorre com a criação de cursos de nível superior na década de 70, sendo a pioneira a faculdade Anhembi Morumbi, já na década de 90. Antes disso, contribuíram para fomentação das pesquisas em turismo o economista suíço Jost Krippendorf, com a obra “Sociologia do Turismo”, onde faz duras críticas ao turismo de massas, paralelo aos questionamentos acerca da crise ambiental no mundo, e o turismo de massa era uma atividade responsável pelos grandes impactos socioambientais (KRIPPENDORF, 2009). O autor já aponta várias publicações no Brasil alertando para as questões sociais, ambientais e culturais nas propostas de elaboração de um planejamento mais direcionado para praticas mais responsáveis.

A Criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, fez com que as políticas públicas passassem a ser mais efetivas com criação de programas e projetos que viabilizavam a atividade turística.

Para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado. (BENI, 2003, p.101)

E em 2007, no governo Lula, deu-se início ao novo Plano Nacional de Turismo – PNT 2007-2010¹⁴ – uma viagem de inclusão, através de uma política participativa e descentralizada.

Vale ressaltar que o Ministério do Turismo viabilizou a elaboração de documentos de orientações e diretrizes políticas e operacionais para o turismo, como o Plano Nacional de Turismo (PNT) que chegou a sua 3ª revisão em 2010 e define como estratégico o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), uma versão melhorada e revisada sobre o antigo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), mais tarde, em 2008, assumindo mais uma orientação nacional, na qual, municípios, notadamente as capitais, são tomados como centralidades indutoras do desenvolvimento turístico regional, quando é instalado o Projeto Destinos Indutores do Turismo no Brasil. (SILVA, 2011).

O PNT 2013-2016 trouxe uma preocupação em ampliar a participação dos estados e municípios na formulação de políticas públicas de turismo, propondo um diagnóstico

14 Objetivo: Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais, Promover o fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros, Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas. Disponível em - http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf, acessado em 20 de maio de 2016.

completo das potencialidades e dos problemas das regiões turísticas do país. Nesse escopo, o Programa de Regionalização do Turismo ganha mais espaço e força de atuação.

O Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil¹⁵, veio como uma dessas políticas “participativas e descentralizadas” que tem como meta a diminuição das desigualdades sociais, geração e distribuição de renda e emprego. Desta forma, promove a demarcação de regiões turísticas em potencial, como em Sergipe, com a finalidade de planejar, administrar e construir a integração e cooperação entre os participantes das atividades turísticas da região. Assim, aponta possibilidades de desenvolvimento para os novos destinos.

Com a premissa de promoção do desenvolvimento sustentável, a criação do Ministério do Turismo, em 2003, sucedeu antigas reivindicações de diversos setores, que buscavam através das políticas desenvolvidas articulação das diretrizes que assegurassem implantação de macro programas, da implantação da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo com intuito de encarregar a implantação de infraestrutura turística, da busca em fomentar e gerar investimentos e promover ações de capacitação e qualificação profissional (SILVA, 2011).

Essas políticas e programas geraram a busca em conhecer novos destinos turísticos com objetivo do desenvolvimento local e fortalecimento, o que aumentou a responsabilidade na condução e elaboração dessas políticas públicas, gerando competitividade e novas possibilidades, em perspectiva de sustentabilidade turística, destes novos destinos, permitindo uma diversificação de produtos e serviços, uma multiplicidade de opções. Essa busca prevê a retomada pela contemplação da natureza, em cenários sustentáveis, não aquela descrita por Diegues (1996) como “intocada”, mas um cenário que pode apresentar uma diversificação de renda para as comunidades e um eixo estratégico para o desenvolvimento local, que possibilite conhecer a evolução e história desses destinos, o que aumenta, evidente, a responsabilidade na condução e elaboração de políticas públicas que permitam a competitividade, em uma perspectiva de sustentabilidade turística, destes novos destinos (SILVA E ANDRADE, 2011).

Estudos recentes realizados pela Organização Mundial do Turismo buscaram a interatividade como uma das tendências para as próximas décadas. Cada vez mais, os viajantes querem envolver-se com a realidade do lugar que visitam. Nos próximos anos, os

¹⁵ É um programa de gestão pública descentralizada e integrada, que propõe a estruturação, ordenamento e diversificação da oferta turística no país, contempla atividades de articulação, sensibilização e mobilização, e até elaboração de planos estratégicos nas 27 unidades federativas que contemplam o programa (BRASIL, 2010).

turistas vão preferir locais onde há culturas autênticas, que estejam preservadas. Conforme se acentua Dias (2003, pg. 19), “a uniformização como uma das tendências da globalização, a possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso”.

Neste sentido, cresce, no Brasil e no mundo, demandas interessadas em visitar e vivenciar locais de interesse histórico e chamam a atenção pela diferença de materiais e funcionalidade por revelar acumulação de esforços herdados por uma sociedade, que expressa o desenvolvimento de seu modo de vida e sua capacidade de investimento ao longo do tempo (CAMARGO & CRUZ, 2009; SILVA, 2004).

O Turismo arqueológico surge então como uma alternativa de um novo saber fazer, embora seja uma prática antiga, (re)configura em nova possibilidade de aproximação e apropriação cultural, associando bases do turismo cultural, segmento consolidado pelo interesse em conhecer modos de vidas diferentes inerente ao ser humano e sua materialidade, fruto dos meios de produção e evolução com bases de um turismo de natureza, motivado pela retomada de contato com a natureza. Concomitantemente visa a interpretação do patrimônio para erigir o desenvolvimento turístico, através de práticas e metodologias que envolve educação patrimonial e educação ambiental, assim como orientar estratégias, monitoramento, ações de políticas públicas, ambientais e outros que visem a conservação dos bens patrimoniais arqueológicos.

2.3. Turismo Arqueológico Sustentável: conceitos, práticas e princípios

O patrimônio arqueológico se apresenta ao turismo como mais um dos atrativos possíveis de serem visitados. Todo destino tem sua história e os vestígios deixados por ela referente ao passado, algumas já não estão tão evidentes, outras mascaradas para turista ver, outras bem preservadas. O fato é que todo destino apresenta vestígios de sua história.

O Turismo Arqueológico é visto como uma prática que permite ser utilizada como fonte de cidadania, cultura, aprendizado, respeito, desenvolvimento sociocultural e ambiental. Desde a antiguidade, no continente europeu, a gruta pré-histórica de Laucaux, na França; como exemplos do México, suas edificações arqueológicas Teotihuacan, Palenque e Chichen Itzá; Peru com as Machu Picchu, dentre outros vem apresentando fluxos turísticos cada vez mais intensos, demonstrando o interesse de uma demanda em conhecer culturais diferenciadas, assim como seus vestígios.

Carr e Walker (2013), no livro *Tourism and Archaeology - Sustainable Meeting Grounds*, reuniram uma série de artigos que demonstram a consolidação dessa modalidade no

contexto global, apresentando a sustentabilidade como mote das preocupações dos arqueólogos, que enfrentam os dilemas da atividade turística e seus gestores: Exploração vs. exploração, educação vs. entretenimento e sensibilidade cultural vs. Imersão.

Esta tese transcende a proposta para sensibilidade cultural, educação e imersão. Corroborando do pensamento de Hughes *et al* (2013):

Archaeological tourism includes a variety of possible experiences, including physically passive viewing of a museum display to active participation in an archaeological investigation. Tourists might make a destination out of an archaeological region such as the island of Crete, the Yucatán, or the Four Corners area of the US Southwest to visit spectacular archaeological ruins. An archaeological attraction might be a side trip, such as visiting Tulum while on a beach trip to Cancun in Mexico. Travelers may find themselves unexpectedly in a position to visit an archaeological investigation in progress. Such opportunities can occur in the field in settings as varied as national parks and city centers, particularly as more cultural heritage management firms open their excavations for public education. (HUGHES, pg. 66. 2013)¹⁶

Sua prática não pode ser entendida enquanto segmento, e sim como uma modalidade, uma vivência turística em sítios arqueológicos, por se tratar de uma forma de fazer turismo mais sensível e que requer interpretações mais aprofundadas.

Os turistas que visitam sítios arqueológicos vêm sendo caracterizados pela busca em conhecer a cultura de povos antigos sob outra vertente, representam um ponto onde os interesses do turismo e da arqueologia se sobrepõem. Para alguns arqueólogos essa prática corresponde dois extremos: ou sentença de morte ao patrimônio ou instrumento de conservação do mesmo.

Uma definição pode ajudar a entender a preocupação desses arqueólogos em compreender que há uma procura de turistas, cada vez mais frequente, em visitar a esses bens arqueológicos, baseada na curiosidade, interesses intelectuais visando uma satisfação de seus desejos e ganho de capital social de suas experiências, ou seja, um novo perfil de visitantes ancorados em necessidade de garantia de tempo de lazer, renda discricionária e sanções locais positivas.

16 O turismo arqueológico inclui uma variedade de experiências possíveis, incluindo visualização fisicamente passiva de uma exibição de museu para participação ativa em uma investigação arqueológica. Os turistas podem fazer um destino fora de uma região arqueológica, como a ilha de Creta, o Yucatán ou a área de Four Corners, no sudoeste dos Estados Unidos, para visitar as ruínas arqueológicas espetaculares. Uma atração arqueológica pode ser uma viagem paralela, como visitar Tulum durante uma viagem de praia a Cancun no México. Os viajantes podem encontrar-se inesperadamente em posição de visitar uma investigação arqueológica em andamento. Tais oportunidades podem ocorrer no campo em cenários tão variados quanto parques nacionais e centros urbanos, particularmente à medida que mais empresas de gestão do patrimônio cultural abrem suas escavações para o ensino público. (Traduzido pela Autora).

Para Holtorf (2006), é evidente que o turismo pode encorajar *morphing*, uma transição e transformação suave, de sítios arqueológicos e artefatos em herança e, em alguns casos, colocando arqueólogos em desacordo com os planejadores do turismo. Contudo, é importante considerar que a prática do turismo arqueológico é uma realidade, e isso só ratifica a importância de estreitar o diálogo.

O turismo arqueológico vai além do ato de viajar, contribui para a preservação de edifícios e artefatos, mas também revela as histórias ocultas ou perdidas de um lugar, aumentando a responsabilidade em conduzir sua prática mais educativa e autêntica.

Embora a modalidade seja ampla e inserida em diversos termos do turismo: patrimonial, turismo cultural, ecoturismo e turismo voluntário, turismo de natureza, para citar apenas alguns exemplos, não limitaremos a transformá-lo em uma ramificação do chamado turismo cultural, pois esta tese entende que o turismo arqueológico transcende o cultural, permeia no campo do turismo de experiência. Carr e Walker (2013) advertem que essa modalidade corresponde a um fenômeno global, que foi separado em muitos subtipos e diversos segmentos, e não de uma modalidade que está dentro de sítios arqueológicos. Talvez seja esse o impedimento de aceitação de arqueólogos pela prática turística.

De acordo com muitos conceitos que vêm sendo debatidos, a tese se identifica com o conceito que entende o turismo arqueológico como um modelo sustentável, que promove experiências autênticas pautadas na exigência de manutenção na base de recursos arqueológicos, sobretudo na preservação, levando em consideração o envolvimento comunitário (BASTOS, 2002).

O'Neill (2004) aponta que o turismo arqueológico como uma modalidade cresce rapidamente, já com fluxo massivo em países como México, Peru, Espanha, França, entre outros, e essa observação não diz respeito apenas visitação terrestre, mas aquática. Para Nogueira (2003), o turismo arqueológico aquático vem atraindo um grande número de turistas para esses países. Além disso, países como Irlanda, Belize, Argentina, China e Reino Unido vislumbram o patrimônio arqueológico como um de seus principais atrativos, recebendo milhares de visitantes a cada ano e sendo grande fonte de geração de renda para as populações (ALMEIDA, 2012; MANZATO, 2013).

Com esse crescimento, surgem novas terminologias na tentativa de compreensão dos usos e práticas dessa forma de fazer turismo. A exemplo, o termo arqueoturismo passa a ser utilizado, segundo Silva (2002), internacionalmente como denominação simplificada ou técnica para a prática sistemática do turismo arqueológico a partir de 1995, através de uma série de publicações do pesquisador hispano-cubano Georgeos Dias Montexano. O autor

entende como síntese da terminológica do turismo arqueológico que na sua execução combina o histórico e o cultural com o rural ou o ecológico.

O fato é que o arqueoturismo ou turismo arqueológico aparece como um instrumento capaz de proteger, promover e potencializar o patrimônio arqueológico, além de possibilitar ao visitante “experiências mais autênticas e genuínas, passando do ter para ser” (BENI, 2003, p.25).

Por turismo arqueológico, Manzato (2005) define ser o processo de deslocamento e permanência de visitantes a locais determinados sítios arqueológicos, com vestígios remanescentes de antigas sociedades sejam históricas ou pré-históricas e aquáticas.

El arqueoturismo o turismo arqueológico es una modalidad bajo la que se presentan propuestas y productos culturales y turísticos en los que la arqueología es el ingrediente principal. Ciertamente es que en el imaginario cuando se habla de turismo arqueológico vienen a la mente imágenes de Egipto, Grecia, Italia, Túnez, Turquía, México o Perú. Curiosamente pocos son los turistas que asocian España como destino de turismo arqueológico”. (TRESSERAS, 2009:02)

O Brasil, segundo Tresseras (2009), ainda ocupa o 13º lugar como destino para turismo cultural e o 17º lugar em turismo arqueológico, fato que demonstra que o país ainda se encontra em um processo prévio à promoção e à comercialização turística de destinos, produtos e serviços relacionados especificamente com turismo arqueológico. Existem exemplos brasileiros de iniciativas bem-sucedidas quanto ao arqueoturismo como o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, o Engenho dos Erasmos e o Pátio do Colégio em São Paulo, porém, ainda há muito a ser feito para socializar o patrimônio arqueológico no Brasil.

Segundo Manzato (2005), Valle (2003) e Scatamacchia (2005), a arqueologia brasileira ainda não trata com a devida intensidade da utilização e visitas de sítios arqueológicos para o turismo e em consequências muitas áreas e locais onde estes se inserem acabam sendo objeto de destinos turísticos, como é o caso de Sergipe, sem devidos controles técnicos essenciais à preservação e/ou conservação. Conforme esses autores, não só a literatura como também a atuação de cientistas é tímida na utilização destes sítios para o turismo.

Funari (2003) atribui o conceito de Sítios Arqueológicos previstos e definidos em lei, no art. 2 da lei nº 3924/61, como testemunhos da cultura paleoameríndia do Brasil, representados por vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. A carta de Lausanne, define em seu art. 1º que:

“Patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.¹⁷

Mas não é um demérito da prática do arqueoturismo, mas da falta de modelos viáveis estruturados, problemas recorrentes, observado no uso turístico em sítios arqueológicos, decorrente de uma análise e diagnóstico preciso acerca da viabilização da composição de roteiros turísticos em sítios arqueológicos que gere desenvolvimento local e regional.

É preciso sair da contemplação para formação de cenários planejados para atender a essa demanda. É importante frisar que neste estudo a ideia não é propor que não haja uma contemplação no sentido amplo da palavra, mas de sair da inércia, do individual, e partir para o coletivo, pois estamos tratando de uma atividade dinâmica que é o turismo, que sem um planejamento pode causar danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico.

Para Cuty (2007), na contemplação encontramos uma ideia de fixação e imutabilidade na relação sujeito/objeto, bem como de distanciamento e de alcance limitado ou impossível, no que se refere a um tempo passado, guardado nos armários da memória. Para a autora, a contemplação transmite também uma noção de que o observador/contemplador está fora da cena observada/contemplada, ele já não participa mais daquela história. É por essa razão que o título desta tese propõe uma transição de contemplar para construir.

Observar é promover o resgate da memória coletiva, cultura e autoestima, possibilidades de espaços de experiência consiste na ideia de ratificar o termo conservação, permanência da história, do contexto cultural e ambiental de uma localidade, é ir além do conceito de vivência, trabalhado pelo filósofo Walter Benjamin¹⁸ com uma acepção de isolamento ou algo que se dá na individualidade, diferenciando-se da experiência - ligada a uma prática coletiva. Para tal, faz-se necessário ordenar esses elementos, componentes dessas duas atividades, em um processo interveniente na efetivação de uma viagem a esses sítios que compõem cenários arqueológicos com vocação turística. A efetivação de roteiros turísticos apresenta ser uma importante ferramenta, pois estabelece diretrizes para desencadear uma posterior circulação turística, desenvolve trajetos, possibilita a criação de fluxos que gere um aproveitamento racional e sustentável dos atrativos a visitar (BAHL, 2004).

17 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>, acessado em 15 de abril de 2016.

18 “Para Benjamin, a estrutura da experiência se encontra na do conhecimento e só se desenvolve a partir dele” (Matos, 1999, p. 132).

Novos roteiros são criados a todo instante, nos mais distintos países, não mais limitando essa atividade a locais como Grécia e Egito, e nos mais diferentes formatos seja terrestre, seja no campo da arqueologia subaquática. Para Rambelli (2008), as visitas subaquáticas, estimuladas pela convenção da UNESCO, são viáveis desde que não coloquem em risco o sítio, preparadas através de um plano de visita ao sítio antes de mergulhar, com indicações do que é cada coisa e essa é uma forma de incentivar o mergulho, criando um mercado melhor.

Há práticas turísticas possíveis de serem devolvidas em sítios arqueológicos que possam receber turistas: rotas temáticas, representações teatrais de rituais, alojamentos, trilhas e rotas de sítios integrado às cidades patrimônio da humanidade, roteiros subaquáticos e até participação monitorada em escavações (TRESSERAS, 2009).

Murta e Goodey (2001) e Murta e Albano (2002), apontam para a valorização do patrimônio arqueológico ter uma funcionalidade turística, uma vez que este pode estimular e sensibilizar para uma maior preservação dos bens patrimoniais e democratização do saber e conhecer a ciência. Mas advertem que isso só causa um efeito positivo se for passível de uma interpretação bem direcionada.

Outra prática representativa e que foi umas das primeiras ligações entre arqueologia e turismo foram os museus. Os museus sempre tiveram um papel importante na preservação do passado, como ferramenta que evoca a memória, em perspectiva de entendimento do presente e consolidação da cultura no futuro. A sua ligação com a arqueologia e com o turismo é antiga. Na arqueologia como sendo o principal modo de guardar seu acervo, para o turismo a principal forma de conhecer o passado através deste acervo. Contudo, Tresseras (2009) entende que o próprio sítio arqueológico onde o material arqueológico encontrado está situado *in situ*, e pode corresponder a uma compreensão de museu a céu aberto. Como exemplo, podemos citar o Museu de Sítio Arqueológico Praça do Sambaqui da Beirada localizado em Barra Nova, município de Saquarema, no Rio de Janeiro.

Figura 2 - Museu de Sítio Arqueológico Praça do Sambaqui da Beirada/RJ.



Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-do-sambaqui-da-beirada>, acessado 10 de abril de 2018. Foto: Cris Isidoro

Este sítio está sinalizado de forma didática, de modo que quem o visite possa interpretar melhor o contexto no qual ele está inserido, sem danificar nem denegrir o contexto e material nele inserido, seguindo normas de visitação, pode indicar um instrumento potencial na interpretação e conservação das pesquisas arqueológicas.

Figura 3 - Sinalização Interpretativa da definição de sambaqui/RJ



Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-do-sambaqui-da-beirada>, acessado 10 de abril de 2018. Foto: Cris Isidoro

Outra prática destacada pelo autor são os parques arqueológicos, considerados um conjunto de sítios arqueológicos de interesse geral. Para Bonano (2004), a palavra parque

implica a museologia ao ar livre, com uma paisagem aberta, em muitos casos pertencentes a áreas de proteção ambiental, caracterizadas unidades de conservação.

Há possibilidade de composição de complexos e parques sob essa temática, essa tem sido uma das possibilidades de arrecadar investimento para manutenção e continuidade das pesquisas arqueológicas, a exemplo da própria Serra da Capivara, ou, como aponta Tresseras (2004), traz o exemplo do Parque na Castilha-La Mancha, na Espanha.

Figura 4 - Conjunto de Parques Arqueológicos na Castilla-La Mancha/Espanha



Fonte: <http://www.lacerca.com/blockpages/view/3144>, acessado 10 de abril de 2018.

Contudo, neste aspecto ocorre que grande parte desses complexos e parques são inseridos também em contexto de unidades de conservação, e como nesses casos o repasse de verbas públicas tem sido um dos entraves cada vez mais frequentes de manutenção e monitoramento desses ambientes preservados, apresenta-se a viabilidade de visitas com taxação monetária para acarrear mais fundos de preservação, alicerçado as normas que regem a regulamentação das práticas turísticas em unidades de conservação. Na África do Sul e Nova Zelândia, locais onde o fluxo turístico é consideravelmente maior que no Brasil, assim como na Espanha como o exemplo acima, vem sendo considerado a gestão desses ambientes sob coordenação de concessões privadas, o que permite a taxação de um valor monetário para gerenciamento desses ambientes protegidos. Uma realidade distante das normas e regulamentos brasileiros.

No Brasil, Pardi (2007) aponta que essas novas práticas envolvendo um novo momento para o turismo acerca de sítios arqueológicos são frutos de três ações inseridas e desenvolvidas em projetos e iniciativas. A autora assinala que a primeira delas corresponde às

pesquisas desenvolvidas por Niède Guidon, que concentrou grande parte de sítios vinculados a proteção legal com o caso Serra da Capivara. A segunda diz respeito à criação de projetos compensatórios no campo do licenciamento ambiental, o que garante que sejam realizadas pesquisas arqueológicas antes de intervenções para práticas turísticas, como foi o caso da Serra das Andorinhas, no Pará. E a terceira ação corresponde às iniciativas municipais, dos pequenos empreendedores e profissionais da área que vem desenvolvendo pesquisas e projetos locais.

Como citado acima, o Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí, vem desenvolvendo práticas mais inclusivas para portadores de necessidades especiais, assim como propostas de um turismo de base comunitária como exemplo o projeto na comunidade de São Vitor intitulado “Patrimônio cultural e turismo comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular”, de autoria do doutorando Bruno Vitor de Farias Vieira e orientação da docente Nívia Paula Dias de Assis, da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, PI. O projeto compreende em uma das possibilidades de inclusão de práticas turísticas educativas em envolvimento com a comunidade.

Dentre muitas práticas desenvolvidas, há o Arqueobus. Trata-se de um acervo móvel que pode ser levado a diversos lugares, com cunho educativo, mas de pesquisa também, que possibilita divulgar e democratizar o patrimônio arqueológico, podendo chegar a locais onde o acesso a museus é complexo ou impossibilitado por alguma razão.

Na Espanha, é comum usar como práticas turísticas as aulas arqueológicas, como na França onde torna-se comum as aulas gastronômicas. Castaño (2006) diz serem espaços de divulgação e aprendizado próximos a sítios arqueológicos, a autora caracteriza como encontros de curta duração, com elementos audiovisuais, que tem como objetivo incentivar a visita a museus, promovendo melhor entendimento do patrimônio arqueológico.

Woodward (2007) aponta que os enredos narrativos, sejam eles falados por indivíduos ou grupos, geram uma influência maior em uma população, como um discurso, um objeto é processado praticamente invisível dentro de uma cultura. A autora traz reflexões e abordagens sobre a narrativização de objetos, ou seja, a forma como as pessoas falam sobre objetos é como uma maneira de falar sobre suas vidas, valores e experiências. Harré (2004) afirma que um objeto passa atribuir uma existência quando passa a fazer parte de uma narrativa. Os elementos que compõem o turismo precisam de narrativas para existir enquanto atrativo,

trabalha com o imaginário. Como em um passeio turístico, como da Rota do Sertão¹⁹, em Canindé do São Francisco, onde tem o local exato onde Lampião morreu, e somente depois que elaboração da rota com essa narrativa, os objetos ali ganharam sentido, as pessoas registram fotograficamente até a pedra que pesquisas indicam que ele sentou e tomou café antes da tocaia.

O grande desafio dessas práticas é o seu planejamento, assim como sua manutenção. Bastos (2002) aponta o turismo arqueológico como uma possibilidade efetiva de modelo sustentável, por possuir elementos culturais e sociais significativos. Contudo, exige manutenção como base de sustentação. É preciso envolvimento, mudança na forma de agir. Planejar talvez seja o verbo mais apropriado para a organização de novas realidades. Uma vez que se sabe que uma atividade gera impactos, por que não os mitigar?

Silva e Andrade (2011) relatam a palestra do professor Mateo Estrella (2009), da Universidade de Cuenca do Equador, quando ele afirma que a sustentabilidade turística deve ser aplicada por todos os setores, principalmente pela comunidade. Este é o desafio da sustentabilidade turística, entender o processo de forma qualitativa. E Zaoual (2009) aponta que as novas dinâmicas e práticas turísticas devem estar voltadas para a sustentabilidade. Mas adverte que as concepções teóricas (modelos e teorias) e a gestão dessas novas práticas não são fortes suficientes para competir com o turismo tradicional. No entanto, o pluralismo de atividades, de possibilidades e harmonia da diversidade se faz sentir é uma realidade.

Ratifica-se a necessidade desta abordagem por entender que o turismo e arqueologia não podem andar distantes em suas pesquisas uma vez que se correlacionam em muitas atividades, quer seja ligado pelo licenciamento ambiental, quer seja através da utilização de sítios arqueológicos para práticas turísticas. Dencker (1998) observa o fato de o turismo ser estudado e compreendido a partir de outras disciplinas, que não pode ser submetida a modelos universais de interpretação, torna-se muito importante a criatividade para gerar respostas que atendam a problemas específicos.

Para Carr e Walker (2013), é preciso que o turismo interprete a arqueologia e que a arqueologia compreenda o turismo, o significado dado a um sítio arqueológico ou a um artefato não simplesmente derivam do que é, mas daqueles que o apresentam ao público. Para os autores é, portanto, essencial reconhecer que os bens arqueológicos não são meramente uma apresentação passiva história, mas um agente ativo na formulação de como a informação

¹⁹ Disponível em: <http://www.cangacoecoparque.com.br/>. Acesso 06 de Junho 2015.

é apresentado ao público. Dada a natureza interpretativa do mesmo, seu significado não é fixo temporal ou geograficamente, mas é empregado para atender uma população global diversa.

Essa falta de entendimento entre as duas é resultado da percepção de como o turismo vem sendo construído, dentro de uma narrativa ambígua, mítica e contraditória. Apresenta-se um turismo puramente econômico, mecanicista, mercantilista e burguês pelo qual foi inserido pelo sistema capitalista como apenas mais um meio de produção.

É preciso entender que o turismo como atividade social e humana gera produção de bens e serviços que visam a satisfação e pertencimento local, onde estas baseiam-se não em obter viagens, mas experiências em lugares autênticos, que os possibilitem conhecer culturas e modos de vida diferente. Há do outro lado a arqueologia, no campo da sua pesquisa acerca da materialidade e modos de vida do homem. É dentro deste pensamento contemporâneo que se propõe a estabelecer uma relação social, cultural, espacial e política com os atrativos e bens locais, ancorados em um saber fazer comunitário, abarcando novas formas de organização da atividade, e impondo ritmos e legitimidade à sociedade local.

Para além da preservação, existe hoje uma grande discussão acerca da conservação, ou seja, integrar a cultura e seu patrimônio nas mudanças do processo cultural com recuperação e revitalização de espaços históricos de notória importância para o uso lucrativo, equilibrando preservação e proteção com promoção.

Desta forma, para a importância da gestão, o turismo arqueológico sustentável apresenta pressupostos das dimensões de sustentabilidade apresentada com Ignacy Sachs, pai do eco desenvolvimento, que em uma de suas dimensões aponta para o eixo cultural que prevê o envolvimento da comunidade local. No turismo, já é retórica a discussão sobre a apropriação do turismo pela comunidade como uma das premissas do modelo sustentável da prática turística.

Para Gil (2010), a gestão do patrimônio arqueológico é pouco conhecida, e uma das maneiras de torná-la conhecida e integrada a sociedade é reconhecer seu valor social e que o turismo arqueológico permite essa acessibilidade ao legado histórico a toda sociedade.

Essa é uma premissa que compõe a própria Carta de Lausane, que reconhece que a preservação de sítios e monumentos ocorre necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados. A seleção de sítios e monumentos deve ser fundamentada em critérios científicos de significância e representatividade, e não se limitar apenas aos monumentos de maior prestígio ou visualmente sedutores (art.6). Diz ainda quando trata do desenvolvimento de políticas integradas e o mais importante é que: O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação

de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio (Art. 2º).

Pardi (2007) sugere que a conservação e preservação dos sítios que permitem visitação turística podem indicar uma proposta política se associada a um planejamento prévio e seguro na sua implantação. Barreto (2010) ratifica essa afirmação ressaltando a possibilidade de modelos autossustentável se bem estruturados.

Nessa nova era do turismo, caracterizada, dentre outros fatores, por uma maior sensibilidade na flexibilidade da oferta e grande segmentação da demanda, as identidades sócio-territoriais são potencializadas no subsistema de oferta turística como um importante símbolo da diferença, fundamental na consolidação de destinos específicos, a busca por viagens mais simples, no sentido de fugir dos grandes focus da mercantilização de serviços e atrativos, podendo vivenciar, guardar recordações memoráveis e autênticas.

Contudo, não se pode negar ainda há, e em grande escala, resquícios da modernidade, o processo de desvalorização do passado e das referências da memórias pelo qual passa o homem neste período, é crescente e acabou impondo a sociedade a um desconhecimento de sua própria história. A má utilização dos lugares depositários de bens culturais, tidos como patrimônio, vem resultando na depreciação e descaso. E não podemos desconsiderar que atrair demanda, onde a identidade territorial é valorada, requer exigências de um mercado consumidor crítico quanto à qualidade do produto oferecido, expressa não só pela qualidade dos serviços diversificados, mas também pelo leque de atrativos e atividades.

A mercantilização do patrimônio é um dos entraves da gestão do turismo sustentável, fruto da modernidade e do capitalismo, que busca criar expectativas a serem consumidas. A maioria das pessoas, de acordo com Simão (2006), “desconhece seus bens”, mas não precisa a citação de um autor para que cheguemos a esta conclusão. Desta forma faz-se necessária uma discussão acerca do patrimônio, de como este é comercializado ou como deveria ser pela atividade turística.

Jacobi (1997) ratifica e legitima com o mote desta tese, que o objetivo é de propiciar novas atitudes e comportamentos contrários à lógica desenfreada do capitalismo e mercantilização de bens culturais e sociais, mas entende que, para isso, deve haver mudança de valores individuais e coletivos.

Para a discussão do próximo capítulo foi preciso analisar o patrimônio dentro do cenário contemporâneo, com novo olhar, na busca por novas experiências em locais onde o antigo e o tradicional dialogam com o novo e moderno, entendidos como surpresa e diversidade enquanto produto turístico. Dentro desta análise, foi possível verificar que o papel

do restauro e arquitetura dos lugares é transformador, restaurador e adaptado a partir de uma justificativa histórica, artística e como isso poderia alterar rotinas, fragmentar reais estórias em prol da prática turística e, de certa forma, permitindo dar um novo uso e significado do patrimônio histórico cultural.

3. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO: UMA RELAÇÃO ENTRE CULTURA, TURISMO E CONSUMO

A gestão do patrimônio é pautada por Martín (2002) em investigação, conservação e difusão. É esta a perspectiva de construção deste capítulo, investigar o entendimento do que vem a ser patrimônio, e as nuances para sua interpretação: a quem ele serve? Como é interpretado? Seria a partir da construção cultural? Quais são as bases de entendimento da construção de um bem arqueológico com fins turísticos? O patrimônio arqueológico vem sendo interpretado pelo turismo?

Para instrumentalizar essa discussão, é preciso o entendimento do que vem a ser cultura, como ela se constrói e se (re)constrói, se restaura, se interpreta, uma vez que retrata os hábitos e costumes de uma sociedade. Pardi (2002), aponta o patrimônio cultural e sítios arqueológicos a elementos culturais, em um contexto dinâmico e tem suas variações, por essa razão, necessita de respaldo jurídico e uma reflexão acerca da forma como estes são colocados para exposição ao comércio.

Ainda neste capítulo há uma abordagem no entendimento dos valores simbólicos desse patrimônio que Fonseca (2005) considera um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico, enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência significações da ordem cultural. Desta forma, aponta a autora, o valor cultural tende a ser naturalizado, sendo considerado sua propriedade intrínseca, mas acessível. Esse é um olhar técnico do restaurador, mas deve traduzir e ser repassado aos atores responsáveis pela sua gestão e apreciação.

O intuito é compreender esse processo complexo na construção do patrimônio, e onde ele se perde e torna objeto de comercialização. Pois há uma série de variáveis, dentro de todos os contextos da diversidade cultural e plural de pensamento, e esses estão inseridos no paradigma do modelo econômico vigente, o capitalismo. E como a lógica do capital tende a transformar tudo que possui valor em mercadorias, é imprescindível atrelar a esse debate a lógica do consumo, ressaltado que o consumo, é uma prática inerente ao ser humano, diríamos até necessária, mas a partir do momento que bens e serviços se tornam base ideológica de vida social, este passa ser considerado consumismo, e este devemos combater (BAUMAN, 2008).

Outra questão deste capítulo é mostrar os meios de intervir para interpretar.

Tras una excavacion arqueológica, um yacimiento arqueologico no está preparado para recibir la visita del público hasta que ha sido objeto de dos actuaciones fundamentales: La Intervención y la Interpretación. Sin estas dos actuaciones, no se debería incluir un yacimiento arqueológico en un circuito turístico. (PERÉZ, 2006, pg. 89)

É possível interpretar o que não se conhece? A falta de interpretação pode levar a um comércio de falsas narrativas, falsas funcionalidades, que remetem a uma falta de identidade. Por isso, é importante discutir o consumismo neste universo, pois ele leva à mercantilização da cultura e, por conseguinte, do patrimônio. Para alcançar esse entendimento, se faz necessário difundir ideias, ferramentas, ações educativas tanto no campo da patrimonial quanto da ambiental, pois entendemos que desta forma teremos uma compreensão do todo uma vez que estamos objetivando modelos sustentáveis.

Para tal, este capítulo trará estudos de caso acerca do turismo arqueológico em uma perspectiva de um destino consolidado internacional, um nacional e um local. O intuito é compreender esse patrimônio e em que contexto ele está inserido, através da analogia como ferramenta metodológica de gestão.

3.1. Patrimônio Arqueológico Nacional

A inter-relação do homem com o seu ambiente se dá através de vários conceitos e projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da forma de organização ou planejamento da ocupação do espaço, da domesticação ou modificação da natureza segundo padrões sociais, do entendimento das relações sociais, relações do ecossistema ou como cenário/palco de eventos históricos. Assim surge uma relação homem/cultura e homem/meio ambiente.

A necessidade de estabelecer laços fixos e pessoais fez com que os seres humanos desenvolvessem regras, modos de vidas diferentes, promovendo uma disciplina no modo de agir e gerando culturas diferenciadas. A natureza é a mesma, como afirma Laraia (1986), o que muda são os hábitos, o que faz mantê-los separados. O que gera a diversificação da cultura, e consequentemente dos bens materiais.

Segundo Laraia (1986), foi Edward Tylor (1832-1917) que inseriu o vocábulo inglês *Culture* que, em seu amplo sentido etnográfico, é todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, resumindo assim em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. Sodré (2001) acrescenta ainda que cultura é o conjunto dos instrumentos que dispõe a mediação simbólica através da língua, leis, ciências, arte e mitos, permitindo indivíduos ou um grupo a abordagem real, dispostos a todos.

Chauí (2008) define cultura como vinda do verbo latino *colere* que, na sua na origem, significa o cultivo, o cuidado. Para a autora, inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como o cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.

Em seu livro *Culture and Revolution*, Willians (2001) traz o conceito de que a cultura faz parte de relações entre elementos em um modo de vida global, como forma de coincidir a tarefa de perscrutar a natureza da organização e suas complexas relações. Para o autor, a palavra-chave é padrão, descobrir padrões que caracterizam a análise cultural e suas relações. O autor apela ao sentido antropológico para o início do conceito de cultura, através da observação de como as pessoas viviam e se comportavam e de como essas ações estavam organizadas, através de um tecido comum: a comunicação.

Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. [...] A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e significados, de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Em segundo lugar, mas de igual importância, está à comprovação destes na experiência, a construção de novas observações, de comparações e de novos significados. Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e os novos significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos por meio deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida — os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado — os processos especiais de descoberta e esforço criativo. (WILLIAMS *apud* CEVASCO, 2001, pg. 52-53)

Os elementos que compuseram o conceito de cultura no ocidente, o Estado, mercado e escrita, serviram para desenvolver formas diferenciadas de troca, comunicação e poder, introduzindo o conceito de valor na distinção de formas culturas, chegando algumas o status de primitiva. Isso muda com a filosofia alemã, que passa a estabelecer a ideia de cultura rompendo com a natureza, ou seja, inaugurando o mundo humano propriamente dito.

No correr da história do ocidente, esse sentido foi-se perdendo até que, no século XVIII, com a Filosofia da Ilustração, a palavra cultura ressurge, mas como sinônimo de um outro conceito, torna-se sinônimo de civilização. Sabemos que civilização se deriva de ideia de vida civil, portanto, de vida política e de regime político. Com o Iluminismo, a cultura e o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade. Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização. (CHAUI, 2008, pg. 55).

Somente a partir do século XX, antropólogos europeus, movidos por um sentimento de culpa pela formação marxista, procuram na antropologia social e política preceitos onde cada cultura exprime uma individualidade própria em perspectiva mais abrangente sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte (CHAUI, 2008).

Entretanto, essa abrangência da noção de cultura esbarra, nas sociedades modernas, num problema: o fato de serem, justamente, sociedades e não comunidades²⁰. Santos (2006) aponta que há duas concepções básicas para seu entendimento. A primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social, a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.

Há três maneiras de compreender e utilizar o conceito de cultura, com olhar antropológico, sociológico ou pela estética. Na visão antropológica, a cultura é vista como modo de vida, como os seres humanos pensam, fazem e fabricam. Na visão sociológica, a cultura passa a ser entendida no um campo de conhecimento dos grupos humanos em uma ação específica junto a outros, como economia, política, estratificados a determinados critérios, como a cultura como produção e consumo de atividades culturais. E na visão

²⁰ A marca da *comunidade* é a indivisão interna e a ideia de bem comum; seus membros estão sempre numa relação face-a-face (sem mediações institucionais), possuem o sentimento de uma unidade de destino, ou de um destino comum, e afirmam a encarnação do espírito da comunidade em alguns de seus membros, em certas circunstâncias. Ora, o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista da origem a *sociedade*, cuja marca primeira é a existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos (CHAUI, 2008, pg. 57).

estética são descritas as atividades intelectuais e artísticas, a exemplo da literatura, música, pinturas, esculturas e arquitetura (WILLIANS, 2001).

Afinal o que vem a ser bens culturais? Patrimônio? E Patrimônio Arqueológico?

Segundo Chauí (2008), o termo “bens culturais” teve sua origem depois da II Guerra mundial, quando houve muitas destruições de sítios e bens patrimoniais. Em 1945, com a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU, segundo a autora, a incumbência era criar instrumentos para proteção dos patrimônios naturais e culturais.

A consolidação do termo veio com a criação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Em Haia, 1954, ocorre a Convenção para Proteção dos Bens Culturais, definindo-os como: “os bens moveis ou imóveis, que apresentem valor cultural para os povos, tais como monumentos de arquitetura, arte ou história, religiosos ou laicos, sítios arqueológicos, conjunto de construções, manuscritos e outros; Edifícios, com intuito de preservação transformando-os em museus, bibliotecas e outros; Centros monumentais” (CHAUÍ, 2008).

Os bens culturais só o são porque guardam uma evocação, representação, lembrança, quer dizer, por mais materiais que sejam, existe neles uma grandeza imaterial que é justamente o que os faz culturais. A razão cultural da obra de arte não está no suporte nem nas tintas, mas na imaterialidade complexa deles criada. Uma casa, beleza natural, objeto ou instrumento tem valor cultural não pelo material com o qual estão construídos, mas pelo que evocam, seja um estilo, um processo tecnológico ou um fato histórico. A última casa de adobe de uma região não será preservada por ser de adobe, mas porque, sendo de adobe e última, é uma referência a um processo construtivo, portanto cultural. (SOUZA, 2006, pg. 48)

Assim, o patrimônio cultural é representado por monumentos (obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, grutas, estruturas de caráter arqueológico e outros), conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas) e locais de interesse (obras do homem, da natureza, do ponto de vista histórico, etnológico ou antropológico) (CHAUÍ, 2008).

As teorias culturais de Lévi Strauss, universalista, e de Clifford Geertz, relativista, trazem a ideia de patrimônio com inúmeros significados e entendimentos parciais. Entender o patrimônio dentro do entendimento social e cultural torna pertinente a partir da representatividade que este possui acerca da identidade local.

Todo fenômeno social possui efetivamente um atributo essencial: seja ele um símbolo, uma palavra, um instrumento, uma instituição, seja ele a língua ou a ciência mais bem-feita, seja ele o instrumento que melhor se adapte aos melhores e mais numerosos fins, seja ele o mais racional possível, o mais humano, ainda assim ele é arbitrário (MAUSS, 1979, p. 192-193).

Poulot (1997) define como lugar de construção de identidades, o que permite diversas discussões, e nos traz que a construção da história do patrimônio se dá no sentido da identidade e dos imaginários de autenticidade.

Ferreira (2006) cita em seu artigo intitulado “Patrimônio: discutindo alguns conceitos”, um caráter onipresente nas sociedades contemporâneas acerca do que vem a ser patrimônio, o que implica em reconhecê-lo como categoria de pensamento. Ou seja, algo que emane um esforço constante de resgatar o passado no futuro, mas que a autora adverte que ele precisa ser lhe dado o devido valor através das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou evento em si (FERREIRA, 2006).

Simony (1998) entende o patrimônio cultural como lugar de identidade, fruto de um pensamento cultural, do que construímos no passado, mas também um apelo ao presente e uma ressignificação para o futuro. Le Goff (1998) impõe o patrimônio como lugar de resistência, do sagrado, um pensamento da Idade Média.

Nora (1997), corroborando do pensamento de Sibony (1998), reforça a ideia de que o patrimônio é uma construção cultural, um jogo de escolhas em espaços de conflitos, o que implica dizer que muitas dessas construções nascem sem a participação de quem e para quem realmente importa manter viva a ideia de patrimônio, que é a sociedade. Para a autora, o patrimônio é muito mais reivindicado do que herdado e muito menos comunitário e mais conflitivo. Ressaltamos que as escolhas do que vem a ser patrimônio deveriam partir de uma sociedade, deve representar um grupo no sentido mais amplo.

Alguns pesquisadores defendem uma ideia de que o senso comum não saberia dizer o que bem o representa, alegando uma ignorância cultural. Será? Acredito que o patrimônio deve ser mais bem discutido e disseminado para que a população exerça seu papel de cidadão e defina o que gostaria de preservar.

Ratificando a ideia de patrimônio, Hartog (2006) fala de uma nova configuração, uma vez ligado a memória e território, que não pode ser oprimida, obliterada ou apagada. Este define o que somos e que possuímos nossa história e que não pode se apresentar a sociedade como um objeto sem valor, correndo um sério risco de anamnese coletiva.

Para Choay (2001), patrimônio cultural sempre esteve primitivamente associado com estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade que se situa em certo tempo e espaço. O que foi permitindo estabelecer vínculos nacionais, como o que ocorreu no Brasil. O Brasil começa a voltar suas atenções para o patrimônio nacional na década de 1920, através de intelectuais modernistas que viam nas cidades de grande valor histórico como uma forma

de promover a identidade nacional e desde então passaram a articular junto com os estados a temática de preservação do patrimônio.

O outro ponto seria seu entendimento sobre seu uso. Se entendido como bens representativos de uma nação ou grupo social, seria ele reconhecido como fruto de um trabalho consciente, deliberado e em (re)construção?

Para Hartog (2006), o patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas. Nós já recenseamos todos os tipos de “novos patrimônios” e declinamos “novos usos” do patrimônio. Na França, segundo Hartog (2006), desde 1983, as Jornadas do Patrimônio atraíram cada vez mais visitantes aos imóveis ditos do Patrimônio: mais de onze milhões em setembro de 2002.

Patrimônio têm se disseminado por todo o mundo e fala-se hoje, sobretudo através das iniciativas e das convenções da UNESCO, de universalização do patrimônio, enquanto que, a cada ano, se alonga a lista dos sítios do patrimônio universal da humanidade. Uma Escola Nacional do Patrimônio, encarregada de formar os futuros conservadores, funciona desde 1991, em Paris. Existe, desde 1996, uma Fundação do Patrimônio. Inspirada, em suas expectativas pelo menos, no *National Trust* britânico, ela se mostrou muito discreta, na verdade. Enfim, *Entretiens du Patrimoine* (Discussões sobre o Patrimônio) são organizadas desde 1984 pela Direção do patrimônio no Ministério da Cultura. Discute-se tudo o que toca o patrimônio, inclusive, ultimamente, os seus abusos. (HARTOG, 2006, pg. 265/266)

Acredita-se que o sentido de arbitrário esteja centrado na questão de os patrimônios geralmente estarem centrados na história e/ou natureza, na sociedade como coadjuvante, quando na verdade são protagonistas no centro da história e culturalmente constituídos, assumindo tempo e espaço de múltiplas formas (sejam institucionais, rituais e textuais). Porém, essas são questões de como os patrimônios formaram-se e se constituíram como elementos secundários dentro da cultura. E estamos falando dos atores protagonistas, não daqueles que são impostos a ritmos de comercialização e que permanecem sem uma função aparente.

A intensificação do turismo cultural na por busca elementos identitários, simbólicos, estéticos, sociais e culturais, foi determinante para que a população viesse a consumir e compartilhar momentos desta nova dinâmica social que envolve equipamentos, atrativos, atores locais e visitantes, reintegrando ao conceito, à renovada percepção cultural, à perspectiva de envolver um conjunto de significativos monumentos do patrimônio histórico-cultural que valorizem e promovam bens materiais e imateriais da cultura local, com intuito

de revelar a identidade e qualidades por meio de novas experiências, que permite estreitar e ampliar o diálogo entre turismo e arqueologia.

Remeter ao passado através de toda materialidade nele existente, possibilitava reviver, em parte, ou experimentar parte de um passado de um povo, de criar imaginários, de modo a sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e saber. O patrimônio histórico está intimamente ligado à ideia de autenticidade, legitimidade e de herança, de identidade.

Para Castriota (2009), essa possibilidade de reviver o passado acontece graças ao que ele chama de “dessacralização”, uma ruptura ao pensamento tradicional sobre a história por meio da renovação da monumentalidade e dos aspectos históricos. Para o autor, foi a partir deste momento que os monumentos passam a ser vistos, estudados e ter seu valor reconhecido.

Castriota (2009) salientou a divisão dos monumentos para uma melhor gestão desses: os moveis e imóveis, sendo os primeiros transferidos para locais públicos, com intuito de ensinar o civismo, a história, a arte da nação, e é a partir disto que nasce o conceito de museu. E o segundo, classificado como igrejas, castelos, residências, transformados em locais para novos usos. Desta forma, afirma o autor, possibilitaria o fim de violência a esses bens e fortaleceria a memória de um povo. Assim afirma Choay (2001), quando diz uma sociedade não pode preservar e cultivar sua identidade senão pela sua própria memória.

Baseado neste novo conceito acerca do monumento, surgem pensadores românticos que se tornam responsáveis pela difusão de um novo saber. Dentre esses podemos citar Riegl, Ruskin, Balzac, Viollet-le-Duc, todos pensando forma de preservação e restauração dos monumentos. Choay (2001) aponta para o surgimento de duas doutrinas preservacionistas: uma intervencionista e outra não intervencionista.

Segundo Choay (2001), de um lado estavam Ruskin e Morris, que prezavam pelas marcas que o tempo transmite ao monumento, dando características singulares, devendo ser mantidos como estão. Do outro lado, Viollet-le-Duc, que defendia a restauração completa do monumento.

O autor atribui o valor dado aos monumentos, neste século, como relatado anteriormente por Capel, como algo que busca uma junção entre o velho e o novo, o antigo e o recente, reconhecendo todos os períodos da arte e suas especificidades. Analisando os valores da contemporaneidade através do prisma de Riegl, onde de um lado haveria um valor prático e uso e valor de arte, sendo o primeiro para atender as necessidades materiais do homem e o segundo as necessidades do espírito.

Para melhor compreensão, aportemos para as antiguidades clássicas que surgem no Renascimento²¹. Capel (2014) afirma ter sido neste momento em que, durante a Roma republicana e imperial, Varròn e outros passaram a ter interesse em antiquários e relíquias de estudo sobre o passado, a língua, literatura e costumes, o interesse por objetos de arte. Em primeiro lugar, antiquário e, em seguida, epigrafia e arqueologia, que aplicaram inteligência não só do passado, mas também para o conhecimento da cidade enquanto patrimônio da humanidade.

Luso *et al* (2004, pg. 33), revelam que “era então necessário proteger os monumentos e iniciar a discussão sobre a metodologia de conservação e restauro”. Para os autores, essa premissa refere-se ao fato de que na Revolução Francesa, em 1789, houve uma destruição em massa de documentos e monumentos, palco de vandalismo, degradação e desaparecimento de monumentos, fazendo com que surgisse o interesse público pelos monumentos e intervenção do Estado na sua salvaguarda. Foi durante a Convenção Nacional Francesa, que se decretava que os cidadãos são depositários de um bem comum, da qual se tem o direito a reivindicar ações que mantivesse a integridade dos mesmos. Movimentos como esses inspiraram os estudos sobre Grécia e Roma, seguindo por toda a Europa. Na Itália, esta influência designou a tendência ao restauro arqueológico, onde os monumentos eram estudados a fim de retirar todos os acrescentos de épocas anteriores até encontrar o aspecto primitivo.

De acordo com Blanco (2008), nas últimas décadas, primeiramente em países anglo-saxónicos, paulatinamente em países latinos, o interesse em analisar as transformações na concepção arquitetônica e o seu tempo de duração geraram novas sensibilidades patrimoniais que contribuam para construção da memória. A preocupação com a destruição do patrimônio, segundo o autor, a exemplo do caso de Les Halles de Paris de Victor Baltard, citado pelo autor, provocaram reações na população local, em estudiosos, intelectuais em estudar e proteger o a arqueologia industrial.

Blanco (2008) afirma ter sido Roma o berço do processo de restauração, com a inventariação descrita no livro “*De varietate fortuna*”, acerca das ruínas da cidade de Roma, podendo assim dizer a primeira consciência arqueológica.

21 O Renascimento, movimento cultural e artístico que surgiu na Itália no século XIV e XV, e que se caracterizou por uma imitação da antiguidade greco-romana, será a primeira etapa da história ocidental que tem consciência do passado, e que adopta algumas medidas para tentar recuperar ou conservar amostras daquele tempo. O gosto pela história e pela literatura antiga fomentaram uma cultura inspirada nos ideais do mundo clássico, que viria a favorecer a alteração do gosto em relação às formas góticas. Analisaram-se e estudaram-se os escritos, desenhos e relevos, assim como as ruínas romanas, o que conferiu aos artistas do século XV o conhecimento do perfeito equilíbrio das formas e dos volumes, permitindo a criação de obras originais, representativas daquela época. (LUSO et al, 2004, pg. 33).

Neste caso a restauração e conservação possibilitava analisar:

qué motivaciones teóricas causaron los diversos fenómenos que se produjeron en el pasado sobre las interrupciones bruscas o las asunciones deliberadas de determinadas opciones, estilos o maneras arquitectónicas que parecían ir contra los tempos, la modas o las reflexiones más cabales y así se podrá interpretarlas no sólo respecto de ideas relativas al progreso o al conservadorismo estéticos, evitando expulsar al mundo de lo negativo o elevar a categoría de genial arquitecturas y arquitectos que comprendidos desde la consustancialidad de su mundo operativo contemporáneo y personal podrán caracterizarse por pertenecer a ámbitos bien opuestos a como se les ha considerado desde otros parámetros. (GONZALEZ E BLANCO, 1989, Pg. 12)

De acordo com Luso *et al* (2004), a atividade de restauro tem sua origem nos séculos XVII e XIX. Até esta data, os monumentos sofreram diversas ações de conservação, alteração de uso e renovação, que não poderiam ser consideradas de restauro tal qual designamos nos dias atuais. A criação de monumentos históricos intencionais é fruto da sociedade moderna, em um evento histórico localizado no tempo e espaço. Em um dado momento em que não se conhecia os monumentos intencionais, somente a partir do século XV, na Itália, as obras da antiguidade começaram a ser valorizadas, por suas características artísticas e históricas, não apenas por serem símbolos ou memoriais das grandezas da Grécia e Roma, despontando um novo valor. Parte daí a origem do valor histórico artístico (RIEGL, 2014).

Blanco (2008) ratifica a ideia de Ruskin (1861) e Morris (1878), que prezavam pelas marcas que o tempo imprime nos monumentos, dando a eles um caráter único, antirestauração, assim como toda obra que pertence ao passado, sendo que dessa forma devem ser mantidos da forma como se encontram por pertencerem a quem os construiu e pelas gerações que ainda estão por vir.

Blanco (2008) ressalta ainda a ideia de Viollet-le-Duc (1854-1868), que acreditava que a restauração é o estado completo do monumento, o qual pode nunca ter existido da maneira como após a restauração. Posteriormente a Viollet-le-Duc, Camilo Boito (1888) surge para questionar as ideias defendidas por ele principalmente devido aos avanços tecnológicos e arqueológicos (CHOAY, 200). Vale ressaltar que, para a arqueologia, essa discussão ocorreu de forma paulatina a partir desse movimento que surge o interesse pelas descobertas arqueológicas de Pompéia, as primeiras escavações na Grécia ressaltam a importância à arte antiga, surgindo assim os primeiros museus como sinal da importância da história (LUSO, et al, 2004).

A carta de Atenas²² se apresenta como um grande marco nas medidas de restauro e conservação, em respeito pelas heranças materiais e a utilidade da documentação internacional, enquanto serviço de cooperação entre os Estados envolvidos. Segundo Cury (2004), as conclusões da carta que permitiram analisar as particularidades de cada caso, predominando uma tendencial geral, respeitando seu caráter artístico.

(a) manutenção e conservação regular das obras de arte e monumentos como medida eficaz para assegurar a durabilidade dos objetos e evitar as restituições integrais. Quando seja inevitável a intervenção, pela degradação do monumento, é aconselhável respeitar todas as obras históricas e artísticas do passado sem excluir estilos de qualquer época; (b) é importante a reutilização do edifício, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o caráter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura; (c) valorização do aspecto envolvente do edifício, recomendando a reflexão sobre novas construções nas proximidades do monumento, de modo a não degradar a paisagem e o ambiente; (d) é aceitável utilizar os recursos da técnica moderna, desde que não alterem a imagem e o caráter do monumento; (e) o monumento antes da intervenção deve ser alvo de estudo e análise de toda a documentação, de modo a realizar um diagnóstico correto e trabalhos de restauro adequados. Para esta tarefa é fundamental o trabalho interdisciplinar entre arqueólogos e arquitetos restauradores e áreas afins; (f) preocupação especial na educação dos povos, desde as primeiras idades, no sentido de transmitir a importância da proteção de obras de arte e de limitar atos que possam degradar estes testemunhos de toda a civilização. (LUSO ET AL, 2004)

Em um consenso à carta, Kuhl aponta que autores filiados ao restauro crítico, encabeçados por Bonelli e Pane, puderam alicerçar suas posições nessas transformações históricas, reformulando enunciações, como as de Brandi. A autora reproduz o conceito da teoria brandiana como sendo o momento metodológico do reconhecimento da arte. E o mesmo define a restauração como um momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal, reconhecendo naquele momento do processo crítico formas de legitimidade, fora deste contexto a intervenção sobre a obra de arte é arbitrária e injustificável, em proposta da retirada da restauração do empirismo dos procedimentos e a integramos na história, como consciência crítica e científica do momento em que a intervenção de restauro se produz (BRANDI, 2004).

Para Choay (2001), todas essas teorias de restauro foram importantes para conservação dos monumentos, consequentemente para o patrimônio. Contudo, já havia uma justificativa de restaurar para obter o lucro. Para a autora, a valorização econômica do patrimônio já ocorre

²² Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 07 de julho.

desde a Revolução Francesa, quando se arrecadava divisas para financiar a revolução, mas neste aspecto, possibilitou manter intactos muitos bens culturais.

Outro aspecto de transformação, concomitante a problemática ambiental, a era industrial contribuiu para uma invenção dos valores atribuídos aos monumentos históricos, gerando uma nova fase e rompendo com a política da Revolução Francesa. Já ao final do século XIX, na Itália, começava uma série de questionamentos sobre as práticas referentes aos monumentos. Com a Carta de Veneza²³, se concretizava a política internacional sobre conservação e restauração dos monumentos e dos sítios (CHOAY, 2001).

Os adventos em defesa da obsolescência do monumento, e do patrimônio como forma de conservação da cultura, da autenticidade e da história, vêm sofrendo alterações e direcionamentos há bastante tempo. Há uma vontade da manutenção pela sua autenticidade, não obstante, manter suas características, contudo com a globalização²⁴ há também um interesse na exploração econômica, inclusive pelo turismo, no sentido de espetacularização da cultura.

Não obstante, turismo passou a se tornar justificativa para os processos de conservação e restauro dos monumentos históricos, alegando ser menos elitista, mais flexível e democrático, incluindo bens da cultura popular e abrindo espaço para participação da população. Entretanto, o que se pode apresentar é uma série de questionamentos de como isto vem sendo gerenciado. O fato é que em muitos casos este patrimônio é justificado através do uso turístico sem levar em consideração seus atributos estéticos e culturais. Até que ponto as restaurações são realizadas visando o bem comum do monumento, sua integridade física e cultural, e memorial sobrepondo ao valor e apelo estético praticado ainda pelo turismo tradicional, dito pós-moderno, mas que ainda se mantém fincado e enraizado na lógica do capital onde mais vale reinventar algo que atende a uma demanda sem critérios do que ressaltar o real valor histórico cultural para aqueles que de fato querem e buscam experiências dentro de uma abordagem mais contemporânea de um turismo focado nas bases locais e valores intrínsecos e pouco alterados.

Como reforça Canclini (1994), o patrimônio cultural se tornou um objeto de disputa econômica, política e simbólica entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, há muitas contradições no seu uso e a forma como estes interagem com outros setores da economia.

23 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

24 A globalização é um fenômeno econômico, social, político e cultural complexo, que deve ser visto, sempre, de forma crítica, pois é uma noção construída e na disputa por diversos sentidos (Chomsky, 2002).

Para Debord (2005), em seu livro “Sociedade do Espetáculo”, existe um processo atual que ele denomina como o fim da história da cultura. O autor descreve dois fatores para essa espetacularização, a primeira quando há uma superação da cultura total e quando se contempla a cultura como objeto morto, fruto do poder da classe. Ele afirma que o espetáculo ocorre quando a cultura passa a ser entendida como mercadoria de ocupação total da vida social.

Para Ortigoza (2010), a própria mercadoria se generaliza, facilitando as transformações, as quais geram mudanças, tanto social como econômica, criando identidades que escapam ao local, ao nacional, apontando para o mundial como possibilidade. Gerando assim uma cultura homogênea. O que, para Luchiari (2005), significa dizer que a refuncionalização serve a uma ideologia ligada ao consumo e não mais às práticas representativas de um sentimento de pertencimento das culturas tradicionais. Para a autora, o patrimônio se tornou um cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com lugar, que reflete nas relações globalizadas.

Ainda há necessidade de integrar as teorias de restauração com as práticas de conservação dentro do contexto do novo, do moderno. Muitos autores questionam o valor que vem sendo atribuído ao patrimônio e a suas formas de uso, em especial quando esta utilização tem fins turísticos.

Choay (2001) adverte a dupla função que os monumentos e patrimônios possuem, de um lado a mercantilização cultural, onde muitos se apropriam dos bens culturais e obtém lucros que não são revertidos em sua manutenção, e do outro, a possibilidade de reintegração de patrimônios desativados, em uma perspectiva de reutilização deste na contemporaneidade. Para a autora, a mercantilização do patrimônio foi inserida de forma não democrática, em uma tentativa frustrada de promover o desenvolvimento do turismo. Mas que levou o patrimônio ao esgotamento e a uma perda identitária.

Canclini (1994) acrescenta que é preciso compreender que a mercantilização, a indústria cultural e o turismo não precisam ser necessariamente, os inimigos do patrimônio. São, isto sim, as marcas do nosso tempo que, de um modo ou de outro, contextualizam e colocam no centro do debate a natureza da atual valorização do patrimônio cultural.

Há necessidade da compreensão que parte desta mercantilização advém dos efeitos negativos do turismo de massa, e que ainda é evidente em muitas cidades consolidadas para o turismo, como Florença, Veneza, Paris, e tantas outras. Alguns destinos, hoje, estão em campanhas contra turistas, o chamado “turismofobia”, devido aos grandes fluxos que causam

grandes impactos em todas as esferas. Mas estaremos discutindo no capítulo IV sobre estes novos cenários do turismo.

O fato é que a discussão de novas modalidades turísticas propõe novas estratégias de atuação e interpretação do patrimônio, de forma a construir cenários que contemplem o patrimônio de todas as suas formas, considerando sua complexidade de compreender o passado dentro do presente, para manutenção do futuro.

Relacionar a importância do restauro a um turismo com vocação cultural é compreender a importância da conservação de bens patrimoniais. Beni (1998) elenca que este pode ser tornar um veículo eficaz à reabilitação das culturas, particularmente se associados aos patrimônios históricos culturais. Este é um dos preceitos da contemporaneidade, as experiências turísticas vêm sendo exprimidas pela falta de originalidade, aceitando pastiches e réplicas, provavelmente, pelo valor e apelo estético do patrimônio servir como vetor turístico ao desenvolvimento local, onde não há uma preocupação com o restaurar para conservar, mas em restaurar para comercializar. É preciso análise crítica do que estamos restaurando, para quem e com que finalidade.

No Brasil, na década de 1920, suas atenções já se voltavam para o patrimônio nacional, devido alguns intelectuais modernistas, como Azevedo e Andrade (2014), que passaram a observar as cidades mineiras como representação da identidade histórica nacional. Segundo os autores, a esteticidade das cidades passou a ganhar destaque e passou a ser ressaltada.

As cidades históricas de Minas Gerais tornaram-se exemplo e parâmetro de um modelo pautado em uma autenticidade nacional, destacando uma arquitetura colonial, prioritariamente o Barroco, como representatividade de uma expressão nacional. Conforme o Decreto 22.928, a cidade de Ouro Preto foi erigida como Monumento Nacional em 12/07/1933 e serviu como base, modelo, projeto para a patrimonialização no Brasil (AZEVEDO E ANDRADE 2014).

Segundo Silva (2004), o interesse pelas cidades históricas recai sobre o gosto pela obra de arte e a arquitetura antiga, dentro de uma estética barroca e eclética, valorizando as edificações e sítios urbanos protegidos por lei. Atraídos pelo sentimento nacionalista, o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN chamou a atenção de nomes de artistas que recuperaram o estilo barroco como a verdadeira arte brasileira. A autora afirma que a orientação do SPHAN no processo de atribuição de valores se inseria na tradição europeia de constituição dos patrimônios nacionais a partir de categorias de história da arte, onde o limite de vanguarda era o conceito de monumento histórico expresso na carta de Atenas.

De acordo com Silva (2004), o primeiro ato de proteção ao patrimônio foi atribuído a Ouro Preto – MG, em 1933, e a partir disso, cidades inteiras, conjuntos arquitetônicos e edifícios passaram a ser tombados sistematicamente. Porém, como aponta a autora, somente em 1960 esses patrimônios passaram a ganhar interesse turístico, em parte devido à melhoria dos acessos rodoviários.

Figura 5 – Evolução dos Conceitos Patrimoniais no Brasil

Etapa no Brasil	Conceito	Ideias relacionadas
1936 Criação do SPHAN	Primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, a definição do patrimônio histórico estava relacionada ao conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico bibliográfico ou artístico.	Monumento singular, barroco, estrutura colonial, identificação dos bens pelo valor “pedra e cal”
1970	Atuação da nova gestão do SPHAN de Renato Soeiro. Foi realizada uma nova política de tombamento que passava a preservar os conjuntos em torno das estruturas e não mais as construções individuais.	Monumento, valorização do entorno, barroco, estrutura colonial, identificação dos bens pelo valor “pedra e cal”
1979	O novo presidente do SPHAN, Aloísio Magalhães, elevava o conceito de patrimônio histórico a uma preocupação com o patrimônio imaterial.	Patrimônio imaterial, catalogação e preservação da cultura popular brasileira, criação da Fundação Nacional Pró-Memória
1990	Com a posse do Presidente da República Collor de Melo, é reestruturado o SEPHAN passando a se chamar Instituto Brasileiro de Patrimônio de Cultural – IBPC; nesse novo órgão aparece a suposta política participativa entre os grupos sociais e o organismo. Esta década também é marcada pela criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991).	Política Participativa, investimento do setor privado na área cultural, captação e a canalização de recursos
2000	Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000.	Inventário e registro dos Bens culturais de natureza

Fonte: Silva, (2004)

O Plano Nacional de Cultura – PCN, que estabeleceu metas a serem concluídas até 2020, prevê mudança gerencial, envolvendo três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. A primeira considerando que todos os seres humanos sejam capazes de criar símbolos nas práticas culturais diversas; a segunda observando a cultura como direito básico do cidadão garantido pelas políticas públicas e participação social, e terceira como um vetor para a geração de dividendos em um novo cenário de desenvolvimento socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2012). Entre as formas de se observar e interpretar o patrimônio cultural estão os estudos arqueológicos.

Como órgão associada a UNESCO surge em 1965, ICOMOS, el International Council on Monuments and Sites, una organización internacional no gubernamental formada por profesionales de la conservación de monumentos históricos y sitios. La inclusión del patrimonio arqueológico como parte representa la parte de nuestro patrimonio material, redactada por un comité llamado International Committee on Archaeological Heritage Management - ICAHM. La también llamada carta de Lausana, que aborda una descripción del concepto del patrimonio arqueológico. (PERÉZ, 2006, pg. 35/36)

Fonseca (1997) ressalta a criação, em 1973, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, em convênio com o Ministério da Educação, Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando desenvolver o turismo no Nordeste.

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política. (BARRETO, 2000, pg. 16)

A criação da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, na década de 60, apresentou-se como uma tentativa de reproduzir o sucesso de políticas desenvolvidas no exterior e de investir no turismo como forma retirar o país de uma crise mundial. Contudo, a criação deste órgão tratava somente de promoção do destino, não em desenvolver políticas públicas, embora existissem algumas, mas não efetiva ao setor o que ocasionou em contribuir para uma imagem estereotipada²⁵.

Assim a imagem brasileira inicialmente se qualificava por categorias. São elas: (a) O Brasil Paraíso - relacionando à ideia de ambiente selvagem, Éden, recursos, atrativos naturais e paisagísticos, origens da descoberta que pontuam na carta de Pero Vaz dentro do enunciado “dar-se-á nela tudo”; (b) O Lugar de Sexo Fácil – relacionando a ideia de beleza, sensualidade, libertinagem, símbolo da mulher brasileira, concepção da vida nos trópicos (mar, praia, sol); (c) O Brasil do Brasileiro – características atribuídas ao povo brasileiro como musicalidade, hospitalidade, malandragem, doçura, alegria, falta de racismo, dentre outros; (d) O País do Carnaval - relacionando as manifestações dos meios de comunicação, manifestações gastronômicas, culturais, folclóricas e outros; (e) O Lugar do Exótico e do Místico – relacionando a ideias bizarras, religiosidades, mistério, cultura indígena através de rituais, magias e outros (BIGNAMI, 2002, pg.117).

É importante frisar que na intenção de construção de uma identidade nacional, através da ratificação pelo valor cultural, utiliza-se um contexto histórico cultural no qual estavam inseridos e transformando as cidades e patrimônio histórico e artístico nacional em atrativos turísticos. Um desastre que só resultou em denegrir a imagem nacional, forçada e estereotipada, promovendo o turismo de massa e gerando o desgaste de muitos destinos.

²⁵ Bignami (2002) considera que uma imagem estereotipada é uma imagem altamente deturpada e simplificada de algo, largamente mantida, que levariam as pessoas a ter em uma atitude favorável ou desfavorável com relação a um objeto.

Hall (2005) ratifica que, somente na década de 1960, o conceito de identidade é permanente e estável, daí parte a “colaboração” da EMBRATUR para solidificar essa identidade. Azevedo e Andrade (2014) apontam para o período da ditadura do governo de Getúlio Vargas, a busca em criar uma identidade nacional e seus mitos fundacionais. Para os autores, as cidades foram transformadas em destinos turísticos, núcleos urbanos em centros históricos, tematizados a partir de especificidades que as diferenciavam no mercado turístico os seus atrativos naturais e culturais; o seu patrimônio tombado e registrado se torna produto turístico.

Desta forma, o patrimônio atrai o interesse, intrigando diversas pessoas a viajar em busca de conhecer a herança de outros povos. Para Williams (1998), essas viagens são motivadas pela busca ao passado, a contemplação das estruturas antigas e a compreensão dos mecanismos que as produziram, tornando importante na definição de turismo cultural e o motor desta nova economia das cidades.

Chauí (2008) faz uma análise sobre inter-relacionar cultura e democracia. O que pode ser a cultura tratada do ponto de vista da democracia? O que seriam uma cultura da democracia e uma cultura democrática? Quais os problemas de um tratamento democrático da cultura, portanto, de uma cultura da democracia, e da realização da cultura como visão democrática, portanto, de uma cultura democrática? Essas perguntas sinalizam alguns dos problemas a enfrentar. Em primeiro lugar, o problema da relação entre cultura e Estado; em segundo, a relação entre cultura e mercado; em terceiro, a relação entre cultura e criadores. É o que pretendemos responder neste diálogo (CHAUÍ, 2008).

São visões em que se entrelaçam a cultura e o patrimônio e o consumo dentro das visões antropológicas e sociológicas da cultura e o processo de restauro na visão estética, todos, elementos da interpretação patrimonial, ferramentas para gestão dos bens arqueológicos.

A inseparabilidade entre as questões culturais com as demais vertentes econômicas, sociais, dão ênfase ao materialismo cultural. Em seu livro “Cultura e Materialismo”, Williams (1976) aponta para a Revolução Industrial e seus desdobramentos para cultura, que ele define como uma revolução na produção cultural. Com ela, havia sido criado não somente a máquina à vapor, mas todos os veículos necessários que fomentam uma cultura de consumo.

Para Affonso (2012), a mercantilização cultural é um processo que se designa às formas e práticas culturais um valor monetário e se vendem como mercadorias. Mas serão abordadas mais adiante.

A relação dialética entre patrimônio e mercadoria se acentuou com a aceleração do processo de globalização, já que se busca simultaneamente a diferenciação das particularidades locais e a transformação urbana mediante aos ideais globais de consumo. Para Luchiari (2005, pg. 95), o patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais.

Analisar a cultura como algo não democrático parece pertinente e coerente, percebe-se a todo instante que somos alvos constantes na maneira como devemos agir em nosso próprio ambiente, talvez vista a questão do capitalismo que impõe ritmo à sociedade e desta forma impõe e manipula aquilo que, inclusive, devemos preservar. Bauman (2008) analisa de como a sociedade de consumidores eclodiu nas últimas décadas como decorrência da sociedade de produtores. Para o autor, as próprias pessoas se transformaram em mercadorias no intuito de serem aceitas no espaço social por meio das relações humanas e, assim, garantirem sua visibilidade numa sociedade onde, cada vez mais, tudo se torna efêmero.

Silva (2004) traz o exemplo da gentrificação nos grandes centros históricos, como forma inclusive de atender ao turista com lojas de artesanato, restaurantes, pousadas e outros. Em alguns desses casos são feitas reformas ou “restaurações” indevidas, que descaracterizam o chamado patrimônio, mas valorizam o imóvel, por estar em uma área de grande valor histórico cultural. A exemplo disso, ela usa o Pelourinho, no bairro central em Salvador – BA, como sendo um dos mais polêmicos projetos de intervenção urbana em sítios históricos no Brasil. A sua restauração ficou evidente que foi direcionada para exploração turística, e as técnicas de restauração, principalmente nas fachadas foram pintadas em vários tons e coloridas, não condizente ao aspecto original dos imóveis.

Para se estudar os impactos do patrimônio arquitetônico e do patrimônio cultural no turismo, precisamos entender que – de todas as modalidades de turismo hoje citadas pelos estudiosos da disciplina, apesar da confusão de conceitos que parece existir – o turismo cultural é o mais importante segmento apontado dentre os correlacionados à necessidade da preservação ou gestão do patrimônio. Obviamente, não podemos deixar de compreender que as diversas categorias do patrimônio cultural urbano, paisagístico, arqueológico, espeleológico estão contempladas nesse universo maior, que envolve, também, o patrimônio arquitetônico e, de certa maneira, o patrimônio natural.

Capel (2014) diz que o reconhecimento do patrimônio é recente, mas com precedentes históricos. Ele descreve períodos da idade média onde já se relatava visitas a muralhas, palácios, mesquitas, pontes, casas e dentre outros. O autor ressalta que, apesar das inúmeras

edificações e belezas, foi somente a partir do século XVI que a divulgação impressa sobre os patrimônios é realizada em contribuição para conhecimento e identificação das suas características básicas. A atenção concentrava-se nas edificações, e imponência das arquiteturas locais.

Não obstante, o turismo passou a se tornar justificativa para os processos de conservação e restauro dos monumentos históricos, alegando ser menos elitista, mais flexível e democrático, incluindo bens da cultura popular e abrindo espaço para participação da população. Entretanto o que se pode apresentar é uma série de questionamentos de como isto vindo sendo gerenciado.

O fato é que em muitos casos este patrimônio é justificado através do uso turístico sem levar em consideração seus atributos estéticos e culturais. Até que ponto as restaurações são realizadas visando o bem comum do monumento, sua integridade física e cultural, e memorial sobrepondo ao valor e apelo estético praticado ainda pelo turismo tradicional, dito pós-moderno, mas que ainda se mantém fincado e enraizado na lógica do capital onde mais vale reinventar algo que atende a uma demanda sem critérios do que ressaltar o real valor histórico cultural para aqueles que de fato querem e buscam experiências dentro de uma abordagem mais contemporânea de um turismo focado nas bases locais e valores intrínsecos e pouco alterados.

3.2. O patrimônio arqueológico como produto turístico no Brasil

A intensificação do uso turístico da atividade é composta por uma série de elementos (produtos) e objetos que, de modo geral, são introduzidos e multiplicados em uma concentração espacial cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses equipamentos estão os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços, infraestrutura e lazer, edificações, denominando assim, um destino turístico (CRUZ, 2003).

Dentro desse destino há uma oferta de produtos turísticos, que Balanzá e Nadal (2003) definem como um conjunto de bens e serviços, recursos (atrativos e equipamentos) e infraestrutura, que visam a satisfação das motivações e expectativa dos turistas.

É importante explicar que consideramos atrativos todo e qualquer monumento, objeto, mercadoria de vocações culturais, naturais, gastronômicas e arqueológicas que possam a ter um significado para a comunidade local, ora pode ser produtizado para que haja essa atratividade. Para que um recurso, um monumento, seja considerado turístico é preciso que

ele possua um conjunto de elementos que possibilite sua visitação. Adquirido esse valor, ele passa a ser entendido como atrativo turístico. Vale ressaltar que o valor aqui abordado precisa estar relacionado à cultura local.

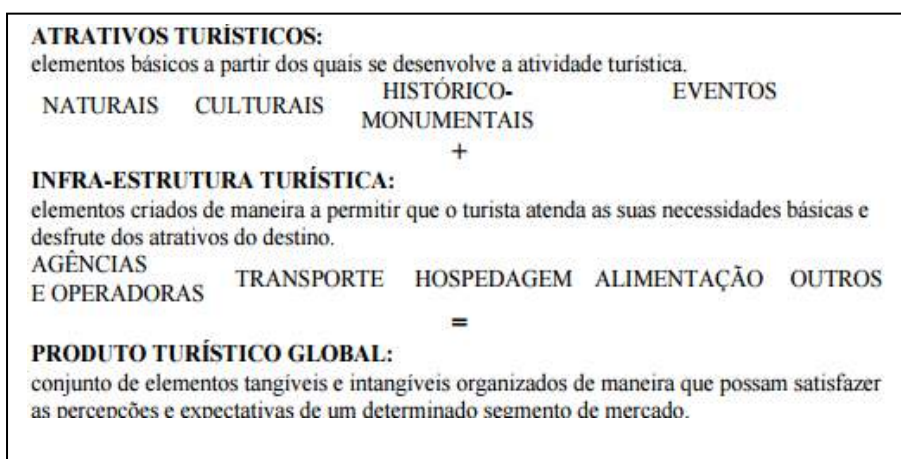
No turismo, um atrativo passa a ser entendido como produto quando este movimenta um grande fluxo turístico em região, necessitando assim de uma infraestrutura. Ressaltando ainda que muitos desses atrativos possuem vocação turística, mas não são produtos turísticos. A fim de elucidar o que estamos tratando nesta tese, trata-se de bens arqueológicos com vocação turística.

Dentro desse contexto há uma necessidade de oferta de produtos turísticos, que Balanzá e Nadal (2003) definem como conjunto de bens e serviços, recursos (atrativos e equipamentos) e infraestrutura, que visam a satisfação das motivações e expectativa dos turistas e que possam produzir uma demanda, que Gastal (2002), define como sendo um conjunto de consumidores que possuem necessidades e desejos a serem satisfeitos, sendo consumidores reais ou potenciais, que podem vir a estabelecer diversas motivações de deslocamento por parte dos turistas (individualmente ou coletivamente), a fim de consumir produtos e serviços turísticos.

A construção de um conceito de um destino turístico se dá através da apropriação de um espaço, transformando-o assim em um destino potencial para o turismo. Assim, considerando que os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização, de fatores políticos, econômicos, e também, culturais, todo o espaço do planeta pode ser considerado espaço do turismo (CRUZ, 2003).

É importante explicar que os atrativos são componentes que todo destino tem, sejam culturais, naturais, gastronômicos, e outros estão inerentes à vida cotidiana. Para se tornar turístico é preciso incorporar o produto turístico, que é aquele já consolidado e que faz parte de roteiros e do fluxo turístico de uma região. Ressaltando ainda que muitos desses atrativos possuem vocação turística, mas não são produtos turísticos. A fim de elucidar o que estamos tratando nesta tese, tratam-se de bens arqueológicos com vocação turística.

Quadro 3 - Formação do Produto Turístico



Fonte: Balanzá e Nadal (2003)

Devemos considerar que, ao tratar de produtos ou como formar um produto, não estamos na lógica de que turismo é indústria, não é. Estamos apenas explicitando de como são compreendidas as chamadas mercadorias turísticas.

Compreendemos que esse “produto” se vende através dos serviços e experiências que os turistas ou visitantes, e até a comunidade local passa a ter em contato com ele. A exemplo disso, podemos considerar que uma igreja, um hotel, um monumento histórico ou até um município que contenha esses elementos necessários à formação do produto, não se vende sozinho como produto. Em uma conceituação de gestão de serviços atribuímos no turismo as características de intangibilidade, inseparabilidade e variabilidade. Essas são características de produtos considerados diferentes dos que as indústrias produzem, pois, ao contrário dos produtos físicos, não podem ser apreciados antes de serem comprados, o consumo e a produção tendem a ser realizados simultaneamente e são excessivamente variáveis uma vez que dependem de quem os executa e de onde são prestados.

Woodward (2007), na introdução de *O Capital*, afirma que Marx faz uma análise contextual sobre a mercadoria – ressaltando que a categoria técnica de “cultura material” deve ser o ponto de partida para uma análise da sociedade. A partir da teoria de Marx é capaz compreender a verdadeira natureza dos objetos como sendo crucial para o entendimento da totalidade da existência humana. O que o mesmo denominou de “mercadorias”.

Em uma perspectiva de considerar o que venha ser patrimônio arqueológico dentro da teorização de produto turístico, devemos considerar que sua principal mercadoria seria a cultura material e tudo que possa estar relacionado a ela, sejam artefatos, narrativas, rituais, dentre outros elementos. É pertinente compreender o que é essa cultura material.

Para Woodward (2007), a cultura material não precisa ser compreendida no contexto que Marx a denominou, como sistema de troca monetária e produzido nas relações sociais capitalistas uma vez que, apesar de tais exortações para estudar a cultura material na forma da mercadoria, não se poderia afirmar que Marx estava interessado em cultura material por si, ou seja, ele não estava interessado na natureza dos objetos como elementos materiais da cultura, as relações entre as pessoas e objetos, e os usos culturais de objetos. Objetos são importantes para Marx porque eles são as representações unitárias de processos fundamentais da sociedade capitalista: a alienação, de exploração e de estranhamento. Assim, mesmo que em O Capital Marx desenvolve um modelo formidável do materialista, base de classes da sociedade capitalista, que começa com a mercadoria como sua unidade fundamental para o foco analítico, ele o faz de uma forma que elimina completamente a possibilidade de uma conta interpretativa ou cultural do significado dos objetos. O legado intelectual de contas marxistas da *commodity*²⁶ tem sido a de se concentrar nas relações e meios de produção, em detrimento do consumo (WOODWARD, 2007).

Woodward (2007) diz que os objetos/mercadorias são as coisas materiais que as pessoas encontram, interagem e utilizam. Ele segue afirmando que os objetos são entendidos enquanto cultura material. Neste caso, a material cultura, salienta o quão aparentemente inanimado as coisas, dentro do ambiente, podem agir sobre as pessoas, e são aproveitados por pessoas, para a realização de funções sociais, regulação das relações sociais e simbólicas que significação de atividade humana. Seguindo essa premissa, o turismo é o elo essencial entre a estrutura social e econômica, de turistas e objetos.

É preciso entender os sentidos, os significados compartilhados e tecidos conjuntamente, diante de práticas simbólicas representações sociais do próprio fenômeno, através do crivo de uma cultura semiótica (GEERTZ, 1978; BARTHES, 1980; ROCHA, 1985), o objeto como código simbólico. Woodward (2007) adverte que há uma teorização dos objetos enquanto mercadoria, no turismo essa percepção é algo inerente, todo atrativo é comercializado, basta que ganhe uma narrativa ou um valor simbólico, exemplo se tivéssemos tido acesso à pedra que Caim matou Abel, certamente esta hoje seria um atrativo turístico, há inúmeros casos aplicados ao turismo, não analisando o contexto ao qual está inserido.

Considerando que toda prática turística seja cultural. O turismo cultural nasceu da necessidade da interação entre essas mercadorias, consideradas posteriormente de com esses bens culturais, já no século XVI, com as chamadas *Grand Tours*, se caracterizavam como

²⁶ Mercadorias padronizadas.

viagens organizadas como jornadas de estudos, com durabilidade de dois a três anos, empreendidas por jovens nobres e burgueses ingleses, com intuito de conhecer as artes, outras culturas e outros idiomas, provocados pelo Renascimento, tido como primeira consciência de um passado da história da arte clássica, através de artes, pintura, escritos, esculturas e outros, o que designou no que consideramos hoje o Turismo Cultural²⁷. Richards (2005) data o início de um cenário promissor, a moda das viagens intelectuais, colaborando para surgimento de empresas da então chamada “indústria do turismo”, no ramo de restauração, hotelaria, lojas, itinerários.

Para Sachs (2008), é uma questão ética, erradicada no problema da motivação humana e na avaliação das conquistas sociais.

Para Sachs (2008), a economia desenvolvimentista é distinta da economia que privilegia o crescimento econômico, que é como o capitalismo se estabelece. O autor defende o projeto de eco desenvolvimento, sendo incluyente e sustentado. Seria um encontro da ética com a economia. O autor entende que:

desenvolvimento sustentado por uma lógica de crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma boa sociedade, em oposição ao ‘mau crescimento’. O objetivo está em construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e bens, de maneira a reduzir o abismo dos padrões de vida entre ricos e pobres. (SACHS, 2008, pg. 18)

No caso do crescimento, prevê o avanço da economia com base em dados quantitativos, onde as pessoas entram nesse esquema como mola propulsora de consumo de mercadorias. O desenvolvimento preza pelas questões mais qualitativas, que geram a manutenção deste consumo de forma racionada e consciente. Ambos não se complementam, não há desenvolvimento sem crescimento, mas há crescimento sem desenvolvimento.

Para Sachs (2008), os meios de comunicação homogeneízam a cultura dominante, estimulando o consumo de produtos industrializados e de hábitos de vida tidos como “alternativos” (pg. 262), além de reforçar a centralização do poder. Já Leff (2001) fala em racionalização ambiental, na perspectiva de haver uma mudança de comportamento da forma de consumir, o que ele chama de racionalidade ambiental, como um projeto social, cultural e ambiental. O autor defende que:

os recursos, das terras e dos valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento do ambiente e na recuperação dos seus espaços vitais. Na

²⁷ Silberberg (1995, pg. 361) define turismo cultural como: “visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição”.

reorganização de suas práticas de produção e consumo, mediante um processo de inovações tecnológicas, orientadas para a autodeterminação das comunidades, no desenvolvimento das forças produtivas sustentáveis, assim como no melhoramento de suas condições ambientais e da sua qualidade de vida. (LEFF, 2001, pg. 184)

Bauman (2008) fala de frutos da cultura “consumista”, descrita por ele, enfatiza a relação existente entre o indivíduo e a mercadoria, numa relação onde o primeiro depende do segundo, oferecendo uma espécie de segurança ao sujeito. Relaciona isso com a contemporaneidade que ele designa como sociedade líquida e pontilista, ou seja, efêmera, favorecendo o processo cíclico do consumo.

Fale salientar que está tese não faz crítica ao consumo, mas ao consumismo que são coisas distintas. O consumismo permeia no campo do projeto de vida de muitas sociedades, em acumular recursos por meio de reafirmação de status, um ritual provocado pelo sistema da sociedade do consumo. Bauman (2008, pg. 107) indica que, quanto ao consumo, há “raízes tão antigas quanto os seres vivos e é parte permanente e integral de todas as formas de vida”, o consumismo é um atributo da sociedade moderna. Ainda segundo o autor, estamos escravos no ato de consumir, sob uma capacidade incessante de querer e almejar, de forma alienada.

A mercantilização do patrimônio incorpora essa discussão, uma vez compreendida como produto que pode ser “consumida”, e parte dessa discussão rendeu à prática turística, e ainda rende, narrativas falsas e produtos falsos por entender a atividade como meramente econômica. É onde está o erro. Porém, o que se pode observar é necessidade em se estabelecer com a originalidade e valor intrínseco da cultura local, neste aspecto, é que a restauração deveria permanecer com um papel fundamental na tentativa de atender esta demanda.

A retomada do hábito da formação de coleções arqueológicas por leigos que, por sua vez, incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas é um exemplo do não cumprimento da legislação. Acrescente-se a isso a divulgação prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários ou onde não se tenha incrementado uma infraestrutura que permita sua visitação pública sem riscos ao sítio e ao próprio visitante.

Em uma observação mais criteriosa já se percebe essa descontinuidade na preservação de obras do passado vinculada ao consumo, em muitos casos voltados para este apelo estético, causando impactos irreversíveis ao patrimônio, onde aponta Gracia (1992, pg. 20) ser “*Una consecuencia de esa incontinencia ha sido la inclinación de los arquitectos a modificar los lugares en vez de mejorarlos, sin reparar en que la mejora no siempre acompaña a la modificación*”.

Os bens arqueológicos têm um potencial enorme de atração turística, por isso são tão valorizados. Mas, essa valorização se potencializa em função de alguns elementos, como as facilidades de acesso ao sítio arqueológico, a possibilidade de visualização ou manipulação dos objetos, a importância na história local e nacional, a beleza plástica da arte e dos objetos, além das construções e monumentos antigos (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2005, pg. 23).

Contudo, para que um sítio arqueológico seja transformado em produto cultural e desta forma liberado para uma possível visitação turística, no seu sentido mais amplo, Pardi (2002) considera que é preciso seguir a leis que regem o patrimônio. A autora informa que, no Brasil, compete ao IPHAN a emissão desta liberação com o apoio de um laudo do arqueólogo, para tal é preciso criar uma rede de comunicação, uma vez que frequentemente são observadas visitas em sítios sem monitoramento, ou sequer conhecimento do IPHAN. Caso haja necessidade de instalação de infraestrutura turística, é preciso ter liberação e licenciamento ambiental, diferentemente de outros países, como os EUA onde os bens arqueológicos são de propriedade privada e o comércio é permitido. Mas este não é o melhor dos exemplos. Corroboramos do pensamento de Pardi (2002), que esta é uma forma de gestão falha, e mau uso do patrimônio. É necessária uma discussão mais ampla, que não cabe nesta tese, mas o fato evidente é a necessidade de uma consciência de preservação. Desta forma, segundo a autora, os parâmetros de autorização estão bem regulamentados e claros, conforme sintetizado na figura abaixo, apenas precisa ser divulgado e respeitado seja para visitação turística, seja para pesquisa e acima de tudo para gestão do patrimônio.

Figura 6 – Esquema de Transformação do Sítio Arqueológico em Produtos Culturais



Fonte: Pardi (2002)

No âmbito desta discussão, cabe salientar a venda ilegal de artefatos retirados sem permissão de sítios arqueológicos e vendidos ilicitamente em todo o mundo.

Contudo, não podem compreender os bens arqueológicos como um produto turístico convencional. Pardi (2007) remete a experiências de turismo arqueológico no exterior que passaram por materialização da cultura e do conhecimento sobre bens arqueológicos que não respeitavam a fragilidade de toda a materialidade, há uma necessidade, alerta a autora, de uso de maquetes, sinalização, interpretação, encenação dos fatos, uso da linguagem visual.

Em uma das pesquisas de campo, podemos citar como exemplo do Museu de Arqueologia de Friburgo, na Alemanha, o *Colombischlössle*. O Museu está próximo ao centro da cidade, em todo o entorno há placas de sinalização que possibilitam sua localização. Sua exposição diz respeito à herança pré-história e todo seu acervo de cultura material são heranças das escavações na própria cidade.

Foto 1 - Museu de Arqueologia de Friburgo, na Alemanha, o *Colombischlössle*.



Fonte: Acervo Pessoal.

O museu foi inaugurado em 1983, em uma mansão estilo neogótica, construída em 1859/61. Nele, conforme pesquisa, há exposição de metal da idade de Bronze, joias dos túmulos, artefatos pré-históricos, há representações do artesanato produzido, da vida militar e cotidiana. Tudo exposto com clareza e coerência dos fatos. Outro fato que chama atenção é a forma como são expostos os artefatos, peças de cerâmica, dentre outros. Usando de recursos audiovisuais e textuais, expostos de forma a representar como essas peças e objetos eram utilizados antigamente.

Foto 2 – Exposição da Vida Militar



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 3 – Exposição da Vida Cotidiana



Fonte: Acervo Pessoal

O museu possui o sistema de opção de visita guiada ou autoguiada. E no caso de uma visita autoguiada, possui uma linguagem visual em três idiomas que explicam todo o contexto o qual está inserido seu acervo além de maquetes interpretativas que reconstroem a história dos artefatos.

Este exemplo se aplica ao que Pardi considera pertinente a gestão dos bens arqueológicos, uso do patrimônio público a serviço da sociedade, de forma que futuras gerações possam compreender a representatividade do passado.

Foto 4 - Visita Autoguiada



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 5 – Maquete



Fonte: Acervo Pessoal

Pardi (2007) fala das possibilidades de comercialização mais consciente acerca dos bens arqueológicos, como é o caso do artesanato, é possível comercializar réplicas de

cerâmica arqueológica. Pardi (2007) registra como bom exemplo a cerâmica de inspiração arqueológica surgidas a partir da iniciativa do Museu Paraense Emílio Goeldi em ensinar artesãos de Icoaraci.

Por conseguinte, para Solbes e Vilchez (1997), descrever o patrimônio como produto turístico requer uma revisão do conceito tradicional de patrimônio como oferta cultural. É preciso desenvolver novos modelos, como do museu de Friburgo, e uma nova visão sobre o patrimônio arqueológico como bem de consumo. Para a autora, o consumo deve ser direcionado e dirigido a setores da comunidade, não como gerador de riquezas, massivo e elitista, genérico, mas como introduzir uma nova forma de pensar o objeto na lógica do consumo. Este deve ser representativo, incluyente e sustentado, como propõe Sachs, em uma proposta de desenvolvimento endógeno que favoreça tão somente as comunidades envolvidas no processo.

A partir deste ponto de vista, Solbes e Vilchez (1997) apresentam os motivos de mudança do pensamento: quebra do paradigma do turismo tradicional, melhoria geral da situação socioeconômica, apoio de instituições e parcerias com empresas turísticas, fortalecimento da cultura local e preservação do patrimônio arqueológico.

Essa nova era do turismo, caracterizada, dentre outros fatores, por uma maior sensibilidade na flexibilidade da oferta e grande segmentação da demanda, as identidades sócias territoriais são potencializadas no subsistema de oferta turística como um importante símbolo da diferença, fundamental na consolidação de destinos específicos, a busca por viagens mais simples, no sentido de fugir dos grandes centros da mercantilização de serviços e atrativos, podendo vivenciar, guardar recordações memoráveis e autênticas, em uma perspectiva de seja essa a premissa da contemporaneidade.

Contudo, não se pode negar que ainda há, em grande escala, resquícios da modernidade, o processo de desvalorização do passado e das referências da memória pelo qual passa o homem neste período, é crescente e acabou impondo a sociedade a um desconhecimento de sua própria história. A má utilização dos lugares depositários de bens culturais, tidos como patrimônio, vem resultando na depreciação e descaso. E não podemos desconsiderar que atrair demanda, onde a identidade territorial é valorada, requer exigências de um mercado consumidor crítico quanto à qualidade do produto oferecido, expressa não só pela qualidade dos serviços diversificados, mas também pelo leque de atrativos e atividades.

É importante apontar que muito dessa desvalorização está em não compreensão do que vem a ser patrimônio, e porque eles devem ser conservados.

A mercantilização do patrimônio é fruto também da modernidade e do capitalismo, onde busca criar expectativas a serem consumidas pela maioria das pessoas de acordo com Simão (2006) “desconhece seus bens”, mas não precisa a citação de um autor para que cheguemos a esta conclusão. Desta forma faz-se necessária uma discussão acerca do patrimônio, de como este é comercializado ou como deveria ser pela atividade turística.

A ideia que trazemos neste estudo que turismo não é só visitação ficará mais clara a partir dos próximos capítulos, não basta visitar, tem que compreender a visita. Tem que interagir e emergir na experiência de estar em outra cultura, o que foge totalmente as práticas de um turismo convencional e mercadológico. Choay (2006) afirma que a visitação tem um cunho pedagógico e de sensibilização para conservação dos bens, e não se trata de utopia, trata-se apenas de refletir sobre o seu papel naquele ambiente. Fica claro que a autora é contra a mercantilização do patrimônio pelo turismo, na atual maneira como é comercializado.

A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável. (CHOAY, 2006, p. 226)

Para Ruschmann (1991), é importante considerar a fragilidade dos sítios arqueológicos, estes não devem ser omitidos ao conhecimento do público. Para a autora, e corroboro da ideia, deve haver um bom planejamento e instrumentos de interpretação dos vestígios arqueológicos enquanto produto.

Ainda segundo Ruschmann (1991), a interpretação de um produto arqueoturístico se relaciona diretamente com as experiências vivenciadas, não a uma lógica de consumo tradicional e que o resultado deste consumo seja o aprimoramento cultural, recordações e fotografias. Isso acontece porque o produto turístico não é um bem móvel, trata-se de um bem de consumo abstrato que não pode ser avaliado de acordo com seu tamanho, peso, formato ou cor, desta forma, o produto comercializado aqui não está relacionado com os produtos industriais palpáveis, se sem um consumo de uma representação imaginária do que o produto possa vir a proporcionar.

O modelo austríaco representado na figura abaixo foi desenvolvido através de um planejamento integrado que visa uma comercialização responsável, dentro de uma rede de relacionamentos e parcerias que possam favorecer pelo uma negociação mais consciente. Nele se estabelece reconhecer a importância dos produtos locais patrimoniais, cuidar do patrimônio

e seus bens, estabelecer parcerias em rede que os benefícios sejam recíprocos, incorporar ações de planejamento integrado, investimento nas pessoas da localidade, comercializar de forma responsável, proporcionar experiências autênticas aos visitantes e que sejam coerentes aos seus produtos (A.H.C, apud GUIMARAES, 2012).

Figura 7 – Critérios para Turismo Arqueológico Sustentável e sua operacionalização.

1. Understanding heritage significance.
2. Forming partnerships.
3. Creating a quality visitor experience.
4. Developing indigenous tourism.
5. Planning for a sustainable business.

Fonte: (A.H.C, apud GUIMARAES, 2012).

A prática comercial deve ser sustentada por modelo sociocultural, que visa valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade, através ações práticas que envolvam atividades voltadas à sensibilização e conscientização, permitindo que a prática turística seja pensada e planejada de forma sustentável. A utilização dessas ferramentas é estratégica na conservação e preservação de sítios com vocação à prática turística, pois possibilita assegurar o diálogo da comunidade com seus bens patrimoniais, melhorar condições territoriais, fortalecer o envolvimento de todos os atores sociais, incentivar a capacidade de iniciativa empreendedora que possam captar recursos financeiros para execução das atividades através de planejamento participativo e fortalecer a ideia de pertencimento da identidade local.

3.3. Ferramentas de interpretação e conservação patrimônio arqueológico

Amparadas por leis federais, a gestão de recursos culturais e naturais geram instrumentos e ferramentas capazes de proteger, promover e potencializar o patrimônio arqueológico, além de possibilitar aos visitantes experiências mais autênticas e genuínas, passando do ter para ser.

Essa transformação humana só é possível através do campo educacional. Mas ela deve ser dinâmica, possibilitando uma interação entre o saber e as diversas formas de interpretação. Freire (2008) nos fala do ato de transmitir conhecimento, mas vai além na sua colocação ao afirmar que ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção.

Seria de grande valia que os conceitos de bens patrimoniais fossem colocados da estrutura curricular permanente, assim como o turismo, assim estaríamos contribuindo para formação de cidadãos com uma concepção valorativa acerca da sua história, do seu passado, contribuindo com seu presente e assegurando seu futuro. Daria possibilidade de melhor compreensão da sua cidade e do convívio em sociedade, em uma perspectiva de construções de valores.

Choay (2001) assinala que na Itália há ensino obrigatório da história das artes plásticas e arquitetura na escola primária. Com uma base educacional desta, é possível que as pessoas sejam educadas a compreender melhor o patrimônio.

Segundo Morales (2005), ao final do século 19, verificou-se que a interpretação surge como um elo entre a comunicação e o patrimônio, em resposta às visitas a museus e parques nacionais americanos. A utilização do termo foi uma inspiração na ideia de uso público e conservação da natureza influenciada pelas práticas da vida social e cultural norte-americana que passava grande parte do seu tempo desenvolvendo atividades de lazer nesses espaços e cultivando o ócio.

Tilden (1977) compreende que a interpretação é uma prática social e educativa, que propõe revelar significados e suas relações, através do contato com objetos autênticos na sua originalidade, seja através do contato direto seja por outros com os recursos. Para o autor, a interpretação vai além do ato de apenas informar ao visitante o seu conteúdo, até porque se levarmos em consideramos a atualidade, o que mais dispomos é de informação.

Hoy en día una persona puede recibir o disponer de mucha información sobre un patrimonio o sobre un territorio determinado, pero normalmente le faltan recursos para poder aprovecharla. De ahí surge la necesidad de crear dispositivos que “den sentido” a los testimonios culturales y naturales de un territorio y nos ayuden asimilar lo que vemos. Mediante la interpretación no se pretende simplificar o vulgarizar la información, sino ofrecer claves y ayudas para captar aspectos esenciales. (WERNER, 2002, pg. 3)

Para Tilden (1977), os princípios utilizados que nortearam a instrumentalizar as técnicas de interpretação foram: tornar estéril qualquer forma de interpretação que não esteja relacionada com o que está sendo mostrado no local visitado; a informação em si não é interpretação, no entanto toda interpretação é informação; a interpretação é uma arte que combina com muitas outras artes, assim como uma inter-relação entre diversas áreas, ainda que os materiais apresentados sejam científicos, arqueológicos, arquitetônicos ou históricos; o objetivo central da interpretação não é a instrução, mas a provocação, é sensibilizar para poder fomentar a consciência crítica; a interpretação deve ser para todos, sem privilégios; a

interpretação deve apresentar o todo, não partes isoladas; a interpretação deve usar uma linguagem adequada e acessível para todas as faixas etárias, e nacionalidades (TILDEN, 1977).

Para Murta e Albano (2002), o planejamento interpretativo ganha destaque na década de 1980, passando a uma questão habitual em diversos eventos científicos, gerando propostas de “Centros de Interpretação Ambiental e Patrimonial”, separadamente.

Interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência única com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias formas da comunicação humana como teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura, sem, todavia, se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc. (MURTA E GOODEY, 1995, pg. 52).

A compreensão da natureza interativa dessa relação é essencial para compreender sua dinâmica, as forças que dirigem o curso da mudança. Além disso, é apenas no contexto destas questões maiores que se pode começar a se envolver na tentativa mais específica para compreender o papel do patrimônio e seu acervo na formação, expressão e reprodução de identidade e para avaliar a viabilidade da utilização de restos culturais de material de identificação dos grupos sociais e as fronteiras do passado.

Interpretation is especially important when the significance of a resource isn't immediately obvious to visitors – for instance, archeological sites where physical evidence of the past is hidden underground. Interpretation is also crucial in helping people understand cultural traditions that are unfamiliar to them. If your resource is a great example of local heritage, and no one knows it, it is hard to justify its authenticity. Interpretation makes that connection for visitors. (LCH E YCH, 2007)²⁸

É importante identificar a educação patrimonial como ferramenta sociocultural, que visa valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade, através ações práticas que envolvam atividades voltadas à sensibilização e conscientização, permitindo que a prática turística seja pensada e planejada de forma sustentável.

28 A interpretação é especialmente importante quando o significado de um recurso não é imediatamente óbvio para os visitantes - por exemplo, os sítios arqueológicos onde as evidências físicas do passado estão escondidas no subsolo. Interpretação é fundamental para ajudar as pessoas a entender as tradições culturais que são familiares a eles. Se o seu recurso é um ótimo exemplo de patrimônio local e ninguém sabe, é difícil justificar sua autenticidade. Interpretação faz essa conexão para os visitantes (Tradução Pessoal)

A utilização dessa ferramenta é estratégica na conservação e preservação de sítios com vocação à prática turística, pois possibilita assegurar o diálogo da comunidade com seus bens patrimoniais, melhorar condições territoriais, fortalecer o envolvimento de todos os atores sociais, incentivar a capacidade de iniciativa empreendedora que possam captar recursos financeiros para execução das atividades através de planejamento participativo e fortalecer a ideia de pertencimento da identidade local.

A Educação Patrimonial possibilita romper com práticas segregacionistas, resgatando valores dos grupos sociais em torno de bens patrimoniais, propondo alternativas de resguardo e ativação da memória, seja por meios de bens naturais e/ou culturais, aplicada próximo a sítios arqueológicos, com fins turísticos ou não, criando elos com o patrimônio local, podendo desenvolver ações educativas que vão desde palestras, jogos interativos, roteiros turísticos, até exposições, como estando inseridos nas ações da educação formal (HORTA *et al*, 1999).

A educação patrimonial vem de encontro a essa necessidade conciliadora, pois visa sensibilizar o visitante e a comunidade local da importância do patrimônio. Um edifício histórico, se não for compreendido pela comunidade como parte integrante de sua própria cultura, pode não passar de apenas um prédio antigo, atrapalhando o desenvolvimento imobiliário. É necessário, por este motivo, que ele seja interpretado de maneira correta para que exista o sentimento de pertencimento desse edifício por parte da comunidade, para tal, ela precisa ser patrimonialmente educada. Sobre a educação patrimonial Figueira disserta que: É importante observar que a educação patrimonial não é apenas uma ferramenta de utilidade para o desenvolvimento do turismo sustentável, mas também e principalmente um artifício para a criação da consciência, do ato de cidadania, de conservação da cultura, de preservação de costumes, da história, da memória, da identidade, da vida. (HORTA *et al*, 1999, pg. 10)

A importância da educação patrimonial é frisada com foco não apenas ao visitante, mas à comunidade local, para que esta conheça mais a fundo sua história e dessa forma reforce sua identidade cultural, o que resultará em um sentimento de pertencimento entre comunidade e patrimônio.

A Educação Patrimonial traz o elo necessário para fortalecer laços com todos os atores envolvidos em uma proposta de educação libertadora, descrita por Paulo Freire, onde Freire e Faundez (2002) elencaram seus preceitos: a Dialógica (o professor ensina e aprende simultaneamente, através das riquezas culturais, trazendo o aluno para o ambiente em que vive); Problematicadora (onde temas escolhidos devem estar de acordo com a sua realidade social); Crítica (no sentido de formar cidadania, repassando sensibilização para construção de uma consciência social e política); Reflexão e Ação (exercitar a prática-teoria-prática).

Numa reciprocidade de ações, o aluno traz sua experiência de vida, recebe ações de educação e retorna a sua realidade multiplicando uma nova prática, enriquecida pela teoria. Uma Educação voltada para a preservação, conservação e valorização cultural é denominada de Educação Patrimonial (SOARES, 2003).

Em uma proposta interdisciplinar, a educação patrimonial volta suas questões para o patrimônio cultural, compreendendo temáticas de inclusão, com conteúdos programáticos, a fim de habilitar professores e profissionais a despertar o senso de preservação da memória histórica (LIMA, 2005), ações que permitem ratificar uma identidade local, de acordo com o diálogo a quem de fato esse patrimônio pertence, permitindo dar voz e democratizar o uso desses bens, considerados públicos, mas que não são acessíveis ao mesmo. É a questão do papel ético e social de ambas as disciplinas, no caso da arqueologia permitir que as comunidades possam decidir, de forma crítica, sobre os rumos das pesquisas. A não inclusão desse direito em um projeto arqueológico permite a desconstrução das identidades envolvidas, e de comunidades e suas histórias marginalizadas.

Presume-se que o processo de construção de bons cidadãos passa por um engajamento mais eficiente e permanente na arena política. Como efeito colateral da modernidade, podemos inferir que os cidadãos começam a relacionar-se com o mundo muito mais via meios de comunicação eletrônicos, passando mais tempo isolados uns dos outros e em um consumo privado (comprometendo, em parte, a formação de um capital social saudável). O autor aponta que uma ação efetiva se dá através de uma política participativa, do envolvimento da sociedade civil nas ações do mercado e aponderamento das responsabilidades cidadãos, deixando de ser resiliente às condições e passando a agir ativamente.

Grunewald (2001) relata que a partir do momento em que habitantes de uma área que detém sítios arqueológicos são capazes de reconhecer parte dessas áreas como dentro de sua realidade e história, desta forma, torna-se permanente o exercício de sensibilização patrimonial sendo assim possível a contribuição para o processo de ensino aprendizagem entre os atores envolvidos.

A educação patrimonial possibilita romper com práticas segregacionistas, resgatando valores dos grupos sociais em torno de bens patrimoniais, propondo alternativas de resguardo e ativação da memória seja por meios de bens naturais e/ou culturais. Aplicadas próximos a sítios arqueológicos, com fins turísticos ou não, cria elos com o patrimônio local, podendo desenvolver ações educativas que vão desde palestras, jogos interativos, roteiros turísticos, até exposições, como estando inseridos nas ações da educação formal.

Foi em Dublin em 2008²⁹, conforme já citado no capítulo I que a arqueologia passa a compreender a necessidade de ampliar a ideia de educação patrimonial, através de técnicas interpretativas, no *World Archaeological Congress* com tema “*Engaging Archaeologies*” (arqueologias engajadas), que passou a dar ênfase à participação da comunidade na gestão dos bens arqueológicos.

Em proposta de ampliação e gestão de bens arqueológicos, a teoria estudada pela arqueologia pública³⁰ surge na década de 1970 e, segundo Kerber (1994), na mesma proposta de gerir tais recursos de forma mais acessível e além daquela mais tradicional, arqueologia de contrato. No entanto, em sua prática ainda há um distanciamento do que fora proposto, esta acaba por se resumir a cumprir exigências contratuais sem expandir um envolvimento com a comunidade local.

É a questão ética e social de ambas as disciplinas, no caso da arqueologia permitir que as comunidades possam decidir, de forma crítica, sobre os rumos das pesquisas. A não inclusão desse direito em um projeto arqueológico permite a desconstrução das identidades envolvidas, e de comunidades e suas histórias marginalizadas.

Presume-se que o processo de construção de bons cidadãos passa por um engajamento mais eficiente, os cidadãos começam a relacionar-se com o mundo muito mais via meios de comunicação eletrônicos, passando mais tempo isolados uns dos outros e em um consumo privado (comprometendo, em parte, a formação de um capital social saudável).

Grunewald (2001) aponta que uma ação efetiva se dá através de um planejamento integrado e participativo, com sociedade civil nas ações do mercado e aponderamento das responsabilidades cidadãs, deixando de ser resiliente às condições e passando a agir ativamente. O autor, relata que a partir do momento em que habitantes de uma área que detém sítios arqueológicos são capazes de reconhecer parte dessas áreas como dentro de sua realidade e história, desta forma, torna-se permanente o exercício de sensibilização patrimonial sendo assim possível a contribuição para o processo de ensino aprendizagem entre os atores envolvidos.

Para Funari e Carvalho (2011), a construção conjunta de cientistas e comunidades são fundamentos básicos para uma arqueologia pública democrática que envolve elementos do conceito de patrimônio cultural e bem público. Para Little (2012), a arqueologia deve

²⁹ Disponível em <http://www.ucd.ie/wac-6/>. Acesso em 10 de novembro 2015.

³⁰ Arqueologia Pública é o estudo da arqueologia no contexto. Isso inclui a contextos sociais, políticos, econômicos e intelectuais: uma grande responsabilidade para uma simples subdisciplina. Arqueologia é produzida e consumida: ao estudar esses processos em todas as suas dimensões arqueólogos públicos são a consciência da disciplina. (SÁNCHEZ, 2011).

expandir a consciência e percepção de modo a estimular as diversas formas de pensamento acerca do mundo e o que recai sobre ele. Para Funari e Robrahn-Gonzáles (2006), a ciência deve ser entendida como uma ação do povo e a arqueologia pública permite que haja esses benefícios que envolvam comunidades e segmentos sociais.

Constatamos assim o viés social que permeia sobre as duas disciplinas em um mesmo momento, de um lado está a arqueologia, buscando contribuir além do científico como mostra Morse (1994), uma preocupação inflada na década de 60 que propôs uma gestão dos recursos culturais demonstrando uma preocupação na conservação deste bem, até como forma de sobrevivência da disciplina. Concomitante do outro lado o turismo, buscando interagir com a comunidade receptora de suas atividades, sendo protagonista no papel de agente excludente para agente transformador do social que pode elevar a qualidade de vida da população.

Para Merriman (2004), a arqueologia deve ser voltada para o interesse público em geral, fixar no sustento estatal é uma visão reducionista, existem diversas vertentes de teorias e práticas neste campo. Para o autor, a dificuldade está em definir o que é público, pelo que estamos acostumados a assistir financiamentos estatais. Mas este ressalta a importância e necessidade da construção do fortalecimento de identidades nacionais.

Cornelius Holtorf (2007) apresenta um modelo democrático onde as práticas dos arqueólogos possam ser repensadas num modelo de educação, das relações públicas e o democrático. Respectivamente tende a mostrar o arqueólogo como detentor da verdade, como somente ele conhece o passado, o segundo demonstra a importância em mostrar a arqueologia para o público, em uma premissa de justificar suas ações e pesquisas, e o democrático prevê a elaboração do conhecimento arqueológico através de trocas de experiências entre o profissional e a comunidade. Tal modelo democrático configura-se como alternativa para um caminho de valorização igualitária do conhecimento. Ainda para Holtorf (2007), as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e para tal deveriam ouvidas. Os saberes variam de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, mas possuem igual importância.

No Brasil, a Portaria nº 230 de 2002 do IPHAN estabelece a obrigatoriedade da elaboração e execução de programas de educação patrimonial em acompanhamento às pesquisas arqueológicas. Em uma proposta interdisciplinar, a educação patrimonial volta suas questões para o patrimônio cultural, compreendendo temáticas de inclusão com conteúdos programáticos a fim de habilitar professores e profissionais a despertar o senso de preservação da memória histórica com ações que permitem ratificar uma identidade local de acordo com o diálogo a quem de fato esse patrimônio pertence permitindo dar voz e democratizar o uso desses bens, considerados públicos, mas que não são acessíveis ao mesmo. No entanto, está

longe de promover uma real participação das comunidades nos projetos arqueológicos, pois na maioria das vezes, estes programas se resumem a palestras e entregas de folders explicativos sobre os projetos.

Cabe ressaltar que a arqueologia pública é uma visão bem mais ampla da própria educação patrimonial, a primeira diz respeito às ações endógenas, ou seja, que venham da própria comunidade ou do próprio destino. Uma comunidade precisa trazer as demandas que quer desenvolver na sua localidade. Já a segunda em muitos casos já vem pronta, são pessoas que levam a proposta para a comunidade. Isso não significa dizer que não podem trabalhar juntas, pelo contrário devem. A educação patrimonial deve ficar a serviço da arqueologia pública, como ferramenta interpretativa do patrimônio.

Em uma proposta interdisciplinar, a EP volta suas questões para o patrimônio cultural, compreendendo temáticas de inclusão, com conteúdos programáticos, a fim de habilitar professores, e profissionais a despertar, o senso de preservação da memória histórica e interesse pelo pela (LIMA, 2005).

Em uma oficina de educação patrimonial realizada no mês de novembro de 2015, como resultado de uma disciplina cursada no programa de Pós-Graduação em Arqueologia, durante o doutoramento, na disciplina “Arqueologia Pública”, ministrada pela profa. Dra. Suely Luna e Dra. Suely Amâncio, no município de Canindé de São Francisco/SE, no povoado de Curituba, alunos de duas escolas públicas, em um total de 40 alunos, com faixa etária entre 05 e 18 anos, participaram de inúmeras atividades desenvolvidas com temas acerca de cultura, memória, patrimônio, natureza e arqueologia. Observaram-se em muitos momentos como os alunos conhecem seus bens materiais, mas não entendem esses como sendo patrimônio.

Utilizou-se jogos dinâmicos como instrumentos de educação patrimonial, um dos jogos consistia em um grande mapa da região, como um tabuleiro onde cada equipe tinha um representante que deveria ir jogando o dado e avançando as casas e respondendo às perguntas que tinha no mapa, ganhava quem alcançasse a chegada.

Foto 6 - Oficina de educação patrimonial no povoado de Curitiba/SE



Fonte: Moyses Siqueira, 2015

Durante a atividade, haviam várias perguntas que serviram de coleta de dados: “Vocês lembram como era sua cidade?” “O que mais gosta da sua cidade?” “O que é cultura?” “O que é patrimônio?” “Cite um patrimônio natural e cultural na sua cidade.” “O que mais representa você na sua cidade?” “O que é identidade?” “O que é arqueologia?” A partir destas perguntas, os alunos foram instigados pelo jogo e por uma apresentação de um vídeo em cada turma. Que geraram os seguintes resultados:

Quadro 4 – O que mais gosta na sua cidade? Qual objeto mais lembra sua cidade?
O é identidade/Noções de Cultura e Patrimônio

Categoria de análise qualitativa	Respostas
De festas/ de passear/ nadar no Rio	27
O Rio São Francisco	13
Categoria de análise qualitativa Social	
Documento/ São nossas características/	10
São coisas que tem na nossa cidade/ É música/ festas religiosas/ Cavallhada? /	21
É o que passa na televisão/ É escola	05
São costumes dos nossos pais, e que eles passam para gente.	04

Fonte: Elaboração da Autora.

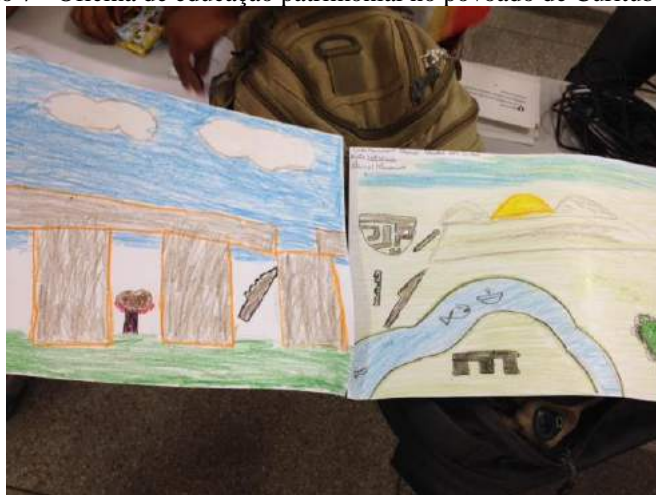
Vários pontos podem ser levados a uma reflexão: As memórias remetem somente ao presente, não há muitos relatos de como era sua cidade antigamente. Por conta disso, as principais atrações estão relacionadas às práticas atuais, a modernização. Poucos relataram festas mais tradicionais da cidade. E para eles, a ideia de cultura se associa aos recursos para lazer, pesca ou outra atividade de subsistência de que a não realização de ações

como essa compromete a memória coletiva, as heranças culturais daquela comunidade, que se encontram inseridas no contexto da massificação da cultura sem elementos autênticos da sua realidade; e, por fim, de que embora inseridos neste contexto, há interesse em aprofundar o conhecimento sobre seus bens culturais.

A figura abaixo exemplifica as atividades desenvolvidas na oficina Antes disso, foi realizada uma palestra que mostrava diversos patrimônios do mundo e após a palestra foi solicitado aos alunos que desenhassem o que mais chamou atenção na palestra. Foi citado um monumento que compõe o acervo arqueológico, Stonehenge³¹ localizado no sul da Inglaterra, e quando provocados a desenhar o que mais lhes chamou atenção nas apresentações, resgatamos desenhos como este abaixo, assim como os que ressaltaram a importância do Rio São Francisco enquanto bem natural.

O que só demonstra que atividades como essa podem fortalecer laços com a cultura local, mas também podem proporcionar a ampliação do conceito de patrimônio. Essas atividades devem ser contínuas e deveriam estar na matriz curricular das escolas, isso iria contrapor o modelo de mercantilização e consumo da cultura de massa. Não que a cultura dita popular não seja considerada cultura, mas é preciso fortalecer os laços com a cultura local.

Foto 7 - Oficina de educação patrimonial no povoado de Curitiba/SE



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

É preciso frisar que, segundo Horta (1999), essas atividades, assim como os programas contínuos de educação sistêmicos e sistemáticos, são centrados no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Para a autora, a educação patrimonial pode ser um instrumento de alfabetização cultural, possibilitando o

31 - Disponível em <https://www.english-heritage.org.uk/visit/places/stonehenge/>

indivíduo a fazer uma leitura melhor do mundo que o rodeia, na perspectiva de compreensão do universo sociocultural, e de uma trajetória histórico-temporal em que esteja inserido.

Dentro da arqueologia, não querendo rotular ou adotar uma corrente, esta prática faz parte de uma abordagem da Arqueologia Pública, é compreendida como todos os aspectos públicos da Arqueologia e também como uma ação política, mostrando que além dos interesses científicos dos arqueólogos, existe também o sentido da necessidade de transformação da realidade, a partir de uma arqueologia de caráter comunitário (FUNARI, 2005; MACGUIRE, 1999). E como afirma Grunewald (2001), a partir do momento em que habitantes de uma área, que detém sítios arqueológicos são capazes de reconhecerem parte dessas áreas, como dentro de sua realidade e história, torna-se permanente o exercício de sensibilização patrimonial. O que torna possível contribuição ao para o processo de ensino aprendizagem entre os atores envolvidos.

De acordo com Murta e Albano (2005), interpretar significa muito mais do que informar, sendo uma forma de revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, entreter e inspirar novas atitudes no visitante, proporcionando uma inesquecível experiência com qualidade. E acrescentam:

enquanto processo de acrescentar valor ou de realçar a experiência de um lugar, a interpretação estimula a apreciação ambiental e promove entretenimento para usuários e visitantes. Enquanto a arte de apresentar lugares e expressões culturais, a interpretação é elemento essencial à conservação e gestão do patrimônio. (MURTA & ALBANO, op. cit., p.14)

Contudo, não se pode melhorar a qualidade de vida da população sem que haja a participação dos atores que irão ser beneficiados com os resultados desta melhoria que estrategicamente podem ser viabilizadas através do desenvolvimento de uma localidade, o que pode vir a ser de médio em longo prazo.

Concomitante a interpretação do patrimônio para erigir o desenvolvimento turístico, está a educação ambiental (EA) que ganha uma conotação importante para promover esta nova percepção do cenário natural ao qual os sítios estejam vinculados, devendo ser identificada e entendida como um processo de mudança, que vem a orientar o desenvolvimento turístico nesses espaços para que este alcance seus objetivos, a melhoria da qualidade de vida, através de estratégias, monitoramento, ações de políticas públicas, ambientais e outros.

Preservar o patrimônio e o meio o qual ele se encontra torna-se elemento fundamental para o entendimento desta tese. Não há como dissociar ações voltadas para educação

patrimonial e desconsiderar ações de educação ambiental, uma vez que uma está atrelada à outra.

Morin (2001) aponta para a necessidade de um pensamento ecológico que leve em consideração a ligação vital de todos os sistemas vivos ao seu ambiente. Estas questões, entretanto, necessitam de atenção especial por parte dos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pela conservação da natureza, bem como da população em geral, uma vez que para se alcançar sucesso na realização de qualquer trabalho de nível conscientizatório é preciso a participação ativa da população.

Sauvé (2005) afirma que a educação ambiental (EA) foi destacada em 1972 na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, como uma solução aos entraves apresentados, porém só legitimou-se em 1975, em Belgrado. O autor aponta o documento intitulado “Carta de Belgrado” como o primeiro a tratar da reforma dos processos e sistemas educacionais, cuidando em envolver especialmente a juventude em ações voltadas à EA, além de recomendar discussão sobre uma ética ambiental global.

Na Conferência de Tblisi, em 1977, essa ideia foi ratificada nas propostas da Carta de Belgrado, contudo elevando a importância da defesa e da melhoria do ambiente para as presentes e futuras gerações.

No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNCED) no ano de 1992. Daí surgiu a Declaração do Rio³² sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo. Este documento discute o desenvolvimento sustentável no sentido de “estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra” (Conferência, 1992, pg. 3). Em seu princípio, a declaração acentua que os seres humanos devem ser o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável, como forma de criar uma situação de esperança de “bem-estar social”, enquanto grande parte da população deste planeta vive em condições que estão longe de ser descrita por essa expressão.

Para Sauvé (2005), é necessário compreender todos os pontos a serem trabalhados na educação ambiental e todo o universo que permeia este conceito de meio ambiente: natureza

32 Em junho de 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92, como ficou conhecida -, da qual participaram aproximadamente 35.000 pessoas, com a presença de 106 chefes de governo, quando discutiram as possibilidades do desenvolvimento futuro para a humanidade.

(para contemplar, respeitar e preservar), meio ambiente: recurso (para gerir e repartir), meio ambiente problema (para resolver e prevenir), meio ambiente: sistema (para entender e poder decidir melhor), meio ambiente: lugar em que se vive (para conhecer, explorar e aprimorar), meio ambiente: projeto comunitário (em que e como se empenhar ativamente). Este último é o que mais faz referência ao fortalecimento do termo capital social, onde a cooperação e a parceria precisam ocorrer para que sejam realizadas as mudanças coletivamente desejadas.

Desta forma, Dias (2003) afirma que a educação ambiental deve ser entendida como

um instrumento poderoso de que a sociedade dispõe no momento para recriar valores perdidos ou nunca alcançados antes, capazes de induzir crianças e jovens a perceberem a natureza como um bem comum a ser partilhado com base num sentimento de solidariedade e responsabilidade no trato com os recursos naturais e com todas as formas de vida. (DIAS, 2003, pg. 163)

Ainda segundo este mesmo autor, a EA pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação, para adquirir valores e atitudes, indispensáveis para resolver os problemas ambientais com soluções sustentáveis. No entanto, é importante ressaltar que a EA exige duas dimensões para análise: a dimensão epistemológica e a dimensão pedagógica, o que desta forma a EP iria contribuir efetivamente. Isso porque ela exige reflexões acerca da problemática ambiental, ademais de exigir reflexões acerca da educação.

No Brasil, a Educação Ambiental foi formalmente instituída pela Lei Federal de nº. 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Vale ressaltar que esta lei foi considerada como sendo um marco histórico na defesa da qualidade ambiental brasileira. Com essa lei e a partir da transformação da problemática ambiental numa questão política de grande relevância, a educação ambiental passa a representar um importante componente na estratégia para alcançar o equilíbrio e a racionalidade na forma de consumo e de uso dos espaços naturais, onde se incluem às práticas turísticas. Vale ressaltar que neste artigo a educação ambiental é entendida como um processo em que a comunidade local e visitantes interagem a fim de construir valores sociais e consciência voltada para a conservação e preservação do meio ambiente associada à busca da qualidade de vida. Desta forma, partimos do princípio que com um programa de educação ambiental bem definido torna-se possível educar o indivíduo para desenvolver práticas ambientais responsáveis em sítios arqueológicos. (DIAS, 2005).

A educação não formal é definida por Gohn (2008) como um processo educacional correspondente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a

capacitação dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários; a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Já a educação formal necessita de uma instituição física para acontecer, além da presença de um professor que é quem desenvolve o papel de educador priorizando o cumprimento de um currículo pressuposto pela entidade num determinado espaço de tempo para ao final dispor ao educando de uma certificação. Na educação não formal não há a necessidade de uma instituição, uma vez que podem ser múltiplos os espaços educacionais. Também não existe a preocupação em cumprimento de um currículo nem tempo específica para o desenvolvimento da aprendizagem.

Com base nessas premissas, Albagli; Maciel (2003) aplicam o conceito de que a comunidade deve ser protagonista de suas ações, referindo-se ao papel desenvolvido pela comunidade local, visando desenvolvimento, onde traz à luz a reflexão sobre as diversas perspectivas que seus elementos possam incorporar as práticas da educação ambiental. Essas perspectivas podem denotar sua relação cada vez mais intrínseca com o turismo e seu desenvolvimento local, são elas:

Funcionalidade: a comunidade possui um propósito comum, isto é, propicia à comunidade meios para o alcance de benefícios econômicos, políticos e sociais. O acesso ao turismo não está mais restrito ao visitante, toda a comunidade envolvida usufrui das melhorias que a atividade pode promover em uma localidade.

Valor intrínseco: neste ponto de vista, a comunidade percebe que as relações sociais são importantes por si mesmas, ou seja, as relações acontecem naturalmente, sem que necessariamente tenha um objetivo ou propósito em volta. A atividade turística acontece inerente à consolidação ou não de um destino, isto porque toda localidade apresenta atribuídos que podem se tornar atrativos turísticos, consequentemente destinos turísticos. Porque o valor intrínseco de cada espaço seja ele natural ou construído apresentam características e elementos que já estão presentes na vida social, ambiental e cultural de uma localidade, permite a valoração turística, onde a atividade se expande transformando os atributos naturais e culturais do espaço em atrativos, reorganizando-o a partir de uma nova função: a função turística.

Metáfora: neste enfoque, a comunidade é desenvolvida sob a ótica de sensibilizadora, ou seja, como algo que vai contribuir para as dinâmicas sociais. Concomitante o turismo possibilita, através de suas práticas e segmentos, a troca de experiências culturais,

desenvolvendo um papel multiplicador, sensibilizando a comunidade receptora e destinatária acerca de problemáticas relacionadas à cultura, meio ambiente, religião, gênero, política, economia e vários outros setores.

Individual: sob esta ótica, a comunidade e o turismo vislumbram as relações sociais que um indivíduo possui, ou seja, são suas relações sociais individuais que baseadas em confiança e reciprocidade, permitem-lhe o acesso a recursos escassos. Neste caso, enfatiza uma visão personalizada dos relacionamentos, focalizando mais os benefícios individuais do que os benefícios comuns à comunidade.

Coletivo: a comunidade é vista como ativo coletivo, um bem público ou um atributo da estrutura social na qual os indivíduos encontram-se inseridos. Por tratar do deslocamento de pessoas, o turismo também trata de valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso entre os indivíduos, favorecendo ainda o espírito cívico e a vida associativa.

A *Homogeneidade* permite a comunidade a “harmonizar” as contradições sociais do ponto vista do grupo homogêneo dominante, ou seja, supõe-se a existência de forte coesão interna, tendendo a reforçar identidades e grupos homogêneos, e podendo gerar também exclusões, o que no turismo ajuda a fortalecer a cultura local. Assim como na *Heterogeneidade*, que ambos possibilitam a integração de grupos de indivíduos de diferentes estruturas sociais e, portanto, mais aptos a promoverem a inclusão social. Neste sentido, interações externas são essenciais para comunidades se adaptem bem a mudanças e tornem-se mais resistentes a rupturas.

Confiança: percebe-se neste sentido, que a confiança é efeito do resultado de interações repetidas bem-sucedidas, que resultam credibilidade. Assim, pode ser construída por meio de um processo sequencial que agrega elementos de interesse próprio, com intervenção do governo e o desenvolvimento de mecanismos para auto governança e monitoramento pelos próprios atores, concluindo-se que “a vasta maioria de nós inicialmente se associa porque acredita que é seu próprio benefício fazê-lo” (LOCKE, 2001, pg. 6 *apud* ALBAGLI; MACIEL, 2003, pg. 429).

A utilização da EA como ferramenta estratégica na conservação da prática do turismo em sítios que estejam em unidades de conservação, assegura melhores condições territoriais para a comunidade ou município ou qualquer outra localidade. Para que isso ocorra, é inevitável o enriquecimento informativo e fortalecimento dos atores sociais envolvidos, juntamente com a capacidade de iniciativa, empreendedora que possam captar recursos financeiros para execução das atividades.

Azevedo Neto (2008) aponta outras ferramentas em que se pode fazer uso da interpretação patrimonial e ambiental em relação ao patrimônio arqueológico: rotas temáticas, espetáculos e celebrações de recreação histórica, apresentações da gastronomia de povos antigos, representações de rituais, possibilidades de hospedagem ou alojamentos onde há vestígios arqueológicos, cine arqueológico, sítios arqueológicos integrados às cidades Patrimônio da Humanidade, visitas subaquáticas, etc.

As práticas turísticas em sítios arqueológicos devem partir da análise da tríade cultura – patrimônio – educação. Com isso, o desenvolvimento da atividade turística no estado pode ser realizado de forma que haja uma minimização dos possíveis impactos socioculturais que poderão surgir neste contexto. É importante frisar que essas ferramentas são algumas utilizadas pela arqueologia pública, contudo não são as únicas.

É preciso ficar claro que a arqueologia pública envolve ações bem maiores, pois trata das demandas que a própria comunidade traz, e nem sempre essa demanda está relacionada apenas pela educação patrimonial. A utilização desta ferramenta assim como a adoção dela por este estudo é pautada na necessidade emergencial de recuperação e fortalecimento da identidade local, assim como a promoção da autoestima. Destarte a aplicação dessas técnicas e ferramentas em São Cristóvão e Canindé de São Francisco se torna recursos de valorização do patrimônio arqueológico e turística, além de fortalecer a cultura local.

A ferramenta da interpretação, seja patrimonial, seja ambiental, precisa estar presente no planejamento de atividades em sítios arqueológicos com fins turísticos, mas precisa de instrumentos que possibilitem alcançar o objetivo e o entendimento. Murta (2002) diz que antes de tudo, interpretar é provocar a curiosidade do visitante sobre o lugar, saber revelar quais detalhes são importantes nessa compreensão, que possa sensibilizar para preservação e conservação dos sítios e da atividade turística. Para a autora, é preciso estimular a participação, acender o desejo pela visita, ter relevância do conteúdo com seu entorno, desenvolver uma abordagem temática, gráficos, imagens, realçar o ambiente, sair do contexto contemplativo (individual) para o coletivo. É preciso construir cenários autênticos.

4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ARQUEOLÓGICOS PARA O TURISMO

Apresentar as possibilidades de abordagens e utilizações dos bens arqueológicos a partir do crivo do turismo na perspectiva de novas práticas sociais traz a possibilidade de análise de novas formas de propor discussões sobre memória, narrativas, experiências e paisagens que ratificam e se entrelaçam com as premissas do turismo de experiência, na interpretação e sociabilização com o patrimônio.

A maneira como o visitante olha para as paisagens e para os lugares visitados vem mudando ao longo do tempo conforme as características socioculturais de cada momento histórico (URRY, 1999). Isso reforça que as comunidades receptoras devem estar preparadas para estabelecer ações locais que visem atender a um público cada vez mais global. Zaoual (*apud* BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009) ratifica essa perspectiva demonstrando que a demanda turística está cada vez mais exigente, variada e variável. Para os autores, ela tende a se focar cada vez mais na qualidade, exprimindo a necessidade da cultura local e do meio ambiente. Assim sendo, exigem-se ações locais mais eficazes baseadas no pensamento global.

Preparar essas comunidades remete a definir princípios, valores e normas que possam organizar a convivência de um grupo humano a fim de garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade, é um dos objetivos propostos no novo fazer turismo.

Na iminência exigente de uma demanda mais esclarecida, o desenvolvimento local sustentável em uma região é uma proposta e um desafio cada vez maior para a sociedade contemporânea. O desenvolvimento de modelos integrados e sustentáveis que visem favorecer um novo cenário de práticas mais sociais e democráticas, frente a um modelo de paradigma do social, é uma necessidade uma vez que o atual se mostra cada vez mais insustentável.

A globalização do contemporâneo aponta muitas incertezas e complexidades, desta forma, pensar modelos de turismo para desenvolvimento local é uma alternativa possível com resultados a curto e médio prazo.

A proposta de construção de cenários é o que norteia este capítulo, em um contexto de apresentar cenários possíveis à prática do turismo arqueológico a nível internacional, nacional e local. Nessa proposta serão apresentadas a metodológica de construção de cenário como ferramenta auxiliar de planejamento interpretativo e estratégico, como importante vetor de orientação aos gestores públicos e privados, assim como a comunidade, no que concerne a

ações de interpretação do patrimônio e gerenciamento de recursos de forma eficaz, buscando resultados no campo cultura, social, ambiental e econômico.

O cenário apresentado a nível internacional foi baseado em uma pesquisa de campo na França, levando em consideração a cidade de Paris como sítio urbano, usando como exemplo a Cripta Arqueológica de Notre-Dame e suas intervenções. Foi possível também observar como são desenvolvidas as práticas de turismo arqueológico nas cidades medievais da região da Alsácia, ao leste da França.

A nível nacional, destacamos a Serra da Capivara, no estado do Piauí, pela grande representatividade de modelo de prática de turismo arqueológico no Brasil, levando a coerência de associar as pesquisas desenvolvidas na França, os sítios arqueológicos nesta região são estudados pela fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, que é uma instituição criada por pesquisadores binacionais (França-Brasil), e também por estar próximo de uma realidade (no sentido geográfico e social) com um dos objetos de estudo desta tese que é Canindé de São Francisco. A construção de cenários não deve ser utilizada como previsão de que dará certo o modelo proposto. Ela deve ser utilizada como uma ferramenta metodológica no ordenamento das percepções sobre ambientes futuros alternativos.

É relevante o aumento de práticas sociais no turismo, contudo, no processo de geração de renda e emprego, inclusão social, a temática de construção de cenários ainda é pouco explorada em pesquisas científicas em ambas as disciplinas. A arqueologia provavelmente não vê tantas possibilidades, ou pelo menos que esses devem ser pensados com parcimônia. Já no turismo, a discussão tem sido um pouco mais ampla decorrentes de tantos casos de destinos desgastados pela falta de planejamento, uma vez que o setor turístico causa impactos irreversíveis quando não planejado.

4.1. Da contemplação para construção de cenários: bens arqueológicos e novas práticas para o Turismo.

Para Camello (2000), a contemplação no seu sentido mais filosófico parte da origem etimológica na raiz latina *templum* (do grego dividir), é formada também com *cum* (com), e *templum* (templo). Para o autor que escrevia sobre São Tomás de Aquino, descreve a natureza ativa, como algo relacionado à teoria, por oposição a práxis, ou ação. Talvez por isso os gregos designassem, assim como os filósofos, a vida contemplativa como vida teórica, de pensamento, para a partir disso passar a uma vida ativa, prática. Saindo do campo filosófico, ou não tanto, partimos da ideia que é preciso ter essa teoria da contemplação para poder construir cenários.

Por meio da contemplação, do agir individual, resgatam-se sentimentos vividos, lugares visitados, paisagens, dentre tantos outros elementos, criando possibilidades de perceber o cotidiano, de um legado cultural, buscando narrativas mais autênticas que representem as relações entre grupos e indivíduos, seus símbolos e sentimentos.

A contemplação inserida nesse estudo permeia o campo das ciências naturais, na relação homem natureza, sendo possível uma análise mais sensível sobre os impactos provocados. O ambiente natural em sua essência permite resgatar sentimentos mais verdadeiros, intrínsecos no agir humano. Contudo, Diegues (2008) nos adverte de que não podemos ficar na contemplação, sua obra intitulada “O Mito da Natureza Intocada” traz abordagens das relações simbólicas entre o homem e a natureza, em uma simbiose de ações e transformações. A obra deste autor traz reflexões acerca das áreas protegidas “intocadas”, sem a presença de interferências antrópicas, o que caracteriza a obra como mito. Isso porque não há uma natureza intocada, assim como não há contemplação sem intervenções, o próprio ato de contemplar já permite uma mudança de comportamento, saindo do estático, perpassando pela reflexão, e indo para o campo da ação.

Os sítios arqueológicos, embora compreendidos como bens culturais, estão inseridos em ambientes naturais. Todo ambiente construído, está inserido em ambiente natural, por essa razão que o conceito de meio ambiente é tão amplo e interdisciplinar. Corroborando do pensamento de Moscovici (2003), o natural está em constante transformação, que precisa deste entrelaçado com ambiente construído. O autor ressalta a importância do olhar social (coletivo) de que é preciso sair do culturalismo conservador, que defende a ruptura entre homem natureza, e partir para visão mais ativa onde o homem faz parte do ambiente natural e não pode se desvincular dele.

Não obstante, para sair da esfera da contemplação, da passividade para a ação, e intervenções é preciso ter em mente três fundamentos: o homem produz o meio e seu produto, a natureza faz parte da nossa história e o coletivo, e não somente o individual, se relaciona com a natureza (MOSCOVICI, 2003).

Diegues (2008) propõe uma sociedade na qual a natureza tenha um lugar e não somente o que dela se retira, em uma visão de novo naturalismo, de que as interferências sejam planejadas, previstas e analisadas constantemente. Isso porque o autor corrobora do pensamento do antropólogo Godelier (1984), de que o homem, embora coadjuvante no meio ambiente, movimenta novas formas de sociedade, materialidade e valores.

Esse é o contexto do ambiente construído. Vale ressaltar que o pensamento refletido na análise proposta por Diegues e Godelier não exclui a responsabilidade do ser humano em

conservar seus recursos e de que esses são finitos. Apenas ratifica a ideia que o homem está inserido no meio ambiente e causa interferências significantes e impactantes ao ambiente natural, sendo preciso pensar e mitigar os problemas existentes e causados por ele.

Quando se constroem cenários ou novas propostas não significa descaracterizá-los, e sim, permitir interpretá-los a fim de haja maior harmonia entre os atores que compõem esse meio ambiente (natural e construído) e sua materialidade produzida (novas e antigas), e interpretar parte do contemplar, atribuir valores e inferir em ações e resultados.

Desde os primórdios, a humanidade busca resposta e explicação em relação aos fenômenos da natureza, ou seja, da realidade. Ter conhecimento significa elaborá-lo, julgar a sua validade e compreender de que forma é construído sem desperdiçar o conhecimento nato, muitas vezes o senso comum, através de costumes, crenças e dogmas de um todo, através de experiências e conhecimento produzidos e transmitidos de geração a geração, através da relação social, da vida cotidiana. Desta forma que o ser humano não só cria artefatos, instrumentos, como também desenvolve ideias (conhecimento, valores, crenças), mecanismo para sua elaboração (desenvolvimento do raciocínio, planejamento, dentre outros) (TILLEY, 1994).

Atribuir valores aos materiais encontrados em sítios arqueológicos permite a formação de uma nova relação entre o homem e o ambiente natural, na produção de signos que agregam valor a uma memória de uma representação social, gerando possibilidades de uma ressignificação, de modo que a representação possa ser tratada em relação ao armazenamento simbólico das informações novas, em um novo ambiente construído, onde as memórias que envolvem esses artefatos possam ser evocadas e restauradas (JONES, 2007).

O ambiente socialmente construído é um atributo efêmero de um fluxo de interações simbólicas entre as pessoas e ambiente cultural. O principal modo de interação é no campo discursivo, realização de ações significativas como práticas que favoreçam a compreensão da materialidade, usando formas linguísticas e interpretativas. O fluxo de ações individuais constitui atos sociais coletivos como promissores, necessitando entretenimento, narrativas, vivências e outros.

Woodward (2007) diz que os objetos são as coisas materiais que as pessoas encontram, interagem e utilizam. Ele segue afirmando que os objetos são entendidos enquanto cultura material. Neste caso a material cultura, salienta o quão aparentemente inanimado as coisas, dentro do ambiente, podem agir sobre as pessoas e são aproveitados por pessoas para a realização de funções sociais, regulação das relações sociais e simbólicas de significação de

atividade humana. Seguindo essa premissa, o turismo é o elo essencial entre a estrutura social e económica, de turistas e objetos.

Riegl (2014) atribui o valor dado aos monumentos, neste século, como algo que busca uma junção entre o velho e o novo, o antigo e o recente, reconhecendo todos os períodos da arte e suas especificidades.

Os bens arqueológicos são compreendidos sob dois aspectos: técnico e prático. Este estudo busca uma compreensão mais empírica, sem perder o contexto técnico, mas um entendimento histórico em tentativa de salvaguarda da materialidade contida nos sítios arqueológicos estudados. O segundo contexto ainda é questionado por muitos arqueólogos que entendem que os sítios devem permanecer intactos para pesquisa, como a própria arqueologia histórica que compreende uma delimitação de área de estudos, com precisão de análises e registros, que de modo compreensível requer que não haja muitas interferências. Portanto, é preeminente a compressão de que se um patrimônio pertence a alguém e esse alguém são muitas pessoas, que possuem o direito de conhecer.

Sob o prisma de promover a união entre a pesquisa e a democratização, em tempos transdisciplinares, é imprescindível buscar alternativas que permitam essa descentralização do conhecer e saber. Desta forma, Oosterbeek (2007) fala em (re)organização social, menos conservadora articulada com o desenvolvimento da arqueologia, assim como do turismo numa ótica da sustentabilidade.

Isso porque mesmo esses bens estando inseridos como patrimônio histórico e artístico, o seu tombamento não garante sua preservação efetiva, daí o entendimento da compreensão coletiva e social descrita por Diegues e Godelier, sem mencionar que muitos desses sítios enquanto patrimônio são intocados, que em alguns casos diverge com ações conservadoras que buscam contribuir no processo de manutenção como o caso das novas práticas turísticas.

Essas práticas vêm permitindo maior interação entre o turismo e materialidade, e sugere mudança de comportamento de quem busca outra forma de vivenciar uma viagem. Tenório e Barbosa (2008) respaldam as mudanças no cenário contemporâneo turístico, em oposição ao turismo tradicional, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 5 – Diferença entre o Turismo Tradicional e Turismo Social

TURISMO TRADICIONAL	TURISMO SOCIAL
Turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo do desenvolvimento macroeconômico	Objetivo do desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo Científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem-estar

Fonte: Tenório e Barbosa, 2008.

As novas práticas turísticas propõem uma aproximação com as comunidades locais, com seus atrativos, com seu ambiente, buscam se integrar ao local visitando, permitindo que um lugar seja visitado pela sua essência, não pelo que se cria para que esses sejam destinos turísticos.

De acordo com Silva e Andrade (2011), o turismo enquanto fenômeno social interfere no cotidiano da população local, considerado não somente como fomentador do crescimento econômico, mas um organizador e consumidor de seus serviços. Para os autores o fortalecimento dos atores sociais, possibilita desenvolver a capacidade de incentivo e boas propostas que identifiquem as potencialidades locais, e reforça a ideia de que estado, mercado e sociedade civil devem andar juntas na mesma direção, interagindo e promovendo o bem-estar da coletividade. Poderíamos citar esses atores sociais, em um conceito mais amplo de capital social³³, considerando-os não na lógica do capitalismo, mas do protagonismo social de valor.

Putnam (2000) resumiu o conceito de capital social em redes, normas e confiança. Para o autor, os valores cidadãos democráticos poderiam beneficiar o associativismo, criando um retorno positivo sobre a divulgação desses valores, fortalecendo redes de prova densa e valiosa, normas que envolvam as ações individuais as relações sociais e confiança que tende a parecer psicologicamente complexa sendo como qualquer outra forma de capital, ou seja, físico ou capital humano social, produtividade futura dos indivíduos e grupos da sociedade civil, mesmo não sendo principalmente econômica e tendo como seu primo conceitual, a comunidade.

³³ Coleman (*apud* Maciel e Albagli 2002) definiu capital social dentro da esfera educacional, como um conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem. Com valores que desde cedo era passada de geração a geração.

Como pressupõe Krippendorff (2003), o ser humano não nasceu turista, mas a sua curiosidade e necessidade corpórea de movimento o faz desbravar, descobrir, aprender, para que em uma fase mais recente buscasse o lazer, a fuga do cotidiano e a busca por experiências autênticas, que são um conjunto de atributos que Classen (1997) exemplifica a fala e a escrita, música e artes visuais, valores, comidas, edificações e ideias que podem ser transmitidas através dos símbolos, seguindo na forma pelas quais as pessoas percebem o mundo e indica a variabilidade conforme as culturas variam.

A massificação do turismo centralizado ocularcentrismo e na velocidade de informações e opções, vem modificando a demanda turística, denominada por Zaoual (*apud* BARTHOLLO, 2009) como exigente, variada e variável, que busca sensações únicas e marcantes que fujam da cultura visual. É um processo de mudança natural frente a tantas opções de serviços e descentralização da informação, que levam as pessoas a conhecer o que de fato é real, o imaginário passa a fazer parte ou se aproximar cada vez do real.

Bignami (2002) sinaliza que o apelo visual ainda é o recurso mais usado para comercialização de um atrativo turístico, sendo determinante no processo de decisão de escolha de um destino, mas que pessoas querem ir mais além do olhar, visitar e sair. Alguns teóricos estudam esse fenômeno como economia da experiência, visa proporcionar a viajantes experiências únicas com sensação de tempo utilizado e vivenciado.

Beni (2003) aponta para uma migração do modelo tradicional para um modelo de experiências, por exemplo: unidades habitacionais dos hotéis serão substituídas por vendedores de experiências no desafio de transformar conforto que muitos procuram em experiências sem a padronização tão característica na hotelaria na década de 80.

O turismo de experiências entra nesse estudo como uma ferramenta que visa consolidar o turismo arqueológico, apresentando novas práticas do turismo diante dessa tendência. O patrimônio arqueológico emerge na tentativa de estimular os sentidos, tornar uma real troca cultural, em perspectivas únicas, na sua relação tempo espaço. Causar a emoção de estar em contato com outros povos, aprendendo, se integrando.

Sun Tung e Ritchie (2011) definem turismo de experiência como sendo um conjunto de avaliações individuais (afetiva, cognitivo e comportamental) de eventos relacionados à ação turística. Para os autores, são experiências naturais, não intencionadas, vivenciadas em locais autênticos, dentro do cotidiano local, relacionando-se com a cultura, seja material ou imaterial, através dos sentidos. Urry (1996) fala em uma divisão binária entre o cotidiano e extraordinário.

Panosso Neto (2010) fala em desconexão de um movimento *slow travel*. Este movimento é caracterizado não pela quantidade de dias que você passa em uma localidade, mas quais as experiências e aprendizados que a viagem proporcionou. O autor fala em experiência única, essencial para a socialização. Panosso Neto fala de experiência paradigmática, um modelo genuíno de viagem e que transforma a vida das pessoas.

Mas Sun Tung e Ritchie (2011) apontam que a obtenção dessa experiência é um conjunto de avaliação individual subjetiva (afetiva, comportamental e cognitiva), percepção do coletivo, do contexto inserido (preparação, narrativas, encenação) e o aprendizado depois da viagem (recolhimento e transformação social).

Para Panosso Neto (2010), uma viagem autêntica interfere no cotidiano do sujeito em diversos graus e proporções, são acontecimentos únicos que sensibilizam o viajante para preservação dos ambientes visitados e do seu próprio ambiente. Ativa a memória constantemente gerando emoções, histórias, sonhos e vivências em proposta de trabalhar valores.

Essa modalidade de turismo de experiência proporciona ao arqueoturismo possibilidades de valorização e conservação dos bens arqueológicos, em um exercício de cidadania e práticas sociais, emerge em uma nova conformação e inovação de ações sustentáveis que atendam inclusive a questão mercadológica frente à contemporaneidade.

Já há exemplos desta prática, o programa “Tour Experiência”³⁴, uma parceria entre o SEBRAE e Ministério do Turismo, que apresentou dentre vários resultados qualitativos uma expectativa de quais seriam as memoráveis, sendo elas a interação com a população local, abstração – desligar-se de tudo, vivência da cultura, contemplação com a natureza, crescimento pessoal, autoconhecimento, gastronomia diferente, dentre outros. O programa prevê analisar as peculiaridades de cada lugar, elencando a cultura, através de experiências associadas aos sentidos e a um contexto histórico, a magia inserida naquele ambiente, compõe uma identidade local, através de histórias e fatos. Um determinado lugar ganha um valor adicional quando está inserida a autenticidade da cultura local (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2010).

Importantes aspectos nestes segmentos são as narrativas. Woodward (2007) aponta que, sem enredos narrativos, sejam elas faladas por indivíduos ou grupos, gera uma influência maior em uma população. Como um discurso, um objeto é processado praticamente invisível dentro de uma cultura. A autora traz reflexões e abordagens sobre a narrativização de objetos,

³⁴ Disponível em <http://www.tourdaexperiencia.com.br/>, acessado em 16 de outubro de 2016.

ou seja, a forma como as pessoas falam sobre objetos é como uma maneira de falar sobre suas vidas, valores e experiências. Assim, o modo como os objetos ou artefatos adquirem significado cultural está dentro configurações locais, onde os participantes interagem com objetos de uma vida social através da criatividade ou narrativas. São as histórias e narrativas que possuem um objeto em conjunto, dando-lhe significado cultural.

Harré (2004) afirma que um objeto passa atribuir uma existência quando passa a fazer parte de uma narrativa. Os elementos que compõem o turismo precisam de narrativas para existir enquanto atrativo, trabalham com o imaginário. Um exemplo disso é da Rota do Sertão³⁵, em Canindé do São Francisco, que guarda o local exato onde Lampião morreu, e que ganha uma narrativa que registra toda a saga do cangaço, e são convidadas a tomar café no mesmo local onde Lampião tomou seu café antes da tocaia.

No turismo de experiência criam-se encenações para exprimir o máximo de experiências por parte do visitante, e é importante frisar que a palavra “encenação” não significa neste segmento algo pejorativo, negativo. Pines II e Gilmore (1998) advertem que deve ser cuidadosamente interpretada, não no sentido de criar cenários falsos, mas sim como uma forma de explicar a nova interação indivíduo/objetos/eventos. Os autores reconhecem que tudo deve ser construído dentro de um todo, um contexto e que nada pode ser analisado separadamente, e sabe que nunca as pessoas terão a mesma experiência, mesmo dentro deste mesmo “cenário”, cada experiência deriva da interação entre pessoas e objetos, lugares, estado de espírito do indivíduo, através das suas sensações (PINES II E GILMORE, 1998).

Harré (2002) adverte que a vida social não é feita somente de performances, mas do relato das mesmas. As narrativas podem fornecer significado e contexto para sujeitos, objetos, paisagens e ação social. Uma narrativa turística visa respeitar as próprias histórias das coisas, quando se fala em encenar, é trazer à tona o real significa do que os objetos ou atrativos dizem, na busca de entender o que eles querem falar, permitindo que o outro compartilhe de nossas experiências entre nossas vidas.

Uma experiência ocorre quando as empresas, turísticas neste caso, ou atrativos, objetos, tratam intencionalmente os serviços e narrativas como palco de encenação e as possíveis mercadorias envolvidas como adereços, a fim de engajar os clientes a um evento memorável. Commodities são fungíveis³⁶, bens (objetos) são tangíveis, e experiências são memoráveis (PINES II E GILMORE, 1998).

³⁵ Disponível em: <http://www.cangacoecoparque.com.br/>. Acesso 06 de Junho 2015.

³⁶ Fungível: Aquilo que pode ser substituído por outro de mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Um dos principais pontos discutidos por Pines II e Gilmore (1998) na abordagem da experiência é sobre a importância de se relacionar os cinco sentidos. Quanto mais uma empresa ou organização utiliza dos sentidos para encenar uma experiência, mais ela será memorável. Como foi relatado anteriormente, os sentidos possuem papel fundamental na apreensão da experiência, sendo que a utilização de estratégias para enfatizar e aprimorar a vivência pelos cinco sentidos vem com o intuito de aumentar os processos cognitivos referentes ao evento encenado, enredando ainda mais o indivíduo no contexto da experiência.

Para Jarviluoma (2009), os lugares estão saturados com memórias e os nós de memórias são desatados quando uma pessoa consegue dialogar com o passado, onde todos os significados estão relacionados com ele. Todavia, ela frisa que memórias não são cópias do passado em presente, mas um processo de transição.

Ter experiências reais como o turismo se propõe a fazer e estar aberto aos estímulos sensoriais, precisando superar a visão, as banalidades comercializadas pelo setor, estereotipados, induzidos ao discurso frio, sem alma. É preciso que essas viagens possam nascer da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que proporcionem uma interação com quem o visita. A intensão neste estudo possibilitou observar como quero desenvolver a atividade turística, acreditando que não são as pessoas que escolhem os destinos, são os destinos que escolhem as pessoas.

El turismo debería ser ensayado como medio de sensibilización de las diferencias cada vez más profundas entre áreas desarrolladas y subdesarrolladas —en cualquier escala o relativamente— del planeta. Podría ser la mejor secuencia pedagógica en el acercamiento de origen de emisión y destino de recepción, no ya exclusivamente como aproximación de culturas sino como experiencia. (GOMÉZ *et al*, 1997, pg. 19)

A troca de experiências que possam ocorrer em sítios arqueológicos possibilita entender todo seu contexto, no qual ele está inserido, dentre estes os vestígios, artefatos, pinturas rupestres, e outros são fundamentais para interpretar o patrimônio arqueológico. Pardi (2002) diz que não se pode pensar em visita aos bens arqueológicos, pois a interpretação é elemento essencial à conservação e gerenciamento do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo, visando proteger os objetos, em um processo de adicionar valor a experiência de um lugar, por meio de uma série de informações e representações que condiz com a história e suas características culturais e ambientais.

Figura 8 – Exemplos de Experiências em Escavações em Sítios Arqueológicos em Sítio/Escola. À esquerda: Sítio Lapa do Santo, Minas Gerais; ao meio: Cidade de Pedra, Mato Grosso; à direita: Sambaqui Cubatão, Santa Catarina. Abaixo: Projeto Jê Landscapes, Santa Catarina.



Fonte: <https://arqueologiaeprehistoria.com/calendario-de-escavacoes-sitios-escola/>
Fotos: – André Strauss e Juca

Para Manzato (2007), práticas como essa ocorrem no mundo todo, em especial na Europa. Eles têm em seu patrimônio arqueológico a chave para compreensão do passado e legitimação dos laços entre as comunidades. A autora adverte que a prática de ações como essa requer tempo e pessoas qualificadas, autorização de órgãos competentes, deve estar embasado nas normas legais, planejamento de um modelo de desenvolvimento que contemple ações a curto, médio e longo prazo.

Maldonado (*apud* Bartholo, 2009) faz uma análise desta interação que deve haver entre o turismo e população local, como saída estratégica no desenvolvimento da localidade, propondo uma autogestão do turismo, na qual a comunidade deve assumir um importante papel de planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento. O fortalecimento de atores sociais, através das práticas educativas buscam incentivo e boas propostas que identifiquem as potencialidades locais com tendência turística, só veio a reforçar a ideia de que estado, mercado e sociedade civil devem andar juntas na mesma direção, interagindo e promovendo o bem-estar da coletividade.

O planejamento tem sido uma ferramenta necessária ao turismo, e cada vez mais frequente. Frente a essas novas possibilidades, o planejamento tem sido influenciado por vários fatores, inovações tecnológicas, experiências genuínas, diversificação de ofertas, novos cenários e novas demandas. Nesta proposta de planejamento participativo e integrado, há três

elementos que devem ser levados em consideração: diagnóstico ou situação atual, análise do que já foi realizado e futuro desejado.

Para Godet (2008) a construção de cenários requer disciplina e auto-organização. E já foi explicitado na metodologia apresentada. Em aporte teórico, Godet (2008) caracteriza os cenários como: cenários possíveis, cenários realizáveis e desejáveis. Para este estudo trouxemos cenários possíveis e trabalhamos cenários realizáveis e desejáveis. Para Schwartz (1996), os cenários são ferramentas que auxiliam a ter uma visão a longo prazo, em cenários de instabilidade econômica e política, mas é preciso ordenar a percepção dos ambientes que desenvolvam potencialidade para consolidação. O autor entende como um conjunto de métodos organizados para pensarmos novas formas do saber fazer.

Schwartz (1996) aponta características que não podem ser esquecidas na construção de cenários: visão plural do futuro, ênfase do aspecto qualitativo, consistência ou compatibilidade entre a essência, a trajetória e o contexto das cenas que o integram.

Com base em pesquisas desenvolvidas, o uso de sítios com fins turísticos no Estado de Sergipe é uma atividade pouco planejada e, quando desenvolvida em outros segmentos, projeta planejamento inadequado, o que acarreta uma série de impactos negativos. Observa-se que a gestão do patrimônio arqueológico no estado é insuficiente por parte do poder público e privado do setor turístico. Assim, emergiu a necessidade de verificar primeiro as condições dos sítios estudados, levar o diagnóstico encontrado para comunidades e público afins, que venham desenvolvendo ações nos municípios estudados. O que se pode analisar é que a atividade turística pode se tornar um importante aliado na preservação do patrimônio arqueológico, como um processo de mudança, uma vez que já se encontra informalmente em operação em escala bastante expressiva. Conhecimento sobre a área é essencial, pois é o que permite selecionar locais já pesquisados ou propiciar a pesquisa científica nos locais desejados.

Sachs (2007) salienta que, mesmo sendo cenários construídos socialmente e de forma multidimensional, se planejado atinge a esfera das dimensões da sustentabilidade integral. É importante considerar que a sustentabilidade não é utópica, é uma junção de ação estabelecida em um cenário desejável que pode sofrer falhas, mas que dentro do escopo de planejamento permite reavê-las e mitigá-las e readaptá-las a novos critérios de construção desses cenários.

Ribeiro (2001) sugere que esse planejamento por cenários obedeça alguns critérios: identificar possíveis oportunidades de novos meios de produção, o que dentro deste estudo estamos apresentando possibilidades que seguem uma linha de economia criativa e solidária, partindo da premissa que estamos propondo, também um modelo sustentável de auto-gestão;

testar estratégias em múltiplos cenários; monitoramento da execução de estratégias; pesquisas de mudança no ambiente para determinar ações de mitigação dos impactos; reduzir as incertezas em relação à capacidade da liderança local; fortalecendo os laços da comunidade com seu município; incrementar a qualidade do pensamento estratégico (RIBEIRO, 2001).

E como seguir esses critérios? A metodologia proposta por Marcial e Grumbach *apud* Godet (2008) colabora com as ferramentas apresentadas nesta tese, a de educação patrimonial e ambiental, indicando técnicas de prospecção como: *Brainstorming*³⁷, Análise morfológica³⁸, sintática³⁹, entrevistas⁴⁰ e Métodos Delphi⁴¹.

É preciso ampliar o conhecimento do acervo arqueológico em Sergipe e utilizar o turismo como ferramenta sociocultural em programas de educação patrimonial como um importante passo para construção de um planejamento participativo que promova a ratificação e fortalecimento da cultura local, assim como a ideia de pertencimento.

O cenário arqueológico propõe agregar valor às histórias do modos de vida passada, em um perspectiva recriar experiências, sob três aspectos: no campo visual (experiências estéticas do lugar, formas dos recursos naturais e culturais no ambiente físico); no campo espacial e funcional (contextualização que permite os visitantes do lugar integrem no espaço, como parte dele, compreendendo a variabilidade de usos do lugar); e no campo cognitivo (qualidades não materiais, emoções, sentimentos e grau de conhecimento transmitidos ao visitante).

Pallasmaa (2007) aborda uma dimensão da existência temporal através do espaço, lugar, memória e imaginação, traz a ideia dos prédios arquitetônicos ou dos sítios arqueológicos na perspectiva de reservar o passado, de modo a nos permitir vivenciar o presente, compreender a continuidade da cultura, do que nos recordamos e imaginamos do passado, pela memória. Ratificado por Jones (2007) que afirma que as experiências ajudam e a reconstruir nossa memória, a individual e coletiva, e que possibilita resistir a cultura do consumo, estimulando a conservação dos mesmos. Como é o caso do Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras/Rio de Janeiro, considerado ser um dos poucos museus arqueológicos *in*

37 Entendido como uma chuva de ideias. Baxter (2008, pg. 67): orientação, preparação, análise, ideação, incubação, síntese, avaliação.

38 Marcial e Grumbach (2006), fala de uma análise que possibilita identificar novas formas e valores dentro de uma visão sistêmica.

39 Marcial e Grumbach ,diz ser uma técnica de trabalho em grupo para geração de ideias criativas, e que usa como base analogias, casos semelhantes.

40 As entrevistas já previstas na metodologia foram utilizadas, em roteiro semiestruturadas, para coletar o máximo de informação que possibilita verificar a percepção dos entrevistados sobre o tema.

41 Para Marcial e Grumbach , um dos instrumentos de previsão qualitativa, que permite interatividade.

situ no Brasil, conforme demonstra a figura abaixo, sendo um dos poucos que mantém sua preservação e conservação no local onde foi encontrado.

Figura 9 - Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba/RJ



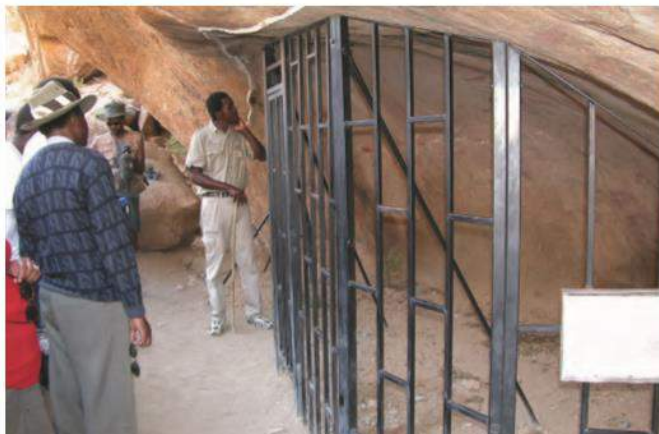
Fonte: Turismo in Rio, 2013

E a nível internacional, podemos citar países como Irlanda, Belize, Argentina, França, Espanha, México, China e Reino Unido. Todos estes citados têm o patrimônio arqueológico como um de seus principais atrativos, recebendo milhares de visitantes a cada ano e sendo grande fonte de geração de renda para as populações (MANZATO, 2013).

Bezerra (2014) traz experiências em seu artigo intitulado “Arqueologia, Turismo e comunidades locais: reflexões de uma turista (arqueóloga) aprendiz” que relata casos em países como Argentina, em *La Quebrada Humahuaca*, localizada na cidade San Fernando, que já possui uma estruturação envolvendo um camping com banheiros e restaurantes, dando suporte às visitas. E em Belize, no Caribe, onde há intensa visitação a sítios associados à cultura dos Maias, especificamente em Altun Há, apresenta inúmeros problemas de gestão, onde foram visualizados lixo e sacolas plásticas após uma visita ao local, reforçando a ideia de aplicar ações que envolvam também um plano de educação ambiental. E Machu Pichu, no Peru, é considerada patrimônio da humanidade, com todo acervo do império Inca. (BEZERRA, 2014).

Smith (2006), em seu artigo “*Rock Art Tourism in Southern Africa: Problems, Possibilities, and Poverty Relief*”, considera sucessos e fracassos na história da gestão de arte rupestre e apresentação na África Austral. O autor argumenta que os sítios de arte rupestre públicos têm um papel fundamental na identidade nacional, a redução da pobreza e a criação de emprego e constitui um forte argumento para um processo de gestão em desenvolvimento da arte do turismo com base em parcerias cuidadosamente negociadas entre proprietários de terras, as comunidades locais, arqueólogos e gerentes de patrimônio.

Figura 10 - Sítio enjaulado do Abrigo Dama Branca, Brandberg, Namíbia. Cortesia do Instituto de Pesquisa Arte Rupestre, Universidade de Witwatersrand.



Fonte: Smith, B (2006)

Figura 11 - O guia San partilha o seu orgulho no seu conhecimento indígena e antiga herança na local gravura rocha recém-desenvolvida da Gnu Kuil, Northern Cape, África do Sul. Cortesia de Northern Cape Rock Art Confiança.



Fonte: Smith, B (2006)

Este é um caso de sucesso. Porém, o que se pode observar que ainda não é um modelo considerado adequado, como colocar grades gerando impactos irreversíveis, que poderiam ser minimizados se associado a oficinas de educação patrimonial e ambiental, que orientasse a visita. Observam-se casos sem planejamento, se garantindo apenas pelo valor histórico cultural, como é o caso do Peru, pelo alto valor étnico cultural, vem sendo alvo do chamado colecionismo, ação que abastece o mercado de antiguidades dos EUA, Europa e Ásia (PARDI, 2007). A autora fala da destruição em grande escala em Cuzco e Machu Pichu, ícones da identidade nacional, que vêm apresentando desgaste e perda do seu acervo cultural.

Há décadas a questão das práticas turísticas insensíveis em sítios vem se delineando e acontecendo de maneira informal como se essa atividade não estivesse ocorrendo de forma que efetivamente o turista captasse o significado e a importância da expressão ali representada sobre um tipo de bem absolutamente sensível, cuja destruição é irreversível, incalculável e não indenizável, ou seja, contraproducente para todos os envolvidos, inclusive para a sociedade nacional.

No Brasil, Pardi (2007) cita casos onde foram provocados impactos em sítios arqueológicos que sofreram visitação informal, a maioria em locais que não estavam preparados, sem pesquisa, infraestrutura ou plano de gestão a exemplo do Quilombo de Palmares (AL) que sofreu o impacto da construção de estacionamento, heliporto, residências e roças, para adequar os espaços para as comemorações do Dia da Consciência Negra e de um

plano de financiamento habitacional implantado depois que a área já havia sido tombada. O manejo não monitorado em parques e em áreas componentes de sítios registra-se destruição até pela simples colocação de placas sobre os sítios. Outro caso apontado pela autora refere-se ao canal da cidade de São Sebastião (SP), onde grande a quantidade de mergulhadores que em barcos afundados revolvem os vestígios, provocando sua dispersão ou ainda os coletam para obter souvenir ou vender para antiquários. Aterros do Pantanal sofrem mutilação pela construção e uso das pousadas. Numerosas cavernas de fácil acesso, como a Casa de Pedra na Chapada dos Guimarães, têm seu valor arqueológico integralmente destruído por coletas, escavações e grafites sobre pinturas. A despeito dos esquemas existentes, sítios em dunas têm frequentemente seu material coletado por visitantes desavisados, como em Itaipu (RJ) e Ituanas (ES), ou ainda passeios de Motocross e passeios de buggy em Genipabu ou nos Sambaquis (SC) (PARDI, 2007).

Ao citar tais exemplos, é importante frisar que a roteirização turística se torna uma importante ferramenta para adequar uma realidade local e seus atrativos, orientando para práticas sustentáveis captação de recursos, promoção do desenvolvimento integrado e participativo e ordenação e democratização da oferta turística. Um instrumento capaz de proteger, promover e potencializar o Patrimônio Arqueológico, além de possibilitar ao visitante “experiências mais autênticas e genuínas, passando do ter para ser” (BENI, 2003, p.25). Trataremos desta ferramenta em outro capítulo.

Desta forma, os cenários devem ser pensados, planejados dentro de um processo democrático, vislumbrando novos circuitos turísticos, combinando novos produtos aos já existentes, desenvolvendo um trabalho em rede, ampliando a percepção dos recursos, e verificando casos que tenham sinergias temáticas. É preciso se desvinciliar de modelos tradicionais, comerciais que valorizaram durante muito tempo a lógica do capital como premissa de desenvolvimento de destinos turísticos, inclusive associados aos bens arqueológicos através da mercantilização do patrimônio, é necessário fazer oposição, mudar de direção uma vez que já há estudos onde a demanda requer a essência, as experiências, a autenticidade, história, ou seja, o contexto.

Analisar outros cenários possibilita fazer analogia a futuros cenários e verificar falhas e erros existentes da etapa de planejamentos. Gilbert (1993) afirma que a analogia, enquanto uma perspectiva de desenvolver análise comparativa, é um modelo de representação de uma ideia, de um objeto, de um processo ou sistema, que deu certo, ou não. Para o autor, trabalhar com modelos similares permite fazer previsões, guiar pesquisas, resumir dados, justificar resultados e facilitar a comunicação com cenários futuros.

4.2. Cenários construídos – Vivências e Experiências

O estudo de cenários turísticos já consolidados é uma estratégia de interação, que visa melhorar as condições socioeconômicas para uma comunidade, município ou qualquer outra localidade. Para isso, precisa conhecer outras realidades e tendências globais de serviços, que vislumbrem adequar aos novos padrões sustentáveis.

Desta forma, apresentaremos estudos de caso como parte de pesquisa de campo, que darão base para viabilização do turismo arqueológico em Sergipe. A pesquisa de campo em outros cenários foi de suma importância, pois se refere como fundamento, por meio de observação direta e participação direta do pesquisador nos cenários estudados, assumindo e propondo práticas sociais mais responsáveis nos objetos de estudo.

4.2.1. França – A vivência internacional: das cidades medievais à cidade arqueológica histórica de Paris.

O Turismo na França movimenta bilhões de Euros anualmente, representando praticamente 20% do Produto Interno Bruto - PIB do país. Sob a visão do direito, Badaró (1995) afirma que o turismo francês se desenvolve como necessidade sócio fundamental previsto na constituição de 27 de outubro de 1946, que descreve a importância do turismo afirmando como política pública de direito a todos os franceses e garantindo, segundo o autor, a proteção eficaz do turista. A França foi um dos primeiros países a garantir os direitos legais da profissão dos agentes de viagens e o primeiro país do mundo a regulamentar a profissão do profissional de turismo, se tornando maior destino turístico em nível de competitividade mundial (BADARÓ, 1995).

Segundo o site Conexão Paris⁴², de acordo com a publicação de um relatório emitido pelo Comitê Regional de Turismo de Paris e *Île de France*, em 2017 o país bateu o recorde de recebimento de turistas em Paris e regiões. Pelo publicado no site, as causas incluem o árduo trabalho de qualificação profissional, a eleição para presidente que recuperou a autoestima da população, sendo eleita pelo *The Economist* como o “país do ano 2017”.

Para Cluzeau (2013), o turismo cultural na França, é frequentemente avaliado, as práticas culturais mais procuradas dizem respeito a monumentos e museus, e ressalta que sítios culturais (que o autor inclui os arqueológicos) vêm ganhando espaço nessa avaliação.

42 Disponível em <https://www.conexaoparis.com.br/2018/02/26/2017-ano-record-turismo-na-franca/>, acessado em 12 de julho de 2018.

Para a autora, falar em turismo cultural há muito tempo é um pleonasmo. Até a virada do século XX, o turismo era cultural por natureza; mas desde então, as motivações de viagens de cunho cultural vêm aumentando, se multiplicando como motivação que geram qualidade de vida, o que é descrito como novas práticas sociais do turismo.

Cluzeau (2013) afirma não ser mais prerrogativa de que 72% dos franceses elege o turismo cultural como prioridade, expandindo o termo “cultura” para patrimônio cultural. A autora descreve que essa prática se tornou para os franceses uma motivação de expandir seus horizontes, buscar conhecimento e emoções através da descoberta do patrimônio e seu território. Contudo, a autora adverte que essas novas práticas do “turisticamente correto”, como ela descreve ainda é um desafio, pois exclui as práticas culturais de residentes, mesmo quando são levados a viver experiências culturais semelhantes para aqueles de turistas. Também se refere ao patrimônio, muitas vezes um desafio, pela mercantilização do patrimônio, de que tudo o que merece ser preservado ou, mais precisamente, como os componentes materiais e identidade imaterial de qualquer sociedade humana, desenvolvido, transmitido e atualizado em um território, teria que tornar esses bens e conhecimentos organizados, e com foco na constituição da sua identidade.

Mas conforme já discutido nesta tese, essa visão é contemporânea uma vez que muitos destinos, como na França, vêm se desenvolvendo para o turismo de forma equivocada, colocando seus monumentos a mercê da lógica do capital, causando danos e degradação social, ambiental e cultural, o que emerge a necessidade de novas práticas sociais e culturais.

Para Cluzeau (2013), o patrimônio francês como objeto do turismo cultural é, portanto, material e imaterial: patrimônio tangível sites dedicados à cultura, realizações da mão humana: museus, monumentos, cidades e aldeias de arte ou de caráter, sítios arqueológicos e pré-históricos, jardins, edifícios religiosos, militares; patrimônio imaterial: festivais e eventos, tradições e know-how cujo passado e presente são profusos.

Thiesse (1999) afirma que as pesquisas acerca do patrimônio na França estão relacionadas a um fortalecimento da identidade nacional. Para tal, a difusão da pesquisa de campo de caráter etnográfico passa a investigar o habitante na experiência cultural. De certo modo, essa pesquisa contribuiu para compreensão das interferências espaciais no ato de habitar um patrimônio.

A historicidade dos padrões de viver em espaços patrimonializados e nas imediações torna acessível as heterogeneidades, contradições e mutabilidade. Dentro deste aspecto buscou-se um entendimento de como o valor histórico e estético de uma cidade como Paris,

são elementos de parâmetros de uma prática arqueoturística no cotidiano das pessoas e de visitantes.

Sob esse ângulo, esse estudo de caso pretende entender como é a relação entre turismo e arqueologia em um país já consolidado turisticamente e internacionalmente, como essa análise foi possível verificar como seria o desenvolvimento de práticas turísticas em cidades histórias e usos de seus monumentos. Elencamos analisar um monumento na cidade de Paris, além de uma breve análise da Cidade Museu de Paris, usando arqueologia urbana como referencial teórico, através de pesquisa de campo realizada, conforme descrita no capítulo de metodologia, no mês de junho de 2018. O monumento estudado foi a Cripta Arqueológica, localizada na Praça du Parvis, em frente à Catedral de Notre Dame. Em uma perspectiva de estudos em cidades histórias, realizamos visitas de campo nas cidades medievais da Alsácia, ao leste da França. Em proposta de desenvolver uma análise comparativa, entre cenários, de possíveis práticas que possam ser desenvolvidas na Cidade História de São Cristóvão, salvo devidas proporções. No estudo, foram citadas as cavernas de Lascaux, pela representatividade do turismo arqueológico na França, mas infelizmente não foi possível realizar a visita.

Para Staski (1982), a arqueologia urbana é vista como uma relação entre arqueologia e cidade, como estudo das relações entre a cultura material, comportamento urbano e cognição em espaço urbano. Essa subdivisão, segundo Souza (2005), se consolidou no continente americano como a arqueologia histórica.

Na França existe um centro nacional de arqueologia urbana que promoveu encontros com a categoria para estabelecer a forma de agir e organizar os inventários, os objetivos, métodos e resultados dos diagnósticos, guias para arqueólogos com técnicas de fundações, atlas arqueológico e outros procedimentos. Neste processo organizam o tesouro, editam anuários de operações de campo, atlas arqueológicos, documentos de avaliação do patrimônio arqueológico de algumas cidades, etc. A França é um país onde a arqueologia se distribui em quatro instâncias, comparáveis à nossa nas dimensões nacional, regional, estadual e municipal. Existem setores de preservação de patrimônio, que efetuam a gestão dos bens e dos recursos arqueológicos, por meio de conselhos como o CNRA e o CIRA – Conselho Nacional de Pesquisas Arqueológicas e a Comissão Inter-regional da Pesquisa Arqueológica, respectivamente. Existem centros de documentação e de pesquisa, como o INRAP - Instituto Nacional de Pesquisas Arqueológicas Preventivas - responsável pelas operações de campo, o CNP Centro Nacional de Pré-História e o CNAU – Centro Nacional de Arqueologia Urbana, cuja atuação é nosso foco. Existem ainda grandes laboratórios e depósitos públicos que fornecem apoio às pesquisas desenvolvidas pelas diversas equipes, que ao final dos trabalhos, lá deixam o material pesquisado: peças obtidas e documentos produzidos. (PARDI, 2007, pg. 01)

Na França a arqueologia diz respeito a aspectos muito triviais da sua história, através dela é possível criar um certo sentido de familiaridade entre o conteúdo apresentado e do público. Mas isso não é tudo. Em muitos casos as diferenças culturais se apresentam como exóticas ou atraentes. O efeito da mudança de cenário é possível. Além disso, esta mistura cria uma certa imaginação coletiva sobre essa ou aquela cultura. Por exemplo, existe na França um imaginário sobre os gauleses⁴³, "seus ancestrais", que é quase do mito fundador.

A arqueologia na França tem um elo muito forte com sua história, comumente são tidas como instrumentos de afirmação e legitimação, as práticas do passado desempenharam um papel singular nas reivindicações e construções identitárias modernas. A História e a Arqueologia no mundo antigo apontam que suas epistemologias sempre estiveram próximas de suas representações coletivas pelo viés das diversidades de identidades. As narrativas sobre o presente, que tiveram como escopo o mundo antigo, evidenciaram e evidenciam um caráter marcadamente discursivo a respeito da antiguidade, que por vezes foi inventada para atender aos interesses daqueles que reivindicavam certa herança antiga, os seus beneficiários (SILVA, 2007).

Para Silva (2007), os períodos totalitários que assolaram a Europa ao longo da metade do século XX têm sido objeto de muitas problematizações. O autor fala de períodos de Nazismo, Fascismo e a França de Vichy, onde ocorreram abusos e usos da arqueologia.

Uma das mais representativas pesquisas arqueológicas ocorreu na Unidade Arqueológica de Seine-Saint-Denis, nas redondezas de Paris. Nela, foi elaborado um projeto de socialização, objetivou oferecer aos cidadãos uma cultura para todos, de forma acessível, marcando uma renovação urbana. A cidade de Saint-Denis planeja criar um parque sítio arqueológico para oferecer um novo local de vida e cultura. É lá que está localizada a basílica onde todos os Reis da França estão enterrados (SILVA, 2007).

Durante pesquisa de campo realizada dia 02 de junho de 2018, na Universidade de Sorbonne⁴⁴ campus Panthéon, no departamento de História da Arte e Arqueologia, sob

43 A identificação dos franceses aos gauleses, por exemplo, é muito explorada pelos meios publicitários, verificado em diversos produtos, tornando atrativos turísticos: cigarros, sorvetes, sapatos, materiais de aviamento, cervejas, camembert, elixir, etc., mediante nominações, referências de ancestralidade de costumes, etc., como os queijos Camembert Galus e Le vieux Druide, o conhaque Aubinaud, etc. Gália e gauleses são termos jamais utilizados pelos gauleses para designarem seu "país" e a si mesmos pequenos franceses aprendiam *notre pays s'appela la Gaule et ses habitants les Gaulois – Nos ancêtres les Gaulois!* (SILVA, 2007).

44 A Universidade acumula nesse aspecto as distinções no ranking universitário nacional e internacional. Entre 2013 e 2016, o ranking internacional das universidades pela disciplina Ranking instalado Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, sucessivamente, a 19°, 13°, 16° e agora o 12° lugar Mundial em Arqueologia, mas também 7° na Europa e 1° nacionalmente. Esta formação universitária em história da arte e arqueologia é nutrida por uma

orientação e tradução da Msc. Cynthia Alves, ex aluna da instituição, foi possível verificar que o patrimônio arqueológico reflete os hábitos e costumes de seus ancestrais e é muito valorizado e estudado em todo país. Em relatos obtidos, apesar das dificuldades na prática das escavações devido ao regime totalitário, a Arqueologia continua a transmitir uma imagem positiva de descobertas. Contudo, foi um processo muito lento e teve que esperar muitos anos antes de ser considerado como patrimônio. Pesquisas na universidade demonstram que os restos mortais dos antepassados foram os primeiros a serem armazenados, mas de uma forma muito redutiva, pois muitos casos foram mal interpretados e mal identificados. A exemplo, uma das pesquisas de campo neste estudo de caso e atrativo turístico, são as Catacumbas de Paris, que falaremos mais adiante.

Ainda sobre a pesquisa de campo, foi possível perceber que as pesquisas arqueológicas surgiram na França em meados do século XIX, com a exploração do Vale do Vézère, na Dordonha e com a obra de Jacques Boucher de Perthes, no Norte.

É na região da Dordonha onde estão localizadas as grutas pré-históricas mais representativas da Europa, a caverna de Lascaux, descoberta por jovens em 1940⁴⁵, é um importante mosaico de centenas de pinturas de arte rupestre do Período Paleolítico, com até 20.000 anos de história, hoje considerado a “Capela Sistina da Pré-História”, e suas pinturas foram preservadas graças às rochas e terra providas da erosão do local. Lascaux foi fechada à visitação turística em 1963, dizem os folhetos turísticos, por conta da deterioração e da exalação do dióxido de carbono. Mas foi desenvolvido um projeto de construção de uma réplica, chamada Lascaux II, construída vinte anos depois, a cerca de 180 metros da original, que permite que visitantes tenham a mesma sensação, o que não impede de curiosos irem à busca da caverna original causando ainda uma série de preocupações.

pesquisa científica de alto nível. Na história da arte, a equipe da casa "História Cultural da Arte Social", controla o laboratório de excelência (Labex) Criação-Art Heritage, reunindo vinte instituições parceiros. Em Arqueologia, há pelo menos quatro unidades de investigação conjuntas: Arqueologia e Ciências da Antiguidade, Arqueologia das Américas, e Trajetórias. Disponível em <http://www.pantheonsorbonne.fr/ufr/ufr03/ufr-presentation/>, acessado em 10 de maio de 2018.

45 Foi descoberta em 12 de setembro de 1940, na colina com vista para a cidade Montignac, por uma equipe de quatro adolescentes (Marcel Ravidat, Jacques Marsal, Georges Agniel e Simon Coencas) que assim fizeram uma das mais prestigiadas descobertas arqueológicas do século XX. Esta caverna foi classificada como Monumento Histórico em dezembro de 1940. Disponível em <https://www.lascaux.fr/en/contenu/36-the-myth-lascaux>, acessado em 10 de maio de 2018.

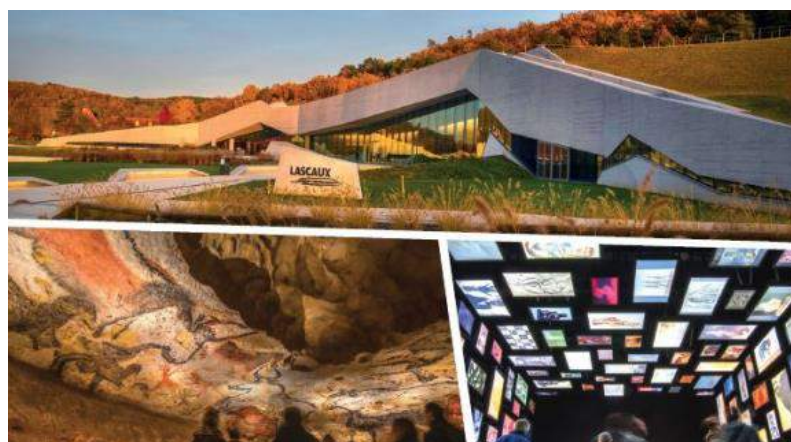
Figura 12 – Centro Internacional de Arte Parietal Montignac-Lascaux



Fonte: <https://www.lascaux.fr/en/contenu/36-the-myth-lascaux>

Nesse projeto, embora não tenha sido possível se tornar o estudo de caso neste subcapítulo, uma vez que a caverna está localizada na região norte e o estudo de caso foram nas cidades medievais ao leste de Paris, é possível perceber que proporciona um turismo de experiências, uma vez que faz uso de recursos tecnológicos, como um cinema 3D, que mostra as pinturas rupestres em carenas de todo o mundo, explica as descobertas de Lascaux e sua história com os povos antigos que ali habitavam, além de reproduzir a iluminação, temperatura, cheiros e até ruídos da caverna original, criando uma atmosfera misteriosa.

Figura 13 – Museu e Pinturas de Arte Rupestre de Caverna de Lascaux na França



Fonte: <https://www.lascaux.fr/en/page/offres>

Jones (2007) traz uma citação de Locke, falando do processo de construções de memória, gerada pela experiência empírica e percepções sensoriais, vista como uma forma de canal, ou porta de entrada, cujas mediações estão entre as percepções reais e formação de ideias e conhecimentos. Além de retratar o armazenamento e externalidades, o simbolismo e a cultura material.

Figura 14 –Pinturas de Arte Rupestre de Caverna de Lascaux na França



Fonte: <https://www.lascaux.fr>

A experiência em Lascaux sem dúvida é um modelo de turismo arqueológico, com propostas sustentáveis que é parte integrante da experiência do visitante, uma arquitetura projetada em um edifício semienterrado ao pé da colina de Lascaux, perfeitamente integrado à paisagem. Há narrativas de que Picasso visitou as cavernas de Lascaux e saiu dizendo “Nós não inventamos nada” (SILVA, 2007).

Vale ressaltar que, para Troadec (2014), a prática arqueológica urbana inclui uma fase experimental *in situ*, que inevitavelmente causa impactos no ambiente urbano, principalmente em centros históricos como Paris, onde espaço e tempo são contados. As tensões ligadas a essa prática, aumentadas nos últimos anos, decorrem em parte do contexto econômico. Para Lopes (2008), a pressão urbanística que se observa em cidades históricas passa vir a ser resposta a intensiva prática turística na região. É neste postulado que a cidade aparece como um espaço complexo, multiforme, polissêmico e dinâmico em perpetua mudança. Para a autora este é o objeto de estudo da arqueologia urbana.

Troadec (2014) aponta que, na França, a arqueologia permeia no campo da arqueologia urbana e preventiva. E questiona: Qual é o sentido de investir tanto na arqueologia preventiva na cidade? Para o autor, é um contexto econômico incerto, o questionamento entre os gestores urbanos, e que possivelmente entende a pesquisa

arqueológica não como apenas um freio, mas principalmente como uma atividade que não é essencial para o desenvolvimento econômico e o futuro da cidade.

O fato é que, para Troadec (2014), a contribuição da arqueologia urbana costuma ser trazida ao plano do patrimônio, até mesmo cultural, uma vez que a arqueologia assume sua função social de sua atividade. A questão que, dialogando com Lopes (2008), o estudo do fenômeno urbano, é de longa duração, mas constitui-se de um laboratório interdisciplinar de compreensão da análise e dos fenômenos que estão envolvidos na construção do espaço urbano. Para a autora, a arqueologia urbana e preventiva supõe a dupla ação convocatória aos cidadãos e criação de documentos que ratifiquem a valorização do patrimônio histórico, assim como na interferência do planejamento urbano.

O desenvolvimento intensivo da arqueologia preventiva francesa, levou desde uma discussão sobre a natureza do objeto científico "cidade" até a inclusão desse objeto no jogo social. Essa intromissão sempre inesperada e perturbadora para os atores usuais da cidade é cada vez mais desafiada como um modo de conhecimento do espaço urbano. Há uma concepção subjetiva de que os arqueólogos não são audíveis em frente a esses atores sociais, este vem a ser uma questão crucial não só para a arqueologia urbana, mas para a arqueologia como um todo (TROADEC, 2014).

Essa questão faz parte de uma longa tradição cultural e patrimonial levada pelos municípios desde a Revolução, simultaneamente e em conexão com a construção de uma cultura nacional gradualmente incorporada na administração do Estado durante o século XIX. Fato que já discutimos anteriormente.

Em Paris, as descobertas arqueológicas são numerosas e algumas erguidas em cima da história nacional. De acordo com informações da pesquisa de campo, há uma lista de monumentos históricos em mais de 1034 locais pela cidade, o que torna impraticáveis a pesquisa em todos esses locais. Por essa razão elencamos alguns locais que pudessem ter relação com nosso objeto de pesquisa e contribuísse para a pesquisa desta tese.

Vale ressaltar que foi possível constatar que, a partir de 1964, o governo francês criou a Associação Nacional das Escavações Arqueológicas – AFAN, que assumiu as pesquisas, os projetos de restauração e conservação, hoje nomeado de Instituto de Pesquisa em Arqueologia Preventiva – INRAP, como uma ação relacionada às pressões de especulação imobiliária. O que foi possível perceber que a cidade de Paris já enfrentava essas pressões e já cedeu o que é preocupante a manutenção da morfologia da cidade, fato que daria uma ampla discussão e não é possível desenvolvê-la neste estudo. Mas é evidente a percepção que se tornou elitista demais, e sofre com a abstração de seu discurso preventivo e conservacionista devido ao fluxo

exaustivo de turistas e visitantes e resultado do mundo moderno e contemporâneo (TROADEC, 2014).

Desde 29 de setembro de 2012, os parisienses descobriram uma Paris Histórica, dentro do contexto de aldeia gaulesa, através da reprodução em 3D da construção da Torre Eiffel, projetada em nove telas gigantes instaladas no pátio da prefeitura. O projeto intitulado “Paris Volta no Tempo” mobilizou muitas instituições, mas o principal objetivo seria demonstrar a importância da arqueologia preventiva, tornando-se uma preocupação dos municípios parisienses, possibilitando que moradores se apoderassem das práticas científicas como fatos sociais.

O principal trabalho de reconstrução realizado nos centros urbanos após a Segunda Guerra Mundial, e essencialmente desde a década de 1960, levou à destruição e ao desaparecimento de parte do patrimônio arqueológico francês. Os escândalos ocasionados por esse trabalho permitiram que os arqueólogos dessem o sinal de alarme sobre a "erosão da história" e a comunidade se conscientizasse da importância de acompanhar essa destruição, e a preservação necessária de parte de seu patrimônio. Na arqueologia do resgate conseguiu-se assim uma arqueologia "preventiva", realizada a montante das operações de desenvolvimento.

Baseada na reconstrução de uma das cidades mais antigas do velho continente, Paris possui uma infraestrutura geométrica que permite atravessar a morfologia do tecido urbano (rede rodoviária, terrenos, edifícios, metrô, entre outros) associada a uma informação arqueológica e histórica em diferentes épocas, principalmente aos períodos medievos e modernos. Este cenário representa as ocupações humanas através da materialidade encontrada em diversos pontos da cidade, através das características físicas, topografia pré-urbana e inundações centenárias.

Figura 15 – A Cidade de Paris e sua morfologia e interatividade com seus monumentos.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

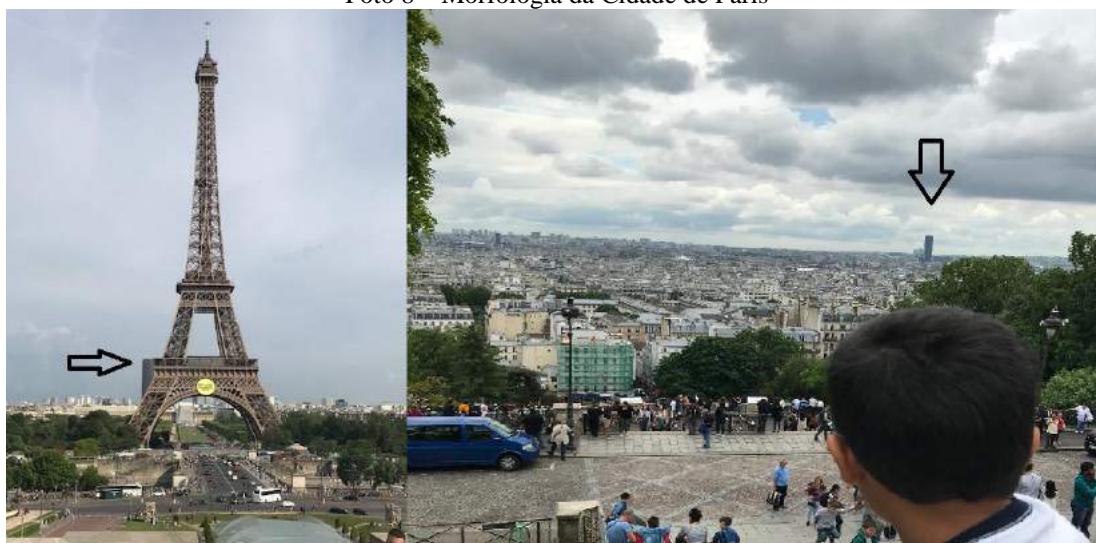
Os estudos de arqueologia urbana na França iniciaram-se, segundo Lopes (2008), na cidade de Tours, no sudoeste de Paris, através de um projeto de uma universidade local, uma equipe multidisciplinar inicia os estudos sobre as cidades históricas, usando como laboratório a cidade de Tours. Para a autora, esse estudo serviu de modelo para quase todos os estudos de arqueologia urbana na França, surgindo então o conceito de “fábrica urbana” que, segundo Galiniè (1988)⁴⁶, procurou compreender e explicar o funcionamento de fábrica urbana, o qual alcançaria através da leitura do solo, técnicas sobre o uso dos espaços urbanos. Para Galiniè (1988), a proteção das técnicas de estudo do solo documentou a dinâmica das sociedades, mobilizando a arqueologia urbana para pressionar os órgãos públicos a incluir normativas e bases legais de mecanismos de intervenção nas cidades.

Com esses estudos, foi possível analisar o crescimento das cidades históricas sob viés do desenvolvimento urbano, através da promoção das comunidades e suas dinâmicas de uso e ocupação do solo e ressaltar suas ligações com o conhecimento do seu passado. Refletir sobre arqueologia na cidade implica considerar, entre outras coisas, questões como a de saber qual é o lugar da arqueologia nas políticas públicas de desenvolvimento durável no viés da sustentabilidade, conciliando a prática de atividades como o turismo nas cidades, com projetos de investigação, que possam articular ações de manutenção e ações preventivas que diminuam os impactos causados pelo fluxo de pessoas naquele solo. É preciso analisar o paradoxo das licenças ambientais e a legislação de uso do patrimônio em locais onde há grande fluxo de pessoas e neste caso estamos analisando a atividade turística. No caso das cidades históricas, como Paris, a analisar pelo seu tempo longo de vida, são espaços privilegiados para averiguar a experimentação que as comunidades foram cumprindo ao longo do tempo, as mudanças ocorridas e as intervenções ao longo de tempo de sua construção. São reservas ímpares, complexas e cheias de informações, de sinais simbólicos que representam grande parte da história de formação dos povos, nas quais o tempo e o espaço se confundem.

No caso do centro turístico que compreende o centro histórico de Paris, a morfologia da cidade circunda seu principal atrativo turístico, a Torre Eiffel. Contudo, Silva (2000) afirma que a arqueologia francesa sempre pautou suas pesquisas para recuperação do passado gaulês e estuda através deste os seus vestígios matérias.

46 Disponível em <https://books.openedition.org/pufr/1373>, acessado em 10 de julho de 2018.

Foto 8 – Morfologia da Cidade de Paris



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

As setas demonstram as transformações morfológicas na cidade, que vêm se tornando preocupantes para as pesquisas arqueológicas e possíveis destruições de sítios importantes que representam a configuração histórica da cidade.

Em 2012, os parisienses puderam descobrir a Paris Histórica através das abordagens da arqueologia urbana, através de um projeto multimídia intitulado “Paris, a cidade para voltar no tempo”, que expôs telas gigantes em torno da Torre Eiffel, fato que sensibilizou a população para as pesquisas arqueológicas na cidade sobre tudo no campo da arqueologia preventiva como preocupação municipal, emergindo as discussões sobre arqueologia urbana. A ideia era mostrar através das modificações da cidade as magnitudes arqueológicas invisíveis, buscando incorporar o experimento e percepção da população acerca do consumo público dos espaços. Outro objetivo do experimento era observar as transformações do tecido urbano e que papel tem desempenhado no campo da arqueologia, através de obras urbanas que desenterraram a cidade enterrada. Esta escavação é contemporânea no campo virtual.

De acordo com pesquisa de campo realizada na Universidade de Sorbonne, dia 02 de junho de 2018, sob tradução da Msc. Cynthia Menezes em francês, pela mesma universidade, um dos precursores desses estudos é o pesquisador e professor Stéphane Van Damme, que buscou demonstrar os estudos entre planejamento urbano e arqueologia. Para ele, a ascensão da pesquisa arqueológica está ligada às principais operações de planejamento urbano da “Cidade das Luzes”. Ele ressalta que, no século XIX, o conhecimento arqueológico estava intimamente relacionado à ação pública, como ilustra o fato de que o projeto de escrever uma história geral de Paris foi liderado pelo barão Haussmann. Desde a Renascença, os antiquários têm se interessado principalmente pela palavra escrita, de acordo com as práticas filológicas

do Renascimento. A exploração do "corpo" urbano passou a ser agora sistemática, com envolvimento de arquitetos em escavações privilegiando grandes monumentos, como o caso da Torre, à custa de pequenos materiais arqueológicos. Para o professor, os arqueólogos da Paris do século XIX revelam a emergência do sentimento de apego ao patrimônio arqueológico urbano.

A motivação dessas pesquisas, assim como sua preocupação, permeou pelo campo dos saques ocorridos na arena da antiga Lutécia. Com isso, a noção de patrimônio foi estendida a todo o tecido urbano com o aparecimento do conceito de "cidade velha". Para o Prof. Stéphane Van Damme, a arqueologia urbana está sendo construída sob a supervisão de autoridades políticas, com registros acadêmicos e políticos sendo confundidos. Para ele, as histórias urbanas são financiadas pelas autoridades municipais: o município de Paris paga um historiador para defender privilégios locais contra o poder central e grandeza da cidade de frente para os rivais.

Essa prática advém da década de 1860, que apresenta que a história geral do projeto de Paris não é liderada somente por arqueólogos, mas por uma subcomissão, reunindo membros da prefeitura, arquivistas, arqueólogos que supervisionam as atividades arqueológicas. Stéphane Van Damme entende que a arqueologia de resgate estava se transformando em arqueologia preventiva e que a arqueologia, a ciência do passado, tornou-se um conhecimento voltado para o futuro e, a partir daí, considerado necessário para a formação de funcionários municipais, e finaliza seus estudos afirmando que a arqueologia é o futuro do passado urbano.

Para se intervir na cidade precisa haver um trabalho coletivo e interdisciplinar *in situ*, que possa compreender os valores simbólicos inseridos naquele contexto, pois remete interferências na herança histórica cultural as quais são construídas intervenções fragmentadas e pontuais, alheias à dinâmica do espaço urbano, fora do enquadramento dos valores que determinam as singularidades da cidade. Sob essa análise, há uma discussão intensa sobre essas transformações ocorridas na morfologia da cidade de Paris, contrariando as antigas leis que não permitiam intervenções que desconfigurassem o espaço urbano.

Conforme análise da realidade, a estruturação urbana de Paris integra-se a vários processos urbanos, social e ambiental, mostrando que os principais fluxos de circulação mudam e tentar entrar em conexão entre a antiguidade e o moderno.

Também usaremos bases conceituais da arqueologia urbana nos estudos da cidade histórica de São Cristóvão. Essa é uma batalha antiga entre arquitetos e planejadores urbanos, e porque não dizer dos arqueólogos que travam um movimento contra a degradação dos monumentos que utilizam os argumentos da revitalização em prol da conservação, que

passam a ser mapeados e disputados pelos projetos de intervenção. É importante que seja considerado que por trás desses edifícios existem pessoas e o porquê dessas ruínas, fachadas e edificações.

Embora existam fragilidades nas políticas de conservação e proteção do patrimônio em toda a Europa, ainda há uma maior sensibilização por parte de moradores e visitantes em manter e preservar a sua monumentalidade.

Ao que tudo indica, a arqueologia do futuro dependerá da territorialidade, com um forte desenvolvimento de sítios de pesquisa e desenvolvimento cada vez mais rurais. Menos sujeitos à pressão imobiliária, eles se beneficiam mais facilmente de escavações programadas a longo prazo. Eles trazem um importante renascimento do conhecimento histórico, enquanto a maioria dos grandes centros urbanos já foi bem explorada.

Foto 9 – Paris Moderna



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

O novo Arco do Triunfo La Defense é um misto de complexos de edifícios modernos que nada lembra a Paris tradicional. Embora seguindo conceitos modernos, propõe um desafio à nova prática de reconstrução e da arqueologia experimental.

De acordo com Le Goff (2003), isso faz parte das ambiguidades e paradoxos da história e da reconstrução dela, o que não pode é que a objetividade do presente sobressaia ao passado.

É inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para que o respeite e evite o anacronismo. (LE GOFF, 2003, pg. 26)

Para este estudo, além da análise da morfologia e das pesquisas arqueológicas na cidade de Paris, foram realizadas visitas à Cripta Arqueológica de Notre-Dame e às cidades medievais da Alsácia, no Leste da França, na perspectiva de compreensão da relação entre turismo e arqueologia e de que forma a restauração interfere nas visitas turísticas ou se essas são fundamentadas sob justificativa do crivo do turismo uma vez que estamos também expondo nesta tese um estudo sobre sítio histórico urbano, que é a cidade de São Cristóvão. Evidente que não há intenção em comparar as políticas desenvolvidas entre essas duas cidades, mas com essa pesquisa podemos formular e propor ações de modelos já consolidados para modelos em construção.

A Cripta Arqueológica foi o primeiro estudo de caso. Visitada no dia 01 de junho de 2018, ela é considerada um sítio arqueológico *in situ*, através de escavações arqueológicas durante a construção da Catedral de Notre-Dame, localizada na Ile de la Cité, na Praça du Parvis, em frente à Catedral de Notre-Dame. Nela há registros de mais de 2000 anos de história da antiguidade.

Durante a visita foi possível perguntar a alguns visitantes o que os leva a dispor de um tempo a mais para visitar a Cripta, uma vez que ela se encontra à frente da catedral de Notre-Dame. Apesar de ter sido uma entrevista informal, todos foram enfáticos ao afirmar que o interesse seria em saber um pouco mais da história da catedral.

Como em qualquer parte do mundo, a arqueologia urbana necessita do desenvolvimento de políticas públicas. Muitos desses procedimentos e estudos desenvolvidos na França poderiam ser aplicados em nossa realidade, desde que o estado e a comunidade assumam uma parceria integrada criando prerrogativas que sustentem a prática e a pesquisa neste âmbito do conhecimento.

Os arqueólogos devem, assim como órgãos fiscalizadores, fazer cumprir a lei nº 3924/61, atentando para proteção dos bens edificados, principalmente aqueles que precisam de um licenciamento ambiental, assim como se necessário recorrer a outros instrumentos de análise da organização espacial urbana.

A Cripta revela que, entre 1965 e 1972, houve uma série de escavações, no intuito de compreender os vestígios de ocupação humana, onde nesta foi descoberto o cais mais antigo da cidade de Lutèce, que permitia proteger a população das inovações bárbaras, revelando restos de ruas medievais. As ampliações dessas descobertas ocorreram durante a criação do sistema de saneamento do século 19, que tinha como objetivo a limpeza da cidade.

Foto 10 – Entrada da Cripta Arqueológica



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Durante a visita, foi possível perceber aspectos importantes para viabilização de visitas turísticas, elas podem ser guiadas ou autoguiadas e, neste caso, em três idiomas: francês, inglês e espanhol. Não há uma durabilidade específica na visita, o que possibilita uma melhor compreensão, em uma perspectiva de passar mais tempo no local visitado. Há instrumentos de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. O preço do bilhete varia entre 8 a 5 Euros. Dentro os aspectos negativos, foi percebido que não há banheiros nem guarda volumes e o visitante é informado de não retirar muitas fotos e nem levar muito material.

A Cripta quase passa despercebida como está localizada na Praça du Parvis, à frente da Catedral de Notre-Dame, não há uma sinalização que indique sua localização, o que dificulta seu acesso. O que se pode perceber é a relação que já discutimos no capítulo anterior quanto à mercantilização do patrimônio, a Catedral enfrenta diariamente filas gigantescas de visitantes e turistas, enquanto a Cripta não há filas para seu acesso. A placa de tarifas e horários fica escondida assim como algumas informações sobre sua visitação.

Foto 11 – Placa de Horários e Tarifas e Informações sobre a Cripta



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

O fato de não haver sinalização, implica em uma dificuldade de desenvolver práticas de um turismo arqueológico, associado ao turismo cultural. A visita a Cripta deveria estar associada à visita a Catedral de Notre-Dame por representar as suas próprias ruínas.

Foto 12 – Interior da Cripta Arqueológica



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

A inauguração da cripta para visitação turística trouxe outro aspecto interessante na concepção de novas práticas mais sustentáveis isso porque, antes de sua descoberta e escavações, a praça du Parvis era espaço de circulação de veículos. Em seu artigo intitulado

“*Notre-Dame de Paris de’fie’e par l’automobile L’espace cathe’drale entre « se’cularisation » et sanctuarisation*”, Flonneau (2012) relatou a dualidade de discussão entre a preocupação da utilização de veículos no centro de cidades históricas e a modernização da cidade, havendo duplo desafio de adaptar o uso de veículos à cidade que virou objeto de consumo de massa após a Segunda Guerra Mundial, como demonstra a Figura 16:

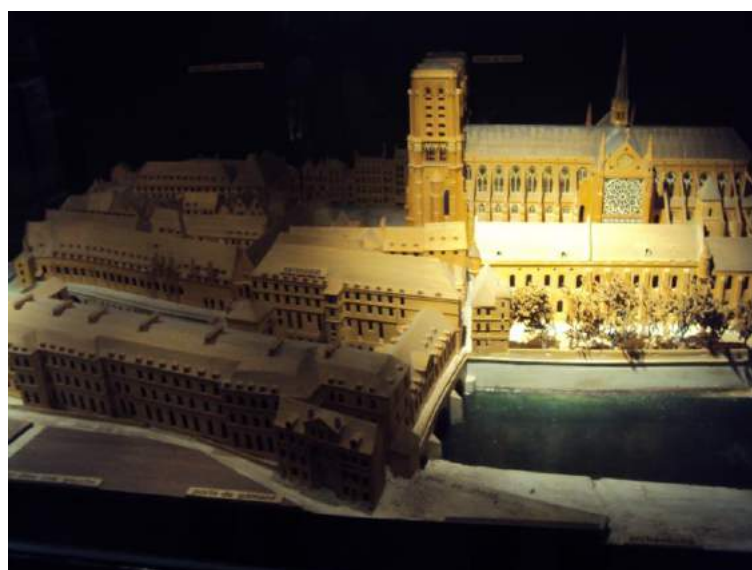
Figura 16 – Praça du Parvis – Fluxo de Veículos



Fonte: Flonneau (2012)

Para o autor, o final das preocupações da circulação de veículos que pudessem causar danos ao patrimônio de Notre-Dame chegou ao final com a inauguração da Cripta Arqueológica, impossibilitando assim a circulação de veículos, e os visitantes de Notre-Dame para contemplar, *in situ*, testemunhos tão evocativos da história da Île de Cité e suas origens. Ao mesmo tempo, criou-se um novo interesse arqueológico no subsolo desta parte da ilha da cidade tem beneficiado, através das visitas turísticas.

Foto 13 - Maquete das Ruínas escavadas de Lutécia.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Há muitas possibilidades de se discutir diversos outros monumentos que representam práticas do turismo arqueológico, contudo não caberiam todos nesta tese. A escolha da cripta abre novas discussões do chamado turismo subterrâneo em Paris, que possui um elo forte entre a arqueologia e o turismo. Parte de práticas que envolvem a herança excepcional dos subsolos de Paris e toda sua história resultou em mudar as práticas de turismo por causa de uma oferta cada vez mais diversificada.

A paisagem é um estado individual mental, que transcende e forma a história coletiva das civilizações. Diante da escala de destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, surgiram novas questões relacionadas à reconstrução das cidades. O campo de pesquisa do segundo estudo de caso na França foram as cidades medievais ao Leste da França.

Grande parte dessas cidades foi reconstruída, o que fez com que se descobrisse a riqueza arqueológica que nelas existiam. O estudo permeou pela reconstrução dos monumentos, identificando os atores e as questões arquitetônicas e políticas, sua relação com o turismo local e práticas sustentáveis do turismo arqueológico. Os estudos nessa região permitiram contribuir com os estudos desenvolvidos em Canindé de São Francisco, no sertão sergipano, salvo devidas proporções.

As cidades escolhidas para o estudo foram Colmar, Kaysersberg, Riquewihr e Strasbourg (eleita em 2017 a cidade preferida dos franceses).

Em seu artigo intitulado “*Les petites villes françaises en quête d’identité*”⁴⁷, Helene Mainet (2010)⁴⁸ aponta para pequenas cidades e seus atores que colocam em prática estratégias de comunicação para valorizar os seus bens patrimoniais num contexto de concorrência territorial. Assim é a região da Alsácia, ao leste da França, os pequenos vilarejos medievais se oscilam entre referências rurais e urbanas. Para a autora, os atores dos territórios urbanos buscam valorizar seus atrativos em um contexto de competição territorial, do boom da mobilidade para atrair (ou reter) populações e atores em uma proposta de arranjo produtivo local. Este achado é amplamente explicado por mudanças recentes desenvolvimento territorial (multiplicação das lideranças locais, desenvolvimento lógicas participativas, o desenvolvimento da economia presencial, levando em conta as lógicas de desenvolvimento sustentável, etc.).

Para Mainet (2010), não é fácil definir o que é uma cidade pequena. Ela cita os estudos do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França - INSEE, que define que

47 “Pequenas cidades francesas em busca de identidade” - Ambiguidade de posicionamento ou imagem taticamente combinada? – Tradução: Cynthia Alves, 2018.

48 Disponível em <https://journals.openedition.org/mots/20514>, acessado em 19 de julho de 2018.

os estudos de cidade pequena não adotam os limites demográficos, mas consideram o limite inferior de 2000 habitantes, oficialmente, uma vez que é o limiar estatístico urbano na França.

O ano de 1990 foi eleito o ano da arqueologia na França. Este foi marcado pela inserção de métodos arqueológicos na busca pela compreensão da evolução das sociedades mais antigas da França. Após muitas discussões sobre a necessidade de proteger o frágil patrimônio arqueológico no país, resgataram-se assim as práticas mais intensas no resgate de sua história.

Para Schnitzler (2009), houve uma preocupação com os vestígios arqueológicos na região da Alsácia, em resposta à rápida destruição do patrimônio arqueológico provocada pelos bombardeios de 11 de agosto de 1944. Grande parte das cidades dessa região foi reconstruída no pós-guerra.

Para Schmauch (2014), foi durante o período de grandes guerras que se começou a pensar em arqueologia, ou melhor, em proteção ao patrimônio. Para o autor, a guerra de 1870 foi um marco traumático na região da Alsácia, surpreendendo os nacionalistas franco-alemães. Foi a partir deste episódio que ocorre uma mudança brutal, um ressarcimento intelectual e artístico na região, através de esforços de universidades e sociedades eruditas. Pode-se perceber um enorme acervo de patrimônio original de coleções de pinturas romenas renascentistas, dentre outros objetos encontrados.

As cidades medievais da Alsácia seguem uma política cultural alemã, pois durante muito tempo foram palco de disputas entre Alemanha e França pela posse de suas cidades, os alemães durante anos tentaram germanizar os alsacianos na integração da cultura alemã, essa política nunca deixou de enfrentar forte resistência por parte dos franceses (SCHNITZLER, 2009).

Figura 17 – Mapa de localização da Alsácia, leste da França.



Fonte: Schmauch (2014)

No início dos anos 90, a arqueologia preventiva passou a desenvolver pesquisas acerca dos impactos do pós-guerra, e gradualmente vem investindo em grandes áreas rurais através de grandes obras (rodovias e TGV). Nas regiões do norte e leste da França, os arqueólogos são comumente confrontados com a "redescoberta" dos restos de cultura material relacionados à Primeira Guerra Mundial nas zonas de frente.

Em toda região da Alsácia há paisagens onde os vestígios das batalhas haviam sido cuidadosamente apagados pelo renascimento da cultura e industrialização desenfreada do pós-guerra. Esse confronto inesperado com os restos de uma era que não entrava em seu campo de ação gerou uma investigação habitual e que profissionais da arqueologia mal conheciam, tornando uma de suas principais problemáticas. De fato, eles não foram capazes de avaliar a importância e o interesse dos elementos trazidos à luz, particularmente numerosos e que pareciam perturbar quaisquer ocupações anteriores presentes no mesmo lugar. Outro problema recorrente e desconfortável foi a presença de numerosas munições ainda ativas, o que dificultava o bom andamento das operações arqueológicas. Finalmente, a descoberta, infelizmente regular, de corpos de soldados desaparecidos durante os combates levantou outras preocupações. Não havia como relacionar a cultura material encontrada com os corpos encontrados e de que região seria, dentre muitas outras problemáticas. Em toda região há memoriais a vítimas da guerra, e muitas das lápides estão sem identificação fruto desse trabalho arqueológico que só encontraram restos mortais (SCHMAUCH, 2014).

Foto 14 – Memorial de Guerra em Sigolsheim/Alsácia



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

À primeira vista, essa nova categoria de restos parecia mais "incômoda" do que interessante. Além disso, o estudo deste período, tão próximo de nós e para o qual já existe uma enorme documentação, exigiu realmente a intervenção dos arqueólogos? Sim, precisava.

De acordo com a legislação vigente acerca de monumentos históricos, Schmauch (2016) afirma estar assegurada pela lei de 31 de dezembro de 1913, que dispõe no artigo 1º que os vestígios deixados pela guerra ou ruínas do ponto de vista da história e da arte sejam conservados e classificados como históricos. Esta mesma lei descreve critérios de seleção e reporta às cidades históricas em caráter de obrigatórias as ações de proteção como aconteceu com as ruínas do Le château du Haut-Koenigsbourg, próximo à cidade de Colmar. O château du Haut-Koenigsbourg, erguido no século XII, foi alvo de disputas entre reis e imperadores e estava abandonado desde 1633.

Figura 18 – Le château du Haut-Koenigsbourg



Fonte: Schmauch (2016).

Assim restaurado, Haut-Koenigsbourg oferece uma visão notável do que era uma fortaleza de montanha no século XV na Alsácia. Sua plataforma de artilharia, também chamada *Grand Bastion*, monumento excepcional com sua silhueta característica, oferece um panorama único da planície da Alsácia, dos Vosges e da Floresta Negra. É um elemento importante do património da Alsácia, testemunha da história da Europa onde agora é permitido uma variedade de audiências para se familiarizar com a arquitetura de um castelo da Idade Média e a restauração do início do século 20 através de uma ampla escolha de passeios, atividades e eventos.

Foto 15 - Haut-Koenigsbourg Restaurado

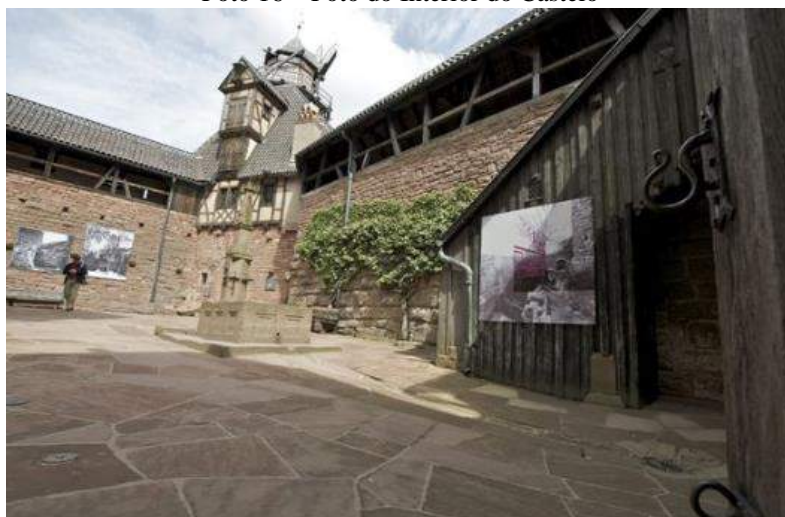


Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

A ponte levadiça, a sala de armas, o calabouço e armas lembram a cada momento a vocação desta fortaleza montanhosa construída por uma família imperial alemã no século XII que foi posteriormente sitiada, destruída e saqueada. É um retorno à Idade Média.

O seu restauro ficou sob supervisão do Rei Guilherme II, que solicitou um projeto que o fizesse recordar as filiações germânicas da região, e marcar simbolicamente o limite ocidental de seu império. Optou-se por uma restauração completa. Placas no interior do castelo apontam o responsável pela restauração, o arquiteto Bodo Ebhardt, e elenca todos os vestígios arqueológicos coletados no local, estudos dos documentos de arquivo, análise da arquitetura, com referências a modelos escolhidos a partir de edifícios contemporâneos nas proximidades, incluindo outros castelos.

Foto 16 – Foto do Interior do Castelo



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

A região da Alsácia possui um vasto potencial arqueológico e turístico e apresenta um modelo de gestão participativo e integrado entre as cidades. Na visita realizada ao castelo no dia 13 de junho de 2018, foi possível verificar a importância desse monumento para região. Há várias opções de visitação, seja um circuito de ciclismo (prática bastante difundida na região por ser cenário do *Tour de France*⁴⁹), há opção de visita às escavações arqueológicas em seu interior, assim como visita guiada dentro do castelo onde funciona uma minicidade,

49 Competição de Ciclismo. Tendo em vista a forte ligação do Tour de France com a história da França, este ensaio, inspirado nas contribuições do historiador francês Fernand Braudel (1989), tem como objeto central compreender como uma construção histórica nacionalista contribuiu para a consolidação do maior evento do ciclismo de estrada do mundo. O forte vínculo histórico do Tour com a cultura e com o nacionalismo francês está ligado ao período da Terceira República e a mutilação territorial nacional sofrida pelo país com a perda da Alsácia e Lorena, na guerra franco-prussiana de 1870. Desta forma a Alsácia, pela representação histórica faz parte de um dos circuitos da competição.

estilo medieval, dentre outras opções. Outras possibilidades de práticas e análise dos cenários de turismo arqueológico na região dizem respeito às cidades escolhidas para compreensão do estudo integrado entre os destinos.

Uma pesquisa desenvolvida em 2015⁵⁰, constatou que o turismo gera muitos empregos na região, e que parte dessas cidades sobrevive de segmentos e modalidades como: cicloturismo, turismo gastronômico e enoturismo (por conta da rota do vinho), turismo cultural, assim como o surgimento do turismo arqueológico. Sob uma análise de construção de cenários, pode-se avaliar que as cidades se desenvolvem com uma proposta de turismo de experiência em formato de Cluster. De acordo com a pesquisa acima citada, são mais de 18.000 empregos gerados anualmente pelo turismo nas três principais aglomerações: Colmar, Estrasburgo e Mulhouse.

As cidades também estão desenvolvendo uma promoção de turismo de lazer por suas forças particulares. Além disso, segundo Mainet (2010), na comunidade urbana Estrasburgo, o setor dos transportes fluvial é mais bem representado do que nos outros territórios da Alsácia pela presença de uma importante linha de cruzeiro.

Sob o viés da arqueologia, as cidades analisadas desenvolvem pesquisas no campo da arqueologia preventiva, por causa da reconstrução dessas cidades através de seus projetos de desenvolvimento urbano e rural. Com a coleta de cultura material, foi possível compreender a história da região e da população que se instalou na Alsácia. A conclusão de algumas dessas pesquisas fez com que se descobrissem a densidade e continuidade da ocupação da planície alsaciana e Sopé de Vosges⁵¹ desde a Pré-história até o início da Idade Média e fazem da Alsácia uma das mais ativas regiões da França no campo da Idade Média.

A primeira cidade visitada foi Colmar. Num breve contexto histórico em visita a sua prefeitura, foi possível perceber que se trata da terceira cidade mais importante da região, cortada pelo rio Reno, com pouco mais de 60 mil habitantes e ficou conhecida turisticamente como a Pequena Veneza, por causa da cidade ser cortada por canais.

50 Disponível em http://www.epsilon.insee.fr/jspui/bitstream/1/14823/1/cpa2016_34.pdf, acessado em 12 de julho de 2018.

51 Criado em 1975, o Parque Natural Regional de Vosges du Nord, agrupa atualmente 113 comunas. Este patrimônio natural alberga uma fauna e uma flora muito variadas. A sua paisagem, composta por prados, lagoas e florestas, também é rica em história. O Parque abrange espaços tão diversificados como Hautes-Vosges e as suas encostas arborizadas, os vales de Vosges e da alta Renânia e o sopé vitícola alsaciano. São locais idílicos para, durante um dia ou ficando alojado ao longo do percurso de trilhos limitados, entregando-se a caminhadas ou deixando-se envolver no património cultural alsaciano, visitando castelos e museus. As oportunidades para descobrir as artes e as tradições populares são, também, inúmeras. Disponível em <https://www.tourisme-alsace.com/pt/montanha-vosges-zona-este-de-franca/>, acessado em 12 de julho de 2018.

Foto 17 – Colmar.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018

A cidade possui vários atrativos turísticos, dentre eles a réplica da Estátua da Liberdade, pois a cidade é a terra natal de Frédéric Auguste Bartholdi, criador deste monumento da cidade de Nova York, além de ser uma das cidades que compõem da rota dos vinhos na região. Um dado interessante da história da cidade é que durante anos as cidades da Alsácia ficaram sob o poder dos alemães e Colmar foi a última cidade a ser libertada do controle nazista, em 02 de fevereiro de 1945.

Com perspectiva para desenvolver turismo arqueológico, suas construções medievais descrevem seu passado do habitat neolítico. Métodos de decapagem⁵² mais adequados permitiram destacar traços fugazes, restos de esqueletos de suas casas neolíticas na arquitetura de terra e madeira. Além disso, foram analisados através de escavações quintais das casas, análise de lixo e restos da cultura material, como material lítico, ossos, cerâmicas, que pudessem informar sobre a vida cotidiana local e observou-se que se tratava de uma grande área artesanal, cuja importância arqueológica já foi reconhecida. Muitos desses ossos foram depositados e permanecem nessas casas até hoje. Os demais materiais encontram-se num museu em Estrasburgo.

⁵² Processo de remoção de tinta, ou camadas de impurezas.

Foto 18 –Esqueletos coletados de Colmar



Fonte: Arquivo Pessoal

Em Colmar, a gestão de seus bens patrimoniais e turísticos é de controle da prefeitura juntamente com a participação da comunidade local. Cabe à comunidade o papel de organizar um arquivo comunitário que retrate a "memória da cidade" com as seguintes funções: Deve ter um olhar coletivo sobre sua história; coletar documentos sobre a cidade e arquivar, classificá-los e listá-los para que outras pessoas possam ter acesso fácil e rápido para pesquisa; garantir a conservação em condições adequadas de segurança de seus arquivos; permitir utilização pela consulta no local; finalmente, explorar o interesse histórico e cultural das peças preservadas, por todos meios apropriados e disponibilizá-la para a comunidade local. (SCHMITT, 1992). Ainda segundo o autor, em Colmar outro monumento incluso no circuito do turismo arqueológico diz respeito à Praça de Haslinger, no centro da cidade que funcionou como um vasto cemitério no início do século, e sob o qual havia uma importante necrópole merovíngia do século VI d.C. Muitas observações antropológicas foram feitas sobre esqueletos coletados, fornecendo informações importantes sobre as condições de vida e o estado de saúde das populações estudadas.

A segunda cidade visitada foi Kaysersberg. Eleita em 2017 à “aldeia”, cidade preferida dos franceses⁵³, levando em consideração o patrimônio arquitetônico, a autenticidade, aspecto medieval preservado e indicação geográfica por conta dos vinhedos.

⁵³ Disponível em <https://www.tourisme-alsace.com/fr/actualites/kaysersberg-village-prefere-francais.html>, acessado em 12 de julho de 2018.

Kaysersberg é uma cidade medieval, que conseguiu preservar sua história e seu patrimônio, dominado pelas ruínas do Castelo Imperial. E a arqueológica ajudou muito nesse processo. A sua reconstrução passou por três etapas, cada etapa buscou ampliar a primeira até formar cerca de dez hectares dentro das muralhas que envolviam a cidade. Atualmente ainda podemos ver os restos de cinco dessas torres que datam de todos os séculos XIV e XV.

Foto 19 – Kaysersberg - Arquitetura e Construções.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Koch (2016), arqueólogo medieval, afirma em seus estudos que pesquisar arqueologia nas cidades medievais na França é complexo, porque muito de suas construções são de arquitetura militar e estão relacionados a espaços de poder. As escavações são realizadas durante o processo de reconstrução da cidade e no processo de restauração. Para o autor, as sondagens arqueológicas preliminares utilizadas nos projetos de paisagismos foram realizadas em uma escavação próximo a uma vala que protege a parede da primeira extensão da cidade (KOCH, 2013).

O abastecimento de água dos castelos dos Vosges, na região, foi a base das pesquisas arqueológicas no local. As investigações revelaram uma fase única de ocupação, revelando que os monumentos foram construídos com materiais (blocos e pedras) retirados da escavação da vala que era protegido por um fosso na água. O mobiliário recolhido e os objetos coletados em cerâmica e vidro, cujo estado de conservação é excepcional, confirmam a utilização do fosso entre os séculos XV e XVII. Algumas peças, como funis ou frascos de química ou um

ramo de alicates usados para moldar pequenas balas, atestam uma atividade artesanal particular na vizinhança próxima (KOCH, 2016).

Foto 20 – Objetos Coletados e Armazenados no Interior do Castelo.



Fonte: Arquivo Pessoal

Outro aspecto das pesquisas arqueológicas diz respeito ao processo de restauro de seus edifícios, denominado por Koch (2013) como arqueologia vertical, que estuda a permanência de traços antigos, preservados sob revestimentos e reparos, um direito adquirido no processo de restauração. Todos os materiais coletados através das intervenções metodológicas provaram que as técnicas de construção de castelos e edifícios levaram a muitas informações sobre a evolução do habitat urbano. O exemplo dessas pesquisas pode ser observado no castelo de Kaysersberg.

Para Koch (2013), alguns textos mostram, como base de estudos arqueológicos na região a iconografia antiga, que muitas vezes remete ao romance e faz muito pouco caso da realidade do local e muitas ruínas, as vezes sem forma, cobertas com escombros e, portanto, difíceis de ler na ausência de escavações e pesquisas.

Talvez dentro desta análise de Koch, podemos desenvolver um pensamento crítico da mercantilização que sobre o patrimônio em todas suas esferas, e como alguns discursos sobre a restauração ainda são românticos, e não coerentes com a realidade local. A prática de um turismo arqueológico na região da Alsácia tem características intrínsecas na sua própria história, conforme afirma Boullón (1997), os atrativos arqueoturísticos são formados a partir

de vestígios arqueológicos remanescentes de períodos históricos. E não somente em Kaysersberg, mas em todas as aldeias medievais da região da Alsácia há uma riqueza desses vestígios que, para Prous (1992), constituem o patrimônio local e os indícios da presença humana.

Foto 21 – Ruínas dos Castelos de Kaysersberg



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

O Castelo, segundo Koch (2016), data suas ruínas de 1227, foi comprado pela sua posição estratégica e ganhou o direito de erguer seus muros ao redor da montanha de Vorges, quando se tornou uma cidade imperial livre. Ainda seguindo dados de pesquisa do autor, entrou para o grupo seletivo para compor as dez cidades alsacianas, dando início à organização da recuperação do patrimônio medieval e econômico no pós-guerra. Sua localização era estratégica devido ao Rio Reno. Seu último processo de restauro foi após a Segunda Guerra Mundial, quando toda a cidade precisou ser reconstruída e reerguida.

Foto 22 – Centro histórico de Kaysersberg.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Para Khan, (2016)⁵⁴, alguns temas que envolvem a promoção de cidades medievais no contexto turístico, diz respeito a localização. São cidades de fácil acesso, onde a acessibilidade é a principal ferramenta de comunicação entre elas. Para o autor, para que essas cidades funcionem como ferramenta de preservação do patrimônio, é necessário que elas tenham conexão. O autor ressalta que, graças às pesquisas arqueológicas de restauro, é possível perceber nessas cidades medievais, características do neolítico, um marco histórico, legitimado e identificado na cultura local. E finaliza afirmando que a cidade é consciente dos tesouros que carrega.

Para Mainet (2012), isso ocorre por incentivo da lei Malraux, que define como deve ser a organização das áreas protegidas e permite que todas encontrem novas formas de renovar e restaurar seus monumentos. A autora relata em seu artigo *“Les petites villes françaises en quête d’identité. Ambiguïté du positionnement ou image tactiquement combinée?”*⁵⁵ que a lei preserva a ideia de que nós preservamos, nós embelezamos, nós restauramos para fazer viver. É uma espécie de associação entre “Patrimônio / dinamismo” que pode estar relacionado às estratégias cidades que valorizam a cultura / inovação e usam elementos fortes da sua comunicação territorial.

⁵⁴ Disponível em <https://www.bienpublic.com/edition-dijon-ville/2016/12/14/un-dijonnais-sur-les-traces-du-tombeau-secret-de-gengis-khan>. Acessado 10 de julho de 2018.

⁵⁵ Tradução: "Pequenas cidades francesas em busca de identidade. Posicionamento ambíguo ou imagem combinada taticamente? ".

Turisticamente falando, essas estratégias urbanas geralmente focam na valorização dos valores arquitetônicos e cultural e também transmitir valores de dinamismo e Ação. Kaysersberg, como foi observado na pesquisa, oferece uma cidade medieval com uma gama completa de serviços, atividades e ambiente econômico equilibrado.

O estudo de caso desenvolvido em Paris e nas cidades Medievais da Alsácia, que para esta tese elencamos somente duas, das seis visitadas, possibilitou demonstrar como pequenas cidades podem apresentar suas histórias, seus vestígios, seu patrimônio histórico e desenvolver ações para preservá-los. Também traz para a análise desta tese disseminar o conhecimento acerca dos bens arqueológicos inseridos em contexto de cenários turísticos já consolidados. Essas cidades mostraram que os atores envolvidos, valorizam sociabilidade local através do dinamismo associativo e cultural, procurando melhorar suas capacidades de polarização através de sua centralidade.

Outro aspecto analisado diz respeito à construção de identidade, de como essas cidades se esforçam para manter suas tradições, mesmo com um passado marcado por tantas guerras e disputas, construindo cenários competitivos e participativos. É a partir da construção e compreensão, que fronteiras são criadas coletivamente e podem servir de exemplo para outros destinos, criam possibilidades de aproximar grupos que possuem as mesmas singularidades. Nas pesquisas desenvolvidas em São Cristóvão e Canindé de São Francisco, embora demonstre estudos distintos, ambas apresentam falhas de comunicação com cidades vizinhas, não há uma construção de um diálogo coletivo, o que seria de suma importância uma vez que a relação entre sociedade e bens patrimoniais se dá de forma dinâmica, a partir de realidades similares e reais, tornando-as plurais e responsáveis pela construção de seus significados.

Na perspectiva em obter uma breve reflexão sobre a epistemologia das pesquisas arqueológicas, aplicada a uma realidade tão específica, usando as práticas turísticas, esse estudo possibilitou a compreensão de que patrimônio, memória e história, buscaram apresentar por meio das próprias observações e narrativas adquiridas em contato local, um passado e um presente plurais, valorizando as modalidades nessas cidades.

Para Mainet (2012), a construção da identidade visa afirmar uma singularidade. Em um contexto onde os territórios já não são óbvios, distinguir-se por afirmar sua originalidade é uma necessidade. Para a autora, daí a necessidade de "criar" identidade que já não aparece espontaneamente. O processo de construção de identidade, seja social ou político, é tão importante para medir as diferenças em oposição um ao outro apenas na forte afirmação de uma referência ou um pertencimento comum. No caso de cidades pequenas e uma cidade

grande, o processo é especialmente na adoção de características específicas para outras entidades territoriais (urbano e rural) e sua combinação. Para se referir ao rural para destacar-se do urbano associado à cidade grande (longe do tumulto das grandes aglomerações, num ambiente de vida atraente), mas também para se destacar para se aproximar do urbano (longe do isolamento, integração com o dinâmico mundo moderno, equipamentos e serviços urbanos) (MAINET, 2012).

É de suma importância que o indivíduo se aproprie dos objetos culturais e patrimoniais de forma que suas práticas em sua diversidade ampliem a intensidade da experiência cultural buscada no que confere à prática a sua dimensão cultural, valorizada, distintiva. Para Beni (1997), as localidades se tornam estratégicas se bem planejadas e produzem um plano de desenvolvimento.

4.2.2. Piauí – A experiência nacional: Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI

O estudo de caso realizado no Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no nordeste do Brasil, no Estado do Piauí, foi realizado através de entrevistas, pesquisas teóricas que buscaram debater e comprovar teorias da viabilidade das práticas turísticas em sítios arqueológicos, além de possíveis revisões da validade e alcance dos erros cometidos neste planejamento. Conforme demonstrado na metodologia, a pesquisa teórica dispensa interferência imediata, no plano da experiência, uma vez que este destino já possui inúmeras pesquisas com comprovação científica reconhecida no meio acadêmico. E foi escolhido como referencial desta tese por representar o mais importante cenário de arqueologia pré-histórica do país, além de ser um dos mais estruturados para prática do turismo arqueológico. Esse é um estudo de muitas conquistas, mas também de muitos desafios.

Para o desenvolvimento tanto da comunidade local quanto do turismo é necessário analisar as políticas e ações já implementadas em atividades planejadas no sentido de valorização do lugar e das pessoas. Verificar as questões da falta do planejamento e ações que impedem a promoção de modalidades como o arqueoturismo em cidades com tendências e vocação natural à prática de atividade que promova não somente o turismo, mas o respeito pelos bens patrimoniais arqueológicos ainda é um grande desafio, mas necessário.

O nordeste brasileiro é uma das regiões que mais cresce, mesmo pertencendo a uma das mais pobres regiões. Há quatro décadas, vêm se implantando na região experiências de desenvolvimento regional e local, tendo o turismo como destaque crescente. Para Silva e Andrade (2011), relacionar as práticas turísticas em uma localidade é vinculá-las à qualidade

de vida, à competitividade internacional, ao desenvolvimento econômico local e solidário e às satisfações da comunidade local. Trata-se, segundo as autoras, de promover qualidade de vida, o cidadão preconiza o espaço para viver, relacionar-se, produzir, criar e desenvolver suas atividades de cultura, diversão, turismo e lazer. No que se refere à competitividade internacional, as autoras advertem para a necessidade de atrair capital, desenvolver uma análise analógica e converter-se em centro de acontecimentos de âmbito mundial, obter vanguarda em tecnologias e redes, conservação dos bens patrimoniais, assegurar a proteção aos recursos naturais, a fim de atrair turistas e visitantes que apresentem esse perfil.

O Parque Nacional Serra da Capivara nasce de uma proposta de muito esforço e muitas batalhas e vem desafiando as políticas públicas a assegurar a garantia que as gerações futuras tenham acesso a um museu a céu aberto repleto de histórias e patrimônios de valor inestimável.

Ferreira (1999), aponta que Paulo Duarte tinha um sonho em construir o Museu do Homem Americano, seguindo o modelo francês *Musée de l'Homme* como exemplo por considerar os povos nativos tão importantes como outros humanos. Para o autor, foi através de sua mobilização que Paulo Duarte conseguiu formar uma Comissão da Pré-história, seguido de um Instituto Histórico, atraindo arqueólogos de todo o Brasil e do mundo.

Para Funari (2013), com a chegada da arqueóloga brasileira Niède Guidon, que estava exilada em Paris na década de 70, foi criado o Museu do Homem Americano - FUMDHAM, no sertão brasileiro localizado no estado do Piauí.

Niède Guidon liderou juntamente com seu mestre, Paulo Duarte, a missão francesa nos estudos de arte rupestre no Piauí, na década de 70, fazendo a história da arqueologia brasileira acontecer e reescreveu a pré-história ao apresentar novos estudos sobre a ocupação do homem na América do Sul. Vale ressaltar que sua história é inspiradora, alguns gestores públicos foram até São Paulo atrás da arqueóloga informar que havia em seu estado “desenhos de nativos brasileiros”, só de olhar fotografia ela reconheceu a importância daquele sítio brasileiro. Isso tudo durante a ditadura militar, o que motivou ela e seus companheiros de pesquisa a lutar pela preservação do lugar. Nas pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região a mais representativa foi uma datação de carbono de fornos associados a restos humanos. Os achados diziam o contrário da história da entrada do homem no continente americano, que afirma ser pela América do Norte há 10.000 anos, o que significou questionar as narrativas até então apresentadas, uma vez que suas pesquisas datavam de 40.000 anos antes do presente. O fato é que a arqueóloga vem dedicando todos esses anos a pesquisa

arqueológica brasileira e ainda assim não conseguiu que pesquisadores estrangeiros aceitassem suas datações, ainda sim a arte rupestre estudada por ela é um símbolo do humanismo (JUSTAMAND, 2010).

Funari (1994) reafirma que foi graças aos esforços de Paulo Duarte, que com o fim da ditadura militar conseguiu criar um movimento em parceria com vários intelectuais, grande parte franceses, que possibilitou iniciar as pesquisas sobre a origem do homem americano em solo brasileiro, o movimento ficou conhecido como humanista que levou pesquisadores como Lèvi-Strauss a propor que seríamos capazes de representar o mundo através de símbolos. Os símbolos ao qual ele se refere é o foco de estudo da arte rupestre, representada por seus desenhos e gravuras em paredes de rochas, grutas e cavernas revelariam ao mundo um papel essencial, que era demonstrar a competência do ser humano de se comunicar.

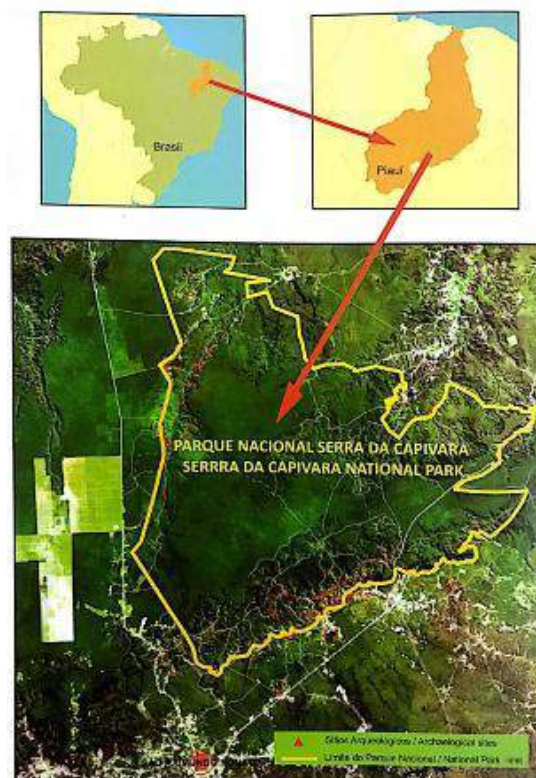
Segundo Prous (1992), a arte rupestre ou registro rupestre é um conjunto de imagens, pinturas e gravuras, produzidas sobre rochas, cavernas ou grutas ou ao ar livre como paredões e lajedos, que remetem a grupos pré-coloniais. Falaremos mais adiante sobre este estudo da arqueologia.

Funari (2013) atribui essa nova fase como uma influência da arqueologia francesa, principalmente adotando suas técnicas e práticas, cujo método de campo foi introduzido pelos franceses, inclusive os elaborados para registro de arte rupestre. Segundo Funari (2013), O Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC é Patrimônio Mundial da Humanidade, reconhecido em 1991, além de ser uma unidade de conservação de proteção integral⁵⁶, é também protegido e reconhecido a nível local, estadual e nacional.

O PNSC possui essa representatividade especialmente pelo acervo ao ar livre de arte rupestre e gravuras em rochas em excelente estado de conservação. Segundo a coleta de dados feita em entrevista com o arqueólogo Bruno Vítor, Mestre e Doutorando em Arqueologia, vinte e quatro sítios pré-históricos são considerados patrimônios mundiais, dentre estes, cerca de vinte sítios são de arte rupestre. O PNSC é mundialmente conhecido, seguindo sítios com mesma dimensão e grau de importância de países como México, Peru, Argentina e outros.

⁵⁶ Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara>, acessado dia 13 de maio de 2016.

Figura 19 – Localização do Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Buco, 2013.

O PNSC, conforme Funari (2013) indica, está localizado no sertão do estado do Piauí, no Sudoeste, no município de São Raimundo Nonato, compreendendo uma área de 130.000 hectares. O arqueólogo afirma ter sido criado para preservar o sítio durante a ditadura militar, em 1979, e possui cerca de 1158 sítios registrados, sendo desses 800 com presença de arte pré-histórica. Ressaltado como um dos assentamentos humanos mais antigos do Brasil.

Figura 20 – Vista do Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Buco, (2013).

As principais características do PNSC são a sua importância ambiental, o que garantiu a seguridade como área protegida na categoria de Unidade de Conservação Ambiental de Proteção Integral⁵⁷, pela biodiversidade de fauna e flora, além de ser a única unidade de conservação permanente⁵⁸ do bioma da caatinga. Outro ponto a se destacar é sua relevância cultural como um dos assentamentos mais antigos do homem e seu potencial turístico. (BUCO, 2013). Sua criação seguiu os seguintes critérios:

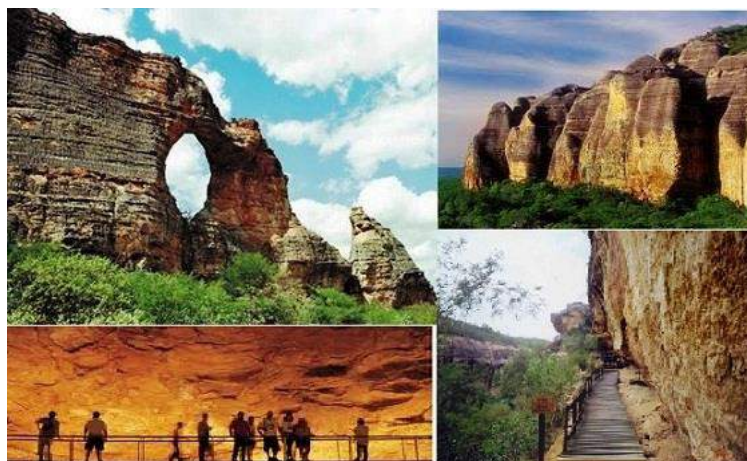
Culturais: Na atualidade acha-se uma densa concentração de sítios arqueológicos, a maioria com pinturas e gravuras rupestres, nas quais se encontram vestígios extremamente antigos da presença do homem (100.000 anos antes do presente) atualmente estão cadastrados 912 sítios entre os quais, 657 apresentam pinturas rupestres, sendo os outros sítios ao ar livre (acampamento ou aldeia) de caçadores-coletores, são aldeias de ceramistas agricultores, são ocupações em grutas ou abrigos, sítios funerários e, sítios arqueopaleontológico; Ambientais: área semiárida, fronteira entre duas grandes formações geológicas – a bacia sedimentar Maranhão-Piauí e a depressão Periférica do rio São Francisco – com paisagens variadas nas serras, vales e planície, com vegetação de caatinga; E Turística: Com paisagens de uma beleza natural surpreendente, com pontos de observação privilegiados, essa área possui importante potencial para o desenvolvimento de um turismo cultural e ecológico constituindo uma alternativa de desenvolvimento da região. (FUMDHAM, Pg. 07, 2013)

O estudo baseou-se pelo fato de o PNSC ser o único a apresentar uma estrutura dentro do modelo sustentável para práticas de turismo arqueológico no país. Existem alguns outros circuitos e roteiros, mas não tão completo quanto este. Evidentemente que, embora apresente aspectos importantes na implementação de ações sustentáveis que garantam a integridade dos bens arqueológicos na possibilidade de visitas turísticas, há também os entraves que advém da gestão deste patrimônio.

57 Unidade de Conservação de Proteção Integral – são áreas protegidas integralmente, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitidas pesquisas científicas e práticas turísticas de cunho educacional ou ecológica. Vale ressaltar que a população existe vive no seu entorno e não dentro do parque.

58 Unidade de Conservação Permanente – “Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Disponível em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>, acesso em 10 abril de 2014.

Figura 21 – Estrutura do PNSC



Fonte: Buco, 2013.

Bastos (2005) ratifica a questão da necessidade de investimentos em manutenção, como parte do modelo sustentável, como base dos recursos culturais arqueológicos para que este possa estar acessível para visitação, e aponta o turismo como alternativa para desenvolvimento dessa manutenção.

O PNSC enfrenta muitos problemas relacionados a repasse de verbas públicas, o que dificulta a manutenção e garantia de preservação e conservação de parques. Há discussões que apontam para que os parques nacionais no país seguissem o mesmo modelo de gestão que ocorre no Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, sobre a possibilidade de que os parques fossem gerenciados por meio de concessões privadas.

Segundo o Mtur⁵⁹, apesar do país ser considerado, em ranking, o primeiro em atrativos naturais, dados do Fórum Econômico Mundial, apenas 16% dos visitantes internacionais são motivados pelo turismo de natureza. O Mtur prevê que alguns parques nacionais possam ser inseridos em concessões de serviços que ajudem na sua manutenção por meio de recursos privados. Há uma gama de análises sobre este contexto, mas que não cabem na discussão desta tese no momento, mas nesse sentido poderia abrir possibilidade de gestão compartilhada de forma integrada.

A questão, hoje, é que no PNSC há, segundo Buco (2013), cerca de cento e setenta sítios passíveis de visitação turística divididos entre circuitos turísticos (visitações internas entre os sítios). Aqui vale uma ressalva sobre o que vem a ser circuito turístico. Bahl (2004) define ser conjunto de recursos e/ou atrativos turísticos, distribuídos em um espaço geográfico

⁵⁹ Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11844-concess%C3%A3o-de-parques-vai-estimular-o-turismo.html>, acessado em 14 de julho de 2018.

determinado (que permite deslocamentos entre eles). E que, para o autor, são organizados por associações que conduzem a formação de um produto turístico que pode ser formado por roteiros e trilhas interpretativas.

São Raimundo Nonato foi avaliado no índice de competitividade turística, elaborado pelo Mtur, e parte de suas avaliações foi considerada boa em virtude do PNSC, sobre equipamentos e serviços turísticos na região. O Mtur apontou os seguintes fatores: presença de sinalização com mapa turístico da Serra da Capivara; oferta, ainda que restrita, de espaços para realização de eventos; presença de empresas de receptivo que ofertam serviços de visitas guiadas; transfer e passeios individuais, inclusive em outros idiomas; presença de instituições de qualificação profissional de nível superior e técnico no ramo do turismo; dentre outros.

O PNSC dispõe de atrativos e condições de receber turistas e visitantes. É importante frisar que há um controle do número de visitantes atendendo os requisitos do plano de manejo na minimização de impactos negativos, assim atinge o objetivo de conservação arqueológica e turística em seu entorno e dentro do parque. Dentre os principais atrativos turísticos arqueológicos estão os Sítios Boqueirão da Pedra Furada, Desfiladeiro da Capivara e Baixão das Andorinhas (BUCO, 2013).

O PNSC traduz muitas preocupações humanistas, tanto no âmbito da arqueologia, do turismo, quanto a conservação do patrimônio. Com um papel social e histórico de extrema relevância, teve um papel de reintroduzir sujeitos humanos na disciplina de arqueologia assim como inserir a comunidade dentro das decisões da atividade turística. Esse olhar interdisciplinar permite um diálogo mais democrático, permitindo que as pesquisas e o conhecimento saiam do papel e se transformem em ações mais concretas.

O turismo arqueológico no PNSC tem sido trabalhado nessa vertente, a interação com as comunidades pode propiciar o entendimento dos significados simbólicos embutidos nos sítios arqueológicos fazendo com que o indivíduo sinta o patrimônio cultural como algo pertencente a ele e não algo exterior, desencadeando o processo de identificação com sua história e cultura.

O turismo instrumentaliza essa interação, pois enquanto fenômeno intencional social vive de imagens. Yázigi (1998) afirma que a imagem, indissociável da ideia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas pesa muito no contexto de outros fatores (meios de hospedagem, bons preços, dentre outros). Desta forma, o apelo estético da arte rupestre é um grande diferencial utilizado pela atividade turística.

A arte rupestre representada nesse caso se manifesta como uma fonte de informação da história do homem, seu comportamento sociocultural e cognitivo, Azevedo Netto (1998), afirma que ela representa um contexto social significativo para a evolução do homem na atualidade, pois representa o simbólico, cultural.

Trata-se, da exteriorização de ideias e conceitos que podem ser decodificados, ou melhor, interpretados segundo o contexto cultural que se inscrevem. Em outras palavras, trata-se de estudar o conjunto da parafernália que identifica o grupo como uma linguagem visual, um código, uma iconografia. (RIBEIRO, B., 1986, pg. 15, *apud* AZEVEDO NETTO, 1998, pg. 58).

Para Gaspar (2003), as técnicas de pintura detectadas através de análises revelam o uso de fricção de um mineral sobre o suporte rochoso, usos da madeira com função de pincel, uso da própria mão e até mesmo elaborada através de sopros do pigmento sobre a rocha. As gravuras no PNSC consistem em representações elaboradas através do picoteamento ou incisão no suporte rochoso.

Para Buco (2013), um dos mais importantes sítios de visitação turística é o Sítio Arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, pois retrata os achados datados que revolucionaram a arqueologia americana, conforme foi citado acima. Este compõe um dos circuitos mais importantes do parque. O sítio tem cerca de 70m de comprimento e as pinturas estão distribuídas sobre toda a parede apresentando diversos contextos de evolução do homem nessa localidade.

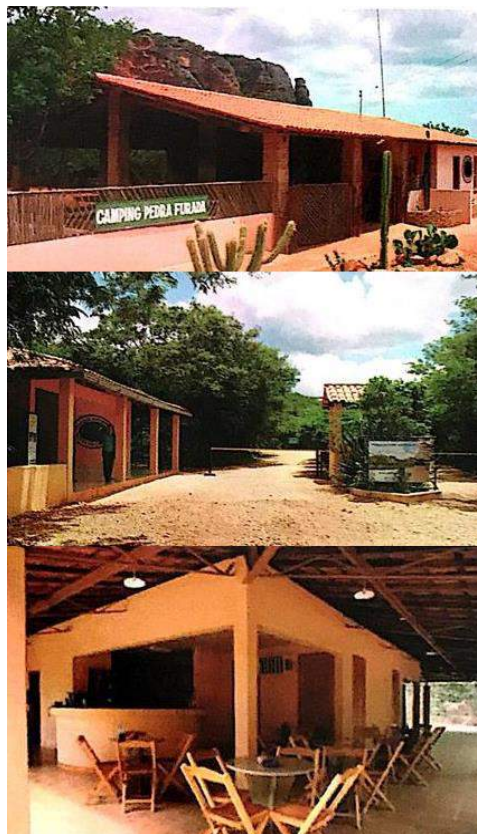
Figura 22 – Pinturas de Arte Rupestre em Sítios de Visitação Turística Boqueirão da Pedra Furada



Fonte: Buco, 2013.

Nele há o centro de visitante, espaço também onde ocorre o festival da Opera da Serra. Este circuito oferece alojamentos, restaurante e lojas de artesanato local.

Figura 23– Infraestrutura Turística na Pedra Furada



Fonte: Buco, 2013.

Expor essas pinturas e gravuras é democratizar o acesso a visitantes, moradores e turísticas em compreender um pouco da sua própria história. Os sítios com pinturas rupestres são equipados com passarelas para receber visitantes e turistas, sem que haja contato entre as pinturas e os visitantes a fim de conservar e proteger as pinturas. Há 17 pontos de visita para portadores de necessidades especiais, o que torna este um dos aspectos metodológicos importantes na construção de cenários sustentáveis e acessíveis.

Tresserras (2009) expõe alguns desses sítios para visita os que possuem acessibilidade são: o Baixão das Andorinhas, Pedra Furada, Desfiladeiro da Capivara e Serra Vermelha. A utilização de técnicas para interpretar o patrimônio arqueológico se traduz para modelos que disponibilizem acessibilidade.

Figura 24 – Passarelas do PNSC e Passarelas com Acessibilidade



Fonte: Buco, 2013.

O Plano de manejo é uma exigência para as unidades de conservação desta categoria, o que favorece que o PNSC contribua com suas ações voltadas para educação ambiental e patrimonial. O plano faz parte de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que instituiu o plano após várias agressões ao seu estado de conservação, e tinha como objetivo desenvolver, executar e promover ações efetivas de conservação e manutenção do parque. Contudo, é importante frisar que neste estudo analisamos os elementos que compõem um modelo sustentável para prática do turismo arqueológico, não obstante este componente vem sendo tratado com desdém pelos órgãos públicos, mas essa não é uma questão específica do PNSC, e sim de quase todas as unidades de conservação de detém um plano de manejo, que salva vista não recebe verbas devidas para sua manutenção e compromete assim todo o acervo natural e cultural que parques como outras unidades possuem. O plano de manejo é um instrumento importante na preservação dos bens naturais, assim como os patrimoniais. É uma política de preservação que inclui conservação de seu entorno e delimita os usos que o parque pode obter. Mas discutiremos essa problemática mais adiante.

Tresserras (2009) aponta a permissão de veículos e vans, que contribuem para práticas turísticas, uma vez que o acesso e a logística são pontos fundamentais e competitivos na construção de cenários. Além de pistas para prática de *mountain bike*, as trilhas e circuitos foram divididas conforme demonstra a figura 25, foram classificadas quanto ao nível de dificuldade.

Figura 25 – Trilhas no PNSC

TRILHA	Grau de dificuldade	Lugares visitados mais importantes
Baixão da Pedra Furada	Fácil	Toca do Arame do Sansão Toca do Boqueirão da Pedra Furada Toca do Cajueiro ou Macário Toca do Fundo do Baixão da Pedra Furada Tocas da Fumaca I, II e III Tocas da Roça do Carlindo I e II
Alto da Pedra Furada	Difícil	
Caldeirão dos Rodrigues e Canoas	Média	Toca do Caldeirão dos Rodrigues I e II
Sítio do Meio	Fácil	Toca do Sítio do Meio Toca do Pedro Rodriguez Toca do Caldeirão do Sítio do Meio Toca do Sítio do Meio de Cá
Desfiladeiro da Capivara	Fácil	Toca da Entrada do Baixão da Vaca Toca da Entrada do Pajau Toca do Barro Toca do Inferon Toca do Pajau Toca do Paraguaio Toca Nova da Estrada
Veadinhos Azuis	Média	Circuito dos Veadinhos Azuis
Boqueirão do Paraguaio	Fácil	Toca do Boqueirão do Paraguaio I

Fonte: Tresserras, 2009.

Uma análise acerca da gestão do PNSC aponta para os seguintes estudos: Segundo as fragilidades: infraestrutura básica deficitária (estradas, internet, água potável, e outros), escassez de dados estatísticos, escassos recursos financeiros para manutenção do PNSC, a falta de conhecimento das relações entre setores do turismo e setor patrimonial, indiferença da população acerca do valor patrimonial mundial do parque, escassez médica; Segundo as ameaças: pouca efetividade de políticas públicas no setor turístico do parque, falta de orçamento público, a possibilidade do parque entrar na lista de patrimônios em perigo, e a imagem do estado e das cidades como locais de pobreza e clima hostil; Segundo os pontos fortes, pesquisas apontam os inúmeros estudos interdisciplinares desenvolvidos na região, o potencial turístico, arqueológico e natural do parque, reconhecimento de Patrimônio Mundial, por ser uma das regiões que possui evidências de povoamento humano mais antigo das Américas, a inclusão do PNSC como destino indutor prioritário pelo Mtur, a instalação de aeroporto, e realização de eventos de promoção nacional; E as oportunidades, grande número de grupos que trabalham com artesanato local, dinamismo do Fumdham, e interesse em desenvolver o turismo na região (TRESSERRAS, 2009).

No Brasil, comparando ao caso apresentando na França, mais precisamente em que apresenta a mesma potencialidade em termos de bens arqueológicos do PNSC, que tem na

arte rupestre o principal bem do estudo arqueologia pré-histórica, são cenários distintos pela forma de gestão. Embora nossas leis sejam referências mundiais na proteção e conservação ambiental e patrimonial, e mesmo nosso patrimônio arqueológico esteja protegido por leis federais, estaduais e municipais, a sua gestão deixa a desejar, diferentemente do que ocorre em Lascaux.

A mercantilização continua sendo um problema, pois incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas, a desvalorização acerca do nosso patrimônio é uma problemática gritante, a divulgação prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários que permitam sua visita pública, a falta de diálogo entre setores de esfera pública e privada, a falta de conhecimento da importância dos bens patrimoniais arqueológicos, culturais, e naturais tornam-se constantes riscos ao sítio e ao próprio visitante. Fica então evidente a relação do turismo e da arqueologia que, no conceito produzido por Funari (2003), “segundo um ponto de vista tradicional, o objeto da arqueologia seria apenas as “coisas”, particularmente os objetos criados pelo trabalho humano (os “artefatos”), que constituiriam os “fatos” arqueológicos reconstituíveis pelo trabalho da escavação e restauração por parte do arqueólogo”.

Para isso, como reflexão para ambos os casos apresentados é imprescindível que o arqueólogo tenha a sensibilidade de entender seu papel ético, social e público. Assim como os gestores em turismo, independente do recorte teórico que a pesquisa possa seguir ou modalidade, teorias, correntes ou segmentos, a essência deveria ser comunitária, pública. Dentro dessa abordagem, para Carvalho e Funari (2007), a arqueologia pública no Brasil deveria representar a sociedade, para democratização das pesquisas e bens arqueológicos para as pessoas e para o público, de forma diversificada e com diversos olhares.

Não obstante, se pode perceber com este estudo que, ao contrário do cenário anterior apresentado, há uma falta de propostas para o turismo nacional que tornem efetivas atividades e novas modalidades do turismo, como o arqueoturismo. Falta planejamento direcionado e participativo e neste aspecto trata-se de uma ferramenta de suma importância. Hall (2001) afirma que tal ferramenta pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo. Boiteux e Werner (2002) indicam o planejamento como instrumento prioritário na gestão, principalmente em relação à utilização dos recursos sensíveis e disponíveis existentes, como é o caso do turismo arqueológico brasileiro.

5. TURISMO ARQUEOLOGICO EM SERGIPE

Este capítulo apresenta os dois cenários arqueológicos para práticas turísticas em Sergipe, Canindé de São Francisco e São Cristóvão, analisados por uma metodologia de construção de cenários, utilizando abordagens metodológicas de ambas as disciplinas, com instrumentos de gestão do patrimônio arqueológico e gestão da atividade turística, neste incluso os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo dos Coqueirais e do Polo Velho Chico.

Figura 26 – Polos Turísticos de Sergipe



Fonte: PDITS do Polo dos Coqueirais e do Polo Velho Chico, (2012).

Canindé de São Francisco, componente do Polo Velho Chico, e São Cristóvão, componente do Polo dos Coqueirais, pertencem ao estado de Sergipe. Considerado o menor estado geograficamente, localiza-se na região Nordeste do país com uma área de 22.000km². Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o estado possui 75 municípios e atinge o número de 2. 278.308 de habitantes.

Conforme já explicado a escolha dos dois municípios estudados, neste capítulo serão apresentados um panorama do Turismo e Arqueologia no estado, uma vez que não há enquanto proposta efetiva um modelo de plano de desenvolvimento turístico para práticas turísticas em sítios arqueológicos no estado, assim como a história, as abordagens

arqueológicas utilizadas para cada cenário e os dados turísticos de cada região, seguido de uma proposta de modelo de desenvolvimento dessas práticas arqueoturísticas, relatos e experiências de ações desenvolvidas durante a pesquisa que ratificam a necessidade de inserir mais atores na atividade turística, de ampliar o diálogo com a arqueologia e possibilitar a inserção de novos produtos no contexto de práticas sociais em um turismo de experiência.

O intuito do capítulo é apresentar uma contextualização do turismo e arqueologia em Sergipe, assim como apresentação dos dois cenários que mostram a viabilidade da prática do turismo arqueológico neste estado, com apresentação de um modelo de gestão que poderá se expandir a aplicação em outros sítios arqueológicos.

Apresentado como um novo destino turístico, Sergipe tem apresentado nos últimos cinco anos ações desenvolvidas no campo de promoção e divulgação o que tem feito este estado despertar os interesses de investidores. O aumento de investimentos no parque hoteleiro, construção de pontes (ligando a capital ao litoral e demais localidades), reforma de rodovias, ações de marketing, capacitação de mão de obra, sensibilização e monitoramento da atividade, são algumas das ações desenvolvidas no estado que tendem a transformá-lo em um dos novos destinos com potencial para desenvolvimento local (EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO – EMSETUR, 2010). Esses investimentos são consequências de maiores discussões acerca das políticas públicas desenvolvidas pelo estado, como preceitos básicos nas ações sobre o turismo no estado.

Não é o mote desta tese discutir as políticas públicas, mas em se tratando de sítios arqueológicos, que encontram-se legalmente inseridos nas políticas de proteção do patrimônio cultural no Brasil, com legislação própria e que não estão inseridas nas práticas turísticas desenvolvidas e reconhecidas, por essa razão se faz necessário uma breve discussão acerca das políticas públicas do turismo, para uma melhor compreensão dos instrumentos de análise inseridos, uma vez que afirmamos não haver modelos estruturados para essa modalidade em Sergipe. Buscar compreender o contexto possibilita pleitear ações e propor soluções em um cenário ainda inexistente e com possibilidades de construção mais sustentáveis. É importante ressaltar que foi graças a algumas dessas políticas que o estado de Sergipe vem recebendo verbas para melhorar o desenvolvimento do estado, contudo também é importante a transparência de que as políticas auxiliam o crescimento, mas deve partir da comunidade ou sociedade local o seu desenvolvimento.

O turismo no Brasil sempre foi uma atividade secundária, mas significativa na geração de renda e divisas. Iniciou-se na década de 60 com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, criada por decreto lei pelos militares com objetivo de resgatar a

imagem e o nacionalismo brasileiro, e desenvolver ações para que o país saísse de uma crise em pleno regime militar usando o turismo como isca a investimentos estrangeiros, através de ações de promoção e marketing, o que não gerou bons resultados como já mencionado neste estudo (AFFONSO, 2013).

Durante muitos anos foram necessárias muitas ações e programas para reverter a imagem estereotipada que EMBRATUR, durante o regime militar, consolidou agora com um objetivo voltado para práticas mais responsáveis. Somente ao final do ano de 1966 que o Ministério da Indústria e Comércio definiu as linhas básicas de atuação, resultando em um programa de ação do setor turístico, criando o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e uma nova proposta para a então chamada Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (AFFONSO, 2013). Mas foi atendendo uma solicitação no PNT, que se iniciaram os investimentos na região nordeste do Brasil, em meio à necessidade de criar uma infraestrutura básica voltada para o turismo, mais precisamente no litoral, o que gerou crescimento, mas não desenvolvimento.

Sachs (1994) entende que o desenvolvimento é fruto das políticas recentes que, na maioria, atendem uma abordagem econômica compreendendo a ineficácia de alguns modelos, o que ratifica a necessidade de um caráter transversal, com programas bem elaborados e propostas definidas.

Mas é importante ressaltar que as experiências resultantes deste modelo de turismo com o foco na lógica do capital, trouxeram muitas indagações e reformulações, como trazer políticas voltadas mais para sociedade, destacando a cultura nacional, através do documento formulado na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo, com proposta de interagir com o que viria a serem os pilares da sustentabilidade: sociocultural, ambiental e econômico. Paralelamente às discussões ambientais no mundo, na década de 90, foi elaborado um documento que advertia para a preservação dos bens culturais e naturais.

Nos anos seguintes, a EMBRATUR considerou que as estratégias de venda deveriam ser mudadas: “saíndo o país do futebol, Carnaval e samba, e entra um novo país, jovem e moderno, que ao lado de privilegiadas belezas naturais e culturais está aberto a novos investimentos”. Esta imagem de país novo e moderno estava associada à própria imagem do Presidente da República, criada em sua campanha presidencial, que transmitia ares de pessoa jovem e dinâmica e que renovaria o Brasil. A pedido do Presidente Fernando Collor de Mello, influenciado pela Eco 92, que seria realizada no Brasil, priorizou-se a divulgação do turismo ecológico, em especial a Amazônia e o Pantanal. (ROSA, *apud* AFFONSO, 2006, pg. 116).

Para Affonso (2013), foi durante este período que começou uma pesquisa iconográfica de diversas cidades históricas e estudos de aproveitamento turístico com perspectivas mais responsáveis. O que resultou em uma exigência pela regulamentação do aperfeiçoamento da atividade e formatação na elaboração de roteiros limitando a capacidade de carga para os destinos visitados. Para a autora, foi durante a gestão de João Dória Jr., em 1989, após uma forte crise no setor turístico, que começou uma discussão para melhorar a disposição dos produtos turísticos ofertados no país. A campanha “Passaporte Brasil” objetivou, segundo a autora, a estruturação de novos destinos turísticos, em proposta de trazer a metodologia de planejar o turismo para depois divulgar.

O crescimento, assim como em demais regiões do país, foi iminente e uma análise mais profunda, iniciada na década de 50 e culminando, de fato, com o PRODETUR/NE II. Essa trajetória trouxe inúmeros impactos para região como o modo de financiamento e das operações dos equipamentos de hotelaria, venda de pacotes sem controle ou estudo de capacidade de carga, entrada de redes internacionais, discurso ambiental tardio principalmente em se tratando de recursos naturais, no segmento sol e praia, e a turistificação⁶⁰ nordestina preconizada por megaprojetos de resorts, inspirados em casos internacionais e modelos de urbanização turística do litoral (SILVA, 2011).

O primeiro programa a contemplar ações para o desenvolvimento do turismo no Nordeste acontece devido à industrialização nordestina, através da de Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que se mostrou inadequada como forma de melhorar os índices do produto interno bruto, fazendo com que a atividade turística surgisse como alternativa econômica que melhorasse os desempenhos econômicos, em meados dos anos 1974, através de incentivos fiscais na construção da rede hoteleira⁶¹ (CRUZ, 2003).

Segundo Cruz (2003), em 1980, o Programa de Apoio Regional ao Turismo no Nordeste oferecia linhas de crédito com apoio do Banco do Nordeste para fortalecimento da cadeia produtiva do turismo (agências de viagens, hotéis, transportadoras e outros). Nesse âmbito foram desenvolvidos megaprojetos turísticos, como construções de resorts, orlas, aeroportos e outros.

60 Processo que ocorre em um espaço onde são desenvolvidas modificações estruturais, para que ele seja apropriado para o turismo, com direcionamento das atividades voltada para prática turística, alterando sua configuração em função dos interesses mercadológicos. Cidades passam a ser organizadas não para produção, mas para consumo dos atrativos turísticos (LUCHIARI, 1998, pg. 17).

61- Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974. Reformulada e Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1376.htm, acessada em 20 de julho de 2018.

Mas o desenvolvimento do turismo no Nordeste começa com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento turístico através da descentralização de políticas pelas ações municipais. Foi um período significativo para gestão compartilhada e participativa, que teve como proposta segmentar o setor turístico, exaltando e fortalecendo segmentos como o ecoturismo e turismo cultural. O PNMT possibilitou a formação de multiplicadores e envolvimento com a comunidade.

Mas foi em 2003, com a criação do Ministério do Turismo - Mtur⁶², na primeira gestão do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que houve uma reestruturação da atividade turística no país, e uma reformulação do Plano Nacional do Turismo, o plano previa: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional⁶³. Foi através do PNT, que foi implantado o Macro Programa de Regionalização do Turismo - PRT, que a atividade decolou no Nordeste. (SILVA, 2011).

O Programa de Regionalização do Turismo⁶⁴ tem como objetivo trabalhar a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Mtur, estados, regiões e municípios, com intuito de apoiar a estruturação do destino turístico, a gestão e a promoção turística do/no país.

O Macro Programa atua em uma perspectiva de gestão descentralizada e participativa e integrada. A proposta envolve projetos e programas que têm como objetivos envolver a comunidade, diversificar a oferta, ampliar as oportunidades, qualificar o mercado de trabalho, ampliar o tempo de permanência, dentre outros. Os oito eixos de atuação envolvidos nessa primeira gestão envolviam: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada;

62 A criação do Ministério do Turismo atende diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos. Disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf, acessado em 10 de fevereiro de 2018.

63

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf, acessado em 10 de fevereiro de 2018.

64 <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>, acessado em 12 de fevereiro de 2018.

empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; e monitoramento⁶⁵.

Após o Governo Lula, houve uma reformulação no Governo de Dilma Rousseff que, segundo o site do Mtur, a nova fase do programa compreenderia as seguintes estratégias: mapeamento, que define o território a ser trabalhado, neste caso, o Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo; categorização, que divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo; formação, que prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo; fomento à regionalização, que prevê o apoio financeiro do MTur aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos; comunicação, que engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do Programa, facilitando a interação das ações em prol do desenvolvimento do turismo (SILVA, 2011).

Segundo o site do Mtur, o Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização tem por finalidade articular, sensibilizar e mobilizar a sociedade. Suas ações abarcam a inventariação da oferta turística, a estruturação dos 65 destinos indutores, dentre outros. Foi dentro deste projeto dos 65 destinos indutores que se criaram parâmetros de competitividade entre os destinos, que buscava avaliar infraestrutura, acessibilidade, equipamentos, atrativos turísticos, marketing, monitoramento, políticas públicas regionais, fomento a economia local e princípios de sustentabilidade (SILVA, 2012).

Um marco na política de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro foi o Programa de desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I que, segundo Silva (2011), foi um programa que influenciou a gestão regional aliada à organização do setor e aos crescentes impactos econômicos para o turismo.

Sergipe aparece enquanto uma possibilidade de novo destino já tardiamente, após saturação de destinos de seus estados vizinhos, Alagoas e Bahia. Segundo Silva e Andrade (2011), os primeiros investimentos para o turismo no estado findaram ao final da década de 70, mais precisamente na capital Aracaju, como primeira instância de governança para elaboração de um plano de desenvolvimento turístico e que seguiu premissa do que habitualmente estava sendo investidas ações no Nordeste, o segmento de sol e praia, como os demais estados do Nordeste. Para os autores, Sergipe, devido à pouca atratividade de suas praias, logo foi incorporando novos segmentos como o de eventos, por exemplo. Aracaju, sua

⁶⁵ Disponível em <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br>, acessado em 10 de fevereiro de 2018.

capital, foi a primeira a receber investimentos para setor hoteleiro e construção da orla de Atalaia, localizada no Bairro Atalaia, e que concentra hoje 70% dos empreendimentos turísticos da cidade.

O PRODETUR passou por duas fases distintas, que não iremos descrevê-las, mas exaltar as vantagens de cada uma. Através do PRODETUR I várias cidades da região nordeste, principalmente o litoral, surgiram como alternativa para o desenvolvimento local, com ações que implicavam em construções e reformas de rodovias, fornecimento de energia, saneamento e construção de aeroportos. Mas por motivos de gestão, o PRODETUR I não obteve êxito em suas ações (SILVA, 2012).

Durante o PRODETUR II, Aracaju já aparecia ranking de destinos potenciais para o turismo na lista dos 65 destinos indutores⁶⁶, com apresentação de resultados de competitividades relevantes, nos índices culturais, de eventos e religioso, apresentando boa infraestrutura, que possibilitou um aumento na média geral de competitividade o que gerou possibilidades de investimento para o Estado. Contudo, a ideia era ampliar o nível de investimento que não só favorecesse os destinos indutores, mas destinos no mesmo nível de polarização.

O PRODETUR II engloba uma série de ações nacionais para desenvolvimento local orientado pelo PNT, com objetivo de consolidar a gestão turística das regiões analisadas de modo democrático e sustentável. Para tal, faz-se necessário a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, cabendo o estado nomear um responsável para captação de recursos. Essa segunda fase do programa, o PRODETUR II, buscou organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística. Dentre os estados beneficiados pelo PRODETUR, está justamente o Estado de Sergipe (PDITS, 2012).

O planejamento e a gestão pública no estado contaram com importantes instrumentos de planejamento que propuseram ferramentas como Plano Diretor, Planos de

⁶⁶O Projeto de Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, tem como objetivo induzir o desenvolvimento regional de 65 destinos que apresentam infraestrutura básica e turística, que seja capaz de atrair visitantes para a capital e entorno, através de um estudo de competitividade. (BRASIL, 2012).

Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS das regiões turísticas⁶⁷, Plano Estratégico Estadual do Turismo de Sergipe versão 2009-2014 (SILVA E ANDRADE, 2011).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado Do Turismo Sustentável – PDITS e dados da Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR (2012), nos últimos cinco anos, muitas ações no campo de promoção e divulgação do destino foram feitas a exemplo de investimentos no parque hoteleiro, construção de pontes (ligando a capital ao litoral e demais localidades), reforma de rodovias, ações de marketing, capacitação de mão de obra, sensibilização e monitoramento da atividade, investimento em Sinalização Turística, dentre outros no âmbito do segmento cultural e de natureza.

Essas ações governamentais são importantes para promoção e crescimento de demanda, como demonstram as políticas desenvolvidas em Sergipe. Contudo, são políticas direcionadas a segmentos específicos, mas que auxiliam na execução de práticas seletivas e sensíveis, como é o caso do turismo arqueológico.

Essas novas práticas sociais do turismo demonstram também que o turismo no estado mudou, há uma busca por novos atrativos e experiências. Desta forma, se reconfigurou o mapa do turismo em Sergipe associado a uma necessidade de instituir uma governança que promova do desenvolvimento sociocultural e ambiental, e uma descentralização de ação do poder público e privado. Assim, Sergipe passou a incorporar uma discussão de gestão compartilhada para o turismo local.

O novo documento desenvolvido pelo Mtur, através do PRT⁶⁸, apresentou uma mudança no mapa turístico de Sergipe, o que favoreceu investimentos para o estado, houve uma redução de 75 para 37 municípios que apresentam vocação para o turismo, distribuídos em 5 regiões turísticas e seus municípios contemplados denominados como: Polo dos Coqueirais (Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhý, Brejo Grande, Itaporanga D'Ajuda, Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas); Polo Velho Chico (Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Itabi, Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Propriá e Telha); Polo Serras Sergipanas (Itabaiana, São Domingos, Areia Branca, Carira e

⁶⁷ É um instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão. Deve, portanto, constituir o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico. Disponível em http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Termo_Referencia_PDITS.pdf, acessado em 12 de agosto de 2018.

⁶⁸ Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6461-sergipe-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>, acessado em 10 de fevereiro de 2018.

macambira); Polo Tabuleiros de Sergipe (Carmópolis, Divina Pastora, Japarutuba, Maruim e Nossa Senhora das Dores); Polo Sertão das Águas (Lagarto, Itabaianinha, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba) (PDRS, 2017).

Das regiões apresentadas acima, as que foram contempladas com investimentos do PRODETUR foram o Polo dos Coqueirais e o Polo Velho Chico, por apresentarem estudos de demanda significativa, com fluxo turístico permanente e por aglomerar os principais atrativos do estado.

Segundo Silva e Andrade (2011), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe 2009-2014 (PDSS, 2009) já tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida da comunidade, tornar o estado consolidado e competitivo com os demais destinos. Para os autores, durante esse período de implantação do plano, foram desenvolvidas ações que elevaram a taxa de ocupação e aumento do fluxo turístico, assim como ações de marketing que colocaram Sergipe como um novo destino, contudo a falta de continuidade de ações e a troca de gestões públicas interferiram na consolidação do destino. Os objetivos eram consolidar ou fortalecer a estrutura da gestão pública do turismo; fortalecer as instâncias de governança estadual e regional; garantir o aumento de postos de trabalho no setor; consolidar a imagem de Sergipe no cenário turístico nacional; fortalecer as relações da cadeia produtiva do turismo; diversificar, qualificar, estruturar e promover a oferta de segmentos e roteiros turísticos; e promover a interiorização das operações turísticas, com consequente impacto econômico (SILVA E ANDRADE, 2011).

A consolidação do destino tornou-se uma possibilidade já que, em 2013, foi assinado um contrato entre o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID e PRODETUR, no valor de 100 milhões de dólares, para serem investidos em Sergipe até 2018. As áreas priorizadas foram: Polo dos Coqueirais e Polo Velho Chico. Segundo o então coordenador na época da assinatura do contrato, o turismólogo e professor da Universidade Federal de Sergipe, Msc. Joab Almeida, a matriz de investimentos ficou configurada em cinco tópicos que agrupavam ações e obras a serem desenvolvidas⁶⁹.

Quadro 6 – Ações e Obras em Sergipe – PRODETUR/SE

Estratégia dos Produtos Turísticos	Sinalização dos Museus de São Cristóvão e Laranjeiras; complementação da sinalização turística da cidade Aracaju; reforma do Cacique Chá, da rodovia Santa Luzia- Crasto e da rodovia Convento- Pontal em Indiaroba; fortalecimento institucional da Emsetur – Empresa Sergipana de Turismo, da Setur –
------------------------------------	---

⁶⁹ Disponível em <http://jornal-contexto.blogspot.com/2012/07/prodetur-promessa-de-novos.html>, acessado em 18 de maio de 2018.

	Secretaria de Turismo e da unidade de coordenação do Prodetur; revitalização dos equipamentos turísticos.
Estratégia de comercialização	Execução de um plano de marketing durante o período de execução do programa
Fortalecimento Institucional	Apoio aos municípios na elaboração de planos de gestão municipal do turismo; elaboração de planos diretores; implantação de sistema de informações turísticas continuadas (inventário da oferta turística, pesquisa de demanda e de oferta).
Infraestrutura	Construção de atracadouros nos municípios ribeirinhos da área do São Francisco; implementação do sistema de esgotamento sanitário nas localidades deficientes; construção e recuperação de orlas; complementação da rodovia SE-100 Norte (interligação de Pirambu - Brejo Grande) com um trecho de estrada parque (que viabiliza equipamentos como mirantes, passagem subterrânea e aérea de animais).
Gestão Ambiental	Elaboração de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais.

Fonte: Jornal Contexto, 2012.

Para desenvolvimento da modalidade do turismo arqueológico em Sergipe é preciso promover o desenvolvimento endógeno, utilizar as ferramentas e elementos potenciais, dentro da legalidade, como o *savoir-faire*⁷⁰, em propostas de estabelecer sistemas de relações e recursos próprios para melhoria da vida da comunidade como todo (TOMAZZONI, 2009).

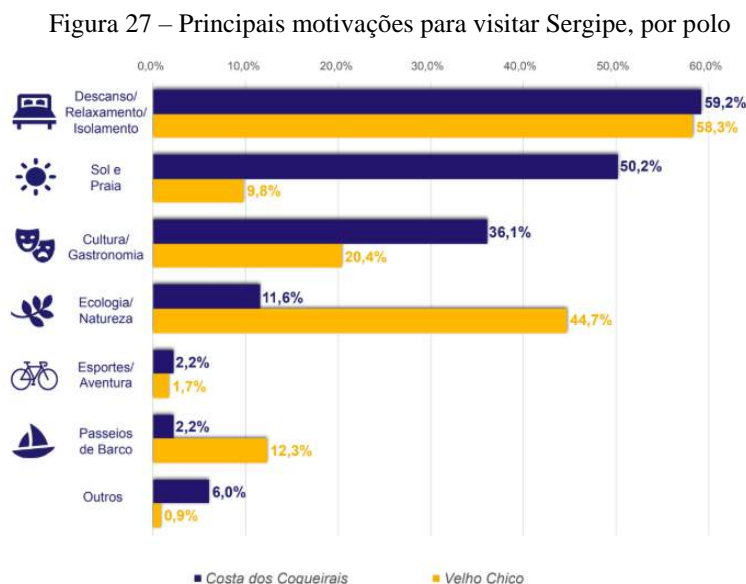
No entanto, a falta de modelos viáveis estruturados são problemas recorrentes e observados no uso turístico em sítios arqueológicos, decorrente de uma análise e diagnóstico preciso acerca da viabilização da composição de roteiros turísticos em sítios arqueológicos, que gere desenvolvimento local e regional. A utilização turística do patrimônio arqueológico assegurada nos Estudos de Impacto Ambiental e a percepção dos profissionais da arqueologia complementam a problemática que traz uma visão romântica de que o turismo seria simples mecanismo mitigador.

Segundo Funari (2003), Manzato (2005) e Scatamacchia (2005), a arqueologia Brasileira ainda não trata com a devida intensidade da utilização e visitas de sítios arqueológicos para o turismo e em consequências muitas áreas e locais onde estes se inserem acabam sendo objeto de destinos turísticos, como Sergipe, sem devidos controles técnicos essenciais à preservação e/ou conservação. Conforme esses autores, não só a literatura como também a atuação de cientistas é tímida na utilização destes sítios para o turismo.

⁷⁰ *Savoir fare* – termo de origem francesa para designar conhecimento processual, o “saber-fazer”.

Mesmo não consolidado como destino turístico, Sergipe vem se destacando como novo destino e paulatinamente sendo incorporado nos roteiros em circuitos turísticos nacionais, dentro dos segmentos de turismo cultural, de eventos, sol e praia e de natureza. O turismo praticado em Sergipe, embora sem muitas ações desenvolvidas, recorre à necessidade de políticas e atividades contínuas para que este possa ser compreendido como destino turístico e inserido no circuito nacional e internacional.

A procura por novos roteiros, modelos e segmentos turísticos no estado vêm ganhando espaço nas discussões acadêmicas e comerciais. Uma pesquisa desenvolvida pelo Governo do Estado nos polos turísticos Velho Chico e Coqueirais e aplicada pela FGV e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) (2018) apontou novas motivações para Sergipe, como demonstra a figura 27.



Fonte: Caracterização da demanda turística de Sergipe (2018).

Esse demonstrativo representa inúmeras possibilidades dentro de cada segmento, mas também traz reflexões sobre o que foi mencionado nesse estudo. Levando em consideração a metodologia adotada nessa pesquisa, abordagem em atrativos turísticos e em feriados prolongados, o que nos levaria a indagar que nem todos os atrativos turísticos são divulgados e priorizados no contexto empresarial. O turismo arqueológico, se conhecido, poderia estar incorporado em quase todos esses segmentos, pois apresenta cunho educativo, contemplativo, de natureza, gastronômico, além do tradicionalmente cultural.

Contudo, um dos entraves para desenvolvimento desta nova modalidade é falta de diálogo, é a evidência do desconhecimento do turismo sobre a arqueologia e pela ausência de

documentação disponível sobre os patrimônios e bens arqueológicos, aspecto que dificulta a adoção de diretrizes objetivas e efetivas contribuindo para a falta de políticas para o setor.

É neste contexto que o Arqueoturismo se destaca. Ele aparece como um instrumento capaz de proteger, promover e potencializar o patrimônio arqueológico, além de possibilitar conhecimento ao visitante e “experiências mais autênticas e genuínas, passando do ter para ser” (BENI, 2003, pg.25).

Nos dois campos há falhas na execução de políticas que direcionem ações cooperativas que viabilizem a visitação pautada na conservação duradoura destes bens, contudo, é através de estudos como esse, que poderemos pensar em discussões, construção de banco de dados, ações mais direcionadas a um modelo de gestão que compatibilize com a autenticidade do patrimônio a ser compartilhado, uma vez que este é um instrumento de construção da memória coletiva de uma localidade.

No campo da Arqueologia, o estado de Sergipe abriga atualmente um dos mais representativos centros de pesquisa em Arqueologia do país, favorecendo a expansão das pesquisas arqueológicas no local nos próximos anos com pesquisas voltadas para as linhas de atuação em bioarqueologia, arqueologia em ambientes aquáticos, arqueologia teórica, arqueologia da paisagem, arqueologia histórica e pré-histórica, dentre outros. São 237 sítios cadastrados pelo IPHAN/SE em diversos municípios como Canindé de São Francisco, Gararu, Laranjeiras, São Cristóvão e outros. O centro de pesquisa conta com cursos de graduação, pós-graduação *scripto sensu*, promovidos pela Universidade Federal de Sergipe, localizado no campus do município de Laranjeiras, além do Museu de Arqueologia de Xingó, do Homem Sergipano (encontra-se fechado) e Museu Histórico de Sergipe, localizado na capital, Aracaju. Com base nos levantamentos do acervo arqueológico das escavações já realizadas no estado, é possível constatar um vasto material representativo da história de Sergipe.

Muitas pesquisas no campo da arqueologia em Sergipe vêm apresentando um patrimônio rico em vestígios materiais e sítios arqueológicos. O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade divulgou a descoberta de 17 sítios na reserva Biológica Santa Isabel - Rebio, localizada no município de Pirambu ¹, decorrente do programa de Prospecção Arqueológica na área de implantação da Rodovia SE-100. A maior parte dos sítios é de origem indígena e resulta na história das ocupações em todo litoral norte de Sergipe, onde grupos partilhavam das mesmas estratégias de exploração do meio ambiente no litoral e habitavam o espaço que hoje compõem o ambiente natural da Rebio de Santa Isabel. O fato aumenta ainda mais a

importância de conservação da área e proteção ambiental possibilitando futuras pesquisas e visitas.

Segundo o Prof. Dr. Albérico Nogueira, do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, ainda existem vestígios arqueológicos, evidenciados em visitas técnicas que fizemos na Floresta Nacional do Ibura (FLONA-IBURA) no município de Nossa Senhora do Socorro, que também se encontra sob responsabilidade do ICMBio. No Plano Diretor da FLONA-Ibura foi delimitada uma área, denominada como “Corredor Cultural”, onde poderiam ser empreendidos trabalhos arqueológicos e talvez fosse possível a implantação de um “sítio-escola” para a área, contudo o descaso e abandono da localidade há alguns anos, até o presente momento, não propiciou o desenvolvimento dessas atividades.

Contudo, ainda há pouca discussão sobre essa prática do turismo arqueológico no estado, talvez porque há também pouca visibilidade das pesquisas acadêmicas acerca dos arqueólogos no Nordeste, exceto o caso apresentado nesta tese da Serra da Capivara, e pela promoção do segmento sol e praia, dito como o principal segmento. Para Santos (2007), essa escassez de literatura, que elabore um diagnóstico de turismo arqueológico no Brasil, parte da análise de duas categorias: os modelos estruturados e não estruturados. Para o autor, os modelos estruturados estão mais relacionados aos que seguem as premissas do licenciamento ambiental (para obras e empreendimentos turísticos), e/ou como justificativa para restauração para monumentos históricos culturais, mas que passam a ser inseridos no contexto da mercantilização do patrimônio. Estão neste grupo também os pacotes comercializados por empresas de receptivo que seguem critérios para elaboração de trilhas e roteiros mais sustentáveis, apresentando manual de boas práticas e ações normatizadas por órgãos ambientais, mas ainda sim são poucos. Estes seguem o mínimo de normas necessárias à prática do arqueoturismo, como constantes pesquisas sobre o patrimônio arqueológico, monitoramento das atividades desenvolvidas nos sítios abertos à visitação turística, organização e disposição do acervo e roteiros garantindo as informações necessárias para conservação dos bens, ações de educação ambiental e patrimonial.

Na segunda categoria de modelos não estruturados encontram-se os casos que não atendem a nenhum critério específico e que infelizmente são praticados na maioria dos casos no Nordeste (SANTOS, 2007). Bezerra (pg. 15, 2012) afirma que “a sacralização do conhecimento acadêmico, falta de debates sobre as conexões entre economia e cultura e a indiferença em relação à divulgação da Arqueologia para o grande público” apontam para as causas deste processo ser tímido e incipiente. E seria possível igualmente acrescentar a

questão da falta da divulgação do turismo arqueológico para a sociedade e comunidades envolvidas.

Os países que trabalham o turismo arqueológico se instrumentalizam de grandes monumentos, o que chama a atenção nessa cultura ocularcentrista, como Grécia, Itália, e Egito, que possuem grandes monumentos classificados como sítios. Mas como demonstramos no caso de estudo da França, pequenos vilarejos com um acervo fruto da reconstrução de sua história, pequena aos olhos “pequenos”, mas grande em termos de monumentalidade e história, o que só ratifica que o que se vende no turismo de massa são para encher os olhos, mas não para encher a mente de lembranças e experiências.

Nesse contexto, no entendimento da promoção de destinos pequenos, geograficamente falando, embora não consolidado enquanto destino turístico, Sergipe, mesmo não possuindo um modelo estruturado voltado para prática do turismo arqueológico, vem apresentando destaque na sua monumentalidade, seja através de suas cidades ribeirinhas e históricas, que desenvolvem pesquisas dentro da abordagem da arqueologia pré-histórica, com a arte rupestre descrevendo a história de formação dos povos que passaram pela sua região e deixaram rastros de histórias, que ajudam a compreender todo um contexto de pesquisas arqueológicas, paleontológicas, biológicas, ambientais, culturais, sociais e turísticas; seja na abordagem da discussão da arqueologia histórica, urbana e pública que propõe uma nova epistemologia para as pesquisas em Sergipe.

É possível observar ações desenvolvidas que sinalizam para contribuições para prática do turismo arqueológico sustentável no estado como a sinalização dos Museus de São Cristóvão, fortalecimento institucional da EMSETUR, da Secretaria do Estado de Turismo – SETUR e demais órgãos envolvidos, revitalização dos equipamentos turísticos, execução de um plano de marketing durante o período de execução do programa, apoio aos municípios na elaboração de planos de gestão municipal do turismo; elaboração de planos diretores; implantação de sistema de informações turísticas continuadas (inventário da oferta turística, pesquisa de demanda e de oferta); construção de atracadouros nos municípios ribeirinhos da área do São Francisco; elaboração de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais, resultado de uma recente pesquisa de caracterização de demanda turística, apresentada em outubro de 2018, onde os dados levantados são resultados da Elaboração de Estudos de Mercado e Estratégias de Produtos e Circuitos Histórico-Culturais e Ecoturísticos nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, como parte das ações de investimentos do PRODETUR em Sergipe, fruto da parceria do Governo do Estado, Fundação Getúlio Vargas – FGV e Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI (PDITS, 2012).

Essas ações estavam previstas no Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe - PDRS (2017), que ainda prevê ações voltadas para o setor de turismo que favorece o desenvolvimento da modalidade, como atualização dos PDITS Polo Velho Chico e Coqueirais, criação de novos roteiros históricos intermunicipais, projetos de sinalização turística, projetos de manutenção dos monumentos históricos, implantação de equipamentos como museu do cangaço em Canindé de São Francisco, construção de atracadouros em São Cristóvão, dentre outros (PDRS, 2017).

Uma das constatações iniciais deste estudo é de que não há modelo estruturado para práticas turísticas em sítios arqueológicos em Sergipe, como já afirmamos, uma vez que a própria atividade turística ainda está se estruturando, mas a premissa deste trabalho acredita no desenvolvimento endógeno da atividade turística para com a arqueologia. Tomazzoni (2009) aponta esse tipo de desenvolvimento como um processo em construção liderado pela comunidade e pelos atores envolvidos.

O artigo intitulado “Cemitério dos Náufragos: uma Proposta de Arqueologia Histórica em Sergipe” relatou um estudo no Cemitério dos Náufragos, em Aracaju, considerado patrimônio histórico pelo Decreto nº 2.571/1973. O estudo mostrou a história do torpedeamento da costa pelo submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, onde com os destroços encontrados buscou salvaguardar este espaço e analisar sua importância social para as comunidades circunvizinhas. Esse seria uma das muitas possibilidades de trabalhar a memória social, através da prática do arqueoturismo. Um fato praticamente desconhecido pela população local (MELLO E CERQUEIRA, 2012).

Poirrier (2015) ressalta o turismo de memórias, explicitado nesta tese no estudo de caso francês, e aponta que é preciso ter a noção das heranças deixadas, em um sentido amplo, inserido na esfera pública. O autor indica o papel essencial no envolvimento dessas relações sociais para formação da memória coletiva de uma sociedade, como sentimento de “emoção patrimonial”, descreve o autor, um fenômeno social, menos elitista, um manifesto da democracia cultural. Formas coletivas de apego ao passado não podem, portanto, ser apreendidas através das únicas categorias de ação pública e sua compreensão requer a perspectiva histórica de práticas que articulam todos os níveis do social (POIRRIER, 2015).

Outra possibilidade são as práticas do turismo arqueológico subaquático, que no estado poderia ser desenvolvido pelo crivo do turismo de memórias, ou através das práticas subaquáticas. Rambelli (2008), afirma que a arqueologia subaquática é uma ramificação da arqueologia, seguindo o mesmo propósito de estudos dos restos de naufrágios marítimos, estudando todos os testemunhos materiais de atividades humanas, só que submersos.

Para Rambelli (2008), é preciso cuidado ao desenvolver práticas em ambientes aquáticos, que embora chame a atenção dos curiosos, que equivocadamente entendem esse estudo como “caça ao tesouro”, requer técnicas e metodologia aplicada. Para tal, o autor aponta que um mergulhador precisa ter uma formação em educação patrimonial e ser profissional da área da arqueologia para manipulação da cultura material inserida nesse contexto.

Outro artigo, intitulado “O Patrimônio Arqueológico em Sergipe referente ao período da Segunda Guerra Mundial”, ressalta o valor histórico do Cemitério dos Náufragos, mas também relata a possibilidades de estudos dos navios afundados na costa sergipana na época da Segunda Guerra Mundial. O que poderia compor outro roteiro de turismo arqueológico subaquático, como ocorre em países já consolidados para o turismo como em Cabo Verde, Espanha, Portugal e até no Brasil. E também conforme apresentado no caso de estudo sobre a França, é possível que verificar a potencialidade deste artigo para o turismo de memória, sensibilizando moradores e visitantes para as consequências dos grandes conflitos das guerras e atos de batalha, para uma prática voltada à meditação induzindo a memória do passado com possibilidade de honrar aqueles envolvidos nesses conflitos, que lutaram e batalharam por um objetivo que moldam a história nacional (ROSA e RAMBELLI, 2011).

Abadia (2014) aponta outro destino em Sergipe para práticas arqueoturísticas, a cidade histórica de Laranjeiras. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Arqueologia Pública, Comunidade e Turismo: Possibilidades para o Desenvolvimento do Arqueoturismo em Laranjeiras/SE”, a necessidade do envolvimento do público acerca da existência do patrimônio arqueológico, analisou as potencialidades da cidade de laranjeiras para a prática e constatou que é preciso investir mais em segurança na cidade, os visitantes e moradores demonstraram interesse na prática do arqueoturismo, mesmo não conhecendo bem o que seria arqueologia (ABADIA, 2014). A autora ainda relatou a falta de interesse dos gestores e empresários em desenvolver o turismo arqueológico na região, mesmo se tratando de uma cidade histórica. E advertiu que é preciso critérios para a utilização turística de forma controlada dos sítios arqueológicos com vistas a sua conservação (ABADIA, 2014).

São atividades que se inserem em turismo contemporâneo, de experiência, havendo uma multiplicidade de cenários, em diversos setores e atividades distintas, motivadas por demanda e ofertas volantes, abstrata às mudanças, e que muitas vezes são paralelas, para tal a compreensão do fenômeno no ambiente o qual sua motivação está inserida.

Vale ressaltar que, segundo Gonzales (1993), nem todo sítio arqueológico pode ser enquadrado com vocação turística, é preciso primeiro uma avaliação e estudo para saber se

podem receber visitantes. Para o autor, a análise pode partir da característica de cada sítio, tanto quanto cronologicamente (por períodos paleolítico, neolítico, idade do bronze e outros), pela sua funcionalidade (sítio habitação, cemitério, ritual e outros), por posições geográficas (ar livre, grutas, de montanha, e outros) e outras tipologias. Partindo dessa condição, deve-se verificar a viabilidade de visitação e usos com parcimônia e planejamento.

São muitas possibilidades de diálogos que essas duas ciências podem atingir, contudo é preciso compreender a complexidade da gestão do patrimônio arqueológico, sua atuação e o papel nas diferentes modalidades que ele possa ser inserido, observar sua estrutura e ações já desenvolvidas. Para Pardi (2002), uma vez definido o campo de atuação, se analise sua exequibilidade em real dimensão, em uma responsabilidade entre governo e cidadão e acadêmicos, o que é um dos grandes obstáculos. Neste âmbito, é necessário que o turismo e arqueologia já estejam conversando entre si, uma vez que as visitas já estejam ocorrendo e sendo realizadas voltadas para exploração turística, no sentido mais amplo da palavra e sem dialogo.

Um dos instrumentos que auxiliou na análise desta tese foi o Plano De Desenvolvimento Integrado Do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Velho Chico, que representa um documento que orienta o crescimento do turismo em bases sustentáveis, através de suas características socioculturais e ambientais, identificando a potencialidade da região estudada. Outros instrumentos utilizados foram a pesquisa de demanda e avaliação ambiental, ambos elaborados através de verbas do PRODETUR, assim como pesquisa de campo e aplicação de entrevistas. Coletados os dados, aplicaram-se as etapas de construção de cenários adaptados para a prática turística em sítios arqueológicos no município de Canindé de São Francisco.

Espera-se que este capítulo possa trazer uma reflexão, dentre outros fatores, para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade local, enquanto ideia de pertencimento, propor ações que reforcem a identidade local, que ainda é um grande desafio local, uma vez que embarra na questão de uma possível falta de interesse ou a falta do conhecimento acerca dos elementos que identificam a cultura sergipana, difundir a identidade sergipana como parte central, em contato com a materialidade nela inserida, que possa promover a discussão através de seus bens identitários, enquanto elementos singulares, reforçando o reconhecimento pela sua cultura e desta forma promover a chamada sergipanidade e o turismo local.

5.1. PRIMEIRO CENÁRIO: CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO

Buscar discutir turismo e arqueologia como forma de desenvolver planos e projetos para desenvolvimento local sustentável em Canindé de São Francisco abre possibilidades de ações participativas de autogestão dos processos de trabalho, com definições de estratégias de forma a gerar uma memória coletiva, como movimento de reprodução da vida, de forma a satisfazer e envolver moradores e turistas, exprimir a racionalidade desleal na alocação de recursos/atrativos turísticos que já são envolvidos em uma dinâmica econômica tradicional.

Através da rota do sertão pela BR 101/SE, localizada no Alto Sertão Sergipano, chega-se a Canindé de São Francisco, com uma área, segundo o IBGE (2017), de 901.094 km², e a 213 km da capital sergipana, Aracaju. Segundo dados do IBGE (2010), com uma população estimada em 24.686 habitantes, o município vem assumindo uma posição de destaque no turismo e na arqueologia.

No turismo, compõe um dos 17 municípios pertencentes ao polo Velho Chico, e único que vem se desenvolvendo para o turismo, por apresentar recursos naturais, históricos e culturais de grande significado.

Figura 28 – Mapa Polo Turístico Velho Chico



Fonte: PDITS do Polo Velho Chico, 2012.

Um fator que favorece a consolidação para o turismo, é que tal município apresenta uma tríplice fronteira com os estados da Bahia (Paulo Afonso) e Alagoas (Delmiro Gouveia,

Piranhas), caracterizados como região de Xingó. Além de sua paisagem natural, se destaca pelo bioma da caatinga, marcante pela fauna e flora, de caráter heterogêneo e exótico, que ressaltam a paisagem sertaneja. Além do seu bioma, outro aspecto natural são suas águas navegáveis, sob paisagem fluvial, está o principal atrativo turístico de Canindé de São Francisco, os Cânions de Xingó.

Integra-se à paisagem cultural e aspectos históricos a do sertanejo e história do Cangaço⁷¹, ratificam a identidade local. O cangaço⁷² está entre um dos atrativos culturais e históricos mais significativos, que percorre todo o sertão sergipano. Nas proximidades do município está a cidade de Poço Redondo, cenário de luta do cangaço e local da morte do líder do cangaço na região, lampião.

Foto 23 – Símbolos do Cangaço em Canindé de São Francisco



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Canindé de São Francisco compõe um desses representativos cenários arqueológicos de registros rupestres, características da tradição Nordeste, a mais antiga das tradições que, segundo Martín (1997), indica uma riqueza temática e representação do mundo simbólico e

71 A terminologia “cangaço” surgiu do hábito de os antigos bandoleiros se sobrecarregarem de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros, à feição de uma canga de jungir bois, quer dizer que estes indivíduos andavam debaixo do cangaço, isto é, de uma canga metálica, feita de aço. Daí a expressão usada por Euclides, em “Os Sertões”, ao dizer que alguns indivíduos: “vinham debaixo do cangaço” (portal estoriasehistoria, 2014).

72 O cangaço abrangência a região semiárida do nordeste brasileiro, e compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

mítico, que permite identificar sua dispersão e significados. Aquém de um potencial voltado para o turismo e composto de muitos atrativos culturais, históricos e naturais.

Figura 29 – Potencialidades e Atrativos Turísticos Polo Velho Chico



Fonte: Plano de Desenvolvimento do Território, (2008).

O município abriga hoje, segundo o Iphan/SE, cerca de 3373 sítios arqueológicos, mas nem todos apresentando atratividade e condições para visitação turística. Para esse estudo, os sítios escolhidos foram de arte rupestre, Vale dos Mestres I, II, III, Sítios Rupestres Fazenda Mundo Novo e Museu de Arqueológico de Xingó - MAX, por entender que possuem maiores condições de receber visitantes sem que haja impactos negativos aos bens arqueológicos, assim como o Museu de Arqueologia Xingó - MAX, que abriga um grande acervo de cultura material das pesquisas dos demais sítios arqueológicos do estado.

Para a técnica do Iphan/SE, a arqueóloga Beijanizy Abadia, Canindé de São Francisco está em pleno desenvolvimento turístico mas voltado para o turismo de massa, o que preocupa o monitoramento das ações do Iphan, embora acredite que há viabilidade da prática do turismo arqueológico e onde, diferente de São Cristóvão, há uma possibilidade de diálogo maior entre o turismo e a arqueologia, em virtude do projeto “Opará Coletivo”, que visa gerar a renda a comunidades que trabalham nas pedreiras, com oficinas de educação patrimonial. Mas a arqueóloga adverte que as práticas devem obedecer às normativas de preservação do patrimônio arqueológico na região, e que poderia ser integrado com outros sítios que

compõem a região. A técnica ressalta que é importante um olhar mais sensível para os sítios de registros rupestres com ações voltadas para arqueologia pública.

Contudo, para Alves (2015), em seu artigo intitulado “Turismo de Experiência e Economia Solidária: Uma Análise para Desenvolvimento Local em Canindé de São Francisco –SE”, apresentado no I Congresso Internacional de Economia Solidária e Popular e Desenvolvimento Local – Diálogos Brasil e Cuba, como parte dos estudos desta tese, aponta como uma das soluções para fortalecimento da modalidade de turismo arqueológico no município através de ações sociais, seria encontrar um consenso sobre o que, quem e como se responder aos anseios da comunidade local em relação ao seu bem-estar, como coletividade. Apontamos outra questão do que devemos fazer coletivamente – e não individualmente – para que as ações sociais resultem do envolvimento tanto da motivação individual para uma ética mais sustentável, constitutiva da coesão social, quanto da garantia da “responsividade” do Estado face aos cidadãos.

Para o turismólogo, guia de turismo e assistente da Secretaria de Turismo, residente de Canindé de São Francisco, Carlos Moisés de Lima:

“O turismo em Canindé de São Francisco, tem crescido cada vez mais, seja no fluxo turístico ou em número de abertura de empreendimento turístico, no entanto falta planejamento e organização do trade turístico local, que possa ofertar um turismo mais qualificado e que promova o desenvolvimento local, existe alguns atrativos consolidados, mais é preciso aumentar a diversificação e oferta turística, bem como inserir a comunidade e atores do trade no processo de planejamento”.

Desenvolver uma economia mais incluyente, solidária onde todos que trabalham possam se sentir donos dos meios de produção, não somente por valor material, mas na premissa de preservação dos seus bens patrimoniais, sociais, culturais e ambientais é responsabilidade de todos e pertencentes a todos, dentro de um modelo de autogestão sustentável que promova o emponderamento da comunidade sobre seus bens arqueológicos na perspectiva do desenvolvimento do turismo arqueológico através de habilidades de aprender a conhecer, a fazer e conviver. Essa é a proposta para Canindé de São Francisco.

5.1.1. Contexto Histórico

“O meu caminho eu escolho, tirando o cisco do olho, enxergo longe, me arrisco. Sou como o Rio São Francisco.”

Moraes Moreira.

Para Martin (1997), o Rio São Francisco é o mais importante do Nordeste, e sempre teve importância na vida regional das comunidades ribeirinhas. Conhecido como rio de planalto, nasce em Minas Gerais e sua foz está entre os estados de Alagoas e Sergipe. Sua representatividade vai desde o tempo de colonização até os dias atuais.

Martin (1997), sugere que o rio sempre foi um centro de atração e caminho natural de grupos pré-coloniais que habitaram na região, comprovados através dos primeiros registros dos missionários e aventureiros que colonizaram a região. Para a autora, essa premissa é apoiada por três fatores: relatos dos missionários, os primeiros trabalhos dos etnólogos e os resultados das pesquisas arqueológicas a partir das missões de salvamento apoiadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, nas construções das usinas de Xingó, Sobradinho e Itaparica. O período de colonização e construção dessas usinas trouxe benefícios para ciência arqueológica, mas trouxe também muitos desastres ambientais e sociais para as comunidades ribeirinhas que viviam na região.

Canindé de São Francisco foi uma dessas comunidades pesqueiras que se desenvolveu às margens do Rio São Francisco e ao longo do seu histórico teve perdas e ganhos para conseguir se tornar independente. Inicialmente chamada de Canindé, fazia parte de uma sesmária concedida a uma família baiana, através de uma doação pelo então governador de Pernambuco D. João de Souza, passado posteriormente ao Morgado de Porto da Folha, nos tempos do Brasil Colonial. A chegada do Curtume Canindé, uma parceria entre investidores da região, foi o primeiro passo para povoação e desenvolvimento do município, passando a atrair inúmeros trabalhadores para a região (IBGE, 2012)⁷⁴.

As críticas e análises feitas a partir de um fato histórico remetem ao fortalecimento da memória coletiva da comunidade, provoca um reconhecimento das realidades históricas ocorridas em um dado período, assim nascem as representações.

⁷⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/caninde-de-sao-francisco/historico>, acessado 03 de março de 2018.

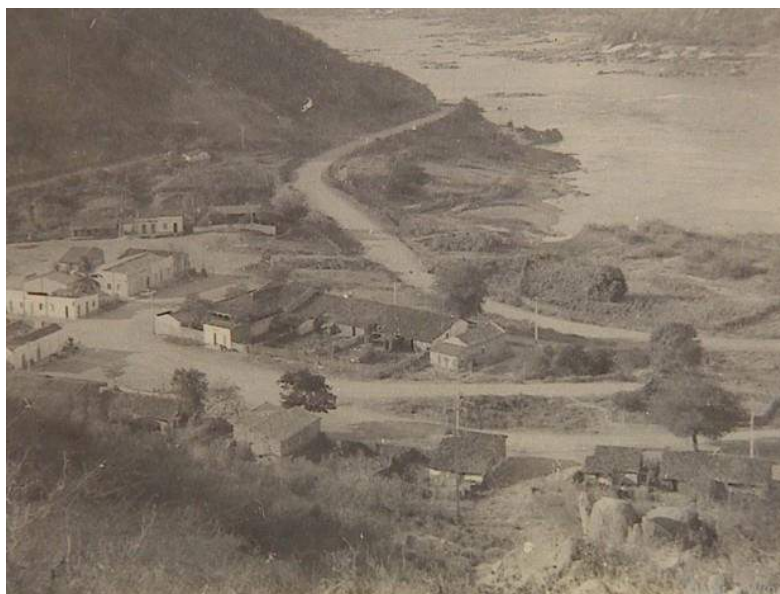
Murta e Goodey (2002) ratificam que para geração da experiência, se faz necessário acrescentar valor que realcem a história do local. É a ponte para facilitação da interpretação dos seus bens patrimoniais, e assim inspirar novas atitudes.

Dessa forma, unir a história do local e a memória de fatos históricos, permite a identificação com o que foi construído por um grupo de pessoas, caracterizando um povo, tornando-os comunidade. Uma das motivações para este estudo está na emergência da memória, para preservação dos bens.

É possível compreender que a cidade teve sua identidade construída a partir das relações de poder, com pouca participação, o que dificulta a aplicação de uma metodologia interpretativa do patrimônio.

Morgado do município de Porto da Folha, Canindé de São Francisco possui em sua história acontecimentos que dificultaram o fortalecimento de sua identidade. A cidade sempre teve dois lados no que diz respeito a divisão da cidade, desde o período colonial faz referência a “Canindé de Cima”, Canindé de Baixo”. No período de sua emancipação havia o curtume na “Canindé de Cima”, e a população ribeirinha na Canindé de Baixo”, às margens do rio.

Figura 30 – Canindé de Baixo – Canindé de São Francisco Velha



Fonte: TV SERGIPE, 2010.

A cidade, hoje, está representada pela “Nova Canindé de São Francisco” e a “Velha Canindé de São Francisco”, e está entre as colinas e vegetação da caatinga, inserida na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e dividida temporalmente em antes e depois da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Hoje é possível verificar, ainda, essa percepção de moradores pela retórica da divisão da cidade, alguns falam que a nova cidade perdeu a característica cabocla. Durante a realização das oficinas, e durante a pesquisa de campo, foram entrevistados trinta moradores da região, em uma amostra não probabilística, utilizando as categorias de análise de Tapachai e Waryszak, sobre a percepção da cidade e memória sobre a Canindé de São Francisco, e eles relataram:

Quadro 7 – O que mais lembra a cidade de Canindé de São Francisco? Como era a cidade antigamente?

Categoria Emocional	Respostas
O Rio São Francisco/ os banhos de rios/ Uma cidade tranquila	10
A velha Canindé tinha poucas casas/todos se conheciam/ Os amigos/ A família/ Das conversas na porta de casa	07
Que não havia violência/ Todo mundo podia ficar na porta de casa/ Não tinha briga/	07
Das festas/ Das serestas/ Das conversas na rua	05
Para mim sempre foi oportunidade de vida/	01

Fonte: Dados Coletados pela Autora

Observou-se que dos entrevistados, os mais jovens falam das recordações dos pais, ou de outros parentes que comentavam sobre a cidade, mas não demonstravam conhecer a própria história. Um ponto em destaque foram as recordações referentes à ligação forte com o Rio São Francisco, “quando não estou no celular, vou tomar banho de rio”, “minha mãe gosta muito da cidade, mas gostava quando ficava mais próxima do rio”, “uma das nossas diversões é nadar no rio”, dentre outras. O Rio São Francisco durante muito tempo foi considerado um dos grandes veículos de penetração e permanência de povos pré-coloniais, datado de pelo menos 10 mil anos e nunca deixou de ser um elo importante para população.

Já os mais idosos sentiam-se mais saudosos ao falar da antiga cidade, relatavam mais sobre segurança e festividades. Em uma das entrevistas a uma moradora antiga da cidade, ela também relatou que lembra com detalhes da transferência da cidade por conta da construção da usina, na década de 80. Segundo ela, “*foi uma época difícil para todos na cidade, pois o prefeito foi o primeiro a mudar para Canindé de Cima, e muitas coisas foram para lá como a escola, a gente tinha que subir para aula e depois voltar para baixo, até quando todos conseguiram ir para aqui para cima*”. É importante considerar a representatividade do rio para a toda a população, em específico para os mais idosos. Mas o que se pôde ser observado é a dificuldade de trazer recordações por parte da população, as lembranças mais relatadas dizem respeito aos recursos naturais e culturais. Mas nenhuma remete às pinturas rupestres ou

até mesmo a arqueologia, um dado no mínimo curioso já que a cidade abriga o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX.

A cidade é repleta de espaços de memórias. Para Gastal (2002, pg. 77), “o lugar de memória pode contribuir para ampliação de critérios da inventariação de atrativos que possam ser utilizados pelo turismo ou por outra atividade, se estiver referindo às manifestações culturais”.

Foi através de uma excursão entre Aracaju e Xingó, que se iniciam as possibilidades de estudos arqueológicos, percebidas ao longo de um transecto que abrangia todo o corpo territorial do Estado de Sergipe, através da planície costeira, até percorrer os espaços dos baixos sertões até Canindé São Francisco (AB’SABER, 1997). Para o autor essa região foi de suma importância para os avanços de estudos da ocupação da presença humana nessa região, o que ele ressalta que poderia-se afirmar que os primeiros grupos tardios se sedentarizaram nos terraços fluviais areno – siltico argiloso nas áreas de Xingó que envolve Paulo Afonso e Piranhas. Para Ab’Sáber (1997), a intercomunicação por águas entre grupos vizinhos, de procedência étnica e cultural, apresentava comportamento pacífico, analisados sob os vestígios líticos e artefatos associados ao cotidiano de uma vida tranquila.

De acordo com os dados que possuímos na atualidade, os primeiros habitantes de Xingó chegaram na região por volta do oitavo milênio B.P., tratando-se provavelmente de grupos caçadores-coletores, que ocuparam áreas que hoje são identificadas como terraços, atraídos pela fartura de um dos bens essenciais à sobrevivência de qualquer ser vivo: a água. Segundo Ab’Saber, esses grupos encontraram uma paisagem muito semelhante à atual, ou inclusive mais seca, e com certeza toda a exuberância do grande rio foi um convite à sua permanência, fornecendo-lhes não só a água, mas também a opção de alimento durante praticamente todo o ano. Uma das primeiras questões que se coloca é, sem dúvida: de onde vieram essas populações? Teriam cruzado as enormes áreas de caatingas, adentrando-se por regiões para eles, ao menos na nossa visão, pouco amistosas e desconhecidas, numa aventura intrigante e perigosa, ou ali chegaram pelos próprios caminhos do grande rio, pela desembocadura ou descendo desde as suas nascentes? (RELATÓRIO FINAL DO PAX, 1998).

O relato permite uma melhor compreensão dos poucos que conhecem a história da cidade, a história da Canindé Velha e o que foi retirado dela, tampouco que grupos pré-coloniais habitaram aquela região deixando registros bem significativos.

5.1.2. Arqueologia Pré-Colonial e Pública no Sertão Sergipano.

Para Prous (1992), a arte rupestre são representações que evocam uma tentativa de comunicação, ações e rituais que retratam um cotidiano ainda sem tantas respostas, mas que são expressões estéticas de povos passados.

Sob o escudo de arte rupestre entendem-se todas as inscrições, pinturas ou gravuras deixadas pelos humanos em suportes fixos de pedra, ou seja, em rochas. O termo rupestre vem do latim *rupes-is*, que significa rochedo. Elas são obras imobiliárias, não podendo ser removidas do local onde foram feitas tendo sido gravadas nas paredes e tetos de abrigos nas cavernas ou ao ar livre. Foram feitas pelos primeiros artistas e artesãos, há milhares de anos atrás. Na Europa, observa-se há mais de 35 mil anos, já no Brasil as mais antigas foram enquadradas numa cronologia próxima dos 30 mil anos, com a possibilidade de passar dos 40 mil, como observa Solange Bastos, para a Toca da Sebastiana, em São Raimundo Nonato – PI (BASTOS, pg. 282, 2010).

Com uma riqueza de traços, detalhes, rituais, figuras, essas representações possuem um realismo com similaridades entre as tradições que são bases da arqueologia pré-colonial. Justamand (2012) afirma que essas fontes documentadas foram aceitas como dados de pesquisa e permitiu que se garantisse a presença de grupos existentes em tempos mais remotos e existentes em todo continente, assim como a interpretação do comportamento humano desses povos que, para Justamand (pg. 32, 2006), “as pinturas foram capazes de garantir a satisfação das necessidades orgânicas e emocionais homem, em um grau de realismo que demonstram cenas de namoro, sexo, alimentação e excitação coletiva.

Segundo a Associação Brasileira de Arte Rupestre - ABAR75, o registro rupestre é a primeira manifestação da pré-história brasileira, especialmente no Nordeste, a arte primitiva despertou o interesse arqueológico e étnico contidos nas gravuras e pinturas nessa região. Para a ABAR a validade ou não do termo “arte” aplicado aos registros rupestres é um tema que vem sendo bastante discutido, no que concerne às questões estéticas e história da arte. Há pesquisadores contrários à nomenclatura “arte”, uma vez que a intenção da prática da pintura e gravura é diversificada. Mas muitos acreditam que ao realizar sua obra, estavam criando arte.

Sabe-se que as pinturas realizadas em cavernas escuras de Altamira, na Espanha ou em Dordonha, na França, não foram realizadas com intuito de agradar ninguém, mas não há como negar as categorias artísticas que elas apresentam na atualidade.

Canindé de São Francisco foi escolhida como primeiro cenário por representar no estado o município com mais pesquisas e estudos da arqueologia pré-histórica, com maior acervo de pinturas e gravuras rupestres.

A memória é frágil e finita, descreve Jones (2007), ele relata que nós armazenamos mentalmente nossas experiências como memórias, no entanto, são facilmente esquecidas, e sua recuperação é inexata e defeituosa. O autor traz uma citação de Locke, falando do processo de construções de memória, gerada pela experiência empírica e percepções, vista como uma forma de canal ou porta de entrada, cujas mediações estão entre as percepções reais e formação de ideias e conhecimentos. Além de retratar o armazenamento e externalidades, o simbolismo e a cultura material (JONES, 2007).

A arte rupestre pode ser um elo para recuperação de memória, não de forma individual, mas coletivamente falando, é uma forma de (re)organização do passado, uma manifestação que coloca os vestígios do passado em contato com o outro no futuro.

Embora o tema seja controverso na arqueologia, a arte rupestre estaria inserida em um contexto pré-colonial, dado a oralidade que marca o período. Há autores que usam a terminologia “pré-histórica”, contudo adotaremos a terminologia “pré-colonial” por entender que toda a sociedade possui história e por centrarmos na noção que possuímos de cultura, e pela intenção em não separar as dimensões de cultura material e imaterial.

Os sítios de arte rupestre são denominados como manifestações gráficas realizadas em grutas, abrigos, paredões, podendo ser em cavernas ou ao ar livre. Prous (1992) sugere que há duas técnicas de apresentação deste tipo de registro arqueológico: as pinturas e gravuras. As pinturas são realizadas por meio do uso pigmentos sobre rochas, formando figuras também denominadas pictoglifos. E as gravuras, para os autores, também chamadas de petroglifos, consistem na remoção através de técnicas de raspagem, picoteamento, e outros sobre superfícies rochosas (PROUS, 1992).

Segundo Prous (1992) o campo dos estudos e pesquisas sobre a história da arte rupestre brasileira se desenvolveu em todo o país através da arqueologia de contrato e acadêmica (em especial pelos programas de pós-graduação). E segundo o autor, com a criação do Instituto de Arqueologia Brasileira, em 1961, da Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB, em 1987 e a da Associação Brasileira de Arte Rupestre – ABAR, em 1997. Para Martinelli *et al* (2017), os primeiros registros da arte rupestre no país remontam ao séc. XVI, após a colonização do continente americano. Havia um interesse, segundo os autores, e conforme já descrito neste estudo de construir uma identidade nacional, e com a independência do Brasil, visou-se estabelecer um elo entre as inscrições rupestres e as

culturas da antiguidade (fenícia, gregos, hindus, franceses, espanhóis entre outros), assim as pesquisas foram se desenvolvendo em todo o país, inicialmente pelo inglês Richard Burton, no leito do Rio Paraíba do Norte, depois por toda Região Norte do país.

Com o Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, um acordo de cooperação científica entre o Brasil e o governo norte americano, no período de 1965 a 1971, sob direção de Clifford Evans e Betty Meggers, se formou uma equipe de arqueólogos em oito estados brasileiros, com finalidade de desenvolver um levantamento geral do período pré-colonial brasileiro, até os dias atuais (PROUS, 1999).

Para Prous (1999), o projeto possibilitou a elaboração de um quadro do período pré-colonial desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, representando a fachada marítima brasileira e, para o autor, obteve um resultado significativo, pois deste trabalho nasceram as primeiras tradições ceramistas⁷⁶ reconhecidas até hoje.

No Nordeste, as primeiras pesquisas acadêmicas ocorreram na década de 70 a 80, embasadas pelos conceitos e métodos do PRONAPA e ratificados por pesquisadores conceituados que propuseram um novo conhecimento acerca da arte rupestre. O que pode ser observado em três aspectos: a determinação estilística (análise comparativa entre os grafismos), interpretação da arte rupestre e determinação da evolução dos estilos relativos à idade (SOLÁ, 2000). Guidon (2014) descreve que logo na primeira missão houve uma descoberta de 55 sítios, a maioria com pinturas. Foi desta missão que surge a premissa de que o homem já habitava a América do Sul, antes do Descobrimento das Américas.

A missão tinha o objetivo de classificar e ordenar os conhecimentos à região, em uma proposta de inventariação dos sítios e buscar grutas intactas, assim como abrigos que apresentassem uma coerência na sequência estratigráfica e de fatos e registros suficientes para um estudo de sucessão das culturas e correlações com a evolução do meio natural, em uma probabilidade de 10.000 anos passados, realizando datação e procurando compreender seus significados (MELLO E ALVIM, PG 126, 1977).

A proposta seguia em pesquisar diversos tipos de registro rupestre e seus significados. É importante apontar que as caracterizações dos registros rupestres são chamadas de tradições que, segundo Prous (1992), são referências ao método de recorrência estilística de quantidades de pinturas e gravuras feitas por um determinado grupo cultural em um período

⁷⁶ “Os seguidores do Pronapa procuravam evidenciar, por meio da análise dos restos de cerâmica pré-coloniais, a dispersão ao longo dos eixos fluviais dos grupos pré-coloniais caracterizados por sua cultura material. Trabalhavam dentro da linha do determinismo ecológico norte-americano (a ideia de que o ambiente local determina o grau de complexidade das sociedades que nele evoluíram).” (PROUS, 2006, pg. 11)

cronológico de tempo e espaço geográfico. O autor e pesquisador exemplifica que há subtradições que, embora mantenha o método de investigação, possui um padrão mais generalizado.

Para maior compreensão do contexto da arte rupestre no Nordeste, expomos a classificação elaborada por Martinelli *et al* (2017), que sugere que no país há uma segmentação voltada para tradição e agrupamentos dos quais abrange a cultura dos povos pré-coloniais.

Quadro 8 – Classificação dos Povos Pré-Coloniais da Arte Rupestre no Brasil

TRADIÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
GEOMÉTRICA	Pintura	Estados das regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil	Grafismos em linha, círculos concêntricos, retângulos, labirintos, flechas, quadrados, grafismos astronômicos e marcas de pegadas de pássaros, com coloração amarela escura, branca e vermelha.
AGRESTE	Pintura	Paraíba, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí	Ausência de traçado de contorno com preenchimento, o uso de técnicas menos elaboradas (simples), menor diversidade temática, grafismos de maior dimensão vertical e horizontal, perspectiva estática
SÃO FRANCISCO	Pintura	Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Sergipe , Tocantins, Piauí e Goiás.	Grafismos de antropomorfos e zoomorfos (cobras, tartarugas, sauros, répteis, aves e peixes, ausência de cervídeos) com uma forte tendência ao geometrismo (lineares com a utilização de traços vermelhos, pretos e amarelos, alternando a bicromia interna e externa) e com uso de pigmentos de coloração vermelha e amarela
TRADIÇÃO PLANALTO	Pintura	Bahia, São Paulo, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Paraná	Grafismos de zoomorfos (peixes, cervídeos, onças, tatus, aves e roedores) e poucos antropomorfos. Associada a grafismos geométricos e abstratos, com a pigmentação vermelha
LITORÂNEA	Gravura	Litoral catarinense	Gravuras rupestres de formas geométricas (riscos em formas de ondas, círculos, ampulhetas, losangos, depressões elípticas) e polidas em painéis verticais
AMAZÔNICA	Gravura e pintura	Região Amazônica	Grafismos de antropomorfos, em geral, destacando a face em detrimento do corpo,
GEÓGLIFOS	São figuras terrestres	Acre	Caracterizadas por marcas de natureza antrópicas feitas em grandes extensões de terreno,

			usualmente em forma de representações animais, círculos, quadrados, retângulos ou linhas.
MERIDIONAL	Gravura	Regiões sul e centro-oeste do Brasil	Gravuras rupestres que contêm formatação de pegadas de animais como aves, onças, cervídeos e porco-do-mato, formas geométricas e não figurativas
NORDESTE	Pinturas	Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Sergipe , Paraíba, Piauí e Minas Gerais	Figuras de antropomorfos, zoomorfos e fitomorfos, com um fácil reconhecimento visual e temático de cenas de caça, dança, cerimônias religiosas e cenas sexuais
COMPLEXO PERUAÇU	Pintura	Norte de Minas Gerais	Grafismos de difícil reconhecimento e de grande abstração, representando instrumentos como armas (dardos e propulsores), bastonetes e instrumentos musicais (maracá). Tem presença das seguintes cores: vermelho, branco, preto e amarelo, fazendo alusão a grafismos da tradição Nordeste e São Francisco

FONTE: Martinelli *et al* (2017), adaptado pela autora.

Todas as tradições remetem a várias perspectivas de manifestações culturais, comportamentos específicos ou determinados, no intuito de investigar os valores simbólicos das pinturas, gravuras no processo de repetição para que pudessem ser agrupadas por regiões e similaridade de significados.

Em Sergipe, um dos trabalhos mais importantes para a arqueologia no estado foi o salvamento arqueológico de Xingó, coordenado por uma equipe multidisciplinar de professores e pesquisadores, arqueólogos e outros. Eram componentes deste projeto os arqueólogos Fernando Lins, Maria Cleonice Vergne, Suely Amâncio e Sônia Vitória coordenado pelo Prof. Fernando Lins, da Universidade Federal de Sergipe e Igor Chyms, da Universidade Federal do Paraná (SANTOS, 2007).

Segundo Martin (1998), o Projeto de Salvamento Arqueológico de Xingó – PAX desenvolveu-se durante seis anos, e as prospecções ocorreram às margens do rio São Francisco, em toda região de Xingó, compreendendo os estados de Sergipe e Alagoas. Silva (1997) ressalta que esse trabalho compreendeu mais de 06 anos levando em consideração que o enchimento da barragem foi em 1994 e os trabalhos foram iniciados em 1988, sendo inseridos nesse processo de estudo mais 03 laboratórios de campo.

Silva (1997) relata que o PAX identificou 15 sítios de arte rupestre, 06 com gravuras e 4 com pinturas e gravuras e 6 com pinturas, alcançando um total de 700 gravuras e 729

pinturas. A autora ressalta que esses se caracterizavam em canyon rochosos cavados nos arenitos e conglomerados, entre os estados de Sergipe e Alagoas.

Havia uma preocupação em catalogar os vestígios encontrados, uma vez que parte da área prospectada seria inundada pela usina, principalmente no que se referia aos registros rupestres, procurou-se verificar as temáticas diferentes entre as gravuras e pinturas correlacionadas as regiões estudadas com as do Nordeste, na perspectiva de inseri-las no quadro de tradições rupestres já determinadas para o Nordeste (SILVA, 1997).

A necessidade dessas pesquisas era evidente uma vez que, a região do Baixo São Francisco até a década de 80 era a única em todo o vale onde ainda não haviam sido realizadas trabalhos Arqueológicos, uma vez que o Alto Médio São Francisco já desenvolvia muitas pesquisas significativas para região. (SILVA, 1997).

Para a autora, foi com o Projeto de Salvamento Arqueológico do Xingó, o Projeto Arqueológico Xingó – PAX, em 1988 foram iniciados os trabalhos arqueológicos na região, fruto do convênio entre Universidade Federal de Sergipe – UFS e Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, com objetivo de registrar, documentar e interpretar os vestígios da presença humana na área caracterizada Hidroelétrica do Xingó. (SILVA, 1997, pg 3).

O PAX foi um projeto extenso, dividido em duas etapas, uma corresponde ao período de 1988-1994 com levantamento e cadastramento dos sítios, sondagens e escavações, e outro período entre 1995-2000, já com um apoio da Petrobrás, objetivando análise dos vestígios. O PAX foi um dos projetos mais significativos, as intervenções realizadas abrangeram muitos sítios arqueológicos, dentre esses muitos de arte rupestre, de cemitério, cerâmico dentre outros (AMÂNCIO, 1998).

Martin (1998), aponta para uma das descobertas mais importantes do PAX foi a de dois cemitérios indígenas, o Sítio Justino, localizado em Canindé de São Francisco e Sítio São José, em Delmiro Gouveia/AL.

Figura 31 – Sítio Justino.



Fonte: Acervo do MAX, (1994).

Martin (1998) aponta que o Sítio Justino foi localizado em 1990 na Fazenda Cabeça de Nego, nas proximidades do Riacho Curitiba, e foi ocupado entre 2000 a 8000 anos BP⁷⁷. Para a autora, o sítio apresentou mais de duas centenas de esqueletos (completos e incompletos) e uma estimativa de rituais fúnebres dos grupos pré-coloniais. Alguns rituais semelhantes foram identificados em sítios em São Raimundo Nonato/PI, o que leva a crer que se tratava de grupos semelhantes, com mesmas características de vida social, peculiares aos grupos pré-coloniais ceramistas (MARTIN, 1998). A autora indica que as sepulturas que foram encontradas representariam os hábitos cotidianos, como dieta e práticas funerárias.

Foto 24 – Enterramento do Sítio Justino/SE Exposto no MAX



Fonte: Acervo Pessoal, 2016.

⁷⁷ As iniciais BP (ou bp e raramente B.P.), quando colocadas após um número (como em 2500 BP), significam "anos antes do presente". Arqueólogos e geólogos geralmente usam essa abreviação para se referir a datas que foram obtidas através da tecnologia de datação por radiocarbono. Traduzido de <https://www.thoughtco.com/bp-how-do-archaeologists-count-backward-170250>, acessado em 10 de julho de 2018.

Para Martin (1998), o sítio foi classificado como habitação-cemitério, formado por mais de 200 sepultamentos e acervo de cultura material diversificado como lítico, cerâmica, vasos, ossos de animais. A área do sítio Justino está localizada onde hoje se encontra a represa da usina hidrelétrica de Xingó. Desta forma, o sítio não compõe os estudos de turismo arqueológico nesta tese, mas seu acervo sim, pois está exposto no MAX.

Sobre o que foi encontrado, Carvalho (2003), descreve acerca das cerâmicas:

Geralmente as panelas de cozinha são de forma globular, fundo convexo, ligeiramente achatado, com bojós variando nas formas. São usadas para o preparo de carnes, aves, mingaus, pirões, etc. As tigelas são utilizadas para servir os alimentos e também para torrar a farinha e confeccionar os beijos. Jarros ou panelas maiores (potes) eram utilizados provavelmente para o armazenamento de água ou aguardente, como o de milho. Os vasos utilizados em ritos como o enterramento, compondo o mobiliário funerário ou outros cerimoniais, apresentam, geralmente, menor espessura e dimensão. Alguns sítios arqueológicos apresentam fragmentos de cerâmica associados a artefatos neobrasileiros, como louça, metal e vidro. Em um deles (Riacho Seco), o local dos vestígios era circundado por pedras alinhadas formando um muro, talvez uma proteção contra possíveis enxurradas ou enchentes, face às características topográficas do terreno. O estudo dos fragmentos cerâmicos associados ao neobrasileiro evidenciou uma pluralidade de decorações plásticas (escovado, entalhado, penteado, corrugado, digitado, inciso e outros). Tratando-se de fragmentos obtidos em superfície ou níveis recentes, em datação relativa, deduz-se que tais fragmentos resultem da constante migração de grupos étnicos distintos pelo rio São Francisco e que ocuparam, ocasionalmente, os terraços. Dentre os fragmentos, embora em menor número, evidenciam-se alguns pintados em engobo branco, utilizando-se a cor vermelha em traços lineares. A cerâmica pintada registra, provavelmente, a presença Tupi-guarani. Pela incidência, possíveis deslocamentos migratórios vindos do litoral, onde já foi detectado um sítio tupi-guarani (Machado, em Pacatuba) (CARVALHO, 2003, p. 63).

Segundo entrevista com a pesquisadora, professora universitária e arqueóloga Suely Amâncio Martinelli, as escavações do PAX foram um grande desafio, mas trouxe muitas possibilidades de novas pesquisas para o estado, além do grande valor arqueológico, conforme relata:

As pesquisas foram de fundamental importância para o entendimento da pré-história da região, bem como, para a arqueologia sergipana e tudo que veio depois a exemplo da criação do curso de graduação e pós-graduação em arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Por ser o primeiro grande projeto de salvamento arqueológico no estado de Sergipe, o grande desafio foi falta de equipamentos e conscientização da população e dos trabalhadores da usina sobre a importância do trabalho arqueológico. Foi um desafio que contribuiu bastante para a minha formação como profissional e como ser humano. Após esse projeto vieram muitas pesquisas representativas para o estado e para as pesquisas arqueológicas. Primeiro dizer que os sítios da Fazenda Mundo Novo não faziam parte do PAX, foram estudados através de projetos desenvolvidos através do CNPq quando foram realizados relatórios para IPHAN e CNPq, quanto as análises e estado de conservação, bem como 4 monografias e 2 dissertações de mestrados, atualmente por conta também da preocupação do proprietário Sr. José Augusto, ainda podemos dizer que tem uma boa conservação.

Em perspectiva espacial, foi possível verificar que as pesquisas desenvolvidas pelo PAX, foram significativas para compreensão dos grupos pré-coloniais que ali habitavam, mas trouxe impactos ambientais irreversíveis, previstas em projetos desse porte, assim como impactos sociais com a retirada dos moradores (ribeirinhos). Com isso, ratifica a ideia da viabilidade de práticas arqueoturísticas na região, pois seria uma forma de minimizar tais impactos, resgatar a identidade e fortalecer a memória. O relacionamento entre sítios antigos e espaço atual, promove uma melhor compreensão do modo de vida.

Para Amâncio (1997), o PAX possibilitou, ainda, a identificação de 15 sítios arqueológicos entre os municípios de AL/SE, com cerca de 700 gravuras e 729 pinturas, analisados pela temática. Foram identificados: 1) Traços de similaridade com a Tradição São Francisco e 2) Traços com a Tradição Agreste. Os de arte rupestre em Canindé de São Francisco foram caracterizados de Tradição São Francisco, por sedimentação de granito e jazidas calcárias (MARTIN, 2002). Amâncio (1997) indica que os sítios catalogados pelo projeto foram Letreiros, Vale dos Mestres I, II e III.

O Sítio Letreiro não está contemplado neste estudo em virtude de estar localizado em propriedade particular e o proprietário mencionou durante a visita que não pretende colocá-lo à visitação. Mesmo este sendo um bem da união, é preciso da autorização de proprietários em caso de visitação turística. O sítio de fácil acesso e possui monumentalidade comparada aos demais sítios deste estudo, contudo não houve uma autorização por parte do proprietário em incluí-lo neste estudo. O mesmo permite uma visitação para pesquisa, mas para o turismo ainda não observa potencialidade dessa modalidade, sem mencionar o fato de não haver uma estrutura para visitação.

Em entrevista com a Profa. Dra. Suely Amâncio, a pesquisadora esclarece os vestígios encontrados:

A diferença dos registros “clássicos” Nordeste, os conjuntos de Xingó apresentavam poucas figuras antropomorfas e mesmo assim, elas não compõem cenas, nem evidenciam movimentação. No entanto, alguns elementos como as pirogas, que seriam associadas no Rio Grande do Norte, à tradição nordeste, aparecem em sítios alagoanos. Quanto a hipotética atribuição à tradição São Francisco, esta foi elaborada quando se conhecia apenas o sítio Letreiros, que apresentava temas parecidos, sendo um sítio diferenciado mas, que não poderia ser atribuídos à tradição São Francisco. É importante considerar as similaridades dado a proximidade da água e a frequência das figuras geométricas, entre as quais predominam as “cupules”, assemelhando a diversas outras tradições, o que conclui-se que não se enquadram facilmente em nenhuma delas.

Para Amâncio (1997), o Sítio Vale dos Mestres, fruto do projeto do PAX, caracterizado por gravuras e pinturas entre abrigos e paredões, que serão abordados ainda neste capítulo. Santos (2007) acrescenta a identificação de outros sítios rupestres nessa região, que não estão presentes neste estudo e que embora menos acessíveis pudessem futuramente compor o roteiro turístico arqueológico no sertão sergipano. Os autores mencionam sítios nos municípios de São João, Poço Redondo e Baixo São Francisco.

Prous (1992) afirma que compreender melhor o significado de tradição permite analisar o estílo de cada signo. Martin (2008) observa que a representação visual de todo esse valor simbólico indica que as pinturas de uma tradição não pertencem a um mesmo grupo étnico. A autora adverte que eles podem ter se separado ou se misturado a outros grupos, o que não quer dizer que não seja possível identificá-lo.

Azevedo Netto (2003) corrobora, mas aponta que:

É no processo de recuperação dessas informações e registros, que a interpretação se tornar mais presente, já que no processo de recuperação dos signos presentes há necessidade de correlacionar dos aspectos objetivos do registro rupestre com as suas formas, possibilitando a construção de um significado. E a interpretação associada a essa recuperação está contida nos painéis de arte rupestre. (AZEVEDO NETTO, 2003, pg. 15)

Destarte essa tradição que se faz presente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Mato Grosso, com possibilidades de extensão do estudo até a Bolívia, permitiram identificar e reconhecer traços de grafismos geométricos (abstratos), antropomorfos e zoomorfos. Em Sergipe, há variações diferentes das encontradas nas cidades mineiras, há uma percepção maior de animais com contornos vermelhos (PROUS, 1992). Os sítios de arte rupestre que estão catalogados junto ao Iphan/SE são:

Quadro 9 – Sítios Pré-Coloniais – Canindé de São Francisco

Nome do Sítio	Descrição	Categoria	Propriedade De Terra	Viabilidade Turística
Juazeiro	Terraço fluvial elevado a uma altura de 9,86 m. na confluência do Riacho Xingozinho com o Rio São Francisco, apresentando líticos e cerâmicos. Céu Aberto.	Pré-Colonial	Pública	Não. Uso atual: Reservatório d'água da Usina Hidrelétrica de Xingó
Letreiro	Abrigo rochoso em arenito, apresentando boa conservação pinturas e gravuras rupestres em bom	Pré-Colonial	Privado	Não

	estado de conservação.			
Poço Verde	Terraço fluvial elevado a uma altura de 6,61 m. da confluência do Riacho Poço Verde com o Rio São Francisco, possui cerâmica e manchas escuras.	Pré-Colonial	Público	Não. Uso atual: Reservatório d'água da Usina Hidrelétrica de Xingó
Vale dos Mestres I	Abrigo de arenito e apresenta pinturas rupestres monocromáticas (vermelhas)	Pré-Colonial	Público	Sim
Vale dos Mestres II	Abrigo rochas de arenito medindo 20 m. de comprimento por 3 m. de altura por 7 m. de profundidade, localizado numa ravina à margem direita do riacho Poço Verde e possui gravuras rupestres em superfície. Este sítio está a 130m do Vale dos Mestres III	Pré-Colonial	Público	Sim
Vale dos Mestres III	Abrigo rochoso de arenito está localizado numa ravina à margem direita do Riacho Poço Verde, seu solo é arenoso e úmido nas épocas chuvosas, mede 13 m. de comprimento por 1,80 m. de altura por 4,50 m. de profundidade, possui gravuras rupestres.	Pré-Colonial	Público	Sim
Jurema	Terraço fluvial elevado a uma altura 11,16 m. da confluência do Riacho Jurema com o Rio São Francisco, apresentando bordas bastante erodidas e possuindo lítico, cerâmica e evidências de manchas escuras.	Pré-Colonial	Público	Não. Uso Atual: Reservatório d'água da Usina Hidrelétrica de Xingó
Bela Vista	Terraço fluvial elevado a uma altura 10,80 m. da confluência do Riacho Jurema com o Rio São Francisco, possuindo líticos e cerâmicas	Pré-Colonial	Público	Não. Uso Atual: Reservatório d'água da Usina Hidrelétrica de Xingó
Sítio Dom Helder	Matacão rochoso arenítico que possui pintura rupestre na parede e no teto, representando	Pré-Colonial	Privada	Sim

	grafismos puros distribuídos em dois painéis de 1,50 m. por 0,80 m. e 1,00 m. por 0,70 m			
Sítio Patrocina	Matacão rochoso arenítico que possui pinturas rupestres no teto, representando grafismos puros distribuídos em dois painéis de 1,60 m. por 2,70 m. e 0,20 m. por 0,70 m	Pré-Colonial	Privada	Sim
Sítio Josefa	Matacão rochoso arenítico que possui pinturas e gravuras rupestres no teto, representando grafismos puros distribuídos num painel de 2,00 m. por 5,00 m.	Pré-Colonial	Privada	Sim
Sítio João	Paredão rochoso arenítico que possui pinturas rupestres na parede, representando grafismos puros distribuídos num painel de 0,80 m. por 2,70 m	Pré-Colonial	Privada	Sim
Sítio Cândido	Paredão rochoso arenítico que possui pinturas rupestres na parede e no teto, representando grafismos puros e antropomorfos distribuídos num painel de 10,00 m. por 6,30 m	Pré-Colonial	Pública	Sim
	Paredão rochoso arenítico que possui pinturas rupestres na parede e no teto, representando grafismos puros e biomorfos distribuídos num painel de 1,60 m. por 4,50 m	Pré-Colonial	Privada	Sem cadastro regular
	Paredão rochoso arenítico que possui pinturas rupestres na parede e no teto, representando grafismos puros e antropomorfos	Pré-Colonial	Privada	Sem cadastro regular

Fonte: Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – Iphan78.

Desta forma, não se pode negar a importância do PAX para o sertão sergipano. O acervo ainda foi formado por mais de cinquenta e cinco mil artefatos arqueológicos que vão além da arte rupestre. Dentre estes está a cerâmica, relacionada a rituais fúnebres, resultando em uma nova característica não mais relacionada à tradição Tupi-guarani datadas entre 4340 a 1280 AP (MARTIN,1998).

O que se pode observar é a importância desses estudos no sertão sergipano, e como esses apresentam significados que permitem ainda inúmeros estudos acerca da arte rupestre no mundo e seus signos. Em um desses estudos, a pesquisadora Suely Amâncio Martinelli estudou elementos gráficos em sua pesquisa de pós-doutorado na Itália, que permitiu verificar a presença de uma série de elementos simbólicos presentes nos sítios da Itália e Canindé de São Francisco. A autora apontou figuras antropomorfas e zoomorfas similares, além de geométricas, o que permite compreender a extensão de possibilidades de estudos.

Frente a este cenário atual da pintura rupestre no sertão sergipano, é importante elencar que há vasta possibilidade, e necessidade de interações entre a comunidade e a arte rupestre, a fim de que esses possam conhecer seu passado histórico, e transformá-lo com práticas sociais permitindo democratizar e conhecimento sobre sua região.

Essa afirmação é premissa de que não há possibilidade de desenvolvimento local sem conhecimento de seu acervo, seja ele socioambiental que possa gerar um crescimento econômico. Deve levar em consideração a autenticidade local em seu planejamento municipal, incluindo interpretação como ferramenta de análise e concreta para ações patrimoniais. Uma vez que, para Azevedo Netto (1998), essas manifestações “artísticas” configuram fonte de informação estrutural, comportamentos socioculturais, cognitivos, e representam um contexto social, cultural que decodificados são mais bem interpretados.

Parte da cultura material coletada encontra-se exposta, de forma sintetizada, no MAX, em Canindé de São Francisco. O museu foi escolhido como objeto final deste estudo por apresentar-se como veículo de democratização do conhecimento que julgamos ser urgentemente disseminado na comunidade local e para os visitantes e turistas. Contudo, assim como já foi explicitado nesta tese, uma das preocupações iminentes deste estudo são as formas de gestão da democratização dessas informações dos bens patrimoniais, assim como o constante monitoramento dos impactos ambientais para com a conservação dos sítios rupestres.

Embora não seja objetivo desta tese verificar as condições morfológicas e ambientais nas quais estão inseridos os painéis rupestres, esta sugere que sejam mantidas e intensificadas

as ações de monitoramento. Os entraves ambientais podem ser observados através de ações naturais e antrópicas, algumas dessas problemáticas serão abordadas no próximo capítulo de forma mais informal e resumida, mas composta de experiências negativas acerca do mau uso dos bens patrimoniais, mas a título de advertência e requisição de políticas mais severas a manutenção do patrimônio arqueológico no estado.

Por esta razão, se compreendeu enquanto ferramenta para interpretação do patrimônio a educação ambiental, pois antes de interpretar é preciso sensibilizar para as problemáticas ambientais para, a partir disso, passar para o enfoque do interpretar e depois manter através da educação patrimonial.

Permitir compreender o ambiente em que os registros rupestres estão inseridos possibilita compreender o como ele é rico e diversificado e que por essa razão deve ser acessível a todos. A discussão da abordagem e metodologia da arqueologia pública prevê nesse sentido ampliar o diálogo entre turismo, arqueologia e sociedade. Para tanto é preciso compreender o que seria essa abordagem arqueológica e a quem serve.

A nova arqueologia que abordamos no capítulo I concerne em promover uma ampliação de diálogo, não somente aquele que leva algo pronto, mas que recebe também. De forma sucinta trouxemos essa abordagem para aplicação em Canindé de São Francisco como uma atividade que permite uma maior interação com o público em ampla cultura pública, em sítios expostos publicamente, com exceção da Fazenda Mundo Novo, o que também pode ser amplamente utilizada no cenário de São Cristóvão.

A Instrução Normativa 01/2015 pelo Iphan cobra não somente das pesquisas arqueológicas, mas do próprio órgão fiscalizador uma ampliação em diálogo com a comunidade, através do programa de gestão do patrimônio arqueológico normativa, no entendimento de que este bem, segundo Funari (2007), deve ter a essência pública.

A exemplo dessa abordagem e o que se pretende na apresentação deste cenário é apresentar uma nova possibilidade de diálogo entre turismo e arqueologia no prisma de consolidar relações efetivas com a comunidade.

Durante as pesquisas de campo, foi possível observar duas iniciativas que partiram da comunidade em buscar alternativas de renda e qualidade de vida que envolveram o turismo e a arqueologia, esse contexto exemplificaríamos como arqueologia pública.

O primeiro exemplo foi a participação no Projeto “Opará Coletivo”, um projeto do Iphan/SE em parceria com o MAX, que buscou através de demandas apresentadas pelas escolas do povoado de Curituba/Canindé de São Francisco, alternativas de emprego para os trabalhadores das pedreiras naquele povoado. O que ocorria era que muitos pais de alunos

trabalham para empresas que quebravam pedras em localidades próximas ao povoado para confecção de paralelepípedos e outros produtos de forma ilegal. O que foi identificado pelos técnicos do Iphan juntamente com funcionários do Max era que muitas dessas pedras possuíam registros rupestres não catalogados. Como meio de preservação, foi pensando pelo projeto em desenvolver ações de preservação e conservação de possíveis bens patrimoniais através da confecção de artesanatos como forma de rentabilidade. Com isso foram desenvolvidas oficinas de artesanato e palestras de educação patrimonial. Cerca de 30 trabalhadores das pedreiras participaram do projeto, produzindo artesanato, que passou a ser vendido na lojinha do MAX, dando possibilidades de diálogo entre arqueologia pública e turismo. Outro exemplo de práticas de arqueologia pública foi a participação em uma proposta de desenvolvimento de turismo arqueológico de base local na comunidade do Rio do Sal em Paulo Afonso/BA, onde um grupo de assentados buscou em diálogos transversais com a Secretaria de Turismo do município alternativas de renda. Os assentamentos ficaram em comunidades onde foram identificados registros rupestres durante pesquisas arqueológicas na região. Alguns grupos se propuseram a transformar suas terras em propostas para prática de turismo arqueológico, a exemplo, a propriedade de Dona Sônia, que chegou a participar das atividades do projeto “Opará Coletivo” e além de elaborar placas manuais de sinalização dos sítios rupestres, confeccionou peças de artesanato que também estão sendo comercializadas pelo MAX.

A ideia da confecção e produção de artesanato local utilizando elementos identitários que compõem os sítios arqueológicos de registro rupestre é um forte instrumento de fortalecimento com a identidade local, de se reconhecer parte daquele ambiente e que este pertence a sua cultura, a construção de quem você é através de seus antepassados. Isso que propõe o modelo democrático de Holtorf (2007), que ratifica que todo conhecimento arqueológico e o que se produz dele é válido.

Hall e McArthur (1998) afirmam que uma das possibilidades de tornar os sítios acessíveis a população como um todo é possibilitar a apreciação dos mesmos e interpretá-los dentro de uma abordagem mais teórico-prática, menos técnica com materiais claros e coesos. Já Symanski (2007), adverte que o primeiro passo para uma boa gestão e implantação de políticas de preservação é dar visibilidade ao patrimônio, uma vez que a falta de conhecimento ou ausência desta causa ações de vandalismo à destruição desses vestígios.

5.1.3. Turismo arqueológico em Canindé de São Francisco e suas possibilidades.

As práticas turísticas em Canindé de São Francisco são antigas, mas sempre foram pouco estruturadas. Há 10 anos vem sendo comercializada através de pacotes de turismo receptivo, em formato de excursão destacando os atrativos naturais da região Xingó e é possível reconhecer que a visitação deste destino tem aumentado nos últimos anos. De acordo com as estatísticas da OMT, este é o segundo roteiro turístico mais visitado do estado de Sergipe, perdendo apenas para a capital. Para melhor compreensão dos cenários que serão apresentados, é importante compreender o turismo nessa região.

De acordo as novas políticas e projetos desenvolvidos, a região de Xingó passou a incorporar o Polo Velho Chico. O relatório de AAS (2014), evidencia de que as atividades e estudos já vem há bastante tempo, conforme dados da EMSETUR, de 2012, representados na figura abaixo.

Figura 32 – Roteiros Turísticos Nacionais/Internacionais do Polo Velho Chico

ROTEIROS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS	ATIVIDADE/ SEGMENTO TURÍSTICO
ARACAJU-XINGÓ	N. Sr.ª da Glória Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo Canindé do São Francisco	Ecoturismo - Aventura - Náutico - Cultural Negócios e Eventos - Rural
CAMINHOS DOS JESUÍTAS (Cidades Históricas)	Propriá	Cultural Rural Ecoturismo - Náutico
ROTEIROS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS	ATIVIDADE/ SEGMENTO TURÍSTICO
ROTEIRO XINGÓ	Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo Canindé do São Francisco	Ecoturismo - Rural - Náutico
ROTEIRO DO CANGAÇO	Canindé de São Francisco Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo	Ecoturismo

Fonte: EMSETUR, 2012.

A região turística de Xingó foi sendo construída concomitante ao PAX e as pesquisas arqueológicas, em função da construção da Hidroelétrica de Xingo e a formação de um lago artificial em 1994. As bases do projeto da usina previam ser desenvolvidas ações de mitigação de impactos ambientais correlacionados ao desenvolvimento turístico da região.

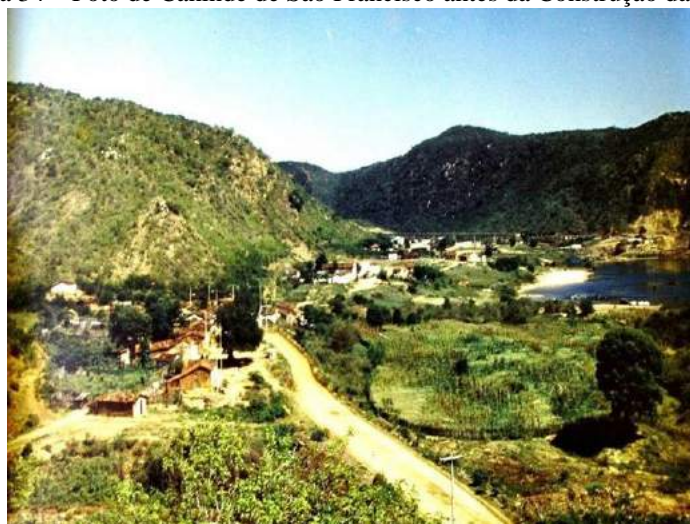
Figura 33 – Vista Aérea da Usina Hidroelétrica de Xingó e Formação do lago.



Fonte: Chesf (2015).

A localização da usina hoje é onde estava grande parte dos sítios arqueológicos escavados durante a implantação do PAX, gerando muitos impactos na região. Para Bianchini (2006), a paisagem de Xingó modificou consideravelmente com a instalação da usina, esteticamente, ambientalmente e socialmente como já descrevemos. Como demonstrados nas figuras abaixo. Primeiro porque a cidade passou a concentrar a maior parte de suas casas residenciais e comerciais na parte de cima, ficando abaixo alguns bares, hotéis, poucas residências, a orla de Canindé, o MAX e seus atrativos naturais.

Figura 34 – Foto de Canindé de São Francisco antes da Construção da Usina.



Fonte: Acervo Pessoal, 2010.

A nova Canindé de São Francisco surgiu após a construção da usina, sua paisagem natural foi modificada, mas o investimento resultou, além dos impactos ambientais previstos, e os sociais não previstos, na promoção do município como destino turístico.

Figura 35 – Canindé de São Francisco após a Construção da Usina.



Fonte: Alves, (2016), Prefeitura Municipal, (2017).

A construção da usina possibilitou a formação de um lago artificial que impulsionou o turismo náutico na região de Xingó, possibilitando que Sergipe integre-se a circuitos e roteiros consolidados, e descentralizando a capital Aracaju. De fato, observa-se que o turismo náutico que se organizou vem sendo divulgados os Cânions de Xingo em eventos turísticos e acadêmicos, na perspectiva de desenvolver segmentos como ecoturismo e turismo náutico através de passeios em embarcações chamadas de “catamarãs”, se tornando um importante produto turístico.

Vale ressaltar que, para que as embarcações possam trafegar no lago do Rio São Francisco, pelos Cânions, tanto as embarcações quanto os condutores passam por um rigoroso processo de credenciamento. Neste processo além de outros critérios são observados: capacidade de carga da embarcação, o cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos no Regulamento da Unidade por parte de proprietários, manutenção periódica das embarcações e o destino para descarte do óleo usado nas embarcações, que normalmente são feitos em lugares destinados para este fim. Há alguns donos de barco que, ao retirar o óleo da embarcação, armazena-o em baldes e devolve o óleo usado aos postos de combustíveis para que não haja poluição do rio.

Tais procedimentos são previstos na Cartilha de Turismo Náutico (2010), que elenca ainda que esses espaços navegáveis devem possuir cerca de 8.500km de linha de costa, 35 mil km de vias internas navegáveis, 9.260km de margens de reservatórios de água doce, lagos e lagoas, ser banhado por correntes oceânicas favoráveis à navegação, contar com um clima propício ao esporte e ao lazer náutico e apresentar manual de boas práticas.

A proposta está relacionada com os recursos naturais, que são frágeis e sensíveis e podem ser afetados diretamente se não houver um controle de acesso da demanda turística, ausência de profissional especializado.

A efetivação desses passeios se deu através de uma intensa proposta de divulgação do destino nos meios de comunicação, feiras, centro de atendimento ao turismo na capital Aracaju, mídias digitais e outros. É importante considerar que esse tipo de produto vem sendo desenvolvido de forma organizada, mas não democrática.

Não obstante, esses passeios são realizados como excursão, e estes direcionam essa demanda crescente para a região do lago, e não para o município em si. O passeio sai de Aracaju, chega aos Cânions e volta a Aracaju. Durante anos os passeios paravam no MAX, mas sob a justificativa de que a parada no museu estava ocasionando atrasos para os passeios no lago e a crítica acerca da viagem longa da capital, essa parada foi suspensa. Há reivindicações constantes de elaboração de pacotes com per noite na cidade, o que permitiria gerar mais benefícios, renda, emprego e valorização sociocultural para a identidade local.

Como não é parte central desta pesquisa, essa problemática envolve mais um dos casos de mercantilização do patrimônio que tende a caracterizar a atividade turística apenas como turismo de massa, onde há compreensão que a quantidade exprime a qualidade. Para Nunes (2014), a região Nordeste sempre foi uma localidade utilizada como um espaço de investimentos em obras públicas, o que desconsidera obras ou projetos de cunho cultural e social. No turismo esses investimentos são percebidos por agentes hegemônicos.

Na aplicação do questionário foi possível perceber que muitos não reconhecem esse passeio como sendo em Canindé de São Francisco. Foi perguntado: “Quais atrativos ou espaços mais caracterizava a cidade, mais representam a cidade? ”, em resposta:

Quadro 10 – “Quais atrativos ou espaços mais caracterizava a cidade, mais representam a cidade? ”

Categoria Social	Respostas
O Rio São Francisco/ A orla/ A usina	10
A praça central da cidade/ O mercado/ A feira / As praças	07
O campo de futebol/ as Escolas/ Centro de Arte	07
Campo de Vaquejada	01

Fonte: Dados Coletados pela Autora

Observa-se que nenhum dos trinta mencionou o lago, em algumas respostas eram citados os cânions e o museu. Uma das possibilidades deste dado seria a questão da localização de ambos, que ficam na parte de baixo da cidade, o que poderia ser solucionado com propostas para mobilidade urbana da cidade, com instalação de ciclovias, transporte

coletivo, e outros. O que transpõe a problemática para acesso aos sítios arqueológicos que falaremos mais adiante. É preciso compreender e ouvir a comunidade anfitriã, quando é a identidade dela que está em xeque mate.

Neste âmbito, e na discussão inserida nas ciências sociais e humanas, essa é a premissa das propostas de cunho capitalista, que almejam o lucro acima das demais variáveis, sempre ressaltando se tratar de uma dialética desenvolvimentista. Mas não atendendo os anseios da comunidade, resume-se em propostas que visam o crescimento e não desenvolvimento.

Mas é importante salientar a ausência de uma identidade ou estima e confiança por parte da população, não é demérito da problemática que envolve os passeios a Xingó, ou pelo menos não é exclusividade, é uma questão de política pública e emponderamento social e cultural, ora pelo histórico já apresentando de constantes mudanças, ora pelos adventos da ausência de um protagonismo ancorado nos adventos da modernidade. Desta forma, por estar em uma região de tríplice fronteira, enfrenta a competitividade com os estados de Alagoas e Bahia, em especial Alagoas por concentrar municípios como Piranhas e Delmiro Gouveia que apresentam as mesmas particularidades e encontram-se bem mais estruturados e articulados turisticamente. O que permite revelar que uma parte da demanda que tende a pernoitar após passeio nos lagos passe a ir se hospedar em Piranhas/AL, gerando conflitos inter organizacionais, inclusive no que tange o turismo arqueológico, mas sem ser comercializado ou mencionado em Canindé de São Francisco. No caso de Piranhas/AL um dado chama atenção, segundo a prefeitura, o turismo é a principal atividade de renda da cidade, enquanto do outro lado, Canindé de São Francisco não insere o turismo em seu planejamento, mesmo que historicamente seja um município mais novo que Piranhas. Seria uma questão interessante para futuras pesquisas. Alguns acadêmicos e pesquisadores chegam a usar a terminologia de Turismo de Fronteiras⁷⁹, embora seja uma nomenclatura utilizada internacionalmente, mas que se enquadraria bastante nessas discussões e problemáticas.

É interessante que o conflito não é ruim nessas circunstâncias, e permite observar cenários para se propor reconfiguração do mesmo. Araújo (2009) aponta que é através dessas observações que surgem ações de cooperação entre diversos grupos. Mas para isso, seria necessário um cenário mais integrado e sustentado pelas bases da coletividade e bem comum.

As novas perspectivas turísticas da contemporaneidade preveem novos processos, que possam ser mesmo inseridos no processo capitalista, encontrar um equilíbrio que não haja necessidade de concentrar ou distribuir renda, aumentar ou diminuir as formas de trabalho,

⁷⁹ Conceito ligado a viagem a territórios fronteiriços entre países para aproveitar seus diferentes potenciais turísticos, sejam naturais, culturais, gastronômicos e até arqueológicos.

trabalhar em rede ou individual, mas de um trabalho coletivo respeitando os anseios da comunidade, através de um turismo intencional, humano e social com controle governamental, privado, equilíbrio ambiental e participação da comunidade, o que resolveria outra problemática que envolve a pouca informação sobre a cidade e seus bens patrimoniais, conforme já explicitado, a população conhece muito pouco de seu patrimônio. Mesmo quando os veículos de comunicação estão cooperando com esse advento. A exemplo disso, o município já foi palco de cenários para novela, minissérie, documentários, mas ainda assim há falta de informações e dados. Voltamos para a necessidade de ações cooperativas, trabalhos em rede e protagonismo social.

Conflitos, reivindicações são comumente estímulos para os avanços da prática turística nessa localidade, objetivando juntamente com esta tese, de que seja dentro do contexto social e cultural, um elemento transformador que promova inclusão social pelos bens patrimoniais, e seu uso racional em proposta de cenários que fomentem recursos e gere modelos sustentáveis.

Apresentar cenários arqueológicos com fins turísticos permite um novo olhar e resgate pela autoestima da cidade, é uma forma democratização do turismo e da arqueologia, em respeito a toda sua história. Para Campos e Callefi (2005), as aglomerações e os arranjos produtivos geralmente estão associados a trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos regionais ou locais a partir de uma base social cultural comum. A dificuldade está em os moradores da cidade-destino confiarem na sua hospitalidade e história, na sua potencialidade cultural e turística.

O problema ainda é demonstrar o potencial dos municípios envolvidos, para elaboração de diretrizes que sugere mudança no modelo já proposto de comercialização do patrimônio, focado na tradicionalidade do turismo comercial, e neste âmbito estamos nesse estudo sugerindo novos cenários que requer mudança deste modelo tradicional.

Em Canindé de São Francisco, o primeiro cenário apresentado, a retórica na divulgação de um único atrativo, que são os Cânions de Xingó e seus passeios de barco, emerge a necessidade de novas propostas. Já há pesquisas e roteiros de modelos não estruturados voltados para a prática do arqueoturismo sendo executados em sítios arqueológicos em Canindé de São Francisco, mas sem um plano de ação, e sem saber que está praticando turismo em sítios arqueológicos, o que é mais preocupante.

Segundo o PDITS (2012), o turismo arqueológico já aparece como possibilidade, mas direcionando sua prática para o MAX, conforme justifica:

Sítios arqueológicos – Ainda sem visita estruturada, os sítios arqueológicos são importantes atrativos potenciais. Um dos principais do

município, o Sítio Arqueológico do Justino foi inundado pelo lago do Xingó, sendo grande parte do material resgatado incorporado ao acervo do MAX. Outro conjunto de destaque, localizado na estação de Xingó e na direção da Fazenda Poço Verde que possuem fragmentos e peças de antigos acampamentos e habitações. Quatorze desses sítios apresentam registros gráficos, pinturas e gravuras rupestres. Um dos pontos de referência, destacado pelos visitantes e população local é o Vale dos Mestres, formado por três abrigos encravados no sopé dos paredões. Nestes abrigos encontram-se as inscrições. O local tem recebido a visitação de turistas, porém não possui estruturação ou exploração organizada do atrativo. Merece também destaque o Sítio Arqueológico do Letreiro, situado na Fazenda Letreiro. Trata-se de uma grande formação rochosa de arenito com um abrigo encravado na rocha, o que garantiu proteção às pinturas rupestres, mantendo expostos os vestígios da ocupação de povos pré-históricos que habitaram o local e descreveram sua época em figuras que retratam hábitos e costumes. O atrativo, ainda não explorado, integra o conjunto de sítios arqueológicos existentes na região. O acesso é realizado por meio de trilha dentro da caatinga. (PDITS, 2012, pg. 20)

De certo modo, podemos considerar não incluso, uma vez que mencionam sítios inviáveis à visitação turística, possivelmente referenciada dado o material coletado pelo PAX, o que ratifica a problemática da falta de conhecimento acerca dos sítios possíveis à prática turística.

Como parte da metodologia da apresentação do cenário, a cidade possui infraestrutura básica compatível às necessidades do município, e turística passível de crescimento, embora para esse estudo atenderia a necessidade da modalidade estudada. O PDITS (2012) e AAS (2014) reforçam essa premissa, ambos apontam que os serviços diretos ao turista são diversificados, e proporcionais às necessidades, o que apresenta falhas são os serviços de atendimento. Mas essa é uma problemática cultural e generalizada no estado.

Figura 36 - Estimativa de Serviços Hoteleiros

MUNICÍPIO	Unidades Hoteleiras	LEITOS
Canindé de São Francisco	5	288
Propriá	11	351
Nossa Senhora da Glória	5	94
Porto da Folha	4	80
Poço Redondo	2	17
Neópolis	2	59

Fonte: AAE (2014).

Esses serviços de hospedagem inseridos no relatório da AAE (2014) apresentam hotéis cadastrados no site da prefeitura, pelo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Mtur - Cadastur, mas devemos considerar as pousadas e hospedagens familiares, tendências das

novas práticas turísticas sociais. Essa seria uma proposta base para fomento da economia e geração de renda para essas famílias. Na pesquisa de demanda apresentada pela Setur/SE, a CDTs (2018), constatou que 74% dos entrevistados afirmou que não pernoita na cidade, em função dos passeios “bate-e-volta”, dado bem expressivo e alarmante conforme já explicitado nesta tese. É importante ressaltar que o município hoje dispõe de um hotel cinco estrelas, o Xingó Parque Hotel, com infraestrutura que vai desde heliporto a equipamentos de entretenimento.

Os serviços de alimentação são tradicionais, com pratos regionais. Dentro desta esfera e na perspectiva de formar uma rede de cooperação está o projeto Gastrotinga, idealizado e coordenado pelo intitulado Chef do Sertão, Timóteo Domingos. Sua proposta envolve a geração e difusão de conhecimento e multiplicação de renda com o cultivo de plantas características da região, a caatinga, comestíveis e ajuda na preservação e conservação do bioma⁸⁰. E seria uma parceria enriquecedora neste cenário arqueológico. Segundo o AAE há outros serviços de apoio: Agências de receptivo e de viagens, guias locais credenciados pelo Mtur, Transporte turísticos, e outros.

Considerando a CDTs (2018), a avaliação acerca dos serviços turísticos apontou os seguintes dados:

Figura 37 - Avaliação de Serviços de acordo com Caracterização de Demanda Turística

Polo Velho	
Estrutura / Serviço	Nota média
Táxi / Uber	4,4
Hospitalidade dos moradores locais	4,3
Meios de hospedagem	4,3
Guias de turismo	4,2
Aeroporto	4,2
Preservação ambiental	4,1
Empresas de receptivo	4,1
Bares e restaurantes	4,0
Serviços de informações turísticas	3,8
Limpeza pública	3,7
Sensação de segurança	3,6
Diversões noturnas	3,6
Comunicação (internet / telefone)	3,5
Comércio / compras	3,4
Sinalização urbana e turística	3,4
Rodovias	3,2
Terminal rodoviário	2,3
Transporte coletivo urbano	2,3

Fonte: CDTs, (2018).

⁸⁰ Disponível em <http://timoteodomingos.com/timoteodomingos/>, acessado dia 10 de maio de 2018.

Embora os dados representem uma amostra relacionada ao polo, consideramos que são representativos para Canindé de São Francisco, uma vez que já mencionados pelo AAE (2014), como a cidade que mais se desenvolveu para o turismo. Observa-se que as notas que estão em azul e vermelho coincidem com as problemáticas apresentadas, considerando que os itens avaliados receberam a nota de 1 - muito ruim, 2 – Ruim, 3 – Neutro, 4 – Bom e 5 - Muito bom. Em relação aos aspectos econômicos e geração de emprego, o que se pode observar que o município se desenvolveu bastante nos últimos cinco anos, a chegada de novos empreendimentos comerciais de varejo na cidade dobrou a oferta de empregos. Porém não há dados que indiquem que parte desta geração de renda venha do turismo local, uma vez que grande parte desta demanda não pernoita na cidade, logo não utiliza seus serviços, e não gera emprego. Evidente que são conclusões com base nos dois documentos analisados, e pelo relato da população e empresários do setor que mencionaram a problemática dos passeios que não param na cidade.

Para o turismólogo Carlos Moisés de Lima, há potencial para prática do turismo arqueológico na região, para o guia de turismo:

“Os sítios arqueológicos no Vale dos Mestres, nas quais pode-se encontrar pinturas rupestres e locais de abrigo das civilizações antigas, outro bem arqueológico é o próprio Museu de Arqueologia de Xingó que com seu acervo realiza um trabalho de educação patrimonial e valorização da cultura e do saber. No entanto é preciso tomar algumas medidas para preservar os espaços, nos quais os sítios arqueológicos se encontram, bem como buscar ferramentas de mitigação para o turismo que já em desenvolvimento em paralelo nestas localidades. Já participei de uns passeios pelos sítios na região e achei muito interessante, principalmente quando se tem a presença de um estudioso na arqueologia que traz um olhar diferenciado sobre o que estão as nossas vistas, mais, no entanto, sem um auxílio de uma narrativa interpretativa, não conseguimos absorver a importância do que está sendo visitado. Mas volto a dizer que falta planejamento e interesse da gestão pública e iniciativa privada em realizar um planejamento e executar ações, desde infraestrutura, monitoramento, capacitação de profissionais, entre outras atividades.”

Esse pensamento representa um anseio de desenvolver uma economia mais incluyente, solidária onde todos que trabalham possam se sentir donos dos meios de produção, não somente por valor material, mas na premissa de preservação dos seus bens patrimoniais, sociais, culturais e ambientais é responsabilidade de todos e pertencentes a todos, dentro de um modelo de autogestão sustentável que promova o emponderamento da comunidade sobre seus bens arqueológicos na perspectiva do desenvolvimento do turismo arqueológico através de habilidades de aprender a conhecer, a fazer e conviver. Essa é a proposta para Canindé de São Francisco.

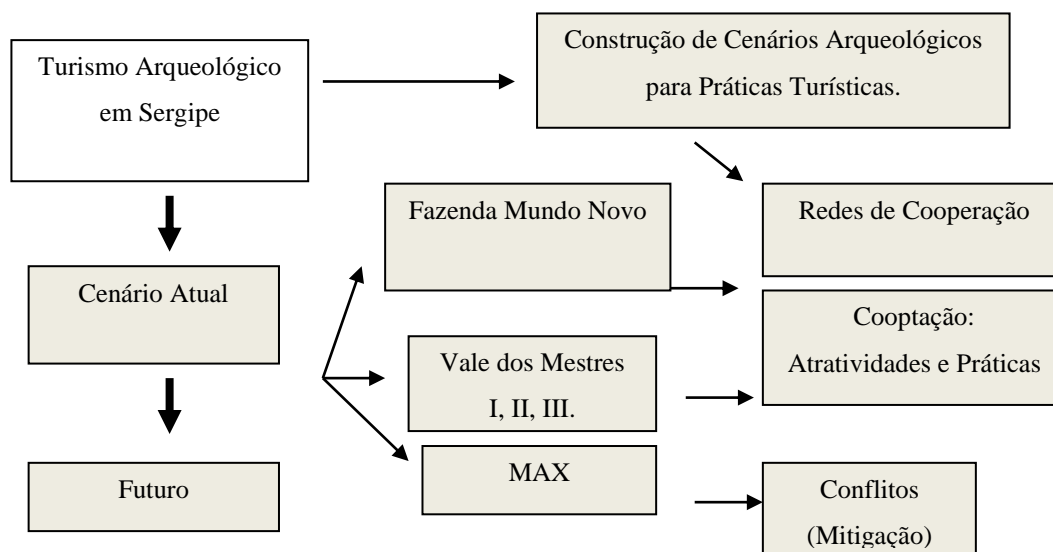
Em novembro de 2018, foi realizada a palestra intitulada “Turismo Arqueológico em Canindé de São Francisco” (ANEXO C) como recorte da tese de doutorado, no “I Seminário Turismo e Preservação do Patrimônio Arqueológico do Baixo São Francisco”, realizado pela superintendência do IPHAN/SE em parceria com Ministério da Cultura e Governo Federal, com apoio do Museu Arqueológico de Xingo e Museu da Gente Sergipana. Foram discutidas as possibilidades para o cenário deste município. O evento contou com diversos profissionais da área do turismo, que se mostraram surpresos sobre as potencialidades apresentadas. Como parte desse diálogo observou-se que o conjunto de profissionais da área desconhece a temática de turismo arqueológico, mesmo desenvolvendo ações nesses sítios arqueológicos de registro rupestre como é o caso do Vale dos Mestres e Fazenda Mundo Novo.

Ainda como parte da parceria estabelecida com o projeto Opará Coletivo, foram realizadas oficinas com cerca de 60 pessoas entre comunidade e profissionais no MAX (ANEXO B) sobre a temática, assim como visita aos sítios arqueológicos compreendidos neste estudo. Como se trata de dados do projeto, o que pudemos observar é que muitos desconheciam essa prática, mesmo conhecendo bem o local e ratificaram a importância de conservação desses sítios. Quando perguntados o que acharam da visita aos sítios, as respostas foram: *“É um local que onde a gente se sente em outra época e fica imaginando como esses grupos viviam por aqui.”*, *“Fico imaginando o que eles queriam dizer com esses desenhos”*, e muitas outras questões que ressaltam a experiência do novo olhar para essa modalidade.

Vale ressaltar que os grupos que foram observados para a elaboração de uma proposta de roteiro, relataram a importância de mais informação nesses sítios arqueológicos, e da habilidade de quem conduz ou realiza esse guiamento, por se tratar de uma forma diferente do fazer turismo.

A apresentação dos cenários dentro dos estudos expostos é o foco analítico que encaminhou essa pesquisa, para tal foi preciso abandonar as visões determinísticas, ou seja, o estudo propôs analisar a viabilidade desses cenários, trabalhando com probabilidades e noções de riscos, conforme proposto pela metodologia. Godet (1993) aponta que não se trata de uma tarefa simples, foram verificados junto à metodologia as variáveis combinando grau de informação disponível, diálogo com a população local, a problemática enfrentada e grau de governabilidade. Os Sítios identificados como viáveis foram os sítios Dom Helder, Patrocina, Cândido, Josefa e João, todos localizados na Fazenda Mundo Novo, os sítios Vales do Mestre I, II, e III e o Museu Arqueológico de Xingó.

Quadro 11 – Cenários para Prática de Turismo Arqueológico.



Fonte: Elaboração da autora.

Vale ressaltar que os aspectos positivos devidamente planejados e orientados podem proporcionar diversos benefícios, dentre eles: geração de renda para a população bem como o surgimento de novas oportunidades de emprego no turismo, oferta de atividade de lazer, o que contribui para a melhoria na infraestrutura básica local, cria novos roteiros turístico pois ele contribui para a descentralização do fluxo turístico nos destinos já consagrados, contribui para a formação profissional por meio de capacitação para o trabalho, permite a interação social e cultural da comunidade local com os visitantes e vice-versa, cria novos polos turísticos, valoriza o patrimônio natural e cultural pois permite ao turista vivenciá-lo através da gastronomia, do contato com pessoas da comunidade e o contato direto com o Rio São Francisco e a flora (Caatinga), possui uma didática educativa que harmoniza os interesse do meio ambiente, da comunidade local e do próprio turista de modo sustentável, garantindo a integridade do binômio homem-natureza.

5.1.3.1. Fazenda Mundo Novo (Sítios de Registro Rupestre Dom Helder, Patrocina, Josefa, João e Cândido)

A fazenda Mundo Novo abriga um dos mais importantes conjuntos de sítios arqueológicos do estado. São cinco sítios de arte rupestre, dentro de propriedade particular. A 30km do centro da cidade, possui sinalização e vias pavimentadas que facilitam chegar a sua localização, além de placas de sinalização.

De acordo com Santos (2007), foi através de iniciativa do Museu Arqueológico de Xingó – MAX, que a Fazenda Mundo Novo passa por uma estruturação, como intuito de incentivo ao turismo em virtude do patrimônio arqueológico. O projeto teve consentimento do proprietário da área senhor José Augusto, tendo como objetivo o aproveitamento de cinco sítios com pinturas rupestres, devido a facilidade de acesso a estes sendo aspecto favorável à construção de passarelas e previsão de um sistema de monitoramento de visitantes.

Foto 25– Portão de Entrada da Fazenda Mundo Novo



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

A propriedade, administrada pelo Sr. José Augusto de Andrade Lima, é composta por uma sede equipada com restaurante, piscina, deck para banho e cinco chalés para hospedagem, além de todos os atrativos naturais inerentes à paisagem local.

Foto 26 – Infraestrutura Fazenda Mundo Novo



Foto: Laura Almeida, 2018.

Segundo Santos (2007), há 30 anos, aproximadamente, quando a fazenda pertencia a Antônio Feitosa, foi um dos abrigos de Lampião e seu bando, cangaceiro nordestino que circulava na região nos tempos do cangaço. Foi vendida a Sr. Augusto em 1978 com objetivo inicial de investir na pecuária por estar às margens do Rio São Francisco, o que não deu certo. Posteriormente, através de pesquisas da Professora Suely Amâncio, foram descobertos os cinco sítios, seguido de propostas de investimento no setor turístico. O autor ressalta que um dos aspectos relevantes para o investimento foram os sítios arqueológicos e parcerias com a Secretária de Turismo do município, que possibilitou uma reestruturação da fazenda, chegou a ser cenário de novela e passou um período de desenvolvimento relevante para o estado (SANTOS, 2007).

Em 2012 foram realizadas novas inspeções na Fazenda Mundo Novo, através do estudo elaborado pela Profa. Dra. Suely Amâncio que descreve os tipos de grafismo encontrados nos sítios e suas características, a autora relata as duas faces presentes na Tradição São Francisco: *Rezar*, se caracteriza por elementos e figuras verticais muito grandes e alongadas, bicrômicas (duas cores), e o contorno costuma ser preto ou vermelho. São figuras que vêm acompanhadas de animais como peixes, répteis pretos ou brancos e por figuras de vários lóbulos, lembrando cactáceas e a outra face, o *Caboclo*, caracterizado por figuras bipolicrômicas cobrindo toda superfície e com preenchimento interno (SCHMITZ *et al*, 1997).

A fazenda já recebe um fluxo turístico, mesmo que tímido, pois não está aberto diariamente e nem todos os finais de semana, a visita se dá por agendamento. Nesse aspecto, evita impacto e presença ilícita de visitantes da região. Vale ressaltar que a visita em sítios deve ser monitorada e acompanhada por guia local, conforme descrevemos mais adiante.

Embora forte interesse por parte do proprietário, não há uma procura ou elaboração de roteiro fechado para visitar exclusivamente os sítios arqueológicos, ou com material que aborde os cuidados que deve ter ao visitar patrimônios como esse. As trilhas executadas hoje pela fazenda estão inseridas no contexto ecológico, o que contribui para as práticas arqueoturísticas. Os sítios que serão apresentados seguem a ordem de localização, conforme descreve mapa abaixo:

Figura 38 – Localização dos Sítios Arqueológicos da Fazenda Mundo Novo/SE



Fonte: Google Earth, 2016.

Essa etapa permite conhecer a caracterização de cada sítio, localização e estado para visitação, assim poderemos considerar esses atrativos turísticos ou arqueoturísticos.

Essa nova dinâmica do turismo propõe uma busca por experiências individuais e pessoais, concomitantes a experiências coletivas combinadas com vivências culturais autênticas diretas, por considerar que a troca de experiências e conhecimento sejam elementos de transformação na vida de quem visita ou é visitado através de um modelo sustentável, que é uma necessidade do agora. A manutenção e sustentação do modo de vida de qualquer sociedade e o desenvolvimento do conceito do modelo econômico sustentado, elaborado dentro das dimensões da sustentabilidade, segundo Ignacy Sachs (2002), são elementos de diálogo nesta tese. Contribuem na divulgação do patrimônio, assim como no fortalecimento da identidade local, na geração de renda e emprego, valorização da economia local, possibilitando democratizar o turismo e suas áreas afins para com comunidade local.

Desta forma, o diálogo entre a arqueologia e o turismo não só possibilita essas ações, como propõe o desafio de criar novas narrativas, ações, exposições em museus, e apresentação dos sítios arqueológicos e seus artefatos para visitantes e comunidade local.

5.1.3.1.1. Sítio Dom Helder

O primeiro sítio a ser visitado está georeferenciado, assim como os demais, a fim de melhor orientação de visitantes. O sítio catalogado no Iphan apresenta um relevo platô, com

paredão contendo pintura rupestre, com figuras biomorfas e geométricas, zoomorfos e abstratas, dispostos em um único painel (SANTOS, 2007).

Santos (2007) aponta que neste sítio foi realizada uma escavação, a única de Sergipe em sítios dessa tipologia, coordenada pela Profa. Dra. Suely Amâncio. O autor relata que o intuito era observar e compreender a ocupação dos grupos pré-coloniais no contexto rupestre e possíveis funções. Os resultados dessa pesquisa constatarem evidências de ocupação humana de material lítico, evidenciando e preenchendo a lacuna das pinturas rupestres.

Da recepção da fazenda até o sítio Dom Helder, há uma distância de aproximadamente 35 metros, cerca de 5 a 10 minutos, considerada uma trilha leve a moderada, como descreveremos mais adiante. A acessibilidade é fácil, podendo ser feita a pé ou de carro, que pode ser comprovada em campo. Anteriormente, logo após a reestruturação da fazenda, quando inaugurada, a fazenda dispunha de uma charrete que fazia essa trilha chamada pelo proprietário como “Trilha Sítio Arqueológico”.

Figura 39 – Charrete (Inativa) para Trilha Arqueológica – Fazenda Mundo Novo



Fonte: Site da Fazenda Mundo Novo

As pinturas rupestres deste sítio apresentam grafismos puros, que dificulta sua identificação. Contudo, segundo Martinelli (2010), são elementos compatíveis a características da Tradição São Francisco, com pinturas em ação que possibilitam identificar as cenas de caça, rituais e cerimoniais e danças.

O que se pode observar são as pinturas que estão em um contexto do cotidiano dos grupos sociais. Santos (2007) aponta a centralização das figuras, o que facilita sua visualização e interpretação.

Foto 27 – Grafismos do Sítio Arqueológico Dom Helder - Fazenda Mundo Novo



Fonte: Laura Almeida, (2018).

Segundo Prous (1992), as datações do registro rupestre são feitas de forma indireta, correlacionando-se os painéis pintados e as camadas de ocupação, através da identificação, no solo, de materiais como ocre, placas pintadas, pingos de tintas e fogueiras. Para os autores, a sua cronologia ainda é recente e apresenta um baixo número de datações, que pode ser explicado pelas características intrínsecas da matéria de estudo (dificuldade para datar os materiais corantes ou as incisões na rocha) ou, ainda, pela ausência de camadas arqueológicas, sobretudo em sítios localizados nas margens de rios ou assentes sobre base rochosa. (PROUS, 1992). Como é o caso dos sítios analisados.

Suas figuras são identificadas a partir de um conjunto de elementos descritos pelas tradições, análises técnicas na tentativa de interpretar os grupos pré-coloniais e sua vida cotidiana, que envolvia a caça, as manifestações sagradas, as relações entre os homens, animais existentes na época, dentre outros.

No ano de 2000, quando o primeiro projeto de reestruturação da fazenda foi apresentado, foram colocadas passarelas de acesso para visualização das pinturas, seguindo as propostas do PNSC, no Piauí, contudo, para Santos (2007), foi um equívoco, pois dado o material utilizado possibilitou uma infestação de cupim comprometendo o painel das pinturas. Anos após seu estudo ter sido apresentado, as passarelas foram retiradas.

Figura 39 – Passarela colocada em frente ao Abrigo Dom Helder



Fonte: Santos, (2007).

Esse é um dos impactos ambientais recorrentes de acontecer nos painéis, comprometendo a conservação do registro rupestre. Nesses casos, Santos (2007) sugere utilização de madeiras da região ou sinalização adequada com informes sobre os cuidados com sítios da arte rupestre. Além do mais, pela análise realizada pelo autor, as passarelas não possuíam condições para acessibilidade, resultando na retirada das mesmas. Outro problema apontado por Santos (2007), era a desproporção da altura da passarela, apresentando um degrau desnecessário para visualização das pinturas, uma vez que o painel se encontra em uma altura de uma pessoa de aproximadamente 1,65m.

O que se pode contextualizar é que esse sítio precisa de manutenção constante, mas que uma vez as pinturas concentradas em um único espaço não seria necessária a implantação de passarelas de acesso, o que precisa é estar sinalizada contendo informação sobre o sítio com: breve histórico sobre as pinturas rupestres da região, histórico do sítio, significação dos elementos e figuras simbólicas, dados técnicos do órgão fiscalizador, imagens elaboradas a partir de decalque e cuidados com o painel. Hoje a sinalização existente resume-se na placa padrão do Iphan/SE e a placa que o proprietário expõe na entrada de cada sítio, como mostra a foto abaixo.

Foto 28 – Placa de Sinalização de Indicação do Sítio pelo Proprietário



Fonte: Laura Almeida, 2018.

Deve haver um manual de boas práticas, ou informação básica, como a proibição de tocar nas figuras, manter distância de aproximadamente 1,5m, pois o contato muito próximo pode, através da eliminação do gás carbônico, também causar danos nas pinturas, advertir que não pode escrever ou pichar nos paredões, que parece ser uma informação primária, mas uma realidade cada vez mais frequente em abrigos que contém registros rupestres.

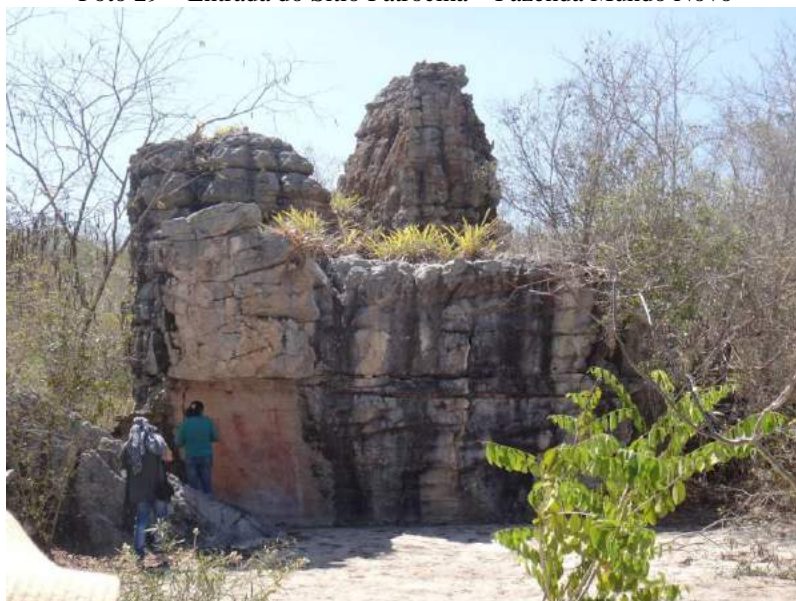
Em relação à capacidade de carga, Lage (2004) sugere para esse tipo de sítio definido como abrigo, por possuir um piso regular, favorece que de dois a três indivíduos possam visualizar as pinturas de cada vez, em um grupo de quinze pessoas. Contudo, conforme pré-teste de visitas realizadas no local, constatou-se que a observação pode ser realizada por até quatro pessoas sem danos ao painel.

Santos (2007) reforça a representatividade das figuras, acredita-se que os homens pré-coloniais elaboraram suas artes em rochas mais lisas com intuito de descrever melhor os rituais que ali ocorriam, e também porque podiam se abrigar do mau tempo.

5.1.3.1.2. Sítio Patrocina

O segundo sítio a ser apresentado compreende o maior número de representações antropomórficas, ou seja, que apresentam aspectos humanos animais ou deuses, geralmente assemelha-se a elementos da natureza. Para Santos (2007), o abrigo é formado em um suporte de arenito, com um painel de três metros de extensão.

Foto 29 – Entrada do Sítio Patrocina – Fazenda Mundo Novo



Fonte: Laura Almeida, (2016).

Para Santos (2007), o painel apresenta aproximadamente treze figuras, distribuídas em zoomorfos e grafismos puros em um paredão de 150m. O autor ainda aponta desenhos geométricos de bastonetes e grades. Embora seja um sítio menor, possui boa distribuição dos elementos expostos, que possuem dimensões acessíveis à visualização.

O sítio é considerado abrigo, seguindo a premissa de piso regular com figuras na cor vermelha, destacados para pinturas geométricas de comprimento maiores que os demais sítios. Sua proximidade com os sítios já citados, cerca de 40 metros, permite que todos os elementos entrem num consenso sobre sua funcionalidade e significado. Santos (2007) reporta a importância desses registros, através de elementos visuais que não retratam a materialidade em si e permitem desenvolver o imaginário de quem visita.

Foto 30 – Grafismos do Painei Sítio Patrocina



Fonte: Laura Almeida, (2016).

O Patrocina detém um dos registros mais interessantes e intrigantes quanto ao seu significado. Com formatos regulares, assemelha-se a “bonecões”, conforme destacados em decalque, na figura 40, e que indicam que até então não haviam sido registrados signos assim em outros sítios da região em uma visualização das mais precisas e em bom estado de conservação.

Figura 40 – Elementos e Figuras do Sítio Patrocina



Fonte: Martinelli, (2010).

Para Pessis (1992), a temática na Tradição São Francisco, como as outras se desenvolvem em diferentes composições para representar muitas realidades, pertencentes ao mundo imaginário ou material, interpretá-las requer técnicas na sua ocorrência e recorrência. Pessis (2003) chama a atenção para as similaridades desses registros sergipanos com os desenhos da Serra da Capivara, a mesma tonalidade demonstra as particularidades do solo ou plantas utilizadas para extrair a tintura para as pinturas, assim como as representações sociais sugerindo animais e rituais semelhantes levando a crer que os grupos que habitaram a região ou faziam parte de uma mesma organização social ou havia uma linguagem padrão de comunicação entre grupos dessa região do nordeste brasileiro.

Alguns problemas de conservação foram apontados por Santos (2007), dentre eles infiltração de água, causando fissuras, casulos de vespas, manchas e outros. Embora não seja objetivo específico desta tese analisar os impactos ambientais, não podemos deixar de citar uma vez que o estudo é pautado no viés da sustentabilidade. Desta forma, o autor indica que um dos maiores problemas de conservação deste sítio seria os cupins, que durante as etapas de pesquisa de campo ainda são recorrentes neste abrigo.

O que pode ser observado no estudo de coleta de dados, é que estudos mostram as condições morfológicas e estruturais do sítio ainda em estado de conservação apropriada para visualização.

5.1.3.1.3. Sítio Josefa

Para Santos (2007), o sítio Josefa está representado por um painel com figuras geométricas de bastonetes e grades, com formas retangulares e pontos espessos. Do Sítio Dom Helder para o Sítio Josefa há uma distância de 5 a 10 minutos a depender do meio de locomoção.

Uma problemática recorrente em todos os sítios é a sinalização existente. A sinalização corresponde a padrão do órgão fiscalizador e a do proprietário na entrada do sítio. A sinalização proposta pelo Iphan/SE embora apresente informações sobre o sítio, são insuficientes tanto para conservação do sítio e monitoramento, quanto para visitação turística. A mesma traz uma interpretação imperialista, com poucas informações e não deixando claro que tipo de patrimônio é aquele que precisa ser preservado às custas de punição e penalidades judiciais.

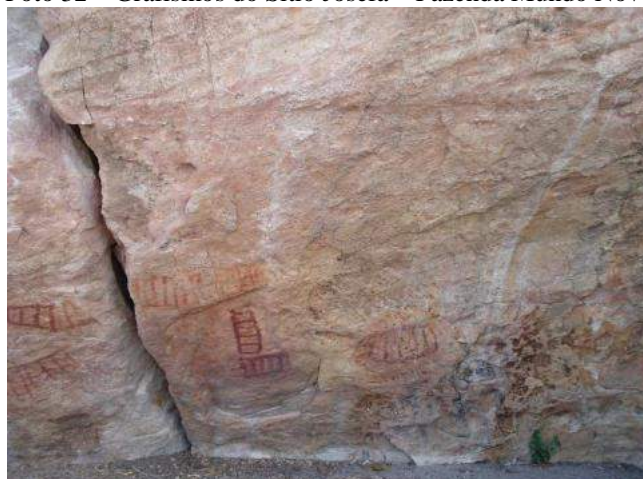
Foto 31 – Placa Padrão do IPHAN - Sítio Josefa – Fazenda Mundo Novo



Fonte: Acervo Pessoal.

Corroborando com Santos (2007), O sítio possui boa visualização seguindo a premissa de que não haveria necessidade da implantação de passarelas, uma vez que o sítio é formado por um paredão rochoso de arenito de aproximadamente 13 metros de comprimento, mas que as pinturas se encontram em uma visualização de um metro e meio de altura.

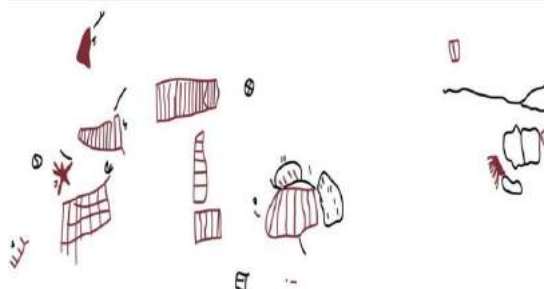
Foto 32 – Grafismos do Sítio Josefa – Fazenda Mundo Novo



Fonte: Laura Almeida (2018).

O sítio apresenta um conjunto de dez figuras no total, caracterizadas de formas geométricas, abstratas e zoomorfas, conforme figura 41. Sempre apresentados horizontalmente e verticalmente.

Figura 41 – Formas e Características do Sítio Josefa.



Fonte: Silva, (2012).

A interpretação dessas figuras é elemento chave para visitação de sítios dessa tipologia, permitem relacionar as informações contidas, as experiências vivenciais, sensibilizando as pessoas acerca da importância de preservação desses registros. Mesmo a pouca documentação e elementos que sustentem a proposta de visitação, não devem ser ocultos a visitação, mesmo que frágil, se houver sinalização e monitoramento é possível disponibilizar esses bens arqueológicos para as sociedades.

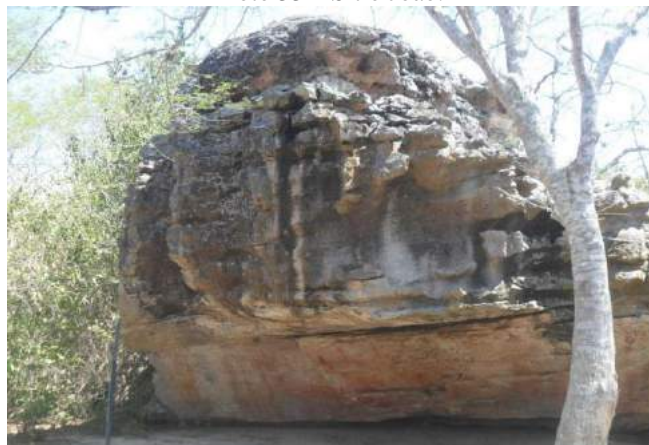
Para Ruschmann (1991), por se tratar de um bem abstrato, desenvolve uma percepção imaginária do modo de vida passado. Desta forma, a sensibilização é sempre importante. Manzato (2007) adverte que o excesso de pessoas e as formas inadequadas de controle comprometem toda a visita e descaracteriza os elementos encontrados. Para essa questão, é preciso destacar e esclarecer que não se pretende sugerir adequações de infraestrutura turística, e sim promover a visitação com as condições presentes.

O Sítio Josefa, assim como os demais, vem apresentando fragilidade e estado de conservação que carece de observação, mas todos oriundos das intempéries naturais.

5.1.3.1.4. Sítio João

Percorridos cerca de 15 minutos a pé do Sítio Patrocina, está o Sítio João, penúltimo do trajeto. É importante salientar que todo o trajeto é composto pela vegetação local, característico do bioma caatinga, o que torna o cenário mais contemplativo. Este sítio é caracterizado em relevo de platô, com paredão composto por um painel reto de aproximadamente 1,50m de altura por quase 3,5m de largura. Nele podem ser observadas figuras geométricas em formato de grades, círculos, todos abstratos e somente alguns animais como demonstrado na foto 33.

Foto 33 – Sítio João.



Fonte: Laura Almeida, (2016)

Para Santos (2007), as peculiaridades desses sítios são os formatos de sua confecção, geralmente linhas retas e com proximidades de locais onde poderiam estar abrigados, ou protegidos. A visualização das figuras é mais complexa que os demais, por estar mais baixo, mas que não compromete a percepção, apresentando boas condições.

Os elementos e signos apresentados remetem a algumas interpretações, mas relacionados a instrumentos de caça, coletores, e até de alguns animais. Todos dentro da contextualização teórica que foi apresentado dentro da Tradição São Francisco, com elementos que remetem ao contexto social dos grupos pré-coloniais. Prous (1992) indica que esses registros são singulares da região do São Francisco, há mais presença de pinturas de animais e em uma bicromia mais vermelho e amarelo.

Figura 42 – Elementos e Signos do Sítio João.



Fonte: Martinelli, (2010).

Esses registros, enquanto linguagem de grupos antigos, há dificuldade de interpretação uma vez que estamos tratando que figuras e signos de milhões de anos e em um contexto muito distinto do atual, contudo, essas manifestações não podem ser ignoradas, constituem de vestígios deixados em sociedades pré-coloniais que habitavam essa região e queriam deixar alguma mensagem. Essas fazem parte para quem está disposto a compreender sua passagem e

se admirar com ela (SANTAELLA, 1983). Souza (2013), sugere que o sítio tenha servido como abrigo temporário, se comparado com o sítio Cândido.

Para Prous (1992), trata-se de um conjunto de significados, que neste caso são possíveis a identificação de formas humanas e animais. E que geralmente escolhiam as rochas como espaços ideais para os registros, pelas condições físicas ou, como aponta Etchevame (2007), por em sua maioria serem lisas, planas, e pouco onduladas.

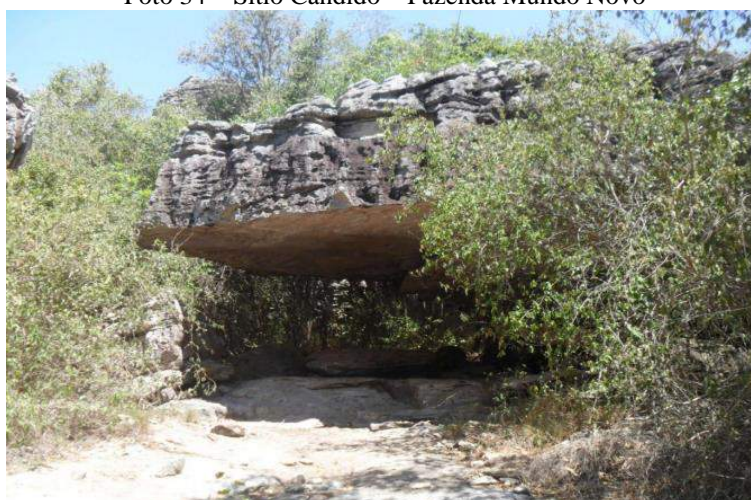
Santos (2007), ressalta que a presença de grafismos puros não expõe claramente as figuras, algumas formas são maiores que as outras, não chegando a um contexto mais específico que os demais. Porém, tais traços parecem ser bem comuns na região de Xingó. Para o autor, o Sítio João possui bom estado de conservação, apresentando casulos de vespas, mas que não comprometeram suas figuras.

5.1.3.1.5. Sítio Cândido

O sítio Cândido apresenta um cenário distinto dos demais, mesmo com tipo de relevo semelhante, platô, é um abrigo diferente. Em uma primeira análise, as figuras estão separadas, diferente dos outros que se encontravam bem próximas umas das outras.

Neste sítio há pinturas no teto e nas laterais. Para Martinelli (2010), o sítio Cândido é diferenciado pelo suporte rochoso que, diferente dos demais, é caracterizado como gruta, não abrigo.

Foto 34 – Sítio Cândido – Fazenda Mundo Novo



Fonte: Laura Almeida (2018).

Entre as observações realizadas em visita de campo, este é um sítio mais recuado que os demais, que estrategicamente consideramos estar bem localizado para encerrar a trilha e a visitação. Com uma distância do Sítio João entre 10 a 15 minutos, a pé ou de veículo, possui

uma variedade de signos e figuras, distribuídas em geométricas, antropomorfas, bastonetes, simétricas, muito biomorfo e algumas sem uma identificação de formatos.

Foto 35 – Vista Parcial da Gruta Sítio Cândido



Foto: Laura Almeida (2018).

Os elementos que compõem essas figuras dialogam com as demais em um contexto de conclusão da visita, como se quisessem indicar uma análise geral dos registros rupestres localizados na Fazenda Mundo Novo, com formações de pessoas, ações antrópicas, círculos, linhas, aves, de diversos tamanhos.

Figura 43 – Elementos e Signos do Sítio Cândido



Fonte: Souza, (2013).

Para Santos (2007), o sítio está distribuído em três painéis, sob análise de que, por estar mais recuado e possuir um espaço maior que os demais, pode ter tido função de uma permanência mais extensa, resultou em mais possibilidades de criação, de vivência.

Segundo Martinelli (2010), existe uma figura de um suposto antropomorfo no teto do sítio Cândido que atrai mais os olhares pelo fato do mesmo ter uma medição de aproximadamente dois metros de comprimento. No seu entorno existem figuras associadas que possibilitam inferir como se fossem uma lua e um sol. No referido painel predomina o

motivo geométrico e figuras não identificáveis. No teto existe um grande biomorfo associado a um provável signo de “lua” e um provável signo de “sol”. Compondo o cenário, se fazem notar semicírculos, figuras tridáctilas complexas e figuras geométricas representadas por bastonetes (SANTOS, 2010).

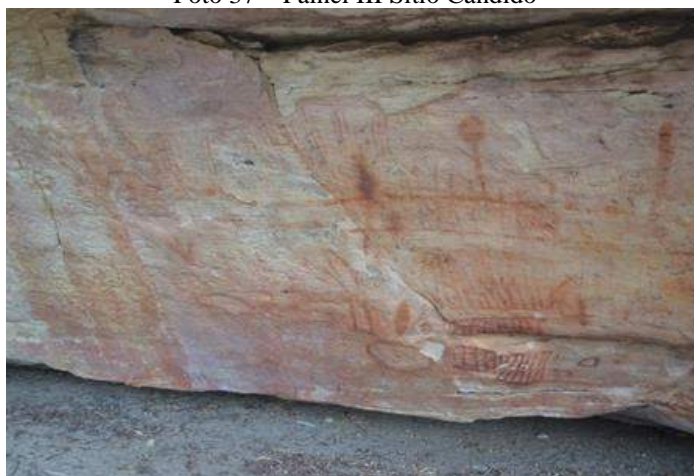
Foto 36 – Painei II Sítio Cândido



Fonte: Laura Almeida (2018).

O painei três está localizado no lado esquerdo do sítio. No teto desse painei predomina-se motivos geométricos e a maioria das figuras está representada por “ziguezagues”. Ainda se constam nesse painei figuras de círculos e conjuntos de semicírculos. Nota-se a presença de dois elementos figurativos que são observados como sendo “pirogas” ou algum tipo de embarcação, associadas a linhas sinuosas e conjunto de semicírculos.

Foto 37 – Painei III Sítio Cândido



Fonte: Laura Almeida, 2018.

Santos (2007) ratifica, ainda, que a disposição das figuras sobrepostas pode indicar a presença de mais de um grupo nessa localidade, e por apresentar na análise com diferentes datações e cronologia.

A expressão significa, materializada ou não, que, em um contexto específico, mantém relações com outros aspectos não materiais da vida cotidiana. Esses outros aspectos são aqueles ditados pelo ritual, religião, estrutura social, relações de poder e econômicas, ditadas pela ideologia do grupo produtor, em relação ao seu executor (AZEVEDO NETTO, 2013, pg. 62). Segundo Martinelli (2010), cada grupo possui uma característica própria e, com surgimento de novas técnicas, é possível que novos conceitos de representação possam surgir ou ser incorporados à temática envolvida.

Talvez uma das dificuldades de análise ou interpretação de quem visita o local é a falta de informações, mesmo quando a visita passa a ser guiada, como foi o caso das visitas realizadas durante os pré-testes dos roteiros. Há um esforço por parte do proprietário e de seu filho em contextualizar a história das pinturas no local, mas são informações insuficientes, por isso a importância de traçar parcerias com agentes turísticos locais, e com instituições do próprio município, seja no campo educacional ou governamental, pois é preciso estar claro as informações arqueológicas sobre o lugar, caso contrário a Fazenda Mundo Novo continuará a desenvolver atividades acerca do turismo de natureza ou pedagógico comprometendo seu principal elemento de visitação, que são os registros rupestres.

5.1.3.2. Vale dos Mestres

A região do Vale dos Mestres está situada a 30 quilômetros da sede do município de Canindé de São Francisco, nas proximidades do povoado de Curituba e é composto por três sítios de registro rupestre. Assim como os sítios da Fazenda Mundo Novo, os três sítios são frutos da pesquisa arqueológica do PAX, e estão catalogados pelo IPHAN/SE.

Na ocasião, segundo Martinelli (2010), os sítios estavam dentro da fazenda Lamarão e passaram a ser catalogados junto ao Iphan/SE, fato datado na década de 90 juntamente com estudo de conservação dos sítios. A autora, posteriormente integrou os sítios do Vale dos Mestres em projetos de pesquisa, passando a monitorá-los esporadicamente.

Para Amâncio (1998), A região é conhecida como Riacho do Portão, às margens do Rio Poço Verde, afluente do Rio São Francisco, envolve um percurso de duas horas de caminhada dos paredões de rocha arenítica pintura e gravura rupestre até o Riacho Seco.

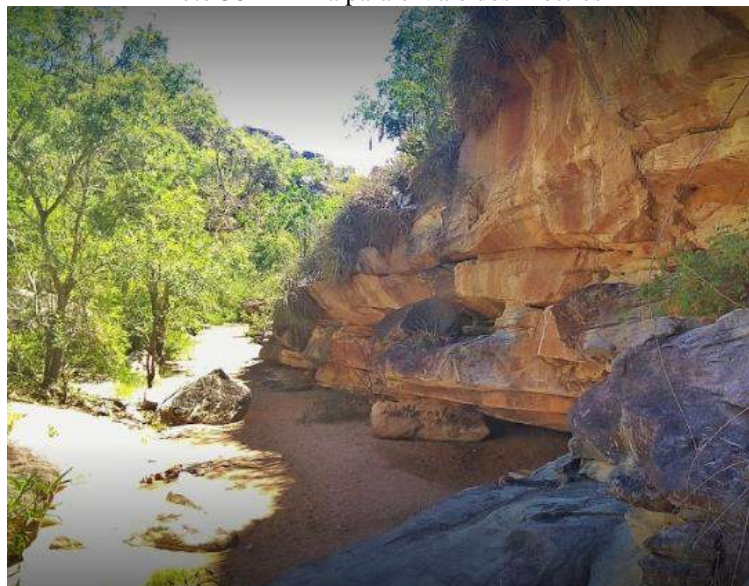
Figura 44 – Mapa de Localização da Trilha Vale dos Mestres.



Fonte: Almeida e Kokler (2017), adaptado pela autora.

A área que abrange os abrigos com os registros rupestres é de fácil acesso, tanto que há muitas trilhas ecológicas que estão sendo praticadas nesse local. Porém, analisando para conservação das pinturas, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos mostrando a fragilidade da manutenção das pinturas. Isso porque o local está à margem do Riacho Poço Verde, como mencionado, e acaba gerando uma erosão hídrica, que geralmente ocorre em todos os sítios de gravuras no Nordeste.

Foto 38 – Trilha para o Vale dos Mestres



Fonte: Laura Almeida (2017).

Uma das questões observadas neste estudo, é que muitas pessoas que fazem a trilha do vale não conseguem identificar as pinturas rupestres, uma vez que as placas de sinalização

colocadas pelo IPHAN/SE não identificam a localização dos registros, como também não indicam seu significado para que este seja incorporado à paisagem local.

Para Silva (1997), foi com base nos primeiros levantamentos dos registros rupestres no baixo do São Francisco que se evidenciou a existência de um conjunto original de grafismos, o que ratifica as pesquisas desenvolvidas durante o PAX na região, como uma das mais importantes já realizadas. E sendo pioneiras para as pesquisas desenvolvidas posteriormente.

Segundo o Relatório de Atividades de Campo de Métodos e Técnicas para a Arqueologia, dos professores doutores Fernando Ozório de Almeida e Daniela Magalhães Klokler, apresentado ao Iphan/SE e à Universidade Federal de Sergipe em 2017, o Vale dos Mestres é um espaço de encontro do presente com o passado, demarcados por registros de grafismos e gravuras (os únicos deste estudo) inseridos em uma vegetação característica do sertão e da caatinga. Os autores entendem que esse espaço, por estar relacionado do Rio São Francisco e seus afluentes, e por compor uma diversidade de materiais de cultura material como líticos e cerâmica, juntam-se aos registros de arte rupestre formando um amplo complexo de interpretações.

Os sítios que compõem o Vale dos Mestres, conforme observação em campo, estão dispostos ao longo de uma trilha a céu aberto que permite junção de várias outras atividades: contemplação, banho de rio, acampamento, caminhadas, pesquisas, etc., todavia, não há um controle específico de visitação ou nenhum órgão a quem deva pedir licença de visitação, aumentando os riscos de impactos ambientais, inclusive aos sítios arqueológicos. Vale ressaltar que essa problemática recorre à falta de informações e monitoramento ambiental do vale, fator passível de implantação.

Almeida e Kokler (2017) relatam o contato com o Vale dos Mestres. A primeira impressão é a beleza cética e exótica, diferenciada por estar entre encostas e pequenos abrigos inseridos no contexto da caatinga, com grandes pedras até o encontro do riacho. Os autores sugerem que a presença do registro rupestre pode estar presente em outros abrigos do vale, mas para este estudo analisamos os três sítios tombados pelo IPHAN/SE.

Seguindo a metodologia de construção de cenários iremos apresentar os três sítios que sugerem a presença de grupos pré-coloniais.

5.1.3.2.1. Vale dos Mestres I

O Vale dos Mestres I é o que apresenta aspectos diferentes dos demais, pois é o único que possui pinturas. Essas pinturas encontram-se protegidas pelo olhar da arqueologia, uma

vez que está localizada na parte superior no abrigo, especificamente à direita, passando por muitos despercebidamente. Sob o olhar das práticas turísticas seria praticamente impossível visualizá-las sem que haja uma placa de sinalização. Na tentativa de atender as duas ciências, o ideal seria a colocação de uma placa de sinalização mais ilustrativa, não indicando sua localizando, o que neste caso haveria a necessidade de um guia de turismo local, seguindo a legislação da associação dos guias de viagens.

Silva (1997) retrata o Vale dos Mestres I como um abrigo no arenito medindo 08 metros de comprimento, e metros de altura e 2 metros de profundidade. O seu acesso é possível estando em um bloco desabado. A autora o descreve como um conjunto de pinturas localizadas no teto, com 03 metros de alturas, com descrição de 06 mãos carimbadas, cuja a palma é preenchida por traços geométricos vermelhos.

Foto 39 – Sítio Vale dos Mestres I.



Fonte: Laura Almeida (2018).

Conforme descrito por Silva (1997), o painel é composto pela figura de seis mãos, com detalhes bem definidos, inclusive ressaltando a palma da mão, conforme mostra a Foto 40. De acordo com análises mais técnicas, descritas por Almeida e Kotler (2017), tratam-se de mãos esquerdas identificadas pela representação do polegar.

Foto 40 – Pinturas Rupestres - Vale dos Mestres I – As Mãos



Fonte: Laura Almeida, 2018.

Segundo Almeida e Kotler (2017), essas mãos têm uma medida de aproximadamente 17cm, e apenas uma apresenta uma medida de 16cm, que significa uma provável hipótese que as pinturas devem ter sido feitas por mais de um indivíduo. Os autores acreditam que pode ter sido realizada em um único momento por causa de pigmentos na mesma tonalidade e repetição do esquema da disposição das pinturas.

As pinturas estão localizadas para observação a uma distância do solo de quase 3 metros de altura, contudo, como o espaço há blocos e pedras, uma pessoa pode alcançar e tocar se não houver nenhuma sinalização dos impactos que o contato humano pode causar nas pinturas. Algumas trilhas já vêm ocorrendo sem que as pessoas saibam sequer o que vem a ser um sítio arqueológico, e passam por essas pinturas nos blocos de rochas para registros fotográficos e rapel nos paredões.

O sítio encontra-se em estado de conservação estável, mas necessitando de monitoramento. Não há indícios de danos causados pelo turismo no local, mas ações de degradação natural e umas ações de vandalismo com as placas de sinalização colocadas pelo Iphan/Se. Embora seja uma área aberta ao público, portanto, passível a visitação turística apresenta uma necessidade de reformulação para práticas turísticas locais.

5.1.3.2.2. Vale dos Mestres II

O Vale dos Mestres II demonstra uma distância de pouco menos de 1km, é composto de um abrigo e dois painéis pequenos com gravuras. As gravuras estão espaçadas por poucos

metros entre os painéis, mas mesmo apresentando algumas intempéries, ainda possui boa visualização.

Silva (1997) aponta a localização deste sítio em um “canyon” no leito do riacho Poço Verde, a apenas 130 metros do Vale dos Mestres III. É um abrigo com 20 metros de comprimento, 03 de altura e 07 metros de profundidade, com chão arenoso e úmido. O que inviabiliza sua visitação em tempos de chuva.

A autora descreve que as gravuras estão localizadas a cerca de 50 metros de altura na parede do painel I e na parede do painel II, sendo de fácil acesso a partir do chão. O primeiro painel apresenta figuras circulares acompanhados por “cupules” e segundo por tridáctilos e bastonetes (SILVA, 1997).

Almeida e Kokler (2017) ressaltam que o recomendando seria que esses painéis estivessem organizados e catalogados da esquerda para direita, assim o menor painel viria primeiro.

Foto 41 – Disposição dos Painéis de Sítio Vale dos Mestres II



Fonte: Almeida e Kokler, (2017).

Para Martinelli (2010), as gravuras dessa região apresentam traços de identificação reconhecíveis, sendo consideradas abstratas e figurativas, conforme a literatura arqueológica.

Esses códigos, quando identificados, seguem para análise para que assumam uma materialização gráfica passível de interpretações. As gravuras feitas em afloramentos rochosos, embora caracterizem-se com impressibilidade, acabam sendo mais um atrativo, representam um valor simbólico e histórico das comunidades.

Os dois painéis são compostos somente de gravuras, e mesmo com dificuldades de identificação é possível perceber que se tratam de figuras geométricas e algumas se assemelhando a animais.

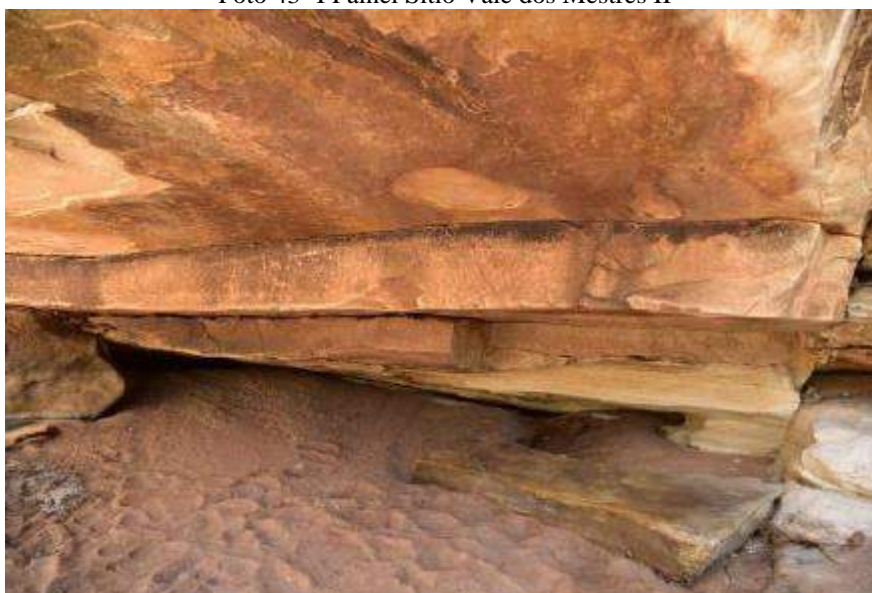
Foto 42 - I Pannel Sítio Vale dos Mestres II



Fonte: Laura Almeida (2017).

Almeida e Kokler (2017) reforçam que mesmo esse sítio apresentando menor quantidade de gravuras, confeccionadas em suporte arenítico, tal fato não retira sua importância no contexto histórico dos demais sítios do Vale. Destarte, já foram identificados outros dois sítios cadastrados no IPHAN/SE que corroboram dos resultados desses analisados nesta tese.

Foto 43- I Pannel Sítio Vale dos Mestres II



Fonte: Laura Almeida (2017).

Mesmo com poucos registros, sua análise já verifica sinais e signos de comunicação envolvendo não mais figuras abstratas, mas figurativas, como afirmado. Alguns identificados nos estudos de Almeida e Kokler (2017) indicam a cabeça de um pássaro com bico, caracterizando como um aspecto singular, uma vez que geralmente em gravuras há mais codificação de círculos, e figuras geométricas, conforme pode ser identificado na figura 45.

Figura 45 – Gravura Painel II do Sítio Vale dos Mestres II



Fonte: Almeida e Kokler (2017).

Muitos desses registros são interpretados seguindo a caracterização da tradição ao qual pertencem, sustentados pela recorrência da representação, e podem ser compreendidos como pertencentes à vida social, ou cultural desses grupos, seguindo correntes mais antropológicas do que estruturalistas. A Tradição São Francisco, presente nessa região, os abrigos, grutas em que estão inseridos representam muito além da vida cotidiana, mas também de batalhas pois em algumas delas trazem signos que remontam desenhos de armas e também ao modo de produção pois há muitas gravuras e pinturas de figuras fitomorfas (espigas de milho, cactáceas), assim como figuras de zoomorfos (formas de animais). Algumas podem ser identificadas no Sítio vale dos Mestres III.

5.1.3.2.3. Vale dos Mestres III

Pertencente ao complexo Vale dos Mestres, o terceiro sítio analisado e diagnosticado é o mais completo dos demais. Segundo Silva (1997), mesmo compondo um grande abrigo no arenito, traz um único painel, traz registros diferenciados do Vale dos Mestres II. Nesse, as gravuras estão mais perceptíveis, talvez pela disposição em que elas estão compreendendo quase todo o suporte do abrigo.

Silva (1997) aponta que o sítio está localizado a pouco mais de 130 metros do Vale II e segue a rota da trilha ecológica percorrida até o final do riacho. Mede cerca de 13 metros de

comprimento, 1,80 cm de altura e 4,50 cm de profundidade. Segundo a autora, as técnicas encontradas para o grafismo foram as de piciteamento e polimento.

É sinalizado com a placa padrão do IPHAN/SE, mas que mantém distância dos abrigos, por justificativa de garantir integridade dos mesmos.

Foto 44 – Placa de Sinalização Vale dos Mestres III – IPHAN/SE



Fonte: Laura Almeida (2017).

Sua localização, mesmo recuada, vem sofrendo impactos de ações antrópicas e naturais ao longo dos últimos cinco anos. Os antrópicos estão relacionados às manifestações culturais da contemporaneidade, como ato de vandalismo, pichações, acúmulo de lixo, e outros que serão abordados mais à frente. E naturais, segundo Almeida e Kokler (2017), pela presença de árvores de grande porte entre os blocos do abrigo, além de sedimentos recentes dada a posição estar em área fluvial, como demonstra a foto 45.

Foto 45 – Abrigo das Gravuras Rupestres do Sítio Vale dos Mestres III.



Fonte: Laura Almeida (2017).

Nos estudos desenvolvidos e apresentados em relatório, Almeida e Kokler (2017) apontam que os elementos gráficos que compõem o painel são motivos geometrizados, com repetições frequentes em diversos tamanhos e locais afastados, considerados tridítos que os autos definem como figura que lembra a pisada de uma ave, e seguem descrevendo a existência de figuras cúpules circulares, com elementos agregados lembrando bastões em cima dos semicírculos, com formatos de machado, compreendendo hipoteticamente rituais. Os autores conseguem identificar as técnicas utilizadas, como raspagem simples e picotagem.

Foto 46 – Painel de Gravuras Sítio Vale dos Mestres III.



Fonte: Laura Almeida, 2018.

Uma das análises referentes aos sítios do Vale dos Mestres é a falta de documentação e pesquisa que retrate a evolução dos impactos ocorridos nos sítios. Segundo a pesquisadora Suely Amâncio Martinelli (1997; 2011), a preocupação é a conservação dos sítios, sua proximidade com o Riacho Poço Verde é um risco constante, que necessita de constantes pesquisas e monitoramento pela proximidade dos cursos da água, o que pode ocasionar a iminência de inundações podendo prejudicar as pinturas e gravuras.

Não obstante é preciso ampliar as discussões sobre a valorização e conservação desses espaços arqueológicos para efetivação das práticas turísticas, sob análise de três dimensões, que foram aplicados nessa tese para elaboração do plano: a situação presente dos sítios arqueológicos, uma análise das etapas de implantação do plano de interpretação para viabilidade do arqueoturismo na região com sugestões de roteiros (trilhas e rotas) com abordagem do turismo de experiência, sem delimitar um estudo de mercado, e ações de articulação, recursos, capacidade de público, políticas para desenvolvimento desta modalidade.

5.1.3.3. Museu de Arqueologia de Xingó – MAX

Deixar raízes, vestígios, talvez seja a necessidade mais importante e ignorada da alma humana, e uma das mais difíceis de definir e interpretar. Um ser humano tem uma raiz em virtude de sua participação real, ativa e natural na existência de uma comunidade, de uma história, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O ser humano tem necessidade de deixar múltiplas raízes, de receber a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual dos meios de que forma parte naturalmente.

Riegl (2014) atribui o valor dado aos monumentos, neste século, como algo que busca uma junção entre o velho e o novo, o antigo e o recente, reconhecendo todos os períodos da arte e suas especificidades. O que permite maior interação com a materialidade, possibilitando tangibilizar experiências e vivências mais autênticas, sejam por meio de edificações, fotografia, monumentos, ou/e artefatos e vestígios, que possa permitir aproximar as pessoas em um melhor entendimento passado no contexto atual. Seria uma forma de manter viva na memória do viajante àquela experiência.

Nesse aspecto, Souza (2002) aponta que toda materialidade convertida em patrimônio advém da importância em se traduzir para a esfera do imaginário coletivo, as transformações sociais de uma época, concomitante, as constituições da contemporaneidade.

Nora (1993) pressupõe que os museus são lócus privilegiados para preservação e valorização do patrimônio arqueológico, como lugar de memória, com ferramentas que envolvem tecnologia, documentação, investigação e comunicação. Vale ressaltar que a autora entende espaços materiais, simbólicos e funcionais, onde a memória e história estão imbricadas em intenção de manutenção da memória.

Segundo Locke (*apud* Jones, 2007), a memória é gerada pela experiência empírica de percepções acerca do que é exposto, como uma forma de canal, ou porta de entrada, cujas mediações estão entre as percepções reais e formação de ideias e conhecimentos, conforme compreende Jones (2007).

Desta forma, a mente é mais bem entendida como emergente em suas interações como mundo. Além de retratar o armazenamento e externalidades, exprime o simbolismo e a cultura material, enquanto a materialidade é tratada como aspecto cultural, um repositório ou produto da atividade mental que uma pessoa faz de um objeto em um dado tempo. A questão levantada é que não podemos mais simplesmente tratar objetos puramente simbólicos meios de comunicação, e sim uma transgressão de comunicação com a materialidade, havendo uma melhor compreensão de como os objetos podem atuar como vestígios físicos de eventos

passados, susceptíveis ao processo de leitura. É esse aspecto da cultura material que nos ajuda a considerar como artefatos atuam como auxiliares da memória, sendo ela o engajamento mútuo entre pessoa e no mundo. (JONES, 2007).

Para Bruno (2005), a relação entre a arqueologia e os museus advém do período da antiguidade e têm na prática do colecionismo e todas suas estratégias de conformação o seu elo. O hábito de colecionar espólios de guerra e tesouros retirados das entranhas das terras conquistadas, bem como das próprias, fez parte das práticas culturais de distintos povos. Mas foi efetivamente com o ressurgimento dos ideais humanistas na Europa Ocidental do século XV que foram estabelecidas as bases comuns dos museus e da arqueologia. Sob a égide do antiquariato, a catalogação e o inventário foram os instrumentos utilizados para a sistematização das práticas de ordenamento do conhecimento sobre os registros arqueológicos, já a partir do século XV, e igualmente da organização das coleções que deram origem aos gabinetes de curiosidade do século XVII. (BRUNO, 2005).

Uma exposição museológica é um cenário criado a fim de estabelecer uma conexão entre a materialidade e o público, ou seja, para Bruno (2005), é uma relação entre homem – público, audiência, grupos especiais, comunidades; e objeto – colocação/acervo, referência patrimonial, indicadores de memória. Para a autora, desta forma se estabelece um cenário – com edificações/instituição, espaços abertos/itinerantes, múltiplos espaços e território de intervenção.

Dentro da abordagem da metodologia de construção cenário, apresentar o MAX nesse contexto representa, segundo Primo (2007), compreender locais capazes de dialogar e retratar uma cena, através da reestruturação, encenação e recriação de espaços, nos quais os processos de hibridação das representações social e do cultural trazem sentidos simbólicos. Para a autora, esse conceito de cenário parte de um fazer descentralizado, acessível a todos.

O Museu de Arqueologia de Xingó surge nesse contexto, de preservar a herança das pesquisas arqueológicas desenvolvidas durante o PAX, na perspectiva de permitir a manutenção das pesquisas desenvolvidas e preservação do patrimônio arqueológico do baixo São Francisco.

Foto 47 – Museu de Arqueologia de Xingó - Sergipe



Fonte: Laura Almeida (2018).

O MAX possui uma organização estrutural constituída de administração central, laboratórios de pesquisas arqueológicas e reserva técnica, através do sítio escola e unidade de exposições, uma delas itinerante. Ainda referente à estrutura do museu, este possui duas unidades: a primeira denominada Unidade Museológica, em Canindé de São Francisco, e a segunda Unidade Administrativa, localizada no campus da UFS, no município de São Cristóvão.

Em proposta de medida mitigatória pela construção da usina, o museu funciona como órgão suplementar da UFS, criado em abril de 2000, com patrocínio da Petrobrás, Chesf e Programa Xingó e, conforme descrito, abriga um vasto acervo do PAX constituído de cerâmicas, líticos e materiais biológicos (fauna e esqueletos). Segundo os autores, esse acervo integra os bens culturais reconhecidos juridicamente, conforme lei 3.494 de 26 de julho de 1961, como patrimônio da União. O projeto de salvamento foi realizado entre o período de 1988 a 2000 e coordenado por um grupo de professores da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

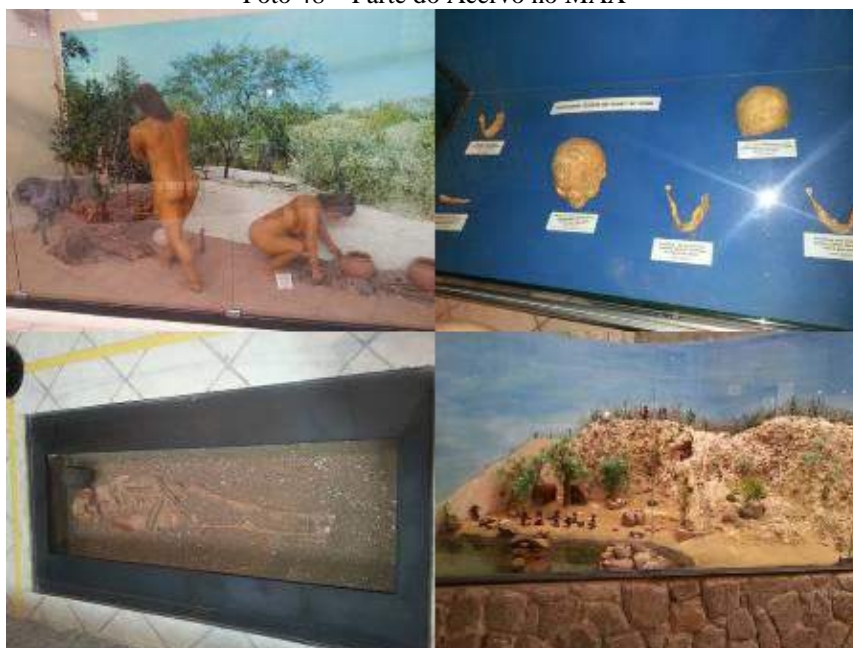
Grande parte do acervo arqueológico dos sítios escavados durante o projeto de salvamento compõe o acervo do MAX, segundo entrevista realizada com a responsável pela operacionalização do museu, Railda Nascimento, esta descreve a importância do acervo:

“Podemos considerar que o acervo do MAX é muito importante para verificarmos a dinâmica dos grupos humanos pré-históricos por toda a bacia do rio São Francisco, em vários tempos; A variedade das vasilhas cerâmicas

encontradas na região, seja por conta de confirmar uma prática ainda existente, como também, sua antiguidade. A expressiva quantidade de esqueletos humanos encontrados num único sítio – o Justino e a diversidade de formas de enterramento. Além desses aspectos não se pode deixar de citar a modernidade da edificação do MAX – foi construída para ser o museu. ”

Em seu acervo, grandes partes do material encontrado nos trabalhos do PAX ainda aguardam uma definição acerca da tradição pertencente. Há representatividade da Tradição São Francisco, mas há também cerâmicas identificadas como Tradição Aratu e material lítico pertencente à Tradição Itaparica (FAGUNDES, 2010).

Foto 48 – Parte do Acervo no MAX



Fonte: Laura Almeida (2018).

Localizado às margens do Rio São Francisco, em frente da represa hidroelétrica de Xingó, em Canindé de São Francisco, compõe um dos equipamentos mais representativos, de cunho social, educativo, cultural e turístico do município.

Dentre seus objetivos estão: desenvolver projetos de pesquisa e extensão no Baixo São Francisco, no âmbito da arqueologia e diversas disciplinas, zelar pelo patrimônio arqueológico da região, prover cursos, seminários, e eventos que contribuam em socializar e informar acerca do patrimônio arqueológico, manter em condições a curadoria aos vestígios arqueológicos coletados em toda região que compreende Xingó, e divulgar resultados de pesquisas e levantamentos de dados a toda comunidade científica⁸¹.

Em dezoito anos de atuação, o MAX, possui importância no estado, tanto no campo arqueológico quanto educativo, vem desempenhando um papel social na realização de

⁸¹ Disponível em <http://max.ufs.br/pagina/20239>.

atividades socioeducativas e pedagógicas. Railda ratifica pontuando que o público que mais procura o MAX é das escolas, seguido de pesquisadores de diversas áreas. Para os autores, durante muitos anos esse foi um dos principais papéis do museu, a de comunicação museológica. A função educativa é um dos aspectos mais relevantes que integram a comunidade com sua história, conforme Lutz (*apud* Sousa, 2008) compreende que o campo essencial do domínio público do museu é o da educação, seja ela visual ou escrita, é um fato que eleva ao cêntuplo o valor do museu como instituição de cultura. Para a autora, a exposição, no que concerne a metodologia deve trabalhar os bens patrimoniais através do contato direto com os objetos, isso traz uma ideia de pertencimento.

Bruno (2005) aponta que essa é uma função de suporte na difusão de ideias, elaboração de conceitos, construção de imagem e apresentação de objetos, de modo a contextualizar o ser humano em seu meio natural e cultural partindo da premissa do processo de preservação e de educação. Bruno (1997) descreve esse processo como um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que o patrimônio cultural se transforme em herança, na medida em que é alvo de preservação e comunicação. A autora evidencia os desafios da arqueologia como:

organizar a partir dos estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervo. Esses estudos buscam o gerenciamento e preservação dos bens patrimoniais e potencializa cultivar noções de identidade e pertencimento. (BRUNO, 2007, pg. 1)

No caso do MAX é visível esses desafios, uma vez como já discutido anteriormente Canindé de São Francisco possui um grau de dificuldade, dado as suas mudanças, de identificação com sua história, seu pertencimento, permitindo que a população local ainda não tenha criado laços mais integrados com a proposta do museu.

Esse é um dos propósitos pela escolha do museu como parte integrante da apresentação do cenário de Canindé de São Francisco, pois esta tese defende que a integração e incorporação necessária que este equipamento esteja mais presente nas ações que envolvem a comunidade local, apresentando novas formas dos resultados e importância das pesquisas arqueológicas à comunidade e quem a visita.

Vale ressaltar que a atual gestão do município vem desenvolvendo ações de socialização dos seus bens patrimoniais. Durante execução de pesquisa de campo, foi

realizado em 08 de setembro de 2017, a Feira de Cultura e Arte⁸², com a participação do MAX, assim como as exposições itinerantes o que possibilita que o MAX vá até as comunidades. Outras ações vêm sendo desenvolvidas pelo MAX, conforme entrevista com Railda Nascimento, uma das responsáveis pela operacionalização do museu, que afirma:

“a outra atividade ainda está sendo realizada, se trata de um projeto para elaboração de um roteiro turístico arqueológico no município de Paulo Afonso-BA, especificamente no complexo arqueológico Malhada Grande e Rio do Sal. Neste projeto a comunidade poderá receber grupos pequenos de turistas para visitar os sítios e experienciar o cotidiano dessas pessoas, através da degustação da culinária, passeios pela caatinga, etc.”

Para a entrevistada, a comunidade hoje através dessas ações educativas tem observado o museu com outro olhar, conforme seu relato:

“a comunidade de Canindé de São Francisco observa o MAX hoje bem melhor. Temos desenvolvido atividades frequentes tanto na própria unidade e com o deslocamento do museu até a comunidade, através de sua exposição itinerante, participando em feiras de ciências escolares, reuniões em várias secretarias do município, ações educativas em unidades escolares, etc. Estas ações fazem com que a comunidade conheça o MAX e o sinta parte do município. Mas, poderia ser melhor, visto que, temos muita dificuldade de dialogar com os gestores.”

Para Railda, o MAX vem desenvolvendo essa metodologia em suas exposições. Os visitantes podem não só observar, mas pegar em peças datadas cerca de 8000 mil anos, o que foge à regra de muitos museus arqueológicos. Isso por entender que a arqueologia deve estar para o povo, e isso a torna uma política pública de educação.

É importante salientar que a educação deve estar a serviço do povo, sob todas suas formas, seja formal e/ou não formal, que todos possam auferir da contemplação de obras de arte, de objetos históricos, ressaltando seu valor científico, de modo a atrair o público proporcionando entretenimento entrelaçado a soma de conhecimento que transponha as portas de uma instituição.

No âmbito dessa proposta que a arqueologia pública e preventiva ganha espaço nesse diálogo. Não obstante, é preciso a compreensão que a metodologia de arqueologia pública é necessária para abordagem e implantação de um plano interpretativo. Esta é inerente ao fazer arqueológico no processo de patrimonialização, de inserção dos bens patrimoniais

82 Projeto do Governo do Estado em parceria com poder municipal e secretarias de turismo, como parte de investimentos do PRODETUR, com objetivo de fomentar o turismo no Alto Sertão Sergipano, com possibilidades de geração de renda, e fortalecimento da cultura local.

arqueológicos no contexto cultural de preservação do patrimônio, e parte do enfrentamento a mercantilização dos bens patrimoniais conforme já discutida nesta tese.

Trazer a sociedade, a comunidade, para participação ativa é parte central da arqueologia pública, é importante frisar que não se trata apenas de educação patrimonial, que é uma importante ferramenta, mas não é o todo deste processo. Essa é uma análise crítica quando perguntamos: a quem interessa o conhecimento e os bens patrimoniais arqueológicos que estamos expondo? São questões norteadoras em um plano interpretativo, propõe um dialógico processo da ação educativa e para quem ela deve se dirigir. Robrahn-Gonzáles (2005), problematiza essas questões em estudos que relacionam sociedade e patrimônio, que insere na arqueologia o papel de criar vínculos entre comunidade e seu passado, mas embasado na sustentação das medidas de preservação.

Para Mendonça (2012), o MAX vem buscando estruturar suas ações com base nos estudos desenvolvidos e analogia a outros projetos já desenvolvidos, buscando uma organização técnica e informacional dos acervos. Para os autores, essa proposta foi pensada através da disposição e documentação museológica e na perspectiva de conservação dos objetos, que devem atuar como fonte de informação de conhecimento entre áreas afins. Como o caso do turismo, por exemplo, por meio da interdisciplinaridade do bem patrimonial.

Para Mendonça (2012), a finalidade é uma potencialização do acervo para extroversão do conhecimento, por meio da análise da exposição, ações educativas, sistemas informatizados que viabilizem, inclusive, consulta pública via internet. Como Cândido (2006) aponta, o papel dos museus é criar métodos e mecanismos de interpretação e acesso às informações das quais os objetos/documentos são suportes e ferramentas necessárias de intermediação entre indivíduo e acervo preservado.

Vale ressaltar que o museu pode ser um elo na relação turismo e arqueologia pode apresentar um primeiro contato para potencializar o interesse na visita nos sítios, uma vez que os museus possuem estreita relação com a atividade turística, conforme os espaços culturais que possuem abordagem interdisciplinar, tende o poder de geração de fluxo mais próximo da identidade local. É parte dos preceitos da contemporaneidade uma leitura mais ampla do papel dos museus, um olhar mais social que expositivo, em abordagem interdisciplinar como um recurso e equipamento útil à sociedade, por tanto com uma responsabilidade social mais representativa.

Mendonça (2012) corrobora que, para reestruturação da exposição e disposição de documentação que facilite uma melhor interpretação do conteúdo, é necessário preservar a informação, a história. Essa seria a primeira premissa seguida da melhor apresentação da

informação arqueológica, buscando interface entre turismo, museologia e arqueologia. Destarte, essa interface possibilita uma melhor gestão das informações e da relação com público que visita esse tipo de museu.

Renfrew e Bahn (2004) afirmam que os museus tratam os artefatos como objeto de arte, o que implica em um certo sentimento de posse e dada essa questão algumas vezes descontextualizam o potencial histórico e étnico. No caso do MAX, ocorre em alguns momentos interpretações deturpadas sobre o passado daquela região, gerando uma narrativa incompatível com a história de Canindé de São Francisco. Como é oriundo de proventos do PAX, não é demérito que isso ocorra visto representar não somente um município, mas três estados.

O fato é que, segundo Cândido e Wichers (2015), obter essas experiências possibilita uma multiplicidade de articulações entre população, patrimônio e comunidade, em perspectiva de desenvolvimento integrado, e sustentado no viés da sustentabilidade, fortalecendo a identidade e a cidadania. As autoras ainda propõem uma abordagem de ecomuseus, surgida na França, que possibilita uma interação entre o museu e os espaços onde estão inseridos os sítios arqueológicos. Neste sentido, para as autoras, há uma relação mais forte entre o acervo exposto e ainda encontrado na região, como é o caso do MAX, que traz em seu acervo toda materialidade correspondente com a região onde está localizado, formando um conjunto homogêneo na história de Canindé de São Francisco.

Vale ressaltar que a proposta social desempenhada pelos museus, nesse caso em específico do MAX, compreende as questões sustentáveis em que esta tese está embasada, além de permitir o pensamento crítico sob as condições históricas do desenvolvimento da comunidade e de que forma esses podem ser sanados, e pode ser viabilizador do processo de preservação proporcionando uma melhor extroversão do conhecimento. Além de ser espaço de memória.

É necessária a busca por alternativas de sucesso na construção da memória. Percebe-se que, com ela, o desenvolvimento humano e comunitário é um potencial importante para a formulação e gestão de políticas públicas coerentes com os desejos de promoção da paz e da justiça social, na geração, captação e gestão de recursos econômicos, culturais e naturais, através da propagação da esperança, compreensão, ousadia e confiança, capazes de criar cidadãos transformadores, conscientes de que sua participação cívica e política, individual ou coletivamente organizada. Nesse caso, a construção da memória pode contribuir para o redesenho de seu futuro comum. (PRIOSTI, 2008, pg. 2-3)

Desta forma, a tríade turismo – arqueologia – museus pode promover o desenvolvimento turístico e social na região. Exemplo dessa relação, o MAX pode ser um importante instrumento, e sempre foi compreendido como equipamento turístico da região de Canindé de São Francisco, mas, para Railda Nascimento, precisa de apropriação.

“Compreendo que o Turismo desenvolvido na cidade ainda é incipiente, mesmo com potencial extraordinário. Ainda que, no caso de Canindé de São Francisco os atrativos sejam relativamente próximos e concentrados, as políticas desenvolvidas, em geral, não os incluem num conjunto único, ao contrário, são realizadas ações individuais, desconectas e pouco eficientes. E para agravar esta situação, a atividade turística que mais se destaca está concentrada nas mãos de uma única empresa. Verifica-se também que a ação do Estado através de instalação de equipamentos de infraestrutura não comunga com as atividades e/ou atrativos existentes. De novo são realizadas ações desconectadas dos agentes locais ligados ao turismo. Em relação ao MAX, já acompanhei grupos que foram especificamente para visitar os sítios arqueológicos do município de Canindé de São Francisco e as visitas sempre se encerraram no MAX. Recebemos visitantes de várias localidades do Brasil, principalmente nordestinos oriundos do nosso Estado, Alagoas, Bahia e Pernambuco. Em geral, os visitantes narram a surpresa de encontrarem tão longe um museu muito organizado e principalmente a descoberta de grupos pré-históricos.”

Nessa relação entre visitantes e turistas com o museu, percebemos que os projetos com esse material são recentes, e aos poucos vem sendo reconhecidos no Brasil, diferentemente do que foi percebido no Museu Arqueológico de Friburgo / Alemanha. Embora cenários distintos, levamos em consideração a valorização pelos seus bens patrimoniais, que além das exposições há divulgação de oficinas, artesanato e outras ferramentas de identificação com a identidade local.

5.2. SEGUNDO CENÁRIO - NAS TRILHAS DO PASSADO: SÃO CRISTÓVÃO ARQUEOLÓGICO.

"Cada pessoa tem uma cidade que é uma paisagem urbanizada de seus sentimentos."
Garcia Monteiro.

São Cristóvão é o segundo cenário arqueológico para práticas turísticas desta tese. A primeira capital de Sergipe, considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil, possui um acervo de sobrados e igrejas do período colonial sergipano do século XVII tombados pelo IPHAN, e compõe para este estudo o sítio arqueológico histórico Praça São Francisco, hoje intitulada Patrimônio da Humanidade.

Leite (2017), em seu artigo “Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano - Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes”⁸³, traz uma abordagem do filósofo Ulpiano Bezerra, partindo da premissa que o protagonismo precisa ser inserido dentro do próprio contexto do patrimônio urbano, através do processo de socialização. A cidade passa a ser compreendida como artefato no campo do patrimônio urbano ambiental, através das relações entre sujeitos, objetos e suas práticas. Para atingir esse protagonismo é preciso analisar como a sociedade incorpora a história.

O centro histórico de São Cristóvão faz parte da terceira construção da cidade, conforme explanaremos em seu histórico.

Foto 49 – Centro Histórico de São Cristóvão



Fonte: Unesco (2010).

A escolha deste cenário visa promover mais pesquisas que permitam que esta cidade histórica ganhe vida. Inúmeros estudos são realizados, em diversos contextos, buscando esse protagonismo da cidade, que possui mais uma caracterização de cidade dormitório do que uma cidade que detém de um valor histórico intrínseco, mas pouco valorizado.

Leite (2017) aponta que a consagração de estudo de uma cidade histórica é avaliada quando esta possui um título de Patrimônio Mundial, e o que ocorre para que essa consagração não chegue a São Cristóvão? Há estudos que demonstram um enobrecimento de centros urbanos históricos, mas isso não ocorre nessa cidade.

O seu valor estético é incontestável no campo de edificações de arte, mas precisa acompanhar o ordenamento urbano, em proposta de apropriação dos moradores acerca da sua cultura, de seus valores e de sua estética, como descreve a antropóloga inglesa Mary Douglas

⁸³ Disponível em <https://globalherit.hypotheses.org/6512>, acessado 18 de julho de 2018.

(*apud* Leite, 2017), “produzir sentido, no mundo, envolve interpretá-lo como sensível e valorizá-lo”.

Para Lynch (1999), a cidade é vista como uma projeção de elementos de intervenção construídos e modificados em seu espaço e tempo por seus habitantes, desde o design urbano, o sentir a cidade, ou como fenômeno através da construção mental e coletivo. O autor se refere à identidade, estrutura, significado dos espaços urbanos, suas formas e função.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos – sistema construído e relações que o animam – constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética (VOGEL e MELLO, 1984, pg. 50).

A cidade compreende uma soma de temporalidades e sentimentos, desde a antiguidade é um local de concentração e um espaço físico de trocas, que traz uma relação de construção de memórias e centro de energia de relações sociais e afetivas, que ajudam na construção e transformações de suas edificações, ruas, casas e pessoas. São espaços privilegiados de encontros entre o passado e o presente, que se renovam e entrelaçam concomitante à geração do presente que vislumbra as gerações do passado, em uma dinâmica viva e ativa que dialogam permanentemente, através das intervenções urbanas (SOUSA, 2005).

As marcas materiais dessa relação, complexa, estão presentes em todo contexto das intervenções que as cidades sofreram ao longo da história, as casas, ruas, copos, pratos, materiais de higiene, perfumes, bebidas, cemitérios, grafites e pichações são elementos que compõem a cultura material espalhada pela cidade. É nesse contexto que a arqueologia se apropria e estuda o mundo urbano. Criando o cenário perfeito para contemplação do passado.

Essa é uma subdisciplina da arqueologia chamada Arqueologia Urbana, é um dos grandes desafios dos arqueólogos, compreender esse ambiente pluriestratigráfico, repleto de informações referentes a grupos sociais distintos e suas manifestações e hábitos da vida cotidiana, que faz do profissional um interprete dessa diversidade cultural. A disciplina requer reflexões permanentes acerca das intervenções e re-funcionalidades deste espaço.

E por que a arqueologia se propõe a estudar a cidade? Porque entende-se esse espaço como um laboratório adequado para a análise das mudanças da vida cotidiana e entendimento do modo dos grupos que habitavam a região, compreendendo suas relações ambientais e socioculturais.

Para Damme (2005), a arqueologia urbana é uma ciência das origens que, pelo poder de restauro, cria laços entre a comunidade e território. A mediação desta relação exige compromisso e participação, confiança e permanência. Foi durante anos 1970 e 1980, que a natureza da arqueologia urbana foi debatida, dentro de um questionamento: arqueologia da cidade ou arqueologia na cidade? Como proposta de alternativa aos avanços tecnológicos urbanos, e os adventos da globalização e padronização cultural, a cidade como um objeto específico, concebido como uma entidade global, mas instável, multiforme, evoluindo ao longo múltiplas escalas (DAMME, 2005).

Para alguns autores e pesquisadores resta, no entanto, criar um controle real sobre essas operações para garantir a qualidade científica e histórica dos dados. Na ausência de qualquer legislação sobre a prática de reconstrução do local, às vezes é difícil para o público em geral distinguir o trigo do joio, e isso dificulta o reconhecimento de certas ações pela comunidade científica. Foi possível perceber que esta análise crítica está em andamento, e levará tempo. Os primeiros a se beneficiar de um rótulo qualitativo (para além da classificação como Monumentos Históricos) são obviamente locais de importância nacional, como é o caso de São Cristóvão.

Segundo os dados do IBGE (2010), sua população chega a 89.065 habitantes, uma área territorial de 440Km², está situada a 25km da capital Aracaju. A cidade apresenta uma vida cotidiana vivenciada nos arredores do centro histórico, assentada sobre uma colina acima da enseada do Rio Vaza-Barris e está entre os biomas da Mata Atlântica e alguns manguezais (IBGE, 2010)⁸⁴.

A cidade compõe a Região Turística Polo dos Coqueirais, juntamente com mais 13 municípios na parte central do estado.

⁸⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>, acessado em 10 de junho de 2018.

Figura 46 – Mapa de Localização de São Cristóvão



Fonte: PDTIS Polo dos Coqueirais (2012).

A sua terceira reconstrução nos leva nesse subcapítulo a refletir sobre a cidade e suas intervenções, através dos projetos que estudam sua morfologia e sua identidade. Esse é um dos pontos característicos de estudos de centros históricos, em análise da dialética urbana e suas mudanças ao longo do tempo.

Santos (2011) afirma em sua tese de doutorado que a cidade foi tombada pelo patrimônio histórico nacional em 1939, pelas suas edificações históricas com intuito de resgate de sua memória e fortalecimento da sua identidade construída entre os séculos XVI e XVII.

Enquanto cidade histórica, apresenta muitas possibilidades em relação ao turismo local, segundo o AAE (2015) e o PDTIS (2012), São Cristóvão se apresenta hoje no contexto dos roteiros turístico-históricos, dados a diversidade de riquezas naturais e histórico-culturais, conforme demonstra a figura 47, referente ao quadro de produtos turísticos nacionais e internacionais:

Figura 47 – Um dos Produtos Nacionais e Internacionais no Cenário Turístico do Polo dos Coqueirais/SE.

PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIOS	REGIÃO TURÍSTICA	ATIVIDADE/SEGMENTO TURÍSTICO
Roteiro Cidades Históricas	Aracaju São Cristóvão Laranjeiras Divina Pastora Nossa Senhora do Socorro	Polo Costa dos Coqueirais	Cultural Religioso

Fonte: AAE (2015).

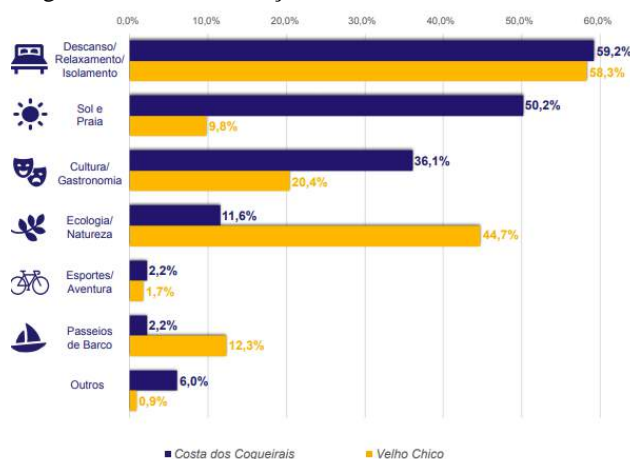
Segundo o AAE (2015), o turismo nessa região é uma atividade mais desenvolvida, porém ainda emergente, a consolidação da capital Aracaju, contribui para o desenvolvimento nos demais municípios que fazem parte deste polo.

São Cristóvão, comercializada como “cidade mãe”, possui vocação natural para o turismo cultural e histórico por ser um dos principais municípios que conta a história do estado de Sergipe. Porém, um dos entraves enfrentados pela cidade é a competitividade com Aracaju, concernente à proximidade com a capital, que apresenta uma infraestrutura mais organizada e o principal município do polo dos coqueirais, até por se tratar do portão de entrada do estado.

São Cristóvão não dispõe de uma oferta turística que dê suporte para realização de pernoite, uma vez que conta com poucas habitações de hospedagem e alimentação. No entanto, nota-se que parte desse diagnóstico está relacionado à ausência de protagonismo empreendedor por parte da comunidade, muitos de seus residentes utilizam a cidade apenas para dormir, e trabalham na capital, fator esse que desmotiva alguns empresários a investir na região.

Mas essa realidade vem sendo trabalhada e vem se modificando. Recente pesquisa de caracterização de demanda turística realizada tanto no Polo Velho Chico, quanto no Polo dos Coqueirais trouxe dados que possam motivar esse protagonismo. Segundo o relatório, entregue em 2018, há uma diversificação de oferta, o segmento sol e praia, o mais procurado no Nordeste brasileiro tem dado lugar a outras experiências, destacado pela pesquisa a elaboração e requalificação de produtos e roteiros culturais e ecoturísticos, seja quanto à representatividade de atrativos, comercialização, operacionalização ou perfil dos clientes, conforme ratifica a figura 48.

Figura 48 – Caracterização de Demanda Turística em 2018



Fonte: CDT (2018)

A curta distância não permite que os visitantes ou turistas pernoitem no município, o que acarreta diversos problemas como falta de recursos, geração de empregos e ausência de investimentos externos, isso sem citar a própria ausência de um fluxo turístico local.

A composição de um destino turístico (que é formado por várias empresas encarregadas de desenvolver atividades ligadas ao turismo) remete a uma situação inerente a qualquer tipo de localidade que busque um espaço para oferecer seus produtos e serviços, que é a concorrência.

Para Mônica Liberato, autora do Plano de Desenvolvimento Turístico, em fase de elaboração, publicou em seu artigo “Circuito Cultural em São Cristóvão/SE – A 4ª Cidade Mais Antiga do Brasil”, em parceria com mais dois autores, dados referentes a uma avaliação dos atrativos turísticos do município seguindo a proposta de roteirização do Mtur, conforme explana a tabela 1 sugerindo mudanças no circuito cultural, o que favoreceria as práticas arqueoturísticas.

Tabela 1 - Avaliação e a hierarquização dos atrativos em São Cristóvão.

Atrativo	Potencial de atratividade (Peso 2)	Grau de uso atual	Representatividade (Peso 2)	Apoio local comunitário	Estado de conservação da paisagem circundante	Infraestrutura	Acesso	Total
Praça São Francisco	6	3	6	1	1	1	3	21
Casa da Queijada	6	3	6	1	1	1	3	21
Casa dos "Bricellets"	6	3	6	1	1	1	3	21
Conjunto do Carmo – Igreja do Carmo Grande e Igreja do Carmo Pequeno	6	2	6	1	1	1	3	20
Santa Casa de Misericórdia e Igreja Santa Izabel	6	0	6	1	1	1	3	18
Sobrado do Antigo Palácio Provincial – Museu Histórico de Sergipe	4	3	4	1	1	1	3	17
Artesanatos (Ateliê de Nivaldo Oliveira)	4	3	4	1	1	1	3	17
Igreja Nossa Senhora da Vitória – Igreja Matriz	4	3	4	1	1	1	3	17
Igreja do Rosário dos Homens Pretos	4	2	4	1	1	1	3	16
Igreja do Amparo Dos Homens Pardos	4	2	4	1	1	1	3	16
As caceteiras do Mestre Rindú	2	2	6	2	0	2	1	15
Convento São Francisco e Museu de Artes Sacras	4	2	4	1	1	1	0	13
Sobrado da Antiga Cadeia	4	0	4	1	2	1	0	12
Museu da Polícia Militar	2	2	2	1	1	1	3	12
Ruínas da Capela dos Capuchinhos / Igreja Jesuíta	2	0	2	0	1	1	3	9
Casa do Folclore	2	1	2	1	1	1	3	11
Prédio Balcão Corrido	2	0	2	1	1	1	1	8
Cristo Redentor	0	0	6	1	0	0	0	7

Fonte: Liberato *et al* (2017).

Para Liberato *et al* (2017), é preciso mais pesquisas relacionadas ao município para que o turismo se desenvolva, mas ressalta que os projetos devem envolver a comunidade e os demais atores para consolidação da vocação cultural, assim como religioso e ecológico. Essa

afirmativa comprova o desconhecimento da vocação arqueológica, que precisa ser inserida no contexto turístico da cidade.

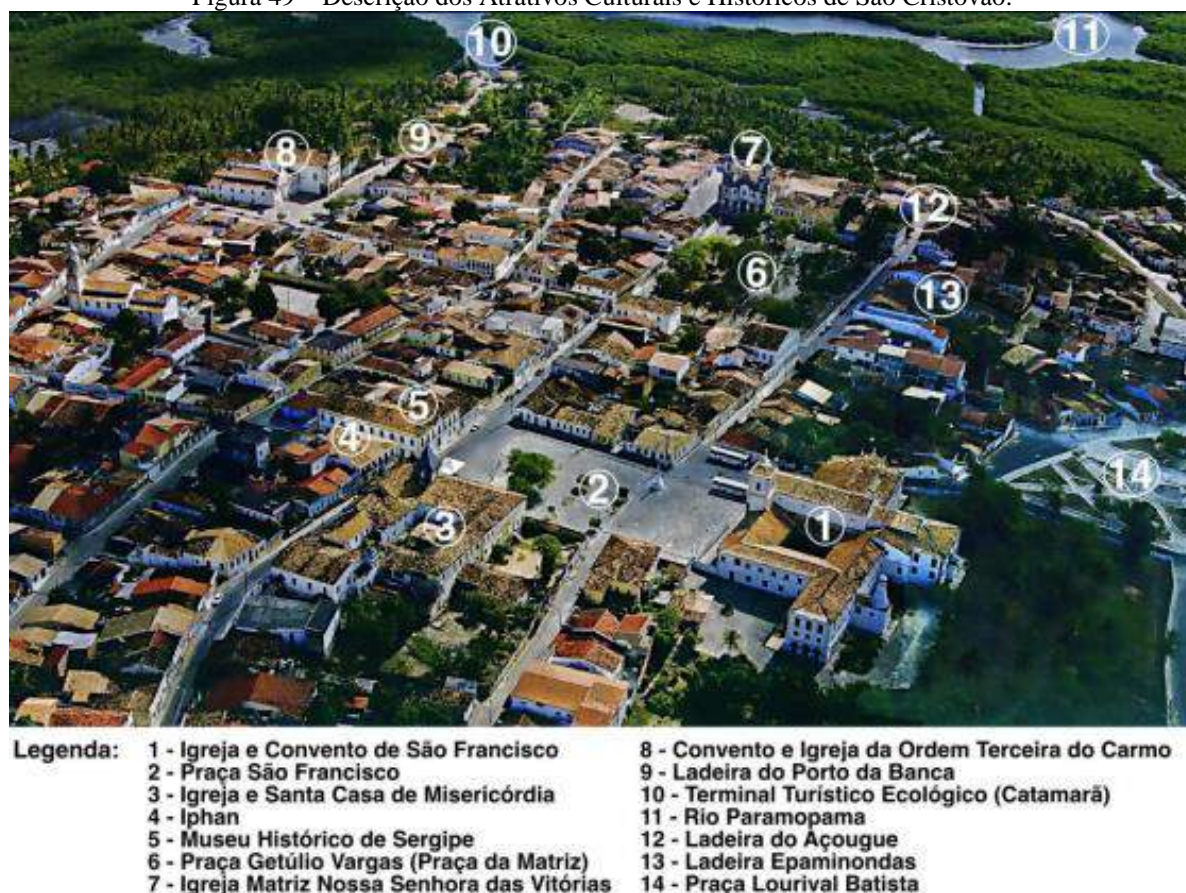
Em entrevista, o Sr. Alberto Santos de Oliveira, gestor público da Fundação João Bebe Água e Diretor de Turismo da Setur/São Cristóvão, relatou as propostas e planos para cidade:

“Pela minha recente chegada ao município, menos de três meses, não permite uma análise profunda da conjuntura geral. Porém, pelo levantamento feito neste período, posso fazer um breve relato: a área de turismo não estava sendo tratada de forma adequada aos potenciais disponíveis. Não por falta de atenção da gestão, mas pelo alto grau de problemas que o município estava imerso devido a gestões passadas. Porém, o prefeito acredita e investe esforços no turismo como instrumento transformador do município. Mas que já há projetos para cidade como a criação do Conselho Municipal do Turismo; a Montagem e Aprovação do Plano de Desenvolvimento do Turismo de São Cristóvão 2019-2029; o cadastramento e adequação para conquista do Selo + Turismo a fim de buscar o + Prodetur; um projeto de melhorias de gestão da logística de abertura dos equipamentos turísticos da cidade (igrejas e museus); captação de investidores turísticos para o município; e o desenvolvimento de Plano de Ação para o ano de 2019.”

É inegável que o turismo contribui na divulgação do patrimônio, assim como no fortalecimento da identidade local, na geração de renda e emprego, valorização da economia local, possibilitando democratizar o turismo e suas áreas afins para com comunidade local, da manutenção e sustentação do modo de vida de qualquer sociedade. Poderíamos associar essas propostas a um exemplo de modelo sustentável para o turismo, se efetivado, que busca desenvolver o conceito do modelo econômico sustentado, elaborado dentro das dimensões da sustentabilidade, por Ignacy Sachs (2002), são elementos de diálogo nesta tese.

A intensificação do turismo arqueológico busca elementos identitários, simbólicos, estéticos, sociais e culturais, em proposta desse porte que viesse a consumir e compartilhar momentos desta nova dinâmica social, que envolve equipamentos, atrativos, atores locais e visitantes. Reintegrando ao conceito, a renovada percepção cultural, a perspectiva de envolver um conjunto de significativos monumentos do patrimônio histórico-cultural que valorizem e promovam bens materiais e imateriais da cultura local, com intuito de revelar a identidade e qualidades, por meio de novas experiências, permite estreitar e ampliar o diálogo entre turismo e arqueologia. Grande parte de sua atratividade concentra-se no seu centro histórico de São Cristóvão, compreendendo museus, praças e edificações históricas, conforme demonstra a figura 49:

Figura 49 – Descrição dos Atrativos Culturais e Históricos de São Cristóvão.



Fonte: Teixeira (2017)

Além do potencial histórico, segundo um levantamento do AAE (2015), a cidade mantém a pesca artesanal, possui uma tradição na fabricação de doces típicos, a exemplo das queijadas, biscoitos briceletes, beijus, compotas, dentre outros. Além desses, há relato de outras fontes econômicas e naturais como as indústrias de água mineral: Indaiá, Santa Cecília, Leve, São Cristóvão e Imperial.

Em seu calendário de eventos, o município retomou a ação que visa a conservação e sensibilização pelo acervo patrimonial, que é o Festival de Artes de São Cristóvão (FASC), que neste ano ocorreu entre os dias de 15 e 18 de novembro de 2018. E o que se pode perceber foi uma participação ativa e sensibilizada da sociedade local em proteger o acervo histórico-cultural.

Tais atividades são de extrema importância para o resgate da autoestima e da memória da cidade, contudo é preciso resgatar a essência de suas histórias, memórias e vivências. Quando questionado sobre a história dos monumentos e toda a cultura material inserida no espaço urbano de estarem contidos em um processo de apresentação em contexto da

arqueologia da cidade, o Sr. Alberto Santos de Oliveira, gestor público da Fundação João Bebe Água e Diretor de Turismo da Setur/São Cristóvão, afirmou:

“Não tenho conhecimento aprofundado, porém tive conhecimento dos trabalhos arqueológicos realizados pelos professores Eder Donizete e Daniel Castro. Considero que seria uma excelente oportunidade de fomentar o turismo na cidade pelo segmento da pesquisa. Além de muito interessante é pouco desenvolvida no Brasil e em Sergipe, o que gera novas oportunidades para o destino. Nós temos os acervos de Escavação que o IPHAN possui em sua sede no município e isso daria viabilidade para prática, e que embora nunca tenha participado de algum evento/roteiro ou atividade sobre turismo arqueológico no município considero uma oportunidade perdida, pois proporcionaria uma oportunidade de manter o visitante por mais horas no destino.”

Para Featherstone (1995), é necessário a compreensão de que as cidades possuem suas culturas e que isso faz com que elas produzam produtos culturais, artefatos e utensílios que foram utilizados na vida cotidiana e que deveriam estar inseridos no planejamento urbano. Essa seria uma forma de manifestação de códigos culturais como elementos de comunicação com a cidade e edificações e a forma como esses se organizavam no espaço físico. Isso traz muitas respostas sobre a essência histórica e dinâmica de vida da população.

No âmbito de facilitar essa comunicação que mais uma vez trazemos a possibilidade de diálogo entre arqueologia e o turismo em São Cristóvão. Já há o entendimento de que as cidades antigas podem ser objetos de estudo da arqueologia sob diversas abordagens teóricas, neste caso em específico trataremos da abordagem da arqueologia urbana e preventiva, compreender que as ferramentas utilizadas irão possibilitar esse diálogo. Essa narrativa pode ser desenvolvida através das práticas do turismo arqueológico.

A cidade possui hoje cadastrada pelo IPHAN/SE treze sítios arqueológicos, segundo entrevista com a técnica e arqueóloga Beijanizy Abadia, sendo sete sítios históricos, e seis pré-coloniais, que podem ser consultados no site do Iphan/SE.

Dentre os sítios analisados para compor o cenário nesta tese, escolhemos o sítio arqueológico histórico Praça São Francisco. A escolha partiu das variáveis de acessibilidade, valor histórico-cultural, a propriedade de terra (pois seis desses sítios encontram-se em propriedade particular e parte da materialidade encontrada está arquivada na casa do IPHAN/SE em São Cristóvão) e vocação para o turismo. Como marco central para desenvolver as práticas arqueoturísticas, foi inserido o Cristo Redentor, um dos monumentos mais antigos, e responsável pela vista aérea da cidade, donde é possível ter a compreensão da organização espacial e funcional desse sítio urbano.

5.2.1. Breve histórico

*“É uma cidade pequenina, é uma casinha, é uma colina
Qualquer lugar que ilumina, Quando a gente quer amar.”*
Moraes Moreira

Para entendimento de como surge uma cidade histórica, é preciso buscar no seu contexto histórico as motivações ocorridas durante sua construção, ou sua (re)construção. É importante considerar a descrição populacional e todo seu entorno, para uma melhor compreensão do significado de seus monumentos, edificações e modos de pensar e viver.

Las tierras de la provincia de Sergipe hacían parte del territorio de Bahía de todos los Santos, donada a Francisco Pereira Coutinho en cinco de Abril de 1534. La región presentaba peligro interno y externo, pues las invasiones de los franceses, que se dedicaban al contrabando de Pau-brasil, algodón, chiles y aves. Además las tierras empezaban a ser refugios de indios y negros que huyan de la esclavitud. En este sentido, con objetivo de garantizar la seguridad de los viajes entre las provincia de Bahía y Pernambuco y alimentar la área destinada a la explotación de la ganadería que la corona portuguesa ordenara en 1575 la conquista de Sergipe. En esta perspectiva fueran designados los curas Gaspar Lorenço y Joao Salônio para empezar una misión de catequice con los nativos de esta región. Crearan las misiones de San Tomé, San Ignacio y Sao Paulo. Pero estas misiones no conseguirán lograr el objetivo con los nativos de esta región. Así que en 1590 ha sido designada una misión militar liderada por Cristovão de Barros con objetivos de dominar el territorio. Se estima que una expedición de aproximadamente tres mil hombres seguían la misión militar de Cristovão de Barros. Con la conquista definitiva del territorio y millares de nativos asesinados y los supervivientes enviados a las áreas de producción como esclavos. (SANTOS, 2011, pg. 71)

Segundo Nunes (2000), esse contexto histórico, marca a formação da Capitania de Sergipe Del Rei (1534-1590), o início da história da quarta cidade mais antiga do Brasil. Segundo a autora, ela foi fundada por Cristóvão de Barros e foi palco de lutas indígenas (tupinambás) e invasões holandesas. Essas batalhas e lutas fizeram com que a cidade ou sítio histórico sofresse três modificações em sua formação urbana, em três localizações diferentes.

Contudo, Santos (2011) aponta que essa é uma história retratada por muitos historiadores e pesquisadores, mas em momento algum foram realizadas pesquisas mais aprofundadas, até mesmo arqueológicas, que comprovem essa versão.

Grande parte das cidades históricas brasileiras é oriunda de um projeto de povoamento português que Freyre (1982) chamou de reurbanização. Eram os traços urbanos em cidades rurais, os modos de viver, os hábitos, o colorir das casas, as construções mais elaboradas. Para o autor, era uma forma de marcar a passagem do período pré-colonial para fase de nacionalização brasileira, ao qual designou-se período colonial.

Muitas das cidades passaram por essa transformação, Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa e por fim São Cristóvão. Segundo Nunes (2000), a quarta cidade mais antiga teria sido um elo na luta contra as invasões estrangeiras, por estar em local estratégico margeada pelo litoral.

Sua primeira formação, que foi a capital de Sergipe até 1855 quando ocorre a transferência para Aracaju, possui uma demarcação indefinida. Segundo alguns historiadores, há possibilidades de entendimento de que sua primeira formação seria onde hoje está localizado o município de Barra dos Coqueiros, mas não há dados que comprovem tal localização (SANTOS, 2011). E a cidade estaria mais próxima ao litoral, como demonstra o mapa abaixo:

Figura 50 – Mapa Territorial do Brasil de 1500 a 1822.



Fonte: Souza (2004).

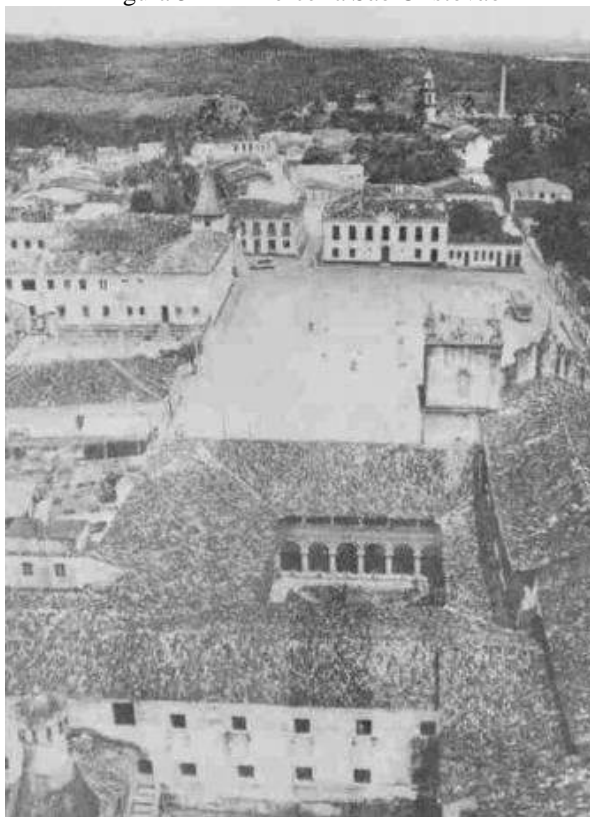
A conquista por novas terras viria a contribuir para enriquecimento das nações europeias, a insegurança das cidades coloniais e a iminência de ataques de inimigos fizeram com que a cidade fosse transferida de lugar. Segundo Nunes (2000), a localização da segunda São Cristóvão atendia fins estratégicos por estar localizada entre dois grandes centros produtores de cana-de-açúcar: Bahia e Recife. Mas Santos (2011) ressalta que não há uma localização exata da segunda formação, mas segundo a autora, haveria a possibilidade de que o povoado estivesse próximo ao Rio Poxim, supostamente fixado até meados de 1596.

A segunda São Cristóvão foi totalmente destruída pela invasão holandesa, o que dificultou verificar ao certo sua localização. A invasão foi motivada pela disputa das terras de

cana-de-açúcar que, segundo Nunes (2000), diante dos ataques as tropas luso-espanholas decidiram atear fogo em todo povoado, ratificando a incertezas de sua localização.

Esse período deu início ao processo de colonização e independência da cidade, que ocorreu por volta de 1590, segundo Santos (2011), é delegado à a igreja Católica essa responsabilidade e a conquista de condição de comarca ganhando mais autonomia e seu próprio ouvidor, ainda que estivesse subordinada à Bahia. E assim, em meio a lutas e disputas territoriais, nasce a São Cristóvão definitiva, segundo Nunes (2000) em 1645.

Figura 51 – A Terceira São Cristóvão



Fonte: São Cristóvão Del Rei, 1969, sem página.

Para Lopes (2008), a cidade se tornou histórica a partir dessas batalhas e lutas, incorporadas de histórias que compõem a independência de Sergipe, consequentemente São Cristóvão, dotadas de valores e sentimentos de lutas e conquistas. Ainda para Lopes (2008, pg. 15), “A cidade histórica, na sua gênese tem uma realidade fundada numa ordem abstrata de mando que perpassa as práticas sociais no seu conjunto e que se impõe, esforçando-se por aplastar as singularidades dos modos de ser”.

Santos (2011) aponta a localização da terceira São Cristóvão e definitiva, sendo caracterizada na faixa de terra em formato de tabuleiros, com altitudes variando entre 30 a 100 metros, com vales abertos, colinas convexas e declinada para o litoral. O autor relata que

a nova São Cristóvão foi erguida mais distante do mar, mas no alto de colinas que facilitasse conter outras invasões e ataques, uma forma estratégica que até os tempos atuais é possível ter uma visão total da cidade e do mar.

Seabra (1987) supõe que a construção desses núcleos urbanos na época, concentrados em um ponto mais alto, seguiam um modelo arquitetônico utilizado por espanhóis e portugueses, afastados do litoral, garantindo maior segurança.

Às margens do Rio Paramopama, a cidade São Cristóvão foi sendo reconstruída. Segundo Santos (2011), a primeira construção a surgir foi a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, conhecida como a Igreja da matriz, e em seu entorno surgiram as primeiras casas e núcleo urbano. Ainda segundo o autor do alto da cidade era possível verificar o fluxo das embarcações que durante muito tempo foi palco de grandes comercializações.

Por conta dessas comercializações, em 1832, começou-se a cogitar a mudança da capital de Sergipe para um local com mais facilidade para o comércio, de acordo com as pesquisas de Chaves (2004), foi uma questão delicada, mas necessária, sob a justificativa de exportação de maior quantidade de açúcar, cogitou-se a construção de um novo porto. Com isso, em 17 de março de 1855, ocorre a transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado Santo Antônio de Aracaju, através do decreto nº 413. (PORTO, 1991).

Geograficamente, Aracaju estava próxima da mais poderosa região econômica: a Cotinguiba. Esta, por sua vez, assentava-se num fator geográfico sua supremacia sobre a ribeira do rio Vaza-barris. No estreito vale deste rio a agricultura aproveitasse das várzeas adubadas por suas enchentes. A Cotinguiba era a vasta expansão geográfica da bacia dos calcários cretáceos de Sergipe, calcários que se decompondo produziam colinas de encostas suaves cobertas pelo famoso massapê, a terra preta dos canaviais. Geograficamente, Aracaju derrotou interesses políticos e individuais que há muito desejavam a mudança da Capital, não como foi feita, mas para locais mais ao alcance dos tentáculos de sua influência, a fim de melhor dominarem a administração da Província. (PORTO, 1991, pg. 17)

Segundo Thiago Fragata, historiador e poeta de São Cristóvão, em seu blog intitulado “Cicerone de São Cristóvão”⁸⁵, há pontos negativos e positivos dessa transferência da antiga capital de Sergipe.

“FATORES INTERNOS QUE FAVORECERAM A MUDANÇA: Político - Em 1853 o Partido Conservador vence as eleições, toma posse Inácio Joaquim Barbosa. Esse partido sempre defendeu a Mudança da Capital.

⁸⁵ Disponível em <http://thiagofragata.blogspot.com/2009/03/mudanca-da-capital-e-licao-de-joao-bebe.html>, acessado em 10 de outubro de 2018.

Inácio Joaquim Barbosa contribuiu para a emancipação de Itaporanga, em 1854, o que enfraqueceu o poder econômico de São Cristóvão e dividiu o Partido Liberal. Pertinente lembrar que a grande liderança desse partido, Sebastião Gaspar de Almeida Botto, fora acusado de assassinato, o que fragilizou ainda mais o partido. *Infraestrutura* - Alegando a dificuldade de escoamento da cana-de-açúcar produzida na região do Vaza-Barris uma vez que o rio Paramopama era raso e não permitia navegação de embarcações de grande porte; alegando também a dificuldade de transporte, pois a distância entre o Porto das Pedreiras e a Mesa de Rendas era de 9 KM, o que encarecia o produto, Inácio passou a defender a Mudança da Capital. *Econômico* - Os investimentos se concentraram na região do Cotinguiba. Em 1855, a produção canavieira do Vale do Cotinguiba era maior do que a produção do Vaza-Barris, realidade que legitimou o plano dos conservadores.

FATORES EXTERNOS QUE FAVORECERAM A MUDANÇA: Político - No cenário político brasileiro, com representação na corte (Rio de Janeiro), registrava-se um momento de conciliação dos ministérios e da base dos partidos. Não adiantou os liberais sergipanos apelar para os liberais da corte. *Econômico* – Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, foi um empreendedor responsável pela modernização do Brasil. Por sua iniciativa ocorreu a implantação das primeiras ferrovias e a navegação a vapor. Assim, a economia brasileira vivenciou na Era Mauá uma reestruturação. A tendência da antiga cidade-fortaleza, concebida no interior ou em cima de morros, era mudar para cidade-porto. Nesse sentido, Alagoas mudou sua sede de Marechal Deodoro para Maceió, o mesmo se deu no Piauí e em Sergipe. (FRAGATA, 2009)

O nascimento do agora município de Sergipe ecoou no saudosismo de uma cidade que contou muito a história do estado e que deixa e mantém um legado de importantes construções, vivências e relações pessoais. Essas relações vão se modificando em espaço-tempo, mas, seus habitantes atribuem novos sentidos aos elementos encontrados, mas sem perder a essência de seu passado.

Para Azevedo (1980), a cidade se dividiu entre cidade baixa e cidade alta, e foi tombado Patrimônio Histórico Nacional em 1939 devido à quantidade de prédios e edificações que resgatavam a memória colonial dos séculos XVI e XVII.

Na parte alta estão concentrados os monumentos históricos mais significativos, considerados o centro histórico da cidade e na parte baixa o comércio, rodoviária, casas residenciais, via férrea (desativada) e fabrica de tecido. Nunes (2000) aponta o período de apogeu do desenvolvimento da cidade após a perda do título de capital com a implantação da linha férrea em 1913, que funcionou durante muito tempo abastecendo a cidade de Aracaju e circunvizinhas. Mas, assim como todas as cidades que dispunham de linhas férreas no país, não houve êxito.

O advento da linha ferroviária trouxe desenvolvimento para cidade, gerando renda e emprego, o que contribuiu para que a cidade se tornasse mais independente. Mas para Santos

(2011), foi graças a sua riqueza cultural que promoveu seu ápice de crescimento, elevando a cidade à categoria de Cidade Histórica em 22 de junho de 1938. E em 1967, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional tomba o perímetro urbano do Centro Histórico em um contexto paisagístico, etnográfico e arqueológico, surgindo a preocupação em melhorar o acesso à cidade, assim é construída a Rodovia João Bebe Água, ligando a cidade a capital. (SANTOS, 2011).

Horta (2008) aponta que a cidade enquanto patrimônio histórico possui em seu conjunto arquitetônico valores denominados “lugares de memórias”, e são esses lugares que esta tese se disponibilizou a contar sua história sob o crivo da arqueologia. Corroborando dessa análise, a tese considera importante passar os valores desse patrimônio histórico, que muitas vezes passam despercebidos aos olhos das pessoas que ali vivem, mas que mantém viva em sua memória, em proposta de reflexão sobre esse acervo material e imaterial presente e que dialoga com sua origem, tradições e costumes. (HORTA, 2008).

5.2.2. Arqueologia Urbana e Histórica

A cidade pode ser vista por seus habitantes através de várias perspectivas seja ela pela sua vivência cotidiana, pelo designer arquitetônico, pelo olhar descrito na memória da população mais velha, ou pela arqueologia. Lynch (1999) compreende em uma visão holística na interpretação e aponta os cinco elementos passíveis dessa interpretação: as vias ou canais pelos quais circulam as pessoas, os seus limites de fronteira, os bairros, os pontos nodais e o marco criador de identidade.

É importante traçar este novo olhar para cidade uma vez que a hostilidade acerca das abordagens arqueológicas é desconhecida pela população, uma vez que só se ouve falar em arqueologia em cidades históricas através de duas vias: A primeira diz respeito às pesquisas arqueológicas das obras públicas da cidade, onde parte da população se pergunta do porquê recolher tantos cacos de louça e cerâmica e outros materiais das escavações realizadas. A quem interessa essa coleta. Nesse âmbito é importante considerar compreensível essa falta de entendimento, pois essa abordagem arqueológica fruto na obrigatoriedade do processo de licenciamento ambiental e da arqueologia de contrato, muitas vezes não compartilha as causas e importância dessa coleta de materiais na compreensão da formação da morfologia e história da cidade no seu passado. E pela segunda via se dá ao fato de constar que parte das edificações são patrimônio tombados pelo órgão finalizador do patrimônio, o IPHAN, mais uma vez é possível compreender a falta do entendimento acerca da importância das pesquisas

arqueológicas, uma vez que durante muito tempo o órgão fiscalizador funcionava de forma impositiva e imperativa, não abrindo condições ao diálogo com a comunidade a quem pertence esse patrimônio, o que vem mudando com o tempo. Então como proteger ou valorizar o que não se conhece?

Segundo Mello e Veiga (2015), a arqueologia urbana permite uma perspectiva de estudos e análises com base na restituição de pesquisas urbanas, interessadas na compreensão da dimensão cultural e seus significados, testemunhos e vestígios.

Segundo Lemos e Martins (1992), a disciplina surge a cargo das reconstruções após a Segunda Guerra Mundial, na Europa, na década de 60, assim como descrevemos a reconstrução das cidades medievais do Leste da França, na Alsácia, que marca o período da elaboração dos primeiros aportes teóricos metodológicos. Pardi (2007) aponta a Inglaterra como berço central dos primeiros trabalhos de desenvolvimento da arqueologia urbana, assim como na França que criou um órgão oficial e nacional sobre a temática na década de 80.

Salva as devidas proporções, essa foi uma das propostas de análise comparativa entre cidades históricas consagradas como o estudo de campo realizado na cidade Paris, assim como as cidades medievais da região do Leste francês, reconstruídas durante a Segunda Guerra Mundial, com intuito de observar, por meio de narrativas envolventes no contexto arqueológico e turístico os sentidos de convivência com a expressividade histórica e preservada na memória viva da morfologia da cidade. Assim analisamos o sistema construído da região de São Cristóvão, e a partir dele seus usos no presente e no passado.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos – sistema construído e relações que o animam – constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética (VOGEL e MELLO, 1984, pg. 50).

86 O patrimônio passou a se impor como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas. Na França, desde 1983, as Jornadas do Patrimônio atraíram cada vez mais visitantes aos imóveis ditos do Patrimônio: mais de onze milhões em setembro de 2002. Uma Escola Nacional do Patrimônio, encarregada de formar os futuros conservadores, funciona desde 1991, em Paris. Existe, desde 1996, uma Fundação do Patrimônio. Inspirada, em suas expectativas pelo menos, no National Trust britânico, ela se mostrou muito discreta, na verdade. Enfim, Entretiens du Patrimoine (Discussões sobre o Patrimônio) são organizadas desde 1984 pela Direção do patrimônio no Ministério da Cultura. Discute-se tudo o que toca o patrimônio, inclusive, ultimamente, os seus "abusos" (HARTOG, 2006, pg. 262).

As mudanças ocorridas em São Cristóvão deixam para trás parte de sua história, mas traz vestígios dessas transformações de renovação urbana, através desses vestígios isolados, traço marcante dos estudos de arqueologia urbana no Brasil. Alguns desses estudos foram realizados como medida mitigadora dos impactos do processo de urbanização e destruição dos sítios, mesmo que esses não tenham sido escavados. Vale a pena ressaltar que a arqueologia não é só escavação, segundo Vogel e Mello (1984), podem representar sistemas de relações que seguem a lógica operativa e simbólica dos espaços, elementos, conjuntos e equipamentos urbanos, como é o caso de São Cristóvão.

O processo de urbanização, ou reconstrução da cidade se delineou seguindo um padrão das cidades coloniais, dividida em Cidade Alta, onde se concentrava o alto poder político e administrativo e casa das famílias mais ricas e a Cidade Baixa, onde funcionava o comércio local.

Figura 52 – Plano Urbanístico de São Cristóvão



Fonte: Monumentos de Sergipe (2007).

As primeiras intervenções em cidades históricas ocorrem sempre centralizadas pela Igreja Matriz, onde a vida cotidiana era mais intensa como um espaço de ponto de encontro de sociabilidade e o cenário da vida pública. Para Santos (2011), esse incursu etnográfico pelas ruas e vivências na parte central da cidade, como mostra a figura 53, de São Cristóvão era uma forma de redescoberta do ambiente que remetiam a memória de um passado destruído.

Figura 53 – A Igreja Matriz e a Intervenções Urbanas de São Cristóvão



Fonte: Souza (2004). Autor e ano desconhecido

Nunes (2000) entende que todo lugar deve partir de um ponto central para que sua história seja contada.

A Igreja da Matriz, conhecida como Nossa Senhora Vitória, corresponde a esse símbolo do espaço urbano, assim como a Santa Casa de Misericórdia e o Convento Franciscano. Santos (2011) aponta que grande parte dessas construções são marcadas pelo valor religioso por causa do passado da sua colonização, marcadas pelo preciosismo e cultismo do estilo barroco neoclássico. Já para o autor, as casas subsequentes caracterizam-se com construções mais simples e rústicas, geralmente térreas e que se mantêm até os dias de hoje.

Segundo Brito (2015), das ruas estreitas entre os casarios do século XVII, formou-se um conjunto arquitetônico do São Francisco e do Carmo, as igrejas Vitória e Rosário dos Homens Pretos e Amparo dos Homens Pardos. O autor aponta para a influência portuguesa complementados pelo Convento de Santa Cruz, Museu de Arte Sacra (antiga Capela da Terceira Ordem), Lar da Imaculada da Conceição (antiga Casa de Misericórdia e Museu Histórico de Sergipe (Antigo Palácio dos Governadores). Formando seu conjunto arquitetônico, começam as primeiras intervenções arqueológicas na tentativa de compreender aquele espaço e paisagem nele construída (BRITO, 2015).

A paisagem é uma porção da configuração territorial que conseguimos abarcar com a visão, um recorte que oferece pistas materiais que permite conhecer seu caráter histórico. E o espaço são as formas mais a dinâmica da vida que infere nas diferentes gerações ao longo do tempo que ajudam a contextualizar esse tempo da história (SANTOS, 2008).

Esse é um dos desafios da cidade de São Cristóvão, a falta de documentação arqueológica que sustente narrativas que contribuam por conservar sua memória e as características históricas. Muito de seus trabalhos são desenvolvidos através de relatórios que

não chegam ao acesso da comunidade, e nem poderiam uma vez que grande parte está descrito em uma linguagem técnica e fazem parte de projetos que envolvem a arqueologia de contrato que não tem como prática a divulgação desses estudos e do material coletado.

A cidade de São Cristóvão possui muita materialidade, em sua paisagem passível de pesquisas de prospecção, por conta de suas edificações, ruas e becos que ao longo de sua história permanecem intocadas, até porque outro entrave enfrentado está relacionado às discussões acerca do restauro de seus monumentos, muitas das construções permanecem em seu estado natural, e embora isso seja positivo de analisarmos pela ótica da mercantilização do patrimônio que ocorre em muitas cidades históricas que resulta na descaracterização dos bens patrimoniais, não se trata desse tipo de restauração que estamos mencionando e sim de conservação.

Suas primeiras intervenções arqueológicas no contexto urbano, dadas as informações pesquisadas, são a partir da proposta de investigação do conjunto arquitetônico que compreende as três praças da cidade: Praça São Francisco, onde estão a Santa Casa de Misericórdia e o antigo Palácio Provincial; Praça da Matriz com conjunto de casarões e prédios públicos; E da Praça da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e conjunto do Carmo (COSTA E MELLO, 2012).

Segundo Costa e Melo (2010), tratava-se de um projeto iniciado em maio de 2010 que contemplava trinta logradouros, ruas e avenidas, dando ênfase ao centro histórico. O projeto coletou mais de 3.334 vestígios arqueológicos encontrados nas sondagens e valas do sistema de esgoto. Segundo os autores, foram encontrados fragmentos de louça, vidros, cerâmicas, artefato de metal, ecofatos de ossos, vestígios de carvão e conchas.

Os objetivos seriam de reconhecimento arqueológico da área, inventariação de testemunhos históricos e tipologia prévia dos vestígios móveis e imóveis identificados. Para Costa (2011), foi possível verificar e caracterizar os grupos históricos, que habitaram a área e correlacioná-los aos vestígios históricos identificados em pesquisas paralelas.

Essa é uma abordagem urbana que adentra a abordagem da arqueologia histórica. Sobre o conceito de Arqueologia Histórica aplicada em São Cristóvão, corrobora da afirmação de Orser (1992) que incorpora a possibilidade de investigação da sociedade contemporânea e que seremos herdeiros. Tilley e Shanks (1987) afirmam que é importante considerar as tensões sociais no passado e também no presente, como possibilidade de autoconhecimento.

A arqueologia urbana pode ser compreendida como uma ramificação da arqueologia histórica por estar associada a grandes programas de restauração desses logradouros e edifícios históricos.

No entanto, a arqueologia histórica seria um campo de investigação na tentativa de desvendar hábitos, costumes e mentalidades de cidades brasileiras no início da colonização europeia. Nesse campo, as pesquisas em São Cristóvão ainda estão em andamento, grande parte do material coletado durante as escavações encontra-se no acervo técnico do Iphan/SE, contudo sem uma análise mais aprofundada parte dessa investigação social e cotidiana.

Conhecer a cultura material, uma das premissas da arqueologia histórica, permite compreender todo material coletado em uma escavação arqueológica, ou pelo menos, deveria possibilitar, porque esses materiais têm valor representativo e nem sempre é percebido. Grande parte do material coletado nessas primeiras intervenções em São Cristóvão passou por procedimento metodológico de catalogação e é armazenada, outra parte está exposto na casa do Iphan/SE na cidade, mas sem um projeto de exposição que facilite a compreensão do material e em que contexto ele estava inserido.

Esse é um problema antigo recorrente à aplicabilidade da arqueologia em sítios urbanos, fruto de três problemas: a institucionalização da ideia de patrimônio histórico no Brasil, dando lugar secundário à instância histórica do patrimônio em restauro; o formato da arqueologia enquanto disciplina e sua rejeição sendo coadjuvante do processo de restauro; e por último a emergência das restaurações destinadas à exploração e mercantilização da cultura material e patrimonial (FERREIRA e MARTINELLI, 2011).

A atuação do programa MONUMENTA, embora tenha surgido para regulamentar a proteção legal, aponta falhas na condução da construção de critérios dessas intervenções em sítios arqueológicos urbanos e históricos. Apesar de haver em sua justificativa a necessidade de ampliação das pesquisas arqueológicas e do material coletado estar dentro do contexto em que foi escavado, o programa não consegue sanar os problemas de intervenções ilícitas e apreensão do material encontrado. Isso dificulta com que a própria comunidade compreenda a importância e finalidade dessas pesquisas (FERREIRA e MARTINELLI, 2011).

A intervenção arqueológica na cidade que é parte central da apresentação deste cenário é o que ocorre na Praça São Francisco, durante o processo de candidatura para Patrimônio Mundial de Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Patrimônio Mundial da Humanidade, o conjunto arquitetônico, classificado e tombado como sítio arqueológico histórico, construído durante o período da União Ibérica, com influências

urbanas hispânicas e portuguesas e das ordenações filipinas, em relação ao convento franciscano. (BRASIL, IPHAN, 2007).

Figura 54 – Vista Área de São Cristóvão e Praça São Francisco e Monumentos que Compõem o Sítio Arqueológico Praça São Francisco.



Fonte: Garcez (2012) adaptado pela autora.

Apesar das críticas à arqueologia histórica, Symanski (2009) acredita que esta possibilitou uma abordagem mais contextual, proposta por Hodder (1986), e alcançou uma popularidade por dar ênfase na pesquisa historiográfica. A autora acredita que esse esforço em contextualizar os dados arqueológicos para que esses não se tornem meramente ilustrativo. Corroborando dessa afirmativa segue a descrição dos monumentos que compõem o cenário arqueológico de São Cristóvão.

5.2.2.1. Sítio Arqueológico Praça São Francisco

Para Aragão (2011), a Praça São Francisco foi um conjunto arquitetônico de interesse governamental e político para que pudesse abrigar os poderes públicos e testemunhar a permanência religiosa, através da Ordem Franciscana.

As pesquisas arqueológicas, já descritas foram reforçadas com o pleito da praça a Patrimônio da Humanidade. Segundo o site institucional do Iphan/SE:

Implantada de acordo com o comprimento e a largura exigida pela Lei IX das Ordenações Filipinas, a Praça São Francisco incorpora o conceito de Praça Maior tal como empregado nas cidades coloniais da América hispânica, inserida no padrão urbano português de cidade colonial em uma paisagem tropical. Por isso, pode ser considerada uma simbiose notável do planejamento urbano de cidades de origem ibérica. Edifícios institucionais civis e religiosos relevantes, sendo o principal deles o complexo da Igreja e

Convento de São Francisco, cercam a praça. A integridade da propriedade está assegurada uma vez que em seus limites estão compreendidos os atributos necessários para transmitir seu valor universal excepcional, que estão intactos e completos e não se encontram sob ameaça. A praça e as construções associadas contidas no sítio inscrito são autênticas em retratar sua importância histórica e social para a vida da cidade. As obras realizadas no conjunto têm mantido suas características, melhorando a infraestrutura, comodidade e segurança dos pedestres⁸⁷.

Segundo o cadastro nacional de sítios arqueológicos do Iphan, esse sítio compreende Igreja e Convento Santa Cruz, Igreja e Casa de Misericórdia, Museu Histórico de Sergipe, Escritório Técnico do Iphan e Casario Colonial.

O primeiro monumento e/ou edificação é a Igreja e Convento Santa Cruz, segundo Souza (2004), o estilo barroco e a originalidade dessa construção, segue uma proposta das edificações francesas, ressaltando o classicismo referente aos claustros, facilitados pelos materiais em calcários abundantes na região.

Figura 55 – Igreja Santa Cruz e Estilo Barroco



Fonte: Silva (1920). Autor e ano desconhecido.

Para Souza (2004), sua construção foi autorizada em 10 de setembro de 1657, mas erguida em 1693, após autorização do então governador Geral do Brasil, Francisco Barreto.

⁸⁷ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227>, acessado em 15 de novembro de 2018.

Foto 50 – Igreja São Francisco



Fonte: Acervo Pessoal (2018).

Devido às fragilidades com o cuidado com os patrimônios edificadas, como advertido por Ferreira e Martinelli (2011), a Igreja São Francisco, como hoje é conhecida a Igreja Santa Cruz, permanece com poucas intervenções de restauro e arqueológicas.

Paulatinamente foram incorporados ao monumento outras edificações, como a capela da Ordem Terceira (Atual Museu de Arte Sacra) e o convento franciscano (antigo Convento Santa Cruz). Todo seu conjunto representa em um valor intrínseco histórico e religioso, e arqueológico associada ao Cruzeiro de Calcário, comum nos conjuntos franciscanos que serviu como marco das escavações arqueológicas durante o processo de candidatura da praça a patrimônio da humanidade.

Foto 51 – O Cruzeiro – São Cristóvão



Fonte: Arquivo Pessoal (2017).

Parte dessa descrição gera uma série de indagações que fragilizariam as narrativas históricas acerca da construção e memória desses monumentos. Além dessa descrição, conforme Costa (2010) descreve outros materiais encontrados durante a escavação e muitas interpretações. O autor relata:

54% da amostra concentrada nos fragmentos de louça, enquanto 9% em fragmentos de vidro, 10% em fragmentos de cerâmica, 2% concentrado em artefatos de metal, 17% em ecofatos de osso, 1% em vestígios de carvão, e 7% em vestígios de conchas. A porcentagem demonstra a maioria esmagadora dos artefatos em louça, sobre os demais vestígios arqueológicos, seguido somente por vestígios de ossos e conchas e o conjunto de vestígios de cerâmica e vidro. (COSTA, 2010, pg. 10)

Uma das questões percebidas neste estudo é a falta de um contexto mais direcionado entre a cultura material coletada com a vida cotidiana dos grupos que viveram nessa região. Talvez pelas mudanças recorrentes de localidades ou conforme afirmado por Ferreira e Martinelli (2011), pela falta de compromisso com os bens patrimoniais arqueológicos, a ausência de conhecimento da importância desses materiais não somente na compreensão do entendimento de uma dinâmica cultural, mas urbana.

A construção do Convento de São Francisco, como observado em visita de campo, é a obra mais antiga edificada e a mais monumental, foi construído com ajuda da comunidade local e inaugurado ao final do século XVII.

Segundo Santos (2011), a Casa de Misericórdia representa um marco da colonização lusitana, em estilo barroco, em quase todo o período colonial, datada entre 1607 e 1622, funcionava como capela, mas também como o hospital da cidade. A Casa de Misericórdia desempenhou em alguns momentos atividades econômicas referentes a reformas de casas e construção de estabelecimentos.

Para Souza (2004), tolhida de seus privilégios, a Santa Casa dispunha das atividades econômicas e religiosas para sustentar o hospital de caridade. De um lado, os empréstimos a senhores de engenho e comerciantes; os alugueis de casas, dos salões do prédio ao governo provincial e ordens religiosas; os foros de terra empenhados a pequenos agricultores; do outro, as capelas de missa em refúgio das almas, as procissões encomendadas por outras irmandades, os cortejos fúnebres e a caridade alimentavam e socorriam os internatos (SOUZA, 2004). Em 1762 os irmãos pediram nova esmola ao rei de Portugal, a fim de “cumprir as obras de caridades, como em casos similares” (SILVA FILHO, 2000, pg. 28).

Um aspecto relacionado à Casa de Misericórdia, localizada na Rua Erundino do Prado Neto, aponta características de uma construção tipo sobrado que, segundo Souza (2004)

apresenta sacada estreita e curta imitando estilos coloniais. Para o autor, a caracterização arqueológica segue a distinção estratigráfica, onde foram localizados ossos humanos, possivelmente representação de sepultamento secundário. Esse é um dos resultados bem compreensíveis, em se tratando de uma casa que abrigava toda a parte excluída da sociedade, leprosos, separadas, desabrigados, enfermos de uma forma geral.

Foto 52 – Casa de Misericórdia (Lar de Imaculada)



Fonte: Laura Almeida

Embora relevante o dado também permita apontar uma contradição, se o edifício funcionava um hospital de excluídos, como seria possível estar centralizado na praça principal da cidade que simbolizava o alto poder da sociedade? Sendo que nos grandes centros coloniais a Casa de Misericórdia ficava distante das casas e sobrados da alta sociedade? Esse seria um aspecto e um recorte ainda passível de investigação arqueológica no entorno de tal edificação.

Souza (2004) ratifica essa hipótese ao afirmar que os grandes senhores encomendavam nessas capelas as missas em refúgio das almas, as profissões e cortejos fúnebres e depósito de restos mortais de pessoas enfermas a fim de não contaminar os cemitérios das cidades. Isso talvez justifique que parte dos esqueletos encontrados estivessem desarticulados.

O fato é que esse monumento colabora no entendimento do passado de lutas e batalhas enfrentadas pela cidade e poderiam apresentar uma maior materialidade que resgatasse a capacidade do registro documental arqueológico, além de construir mais interpretações desse passado cheio de lacunas a serem preenchidos, que possibilitariam novas leituras e dinâmicas a cidade história de São Cristóvão.

Esse pluralismo interpretativo contribui na formação das narrativas que compõem o roteiro a ser apresentado como produto do estudo desta tese, em perspectivas de registros da

arqueologia histórica e urbana, ou até trazendo importantes traços e teorias da arqueologia da restauração, incorporada na arquitetura urbana da cidade.

O Museu Histórico de Sergipe, para Souza (2004), indica inúmeras possibilidades de interpretações por compor prédios religiosos, residenciais e públicos.

Nunes (2000) relata que o museu foi inaugurado em 05 de março de 1960 com a missão de salvaguardar a identidade do povo sergipano com representações de bens moveis e imóveis da cidade. O museu, que segundo a autora, foi palácio da província de Sergipe, na época já foi cadeia, hospital e escola, possui um acervo diversificado sendo o mais antigo do estado, datado do século XVIII.

As coleções expostas são fruto de colecionadores, intelectuais da época e doações de famílias antigas e tradicionais, como moedas, medalhas, louças que ajudam a manter viva a memória do período colonial, e complementa as pesquisas arqueológicas já realizadas. Como grande parte do material coletado são louças finas e cerâmicas, podem-se desenvolver pesquisas que relacionam similaridades que possam contribuir para construção de um contexto histórico.

Foto 53 – Museu Histórico de Sergipe



Foto: Laura Almeida

Embora o museu já tenha passado por algumas reformas, Souza (2004) aponta para uma obra inacabada e que o projeto contemplaria todo o quarteirão. Segundo Samuel Albuquerque⁸⁸ e Thiago Fragata, historiadores, relatam que o museu procura contar a história do cotidiano na época colonial e a época da produção do açúcar. Provavelmente seria possível

⁸⁸ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=sEh2Y8_1tWU.

resgatar cultura material dos objetos que a Bahia herdava durante o período de colonização da cidade. Para os historiadores, representam um grande marco da identidade das famílias tradicionais que habitaram a cidade durante esse período.

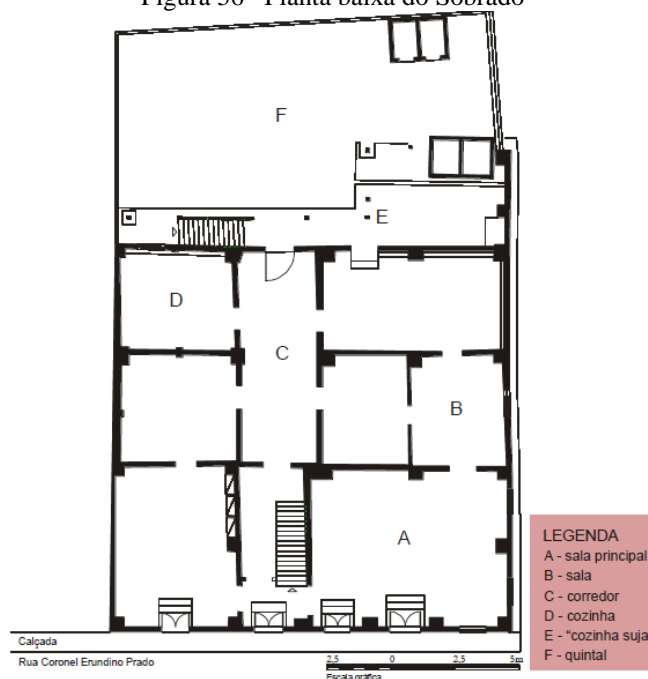
Santos (2011) aponta que as escavações realizadas foram executadas em frente ao casarão, onde foi encontrado um número expressivo de fragmentos de ossos de animais, vidros, louças e tubulações antigas. Provavelmente dada a tantas funcionalidades que o casarão teve. Ainda no museu é possível encontrar peças antigas, sendo funerários, telefones e outros, mas que foram peças herdadas e não possuem representatividade com a identidade local.

O Sobrado onde hoje funciona o escritório técnico do Iphan/SE representa para Santos (2011) o contexto de paisagem das relações de poder. Esse monumento talvez seja um dos mais interessantes à composição do roteiro a ser apresentado por esse cenário, por dar respostas até então não esclarecidos no contexto histórico deste sítio.

Em 2005, o historiador e Doutor em Arqueologia Jenilton Ferreira, professor da Universidade Federal de Sergipe, foi convidado pela professora Dr^a. Suely Amâncio a acompanhar as obras de restauro no sobrado do Iphan/SE, o que não se caracterizou como uma abordagem da arqueologia da arquitetura. Segundo o relatório elaborado por Ferreira (s/d), as pesquisas já estavam em andamento e do muito material coletado já havia sido retirado o que dificultou uma precisão do entendimento de ocupação do espaço. O autor atribui também que as escavações tenham ocorrido em caráter de urgência. Este relato também é apresentado em sua tese de doutorado em Madri, Espanha.

Para Santos (2011), a escavação na Rua do Sol, no quintal do sobrado, constitui uma singularidade brasileira, característicos nas construções coloniais do século XIX, que ocupavam todo o espaço do lote ofertado, sem deixar espaços em suas laterais. Para o autor, o terreno que cabia a parte dos fundos da casa se denominava de quintal. O quintal era o espaço de descarte que dizia muito sobre a vida cotidiana das cozinhas tradicionais portuguesas, além de abrigar uma fossa séptica e tonéis de excrementos, conforme demonstra a figura 56.

Figura 56– Planta baixa do Sobrado



Fonte: Santos (2011).

Para Wiersum (2004), os quintais são sistemas muito dinâmicos, pois lá são manuseados muito do que se é utilizada dentro de casa, comidas, dejetos, o que facilita perceber os vestígios da ocupação humana no passado, como técnicos e práticas cotidianas.

Foto 54 – Escavação no Quintal do Sobrado na Rua do Sol



Fonte: Santos (2011).

As escavações trouxeram respostas diferentes do que a história contava. Parte do material coletado descreveu um ambiente frequentado por uma mulher, descoberta, segundo Santos (2011), fruto das pesquisas arqueológicas que constatou fragmentos alimentares, vidros de perfume, tampas e garrafas de bebidas supostamente alcoólicas, conforme demonstra a metodologia utilizada referente à técnica de fabricação, pelo acabamento da boca das garrafas, como a exemplifica a figura 57, assim como louças finas

Figura 57 – Técnica de Fabricação de Garrafas e Material Coletado no Sobrado.



Fonte: Santos (2011)

Essas descobertas dão início a uma nova história ao sobrado.

A história do sobrado tem em sua documentação arquivada pelo Iphan, de que sua construção remete ao século XVII, ratificada pela necessidade de residenciais que atendessem a economia açucareira dos grandes proprietários dos engenhos da sociedade sergipana. Na documentação, acredita-se a casa tenha pertencido ao ouvidor de Sergipe, que era o responsável pelas cobranças de tributos locais sendo que consta em documentação uma carta de doação do proprietário, Coronel Francisco Xavier de Oliveira Sobral, para o Padre José Valentim de Oliveira Sobral, em 1810. O sobrado teria sido repassado sob condições de que sua ordenação ou provável casamento não estivesse de acordo com o Coronel José Valentim deveria devolver o imóvel, uma vez que havia a preocupação aristocrata de que os lotes permanecessem em poder dos burocratas. O sobrado ficou em poder do padre até sua morte que deixou um inventário, sem data específica, para herdeiros, que não se sabe se eram parentes ou frutos de relações. O terceiro proprietário, que consta na documentação, teria sido o Tenente Luís Francisco Freire, conhecido como Barão de Laranjeiras, casado com Adriana Francisca Freire, de quem se divorciou com autorização da igreja, que na partilha de bens ficou com o sobrado (SANTOS 2011).

Arqueologicamente, a presença feminina é representada pelos artefatos resgatados que datam de meados do século XIX, o período em que Adriana recebe o sobrado como herança, o que leva a deduzir que este imóvel nunca pertenceu ao ouvidor⁸⁹, como consta nos

⁸⁹ Em Sergipe, tem-se notícia de ouvidores desde o ano de 1694, quando a Câmara solicita um para atuar na Capitania. Manoel Aires do Casal, em Corografia Basílica, destaca que somente por volta de 1696 a Capitania de Sergipe D'El Rey passou a contar com ouvidores. O personagem do ouvidor na cidade de São Cristovão sempre se mostrou um figura polêmica, muitas vezes envolto em conflitos administrativos e até mesmo em escândalos pessoais. Um exemplo evidente dessas relações instáveis está a representação dos Oficiais da Câmara encaminhada em 10 de julho de 1724 ao Rei D. João V, onde pedem providências contra o Ouvidor e que eles eram responsáveis por grandes males à Capitaneia (CTAN, Cx. 1, D. 62 Apud SANTOS, 2011).

documentos, uma vez que este estava sempre de passagem e não há relatos escritos de sua presença em períodos muito longos. Mas, como era algo necessário aos grandes centros coloniais ter uma figura importante no centro das relações de poder, a figura da mulher separada some da história. Muitos relatos historiográficos de medidas sanitárias foram tomados em 1855 para conter o grande surto de cólera e foram encontrados vidros que foram analisados como frascos de remédio no quintal do sobrado. Para Santos (2011), não há muitas dúvidas de que a casa tenha pertencido a Adriana Freire⁹⁰ até sua morte, uma vez que muitos objetos identificados correspondem os que por ela foram herdados em documento⁹¹.

Essa escavação foi de extrema importância para compreensão da dinâmica espacial que compreende o sítio histórico, e revela aspectos da vida cotidiana ainda não esclarecidas, como por que desconsiderar o fato de que o sobrado pertencera a uma mulher separada, em pleno século XXI.

Destarte, esse é um capítulo dos mais intrigantes que a arqueologia ainda procura responder, e certamente a pesquisa mais detalhada acerca da vida cotidiana dos monumentos que compõe este sítio histórico. Trataremos a história de Adriana Freire como figura, embora enigmática, na proposta do roteiro deste cenário por acreditar da veracidade das técnicas de interpretações arqueológicas e por compreender que há muita história para contar das ocupações colônias em São Cristóvão.

O Casario Colonial diz respeito aos agrupamentos de casas coloniais, como eram conhecidos o casario colonial. Segundo Souza (2004), a edificação embora não seja uma obra religiosa ou política, é importante monumento do século XVIII, um sobrado de balcão corrido, guarnecido por madeiras esculpidas com decoração volutas, uma construção com importante influência.

90 “Após a morte do Barão de Laranjeiras, em 14 de fevereiro de 1856, Alexandre Freire do Prado, seu filho, procedeu a abertura do testamento deixado pelo Barão em São Cristóvão. Diz, no inventário, que depois de aberto levou o testamento para ser registrado, quando ao passar pelo riacho de nome Pitanga, ou melhor, Nassalo, perdeu o referido testamento, não sabendo exatamente onde, dando apenas falta dele na cancela de Itaperaguá. A confusão feita por Alexandre ao tentar explicar como perdeu o testamento do pai, seguida da contestação da partilha dos bens pelos demais herdeiros, parecem revelar algum interesse dele em fazer desaparecer o testamento. Estranhamente, a maior beneficiada no processo foi Adriana Francisca Freire”. (Dados da pesquisa e relatório. (SANTOS, 2011)

91 Não foi possível localizar o inventário de Adriana Francisca Freire.

Foto 55 – Casario Colonial (Secretaria de Cultura e Turismo, e Loja de Artesanato).



Fonte: Acervo Pessoal

Por conta das obras realizadas pela empresa responsável pelo saneamento básico, partes dos materiais coletados estão relacionadas com os demais monumentos dada a proximidade, onde foram encontrados esqueletos desarticulados, vidros, cerâmicas e restos de outras construções. O Casario compõe o sítio arqueológico dado seu valor histórico e por já ter sido realizadas intervenções arqueológicas. No aspecto da arquitetura e restauro possui um importante valor estético, que dá continuidade ao estilo colonial, que em 1981 foi restaurado como Centro de Restauração e Artesanato, já foi prédio de órgãos públicos e restaurantes.

A arqueologia tem uma responsabilidade de trazer ao conhecimento público a cultura material, mas como isso poderia ser definido na prática em espaços urbanizados? Em proposta do entendimento de como poderíamos definir o turismo arqueológico em São Cristóvão, é preciso ter em mente os instrumentos de tomada de decisão. Neste caso, na apresentação de um produto que possa viabilizar esses diálogos entre os materiais coletados e seu contexto social, condiz com primeira construção prática através da identificação da vocação de narrativas que comecem a propor diálogos.

5.2.3. Turismo Arqueológico em São Cristóvão

A Arqueologia deve ser compreendida como importante ferramenta de memória coletiva. Os objetos do passado proporcionam uma estabilidade para o futuro, que se torna instável e fugaz sem a certeza da materialidade humana que é irrefutável presença do passado.

A relação turismo e patrimônio é uma das linhas de experiências mais evidentes, tornando necessário o estudo dos impactos no patrimônio arquitetônico e turístico - cultural, através de suas modalidades urbana, paisagística e arqueológica, correlacionadas à

necessidade de restauro e conservação através da gestão e preservação do patrimônio em cidades históricas.

O Sítio arqueológico histórico Praça São Francisco, possui dupla característica em sua funcionalidade que problematiza sua preservação. De um lado a falta de apropriação por parte da comunidade local ao mesmo tempo que ganha o status de patrimônio mundial, um bem relacionado a sua história, a premissa desse resultado foi uma resposta as entrevistas realizadas no ano de 2017 na cidade, quando perguntados quais os monumentos mais representativos da cidade, os entrevistados responderam:

Quadro 12 – “Quais atrativos ou espaços mais caracterizava a cidade, mais representam a cidade? ”

Categoria Social	Respostas
A Praça São Cristóvão, as praças	09
A São Cristóvão baixa/ O mercado/ A feira / a queijada/ Rita Cassete	09
O Rio, Cristo Redentor, a Bica dos Pintos	07
Aqui não tem muita coisa	05

Fonte: Dados Coletados pela Autora

Esse resultado indica aspectos de baixa estima e falta de apropriação dos bens patrimoniais, quiçá arqueológicos. Esse já é um ponto relacionado com a outra caracteriza que seria o lócus de memória recuperada, que muitos não se sentem pertencentes ao lugar, há uma observação apática nas respostas apresentadas, sem interpretação afetiva. Quando perguntado sobre como é viver em São Cristóvão, os entrevistados foram enfáticos:

Quadro 13 – Como é viver na Cidade Patrimônio da Humanidade.

Categoria Emocional	Respostas
É legal, é tranquilo, sinto falta de morar na cidade baixa/ Morar numa cidade histórica para muitas pessoas é bom	12
Falta de pontos turísticos	02
Cidade sem tecnologia/lugar esquecido/vergonha/Eu sinceramente não gosto/É a cidade sempre é velha	11
Falta de saneamento/sem segurança	02
Não respondeu/ Não quis responder	03

Fonte: Dados Coletados pela Autora

Há uma premissa de que falta uma consolidação de identidade cultural, que possa haver relação com sistema educacional no país, que desvaloriza o contexto cultural, um grupo social só se apropria do patrimônio como parte do meio ambiente e paisagem da cidade a partir de operações de resgate e ações de conservação contínuas, e tal prerrogativa está relacionada as experiências vivenciadas, a manutenção de suas histórias dando voz mais ativa

a comunidade. Devemos prestar atenção aos sinais da leitura que a herança de vida é carregada por um morador.

A exemplo desse relato, a história de Dona Marieta, doceira da cidade, que já foi entrevistada em TV, jornal, já foi objeto de estudo de muitas pesquisas e definida por Santana e Filho (2018) como uma tradição de São Cristóvão, através da fabricação de suas queijadas, doce típico de herança portuguesa. Ela hoje mora na cidade alta, graças aos investimentos do PRODETUR, que visando desenvolver o turismo na região, cedeu uma casa na parte alta para que o acesso aos turistas ficasse mais fácil e que ela pudesse aumentar sua renda, só abrindo aspas que Dona Marieta sempre morou na cidade baixa. Em pesquisa de campo, Dona Marieta foi uma das entrevistadas, e quando questionada sobre a importância da mudança de casa e de como o turismo mudou sua vida ela respondeu: *“Minha filha a vida melhorou, porque vendo mais queijada, cerca de 100 a 200 por dia, mas sou uma pessoa triste. Já me arranjaram até um psicólogo, mas sinto falta de morar na cidade baixa, era mais alegre”*. Embora esse ponto não descrevesse uma relação muito próxima com práticas do turismo arqueológico, são sinais a serem analisados, pois não se deve tirar a alegria de vivência de um residente, esse é um ponto de extrema relevância quando tratamos da autoestima e benefícios que a atividade turística pode proporcionar aos visitantes, mas também aos seus moradores.

O conhecimento espontâneo é possível para os residentes de cada centro turístico porque eles, ao longo do tempo, vão compenetrando-se de seu ambiente, embora seu conhecimento [...] limite-se a algumas partes dele. Entretanto, o turista [...] deve ser ajudado, ensinado a descobrir e a ‘ler’ o que se deve ver (BOULLÓN, 2002, pg. 195).

Em análise do cenário arqueológico em que ela se insere remete a ideia que o objeto que ela produz diz muito sobre o indivíduo e como ele reconhece seu habitat que faça sentido ao grupo sociocultural que ele pertence, é a capacidade de moldar o ambiente com parcimônia, que deve fazer sentido para fragmentos urbanos de interpretação. O patrimônio, seja material ou imaterial, deve ser suporte da memória social e coletiva, colocá-lo em primeiro plano dá condição de apropriação por parte dos grupos sociais.

É nesse contexto que a arqueologia dialoga com o turismo e chama para a conversa seus atores sociais e sua materialidade, em processo de intervenção às suas raízes e ao desenvolvimento da população evitando a exclusão e marginalização.

Destarte, analisar somente este contexto histórico limita a potencialidade identitária do local para práticas turísticas, faz-se necessário analisar todo o contexto arqueológico em que a cidade está inserida, partindo das pesquisas já desenvolvidas ao acervo de cultura material coletada, o que permite melhor conservação deste patrimônio, assim como fortalecimento da

identidade local. Há uma necessidade de ampliar participação da Arqueologia no planejamento turístico, de modo que este sensibilize moradores e visitantes para a conservação do patrimônio, na perspectiva da sustentabilidade e participação da comunidade nas cidades históricas.

São Cristóvão possui uma dialética entre o centro comercial na cidade baixa e o centro histórico na cidade alta, que não dialogam entre si, problemáticas recorrentes e já apresentadas no cenário de Canindé de São Francisco. Ambos cenários possuem problemas de ausência de identidade e autoestima ocasionadas por um passado conturbado de muitas mudanças e lutas.

Para Castells (1983), a relação de “centro” e “centro histórico”, possibilita uma releitura e atribuição a novos sentidos na cidade. Embora o centro não seja a parte central desse estudo, ele colabora por instrumentalização e viabilizar as vias de acesso e outros instrumentos de infraestrutura em uma perspectiva de comunicação com o espaço urbano.

Nesse contexto, as práticas de arqueoturismo na cidade são viáveis a partir dessa leitura sobre os monumentos históricos, e seu material coletado, não havendo praticas em sítios arqueológicos a céu aberto, mas o saber-fazer arqueológico seria desenvolvido na abordagem da arqueologia urbana, com base da teoria história, o que confere maior visibilidade a importância da disciplina na cidade, ao legado cultural, reforço a construção de memória coletiva sócia, que integram centros urbanos dessa importância. Uma das propostas é trazer uma dinâmica mais ativa à cidade, que possa ser mutável a medida da descoberta de nova cultura material ou processos de restauro.

Não há indícios de práticas efetivas de turismo arqueológico nesse município, conforme entrevista com a arqueóloga e técnica do IPHAN/SE Beijanizy Abadia, a mesma afirma não haver por parte do órgão nenhuma ação efetiva que favoreça as práticas turísticas, até em caso de visitação, a arqueóloga relata que as visitas ainda precisam de uma autorização prévia e as visitas são acompanhadas por um monitor, não havendo possibilidade de visitas autoguiadas, que o torna-se um entrave para as ações previstas, o que não foi possível obter registros fotográficos da exposição. Mas a técnica prevê mudanças e interesse que essas práticas se concretizem, a mesma relatou a realização de oficinas que já ocorreram para guiamento com roteiro arqueológico, mas desconhece algum projeto mais efetivo para essa modalidade.

A visita ao sobrado e escritório técnico do Iphan seria de extrema importância para formalização de uma narrativa acerca do turismo arqueológico no município, pela representatividade do material coletado e já descrito no tópico anterior.

As relações tempo-espaciais, possibilitadas pela história, os traços culturais específicos revelados pela cultura material e as evoluções técnicas espontâneas ou pré-determinadas emanadas da arquitetura, possibilitarão ao produto turístico ultrapassar a unilateralidade econômica, acentuando no agente dessa área a potencialidade comunicativa da preservação (MACHADO, 2009, pg. 579).

O valor arquitetônico e histórico desvela os significados dos espaços urbanos se tornando importante instrumento destinado ao resgate das memórias excluídas, tornando marcos referenciais e simbólicos que favoreçam criar laços com os bens patrimoniais, com ferramentas utilizadas no plano interpretativo apresentado nesta tese. Contudo é importante frisar a ativa participação da comunidade que possa incorporar a proposta e passar a gerir o produto a ser apresentado despertado para o protagonismo da própria história.

Não admitir o ator social como agente ativo de todo o processo de desenvolvimento (do diagnóstico, passando pela identificação de propostas de intervenção, seu teste, avaliação e monitoramento permanente) tem sido o equívoco gerador da maioria das frustrações dos projetos em implementação no país. Em turismo, esse equívoco parece lugar comum.

A partir disso, considerar o ator social no processo é imperativo para que o erro não persista nesse atrativo em questão; assim, inúmeros problemas podem ser citados, sendo um deles que é o mais recorrente: a falta de reconhecimento da população para com o atrativo.

Assim, para que o turismo seja um instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras, o planejamento da atividade é imprescindível. Um bom planejamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas ao setor, possibilitam a gestão do turismo de forma harmônica com as tradições e valores culturais, contribuindo para o desenvolvimento dessas regiões. (MTUR, 2010, pg. 85).

Em pesquisa de campo para elaboração da proposta sobre o cenário arqueológico para práticas turísticas, inseridos como ponto inicial o Cristo Redentor na entrada da cidade, via a rodovia João Bebe Água⁹².

92 João Bebe Água foi o símbolo da resistência para que São Cristóvão se mantivesse como capital de Sergipe e por consequência mantivesse sua importância política no cenário estadual. Hoje a Rodovia que leva seu nome passou a ter uma importância enorme para o futuro da cidade, podendo inclusive ser chamada de: “Rodovia do renascimento”. Lideranças políticas, empresariais e comunitárias devem se unir em defesa da revitalização dessa rodovia para fortalecer o desenvolvimento econômico e a integração social e turística de São Cristóvão a toda a região metropolitana de Aracaju. Disponível em <https://expressaosergipana.com.br/joao-bebe-agua-a-rodovia-do-renascimento/>.

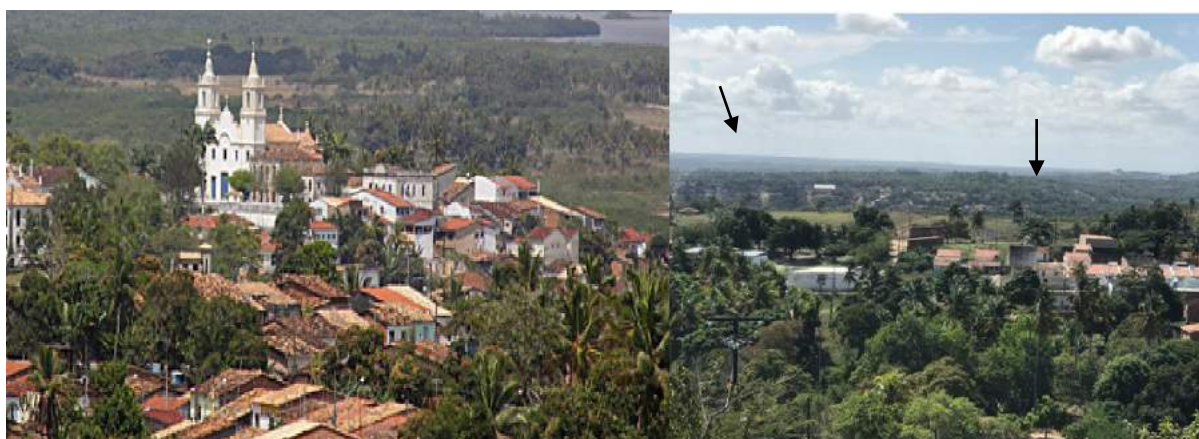
Foto 56 – Cristo Redentor de São Cristóvão.



Fonte: Laura Almeida, 2018.

Não haveria possibilidade de contar essa história sem inseri-lo, uma vez que a vista área que ele possui permite compreender a construção das três cidades de São Cristóvão, conforme as setas na foto à direita, por ser o ponto mais alto da cidade.

Foto 57 – Vista da Cidade e do Mar Através do Monumento do Cristo Redentor.



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

As visitas *in loco* realizadas inicialmente forneceram subsídios para a elaboração de uma análise aprofundada, utilizando-se da matriz SWOT como técnica que permite uma maior compreensão sobre o estado da arte do atrativo em questão.

A primeira foi realizada em um primeiro momento em no mês de fevereiro, e a segunda foi realizada no dia 25 de março de 2017; a visita teve como objetivo um pré-teste do roteiro a ser apresentado enquanto produto desta tese, e avaliar as condições de inserir tanto o Cristo Redentor, quanto o Rio Paramopama. O Cristo, conforme relatos locais e que podem ser verificados no site da prefeitura, que foi inaugurado em 1926, está situado na colina de São Gonçalo, o seu acesso ao monumento se dá por uma única via denominada Estrada para O Cristo, que fica ao lado da entrada principal da cidade.

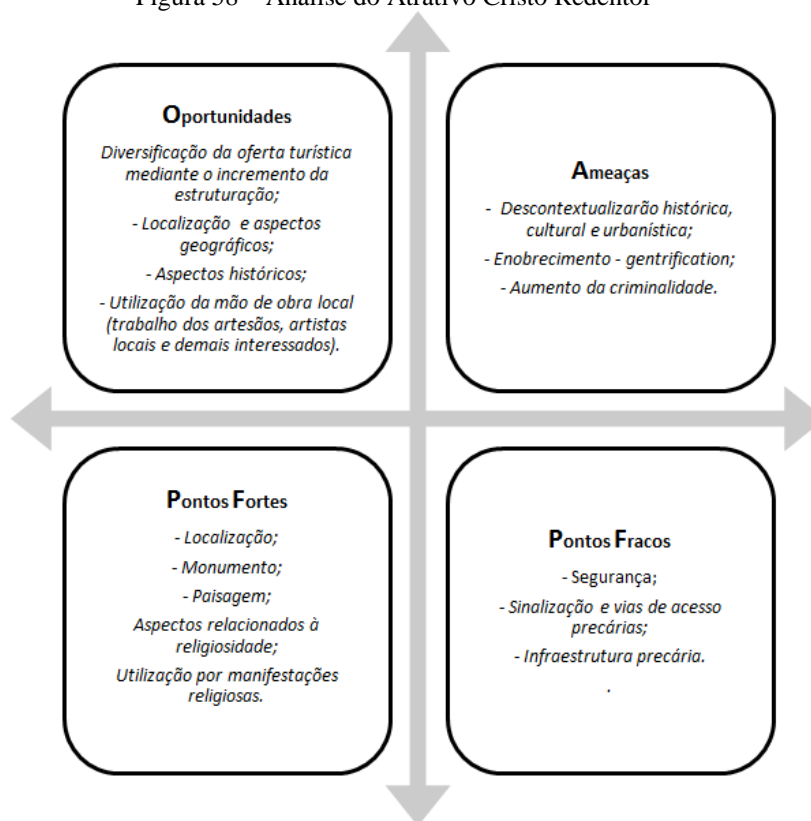
A rota até o monumento se encontra em estado razoável de acessibilidade e pavimentação. A ausência de visitação interfere segurança de quem se propõe a ir até o monumento sem acompanhamento, fato que, segundo o diretor de turismo municipal, Allan Alberto Oliveira, virá a ser sanado com a implantação do plano de desenvolvimento turístico⁹³, em fase de aprovação. Foi observado que no terreno adjacente ao Cristo se faz necessário a inserção de barras ou sinalizações que limitem e, conseqüentemente, proteja as pessoas que ali circulam, pois nas extremidades existem elevações que podem causar acidentes para quem não estiver atento.

Foi observado que o monumento tem uma grande potencialidade para o turismo, assim como futuras escavações arqueológicas uma vez que se trata do cristo mais antigo do Brasil e ter um valor simbólico para os cristãos. A localização é outro ponto que favorece, pois proporciona a vista de uma paisagem única, que contempla a cidade de São Cristóvão e alguns pontos de Aracaju, conforme demonstrado na foto 55.

Foi identificado um alto nível do mato no entorno, e que as escadas, rampas e “vias de acesso” necessitam de reparos, também previstos na execução no plano turístico. Como se trata de um atrativo que não compõe o sítio arqueológico, mas seguindo as orientações do programa de roteirização foi realizado, representados no figura 58, uma análise com a perspectiva de plano integrado e sustentável, compreendendo os pontos fortes e pontos fracos como aspectos inerentes a uma análise interna do atrativo e as oportunidades e ameaças como aspectos diretamente relacionados ao ambiente externo; ambos se caracterizam como de extrema importância no que tange à obtenção de dados para auxiliar no planejamento da atividade turística.

93 Dada a fase de aprovação não pudemos ter acesso ao documento, que foi elaborada pela mestranda em turismo Mônica Liberato.

Figura 58 – Análise do Atrativo Cristo Redentor



Fonte: Elaboração da autora.

Diante do que foi levantado em termos de dados sobre a viabilidade do atrativo em questão, observação a partir da análise da matriz SWOT as principais características que permitem aprofundar a discussão visando intervenções para a futura utilização do atrativo como proposta de diversificação da oferta turística do município de São Cristóvão.

Assim, destaca-se a importância de se ter olhares voltados para o Cristo Redentor como um atrativo potencial, principalmente a partir de proposições que trabalhem a questão da percepção da paisagem, objetivando deixar marcas nos indivíduos (turistas) que venham a visitar o atrativo, levando em consideração a questão da religiosidade e dos distintos aspectos históricos e culturais inseridos na realidade do destino turístico São Cristóvão - SE.

Portanto, ações de políticas públicas nesse contexto de diversificação da oferta são essenciais para o desenvolvimento da atividade turística do município, levando em consideração a união de esforços junto a outros agentes do *trade* turístico local e comunidade, de modo que os resultados positivos sejam satisfatórios a todos os envolvidos.

Cabe destacar a relevância não somente da cidade na qual o atrativo está localizado, mas de toda uma dinâmica sociocultural idiossincrática na qual a cidade de São Cristóvão está inserida, ou seja, faz-se necessário se ter bastante cautela no que tange às interferências em qualquer âmbito.

Especificamente em se tratando de turismo não é diferente, pois quando o planejamento parte de premissas equivocadas, visando apenas o lucro ou que não levem em consideração as peculiaridades da localidade há uma probabilidade muito grande de surgimento de diversos impactos negativos que se farão presentes a curto, médio e longo prazo.

O Segundo atrativo inserido no contexto do turismo arqueológico, e com grande representatividade para a arqueologia local, é o Conjunto do Carmo, A Igreja do Carmo e o Convento do Carmo onde, durante as obras de saneamento foram feitas escavações. Embora não esteja inclusa como sítio arqueológico, é um dos bens patrimoniais tombados pelo Iphan/SE. E que passa por processo de restauração.

Foto 58 – Igreja e Convento do Carmo



Fonte: Laura Almeida

Souza (2004) relata que, apesar das escavações iniciadas por iniciativa do Iphan, e após pelas obras da empresa de saneamento, a estratigrafia realizada em solo arenoso apresentou pouca materialidade. Mas segundo o autor, por durante muito tempo ter sido o principal acesso de entrada e saída de materiais pelo Rio Paramopama, provavelmente deve haver mais materiais representativos.

Liberato e Vieira (2018) desenvolveram em seu artigo intitulado “A análise SWOT escalonada como ferramenta no planejamento turístico: Um estudo de caso em São Cristóvão/SE”, uma análise geral dos atrativos da cidade.

O estudo possibilitou também identificar os cenários estratégicos de São Cristóvão/SE: Cenário Positivo (estratégia de desenvolvimento) com uma pontuação de 552, Cenário

Propositivo com (estratégia de crescimento) com pontuação de 370, Cenário Moderado (estratégia de manutenção) com pontuação de 434. O cenário predominante, com 647 pontos, foi o Cenário Negativo que requer que a gestão desenvolva programas e ações de estratégias de sobrevivência para tornar-se um destino competitivo (LIBERATO E VIEIRA, 2018) e permitiu análise nas considerações finais na metodologia de construção de cenários onde confronta os resultados obtidos, conforme indicado no quadro 14:

Quadro 14 – Análise dos Atrativos de São Cristóvão II

SOCIOCULTURAL (SC)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Diversidade cultural (SC1) / Representatividade artística (SC2) • FRAQUEZAS: Comunidade desmotivada e sem visão empreendedora (SC3) / Falta de participação da comunidade nas decisões (SC4) / Cultura das populações ribeirinhas (SC5) • OPORTUNIDADES: Não foi levantada nenhuma oportunidade pelos participantes nessa categoria de análise. • AMEAÇAS: Sensação de insegurança (SC6) / Desemprego (SC7)
ECONÔMICO (E)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Potencial de turismo rural (E1) • FRAQUEZAS: Falta de recursos para investir no turismo (E2) • OPORTUNIDADES: Aumento do dólar (E3) • AMEAÇAS: Crise econômica (E4) / Dependência de Recursos Federais (E5)
AMBIENTAL (A)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Rios e lençóis de água mineral (A1) / Projeto esgotamento sanitário (A2) • FRAQUEZAS: Poluição dos rios (A3) / Falta de educação ambiental (A4) / Falta de infraestrutura turística e saneamento (A5) • OPORTUNIDADES: Turismo de navegação (A6) • AMEAÇAS: Enchentes período de chuva (A7)
ATRATIVO TURÍSTICO (AT)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Acervo arquitetônico e Cultural (AT1) / Turismo religioso forte (AT2) / Gastronomia típica (biscoitos, doces, licores...) (AT3) / Cordel Tradicional (AT4) / Grupos folclóricos (AT5) / Artesanato representativo (AT6) / Bica dos pintos, potencial ponto turístico (AT7) • FRAQUEZAS: Falta de mapeamento e roteiros dos serviços/produtos (AT8) / Falta de sensibilização empresarial (AT9) / Mau uso dos prédios históricos (AT10) / Falta de incentivo à cultura (AT11) • OPORTUNIDADES: Chamadas públicas para projetos (AT12) / Oferta de linhas de créditos (AT13) / Plano de Marketing do Estado (AT14) • AMEAÇAS: Morte dos mestres dos grupos folclóricos (AT15) / Falta de divulgação a nível estadual (AT16) / Deterioração dos prédios históricos (AT17) / Falta de investimento (AT18)
EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS (ET)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Ponto de informação ao turista (ET1) • FRAQUEZAS: Ponto de informação ineficiente (ET2) / Falta alojamentos-Hotéis e Pousadas (ET3) • OPORTUNIDADES: Poucos restaurantes (ET4) / Faltam guias turísticos (ET5) / Investimento da iniciativa privada (ET6) / Potencial turístico (ET7) • AMEAÇAS: Não foi levantada nenhuma oportunidade pelos participantes nessa categoria de análise.
INFRAESTRUTURA (I)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Convênios com o Estado (I1) / Acesso da capital com o Município (I2) / • FRAQUEZAS: Estrada João Bebe água de difícil acesso e sem qualidade (I3) / Transporte público sem qualidade e ineficiente (I4) • OPORTUNIDADES: Via de acesso BR 101 (I5) / Sistema de integração viária da Região Metropolitana (I6) • AMEAÇAS: Má conservação das estradas estaduais (I7) / Assaltos nas estradas (I8)
GESTÃO PÚBLICA (G)
<ul style="list-style-type: none"> • FORÇAS: Interesse da gestão atual em melhorar o turismo (G1) / Ativação do fundo municipal de cultura (G2) • FRAQUEZAS: Falta de continuidade dos projetos (G3) / Falta de planejamento e plano de Marketing (G4) / Sensação de insegurança (G5) • OPORTUNIDADES: PAC - Cidades Históricas (G6) / Parcerias dos Sistemas S (G7) / Parcerias com Universidades (G8) • AMEAÇAS: Instabilidade política (G9)

Fonte: Liberato e Vieira (2018).

Outro atrativo a ser incluído na perspectiva da prática do turismo arqueológico foi o passeio de barco pelo Rio Paramopama, onde há indícios da localização da Imagem do Senhor dos Passos, importante santo para cidade, no que concerne anualmente da procissão do senhor dos Passos, importante evento da cidade. Durante um passeio piloto, foi pensado em parcerias

com a comunidade pesqueira local, onde seriam realizados os passeios de barco até o local onde a imagem foi encontrada. Esse seria outra possibilidade viável para prática do turismo arqueológico subaquático, mas essa esfera encontra-se momentaneamente fora no produto a ser apresentado.

E nesse contexto, que os cenários apresentados neste capítulo foram pensados e analisados, em uma concepção de que o turismo assume, hoje, uma relação social, cultural, espacial e política com comunidade receptora do turismo, podendo fornecer e elencar as pesquisas arqueológicas, torna-se parceiro na preservação e conservação dos sítios arqueológicos, mesmo sem muita monumentalidade, mas no sentido de compreender e desenvolver produtos que apresentam historicidade, autenticidade com o patrimônio arqueológico como atrativo, democratizando o saber dentro de uma abordagem interdisciplinar que promova a inserção entre as duas áreas possibilitando significativos avanços sobre o turismo arqueológico em Sergipe.

6. ANÁLISE E PROPOSTA DE PLANO DE VIABILIZAÇÃO PARA PRÁTICA DO TURISMO ARQUEOLÓGICO EM SERGIPE: UMA PROPOSTA DE PLANO INTERPRETATIVOS SUSTENTÁVEL E APRESENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO.

A análise de viabilidade desses sítios, considerando aspectos de sustentabilidade foi aspecto relevante para a sugestão de um plano de efetivação dessas práticas, ouvir a comunidade e os órgãos competentes possibilitou incrementar e dar subsídios para que o turismo arqueológico aconteça.

Em entrevista, a funcionária da Secretaria de Turismo de Canindé de São Francisco, Magalene Alves Santana, descreveu a importância de novas modalidades turísticas para o município:

“O município de Canindé de São Francisco não difere dos demais, sendo que temos um diferencial por ser o segundo destino mais visitado no estado de Sergipe, pelas suas relevantes belezas naturais. Contudo, existem entraves por parte das empresas públicas e privadas, para consolidação e promoção dos diversos produtos, visto que, só o Cânion do São Francisco é o atrativo estabelecido, estruturado e apto a receber qualquer tipo de turista. Sendo que o desenvolvimento turístico no município fica restrito a um só atrativo, sem abranger os demais atrativos naturais, que podem ser explorados de forma responsável, tendo como premissa inicial promover o desenvolvimento da sustentabilidade social, econômica e ecológica, ao tempo em que comunidades receptoras sejam inseridas. Mas para que essa modalidade aconteça de forma exitosa, é necessário realizar um planejamento e um estudo mais aprofundado acerca do tema, elaboração de roteiro, profissionais capacitados para guiar o turista, viabilizar estrutura adequada a visitação, entre outras providências. Vale ressaltar, que o turismo arqueológico se apresenta hoje como um importante veículo de desenvolvimento socioeconômico em diversas localidades além de ser um potencial campo de pesquisas para o conhecimento das populações humanas do passado.”

Quando questionada do porquê não se tem inserido nas pautas de investimento turístico essa modalidade, dado que o próprio órgão municipal entende e consegue visualizar o potencial existente no município, a funcionária explana:

“Acredito que falta recursos financeiros e incentivo promocional pelo poder público nas esferas federal, estadual e municipal, bem como, as empresas no segmento de turismo, associações, profissionais, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras e outros organismos da cadeia produtiva do turismo e gestões governamentais competentes, que devem de forma clara e objetiva demonstrar a importância do turismo arqueológico, que evidenciam em outrora atividade humana desenvolvida no passado histórico da região onde se encontra encravada. Observações Gerais: numa totalidade tudo que foi expresso é de suma importância para que a atividade turística do município de Canindé de São Francisco/SE alcance uma projeção mais abrangente, principalmente nessa modalidade de turismo arqueológico, visto que temos o patrimônio - sítios

arqueológicos e um acervo material significativo, assim validando que esse pode ser aproveitado como fonte de cidadania histórico/cultural. ”

O que se pode observar é fruto das políticas públicas já utilizadas pelo turismo, e que ainda se faz presente em muitos planos de governo. Uma política imediatista, pautada no turismo de massa que possa gerar lucro momentâneo e rápido sem considerar as bases sustentáveis e duráveis das práticas turísticas, e do fortalecimento cultural, social, ambiental e arqueológico. Contudo não é premissa desta tese que esta modalidade pode compor esse modelo de gestão onde a centralidade é somente o lucro, e sim a possibilidade de desenvolver a modalidade de visitação a esses sítios da Fazenda Mundo Novo e Vale dos Mestres, pautadas no respeito pelo patrimônio arqueológico, com grupos pequenos que queiram experimentar o turismo na região, conhecer seu passado na melhor compreensão do futuro.

Desenvolver o turismo arqueológico pressupõe que o primeiro sentimento que se pretende alcançar é o de pertencimento e de preservação dos bens deixados, que sejam resguardados para futuras gerações. Bastos (2002) compreende que este deve ser desenvolvido de forma responsável e sustentado, com políticas preventivas e ações norteadoras de planejamento. Pardi (2007) cita: evitar visitas isoladas, advertir que não se pode coletar nenhum material do sítio, monitorar visitas próximas a áreas de escavações, orientarem que não pintem os murais e painéis de registro rupestre, dentre outras.

Para uma melhor compreensão da sugestão de implantação do plano de interpretação das visitas aos sítios de registro rupestre, elaboramos um quadro, formatado a partir dos estudos de campo, na busca atitudes de modelos já consolidados, e como estes poderiam contribuir e ser tornar referencial prático nas conduções dessa visitação. Para tal, além da metodologia apresentada, consideramos a hipótese sustentada por Fagundes (2007), de verificação da localização espacial e as características de registro e interpretação que cada sítio traz de informações. Informações essas que facilitariam a interpretação do contexto histórico e valorização do bem arqueológico de modo integrativo e cronológico.

Quadro 14 – Análise das Etapas do Processo de Interpretação dos Bens Arqueológicos nos Sítios de Registro Rupestre – Serra da Capivara – Mundo Novo e Vale dos Mestres

ETAPA	OBJETIVO	SÍTIOS SERRA DA CAPIVARA	SÍTIOS MUNDO NOVO	SÍTIOS VALE DOS MESTRES
Localização	Centralidade do equipamento	Os sítios não possuem relação de centralidade com centro urbano, mas possui boas	Os sítios possuem uma centralidade com a cidade de Canindé de São Francisco,	Os sítios possuem uma centralidade com a cidade de Canindé de São

		condições de acesso pelo município de São Raimundo Nonato/PI.	viabilizando o acesso.	Francisco, viabilizando o acesso e próximo aos sítios rupestres da Mundo Novo.
Sinalização	Inserção do contexto cidade/ Equipamento, museu/visitante	Boa sinalização em ambos os contextos. Há diversas placas com avise de cuidados que se deve ter nos sítios, mas não há muita informação.	Sinalização precária. Na cidade de Canindé não há sinalização fazendo referência aos sítios rupestres. E nos sítios arqueológicos a única sinalização é do Iphan, que não descreve contexto dos sítios.	Sinalização precária. Na cidade de Canindé não há sinalização fazendo referência aos sítios rupestres. E nos sítios arqueológicos a única sinalização é do Iphan, que não descreve contexto dos sítios.
Recepção	Apresentação do sítio	Não há instruções, mas há um centro de recepção onde é possível contratar guias locais. Só há guaritas de acesso, para pagamento de uma taxa de visitação.	Não há	Não há
Observação	Revelação do processo arqueológico que está no objeto. Identificação do significado	Há identificação dos sítios próximos aos painéis, em dois idiomas, inglês e português, juntamente com histórico de cada sítio.	Não há	Não há
Registro do bem arqueológico	Registro e identificação e interpretação	Todos são registrados e identificados. E ainda possuem as informações em dois idiomas.	Todos são registrados e identificados.	Todos são registrados e identificados.
Participação	Compreensão empática, envolvimento afetivo	Há envolvimento afetivo. Há guias locais, que são pessoas da comunidade.	Há envolvimento afetivo, uma vez que os sítios estão em propriedade particular.	Não há envolvimento

Guiamento e acessibilidade	Idiomas, condução e acessibilidade	Alguns guiamentos são duas ou três línguas. E há 16 sítios com acessibilidade.	Há Guias locais, mas não são bilíngues. Quanto a acessibilidade é restrita a cadeirantes, embora em alguns sítios é possível a visitação.	Há Guias locais, mas não são bilíngues. Quanto a acessibilidade neste caso é inviável.
Identificação do bem arqueológico	Observação e análise de exposição.	Sim	Sim	Sim
Linguagem e interpretação	Idiomas e mídias digitais	Há material impresso em dois idiomas. Não há recursos digitais.	Não há recursos digitais.	Não há recursos digitais.
Análise	Revelação dos processos mentais, com base em elementos de construção de identidade e memória.	Há um contexto inserido acerca da história dos sítios locais, assim como uma ideia maior de pertencimento por parte da comunidade e de quem os visita.	Há um contexto acerca dos sítios na fazenda Mundo Novo, uma vez que o proprietário apresenta a história do local podendo contribuir na formação de identidade e memória	Não há uma revelação de processo mental. Poucos instrumentos e a falta de conhecimento dos sítios implicam no processo de construção de memória.
Extrapolação	Ir além do objeto e além deles	Não é possível nesse tipo de sítio	Não é possível nesse tipo de sítio	Não é possível nesse tipo de sítio
Valorização e Resgate	Interpretação e comunicação do significado			
Representatividade	Elementos identitários, souvenirs, artesanato			

Fonte: Cabral (1997), adaptação e elaboração da autora (2018).

Com base no campo desenvolvido no “*Archäologische Museum Colombischlössle*”, em Freiburg, foi possível analisar questões que contribuíram para integrar o plano interpretativo proposto neste capítulo, salvo devidas proporções, mas ressaltando o valor histórico-cultural que ambos apresentam em seu acervo foi importante considerar que: precisa haver uma melhoria nas etapas de interpretação acervo o material exposto. Um dos objetivos propostos em conhecer outras realidades de exposição do material arqueológico, entrelaçado a prática turística local, foi desenvolver uma análise de compreensão do material em um contexto diferente da realidade apresentada, o que permite desenvolver experiências mais

autênticas e estruturadas, no viés das novas práticas sociais do turismo. Dentro dessa análise comparativa, foi possível constatar os seguintes resultados, registrados no quadro 15:

Quadro 15 – Etapas do Processo de Interpretação dos Bens Arqueológicos nos Museus – MAX e *Archäologische Museum Colombischlossle*

ETAPA	OBJETIVO	COLOMBISCHLOSSLE	MAX
Localização	Centralidade do equipamento	Bem localizado no centro histórico da cidade	Localização acessível, mas distante do centro da cidade
Sinalização	Inserção do contexto cidade/ Equipamento museu/visitante	Bem sinalizado, com placas de sinalização por toda parte central da cidade. Dentro do museu possui sinalização das salas e ambiente	Carece de sinalização no centro da cidade. Dentro do museu possui sinalização das salas e ambiente
Recepção	Apresentação do equipamento	Na recepção já recebe todas as instruções acerca da funcionalidade do museu, história e instruções para auto guiamento em quatro idiomas: Francês, Inglês, Alemão e Espanhol.	Na recepção não há instruções sobre a funcionalidade do museu, história e instruções para auto guiamento. Mas há visita guiada em português.
Observação	Revelação do processo arqueológico que está no objeto. Identificação do significado	Bem descrito nos idiomas citados. Salas seguem uma sequência do histórico apresentado, na ordem cronológica e boa distribuição geográfica do material.	Bem descrito no idioma citado. Salas seguem uma sequência do histórico apresentado, na ordem cronológica e boa distribuição geográfica do material. Só o acervo precisa de uma atualização e melhor apresentação visual.
Registro do bem arqueológico	Registro e identificação e interpretação	Os registros e identificação compatíveis e com boa visualização, dispostos em formato digital, e escrito com placas indicativas sinalizando época, data e sua funcionalidade. Em algumas peças de exposição reconstruções como era utilizado e para que servia.	Os registros e identificação compatíveis e com boa visualização, escrito com placas indicativas sinalizando datação e material e sítio encontrado. Somente com a visita guiada é possível compreender o contexto
Participação	Compreensão empática, envolvimento afetivo	Pouca participação, não há possibilidade de interação com material exposto.	Muita participação, com possibilidade de interação com material exposto.
Guiamento e acessibilidade	Idiomas, condução e acessibilidade	O museu possui opções de guiamento e auto guiamento nos idiomas citados. Profissionais qualificados para	O museu possui opções de guiamento e auto guiamento no idioma citado. Profissionais

		condução. Boa acessibilidade.	qualificados para condução. Boa acessibilidade.
Identificação do bem arqueológico	Observação e análise de exposição.	Bem identificado. A exposição é bem direcionada, com opções de interpretação, seja por manual escrito, seja por placas ou por áudios e mídias digitais, como <i>QR code</i> . Exposição bem moderna e cronologicamente bem compreensível.	Bem identificado. A exposição do Max requer uma melhoria na exposição e correlação entre identificação do bem e histórico apresentado. As visitas guiadas são bem compreensível, mas em caso de visita autoguiada há necessidade de ampliar o diálogo entre o bem e o visitante.
Linguagem e interpretação	Idiomas e mídias digitais	Adequado	Inadequado
Análise	Revelação dos processos mentais	Compreensível	Compreensível
Extrapolação	Ir além do objeto e além deles	Sem possibilidade	Com possibilidade
Valorização e Resgate	Interpretação e comunicação do significado	Há uma valorização. Todas as peças e objetos expostos são fruto de escavação na cidade. Não há réplicas.	Há uma valorização. Todas as peças e objetos expostos são fruto de escavação na região de Xingó, como proposta do MAX. Seria relevante uma sala com a história dos grupos pré-coloniais só de Sergipe. Há réplicas.
Representatividade	Elementos culturais e souvenirs	Pouca representatividade	Muita representatividade com venda de produtos da região.

Fonte: Cabral (1997), adaptação e elaboração da autora (2018).

A proposta de análise e estudos similares foi de buscar referências na apresentação do acervo arqueológico, técnicas interpretativas, e frisar a importância de equipamentos como esse na construção de cenários para práticas do turismo arqueológico.

Para desenvolvimento de práticas turísticas no cenário de São Cristóvão, sob análise da arqueologia segundo estudos teóricos, buscou-se conhecer as pessoas que vivem na cidade, é importante verificar o conhecimento que elas possuem acerca dos bens patrimoniais, na perspectiva de alcançar um panorama mais diversificado, assim como conhecer outras realidades. Com intuito de melhor compreensão de viabilidade, foram verificados

similaridades e desafios dos estudos de referências nesta tese e possibilidade de aplicabilidade no cenário de São Cristóvão, conforme descrito no quadro 16.

Quadro 16 – Análise das Etapas do Processo de Interpretação dos Bens Arqueológicos nos Sítios Históricos Internacional e Praça São Francisco – São Cristóvão/SE.

ETAPA	OBJETIVO	CIDADES MEDIEVAIS E CIDADE HISTÓRICA DE PARIS	SÍTIO HISTÓRICO PRAÇA SÃO FRANCISCO
Localização	Centralidade do equipamento	Os sítios possuem relação de centralidade com centro urbano e boas condições de acesso.	Os sítios possuem uma centralidade com a cidade e boa condição de acesso.
Sinalização	Inserção do contexto cidade/ Equipamento, museu/visitante	Boa sinalização em ambos os contextos. Há diversas placas de sinalização apresentando o contexto histórico e algumas sociais	Sinalização precária. Nos monumentos ainda encontramos algumas sinalizações, mas sem contexto arqueológico, como é o caso do escritório técnico do Iphan.
Recepção	Apresentação do sítio	Há recepção em quase todos os monumentos, com sinalização e guiamento em diversos idiomas. Contudo a maioria o acesso é mediante uma taxa de visitação.	Há recepção em momentos esporádicos e não tão frequente, em alguns é necessário o agendamento prévio.
Observação	Revelação do processo arqueológico que está no objeto. Identificação do significado	Há identificação dos sítios próximos aos painéis, em dois idiomas, inglês e português, juntamente com histórico de cada sítio.	Não há
Registro do bem arqueológico	Registro e identificação e interpretação	Todos são registrados e identificados. E ainda possuem as informações em dois idiomas.	Todos são registrados e identificados.
Participação	Compreensão empática, envolvimento afetivo	Há envolvimento afetivo. Há guias locais, que são pessoas da comunidade.	Pouco envolvimento afetivo.
Guiamento e acessibilidade	Idiomas, condução e acessibilidade	Alguns guiamentos são duas ou três línguas.	Há Guias locais, mas não são bilíngues. Quanto a

			acessibilidade é restrita a cadeirantes, embora em alguns monumentos são possíveis a visitação.
Identificação do bem arqueológico	Observação e análise de exposição.	Sim	Pouca
Linguagem e interpretação	Idiomas e mídias digitais	Há material impresso em dois idiomas. Há recursos digitais.	Não há recursos digitais.
Análise	Revelação dos processos mentais, com base em elementos de construção de identidade e memória.	Há um contexto inserido acerca da história dos sítios locais, assim como uma ideia maior de pertencimento por parte da comunidade e de quem as visita.	Há um contexto histórico, mas pouco disseminado do local o que não contribui na formação de identidade e memória
Extrapolação	Ir além do objeto e além deles	É possível a vivência com a materialidade	É possível a vivência com a materialidade
Valorização e Resgate	Interpretação e comunicação do significado	Sim	Pouca
Representatividade	Elementos identitários, souvenirs, artesanato	Muita	Pouca

Fonte: Cabral (1997), adaptação e elaboração da autora (2018).

Há uma análise da falta de interpretação do que seja esse bem e o que ele representa ou poderia representar para a cidade, o fato é que eles existem e possuem uma forte ligação com a história da cidade, sua evolução espacial e social. Nesse sentido, o plano pode contribuir para o fortalecimento dessas descobertas, desse novo olhar. É uma contribuição significativa sobre os processos de construção de identidade e memória, concomitante, ao envolvimento de práticas educativas e turísticas.

Segundo o “*Interpretation Good – Practice Guidance – IGPG*”⁹⁴ (2013), uma interpretação não é apenas sobre fatos e números, é a maneira pela qual o interesse, valor, significado e significado do patrimônio é comunicado às pessoas. É uma atividade de aprendizado que comunica as histórias e ideias por trás do patrimônio e provoca o público a pensar eles próprio, chegando ao seu próprio entendimento sobre o que o assunto significa para eles.

94 - Orientação de Interpretação de Boas Práticas – Manual desenvolvido pela Associação Nacional de Interpretação - NAI, disponível em <https://www.interpnet.com/nai/docs/BP-Planning-Jan09.pdf>.

Bazán (2013) explica que a interpretação do patrimônio nasce nos parques naturais nos Estados Unidos, em meados dos anos 80. Chamado de interpretação ambiental, na França ganhou conceitos de informação, animação, mas todos com intuito de reunir técnicas de comunicação. O autor acredita que a limitação de interpretação no campo ambiental, gerou novas perspectivas para interpretação patrimonial, uma vez que há profissionais desenvolvendo trabalhos e pesquisas em no campo ambiental, mas em outros contextos (sítios arqueológicos, museus, centros urbanos ou históricos).

Ham (2007) buscou na psicologia cognitiva as características para uma interpretação bem desenvolvida, que deve ser: 1) amena: agradável, atraente, com poder para captar a atenção e 2) relevante para o público (mais tarde chamado relevante). Ser relevante é uma característica complexa de ser trabalhada uma vez que envolvem questões como valores, consolidação da uma memória coletiva pautada da identidade local.

Tilden (2006) considera umas primeiras questões nos processos de interpretação, as mensagens devem ser compreensíveis, com significados claros e complacentes para o ego do visitante. Este último para o autor envolve os seus interesses e experiências pessoais. O que torna a abordagem do turismo de experiência viável para praticas arqueoturísticas?

A essência da boa interpretação é que revela uma nova visão sobre o um lugar especial. Possibilita um novo entendimento acerca do lugar, se uma pessoa visita uma exposição ou um sítio seja sozinho ou uma visita guiada, geralmente surgirá frases do tipo “*Eu nunca percebi isso, ou dessa forma*”, ou até indagações do tipo “*Aha! Agora eu entendo*”, isso é resultado de uma boa interpretação. Geralmente esse *insight* vem acompanhado de uma carga emocional, elementos que remetem a cultura local, a uma identidade bem definida (CARTER, 2001). Tilden (2006) diz que é revelar a essência do local, e essa essência pode ser conduzida através das narrativas de quem as descreve ou da forma como as informações estão expostas.

Vale ressaltar que a interpretação não é simplesmente dar aos visitantes fatos, mas dar-lhes novos *insights*, ideias e formas de olhar ou apreciar um lugar. Segundo Carter (2001), o plano ajudará a compreender o universo que se pretende apresentar, indaga “por que você quer se comunicar?” “Quem são as pessoas?” “Como é o lugar?” “O que merece ser dito sobre esse local?”

Para do IGPG (2013), os princípios precisam ajudar as pessoas a aprender sobre o patrimônio, através de ferramentas que possam apoiar a educação formal e ajudar visitantes para aprender novas habilidades, seriam elas: Chamar a atenção; Fornecer uma conexão entre o patrimônio e as próprias experiências das pessoas - torná-lo relevante; Ser prazeroso,

interessante e significativo; Ser bem organizado e fácil de usar e entender; Atender às necessidades de uma variedade de públicos; e ter um tema ou ideia clara para se comunicar.

Murta e Albano (2002) entendem que para elaboração de um plano interpretativo não possui um tamanho específico mas precisa seguir alguns princípios, na perspectiva de estabelecer no espaço uma rede de descobertas a todos atores envolvidos.

Para atestar e comprovar a hipótese de viabilidade desses sítios para compor os cenários desses municípios estudados, partimos da segunda fase de construção de cenários descrita: “Exploração do Campo e suas Evoluções”, elaboramos um plano de interpretação voltado para prática do turismo arqueológico em Canindé de São Francisco e São Cristóvão, como ferramenta de gestão e monitoramento.

Este plano segue as etapas previstas do desenvolvimento de uma proposta interpretativa por Murta e Albano (2002), acerca de utilização de bens patrimoniais. Compreende fase de pesquisa exploratória e descritiva, juntamente com o procedimento de inventariação na apresentação dos municípios e os sítios escolhidos para visita, sendo possível analisar infraestrutura básica e turística, logística de serviços, acessibilidade, ações de divulgação e outros, na perspectiva de um cenário potencial, através de estudos já apresentados nesta tese em análises comparativa a outros produtos consolidados ou que desenvolvem essas práticas, em uma lista de combinações de possibilidades e similaridades.

Este plano cumpre três etapas, segundo Murta e Albano (2002): 1) Inventário e registro de recursos, temas e mercados, 2) O desenho e montagem de interpretação e 3) A gestão e promoção.

É importante considerar os entraves que podem ocorrer na elaboração do plano, devem ser consideradas: As barreiras intelectuais que possam dificultar a compreensão do conteúdo da interpretação, ou seja, linguagem técnica; As barreiras sensoriais tornam a interpretação difícil de ver ou ouvir, ou seja, texto que é muito pequeno para ler; As barreiras físicas tornam a interpretação difícil de acessar, ou seja, uma placa que é muito alta para crianças e usuários de cadeiras de rodas; As barreiras culturais, causando falta de conectividade com o local, não havendo compreensão de culturas distintas; As barreiras financeiras excluem pessoas com baixos rendimentos, ou seja, atividades pagas ou *city tours* de alto custo não acessíveis também a comunidade local; As barreiras organizacionais excluem visitantes por causa da maneira como a interpretação é fornecida (IGPG, 2013).

Para Goodney e Murta (2002), o plano deve apresentar princípios de um turismo sustentado voltado para necessidade de harmonização entre a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e o turismo arqueológico.

6.1. Proposta do plano interpretativo

Para elaboração do diagnóstico de viabilidade, foi elaborado um quadro para cada sítio arqueológico com informações necessárias para a construção do cenário arqueoturístico, conforme ficha de diagnóstico (APÊNDICE F). Com a coleta e tratamento desses dados foi possível a construção do plano interpretativo, sugestão de roteiros e trilhas e elaboração de um parecer de mitigação de conflitos e avaliação final.

Quadro 17 – Plano de Viabilidade dos Atrativos de Canindé de São Francisco e São Cristóvão

Público	Não há público específico	Canindé de São Francisco	São Cristóvão
Objetivo	Conhecer os sítios arqueológicos, fortalecer a identidade e cultura local, em perspectiva de resgate da história e memória social.	Sim	Sim
Tema	Turismo Arqueológico	Pré – Colonial	Histórico
Inventário (Atrativos)	Sítios e equipamentos selecionados.	Sítios Arqueológicos da Fazenda Mundo Novo, Vale dos Mestres e Museu Arqueológico de Xingó.	Sítio Praça São Francisco
Recursos	Roteiros e Trilhas, Aplicativos, Cartilha	Trilhas Interpretativas Cartilhas	Trilhas Interpretativas Cartilhas
Práticas	Rotas temáticas, Representações teatrais de rituais, trilhas, participação monitorada em escavações, cursos para artesanato e pintura.	Rotas temáticas, cursos de artesanato, representações de rituais, escavação monitorada.	Rotas temáticas
Conflitos	Desconhecimento, descaracterização, degradação, Não Pertencimento, Turismo de Massa	Degradação Turismo de Massa	Degradação Turismo de Massa
Logística	Acessibilidade Hospitalidade Sinalização	Acessibilidade limitada	Acessibilidade limitada
Mercado Interno	Parcerias Internas Pousadas e hotéis Restaurantes Transportes e Guias de Turismo Comunidade Órgãos de Turismo Escola	Viável	Viabilidade Moderada
Parcerias Externas	Roteiro/Intermunicipal Restaurantes Transportes Órgãos de Turismo Proximidade com Estados Vizinhos	Sim	Sim

Fonte: Elaboração da Autora (2018).

No processo de comunicação para interpretação de sítios arqueológicos, criar uma sistemática de entendimento da visita com ponto de partida e chegada seguindo uma ordem

cronológica possibilita uma melhor percepção dos registros rupestres e arquitetônicos em casos de sítios históricos.

A observação realizada consiste na falta de estímulos financeiros, que promovam a auto sustentabilidade. Foram dados analisados durante pesquisa de campo e observação.

É importante considerar outro fator logístico que em muitos casos são precários em ambos os casos, há falta de comunicação de uma sequência de visita, dificultando que haja uma linguagem mais universal nas narrativas desses contextos apresentados, ou seja, as visitas aos monumentos e sítios são aleatórias sem uma ordem de comunicação o que dificulta a interpretação das narrativas e papel cultural econômico, ambiental e social. Tal foi pensado em estabelecer um mecanismo de comunicação, conforme a quadro 18:

Quadro 18 - Montagem de interpretação para sequência de roteirização

Ponto 1 - Placa de Boas Vindas na Entrada da Trilha
Ponto 2 – Entrada da Trilha – Abordagem Arqueológica
Apresentação do contexto histórico, arqueológico e turístico da região. Explicação do manual de boas práticas Indicação da duração da trilha, sinalizações
Ponto 3 – Visita aos Sítios
Apresentação dos abrigos, painéis e paredões e seu contexto social, datação, e conexões com a cidade de Canindé de São Francisco. Exposição do Cristo Redentor como elemento de formação da construção da cidade de São Cristóvão; Apresentação das edificações históricas e arqueológicas que compõe o sítio histórico Praça São Francisco seu contexto social, datação, e conexões com a cidade de São Cristóvão.
Ponto 4 – Interpretação e Vivência
Reflexões sobre a história Vivência e Contemplação Parada para descanso ou lanche e recolhimento de resíduos sólidos
Ponto 5 – Retorno da Trilha
Pausa para Fotos Vivência e observação Avaliação

Fonte: Elaboração da Autora (2018).

Quanto à gestão e uso público, as atividades propostas são dirigidas através de sugestão de capacidade de carga e zoneamento turístico, enfatizando grau de fragilidade do sítio a ser visitada, atratividade do sítio, e monitoramento constante. A rotatividade de visitas permite esse monitoramento e controle, contudo se sugere um maior acompanhamento por parte de órgãos públicos no caso do Vale dos Mestres, e uma fiscalização mais ativa.

Quanto à questão de instalação de vias de acesso, não há necessidade de inclusão uma vez que os abrigos e painéis possuem boa visibilidade. Poderia ser instalada uma passarela que viabilizasse os cadeirantes ou portadores de deficiências físicas um melhor acesso até os sítios analisados.

O plano de interpretação requer ações pautadas no turismo de experiência, destarte visa proporcionar experiências que geram a interpretação do contexto apresentado, utilizando criatividade, tematização, teatralização, e ofertar surpresas. Em síntese entretenimento, educação, fuga (escapismo) e estética.

A gestão desses sítios é ainda mais sensível, por se tratar de registros rupestres que estão a céu aberto, e teoricamente desprotegidos, para tal sugerimos no escopo do plano de gestão uma capacidade de carga de 15 visitantes por grupo, levando em consideração o fator comunicação e interpretação, espaço geográfico e as premissas da prática do turismo de experiência que sugerem grupos pequenos. O cálculo é fruto do pré-teste realizado durante o campo, com três grupos, sendo respectivamente de 30 pessoas, 20 pessoas e 15 pessoas.

Vale considerar que capacidade de carga na Praça São Francisco é maior, podendo haver cerca de 20 pessoas, levando em consideração o fluxo já existente e o fator comunicação e interpretação, espaço geográfico, e as premissas da prática do turismo de experiência sugerem grupos pequenos.

Em seu livro “Planejamento do Espaço Turístico”⁹⁵, Roberto Boullón aborda indicadores para suporte de carga em ambientes naturais, como a composição de um roteiro básico, só recebendo melhorias de estiver de acordo com as normas do licenciamento ambiental para as áreas descritas, análise do aspecto atual do atrativo, indicações de suas fragilidades, possibilidade de vias de acesso, visualização da paisagem e índices de insolação (BOULLON, 1986).

Quanto à promoção do plano de interpretação, sugerimos que a condição da visita seja pautada nas normas da IGPG/NAI (2013) que foram adaptadas para esses bens patrimoniais, que entendem que as visitas não devem ultrapassar três horas nos sítios arqueológicos, corroborando com os preceitos do *tour* da experiência, que compreende compor em seus roteiros.

Os intérpretes podem explicar pelo menos três usos exclusivos do espaço em cada uma das principais paradas no *tour* interior (não que você tenha que usá-lo em todos os *tours*); Os intérpretes podem contar pelo menos três histórias familiares precisas durante o passeio; Os

95 Disciplina a qual leciono no curso de turismo da Universidade Federal de Sergipe.

intérpretes podem afirmar a importância dos sítios como um local histórico e um marco arquitetônico/arqueológico e relacioná-la à maneira como os hóspedes vivem hoje; Os intérpretes podem discutir como elementos específicos das gravuras e pinturas e como esses registros sofrem impactos; Os intérpretes podem discutir conexões pessoais e da região e como eles unificaram espaços públicos, enquanto reinterpreta de uma maneira inspiradora e autêntica; Os intérpretes podem falar com eficácia e envolver grupos de diferentes faixa etárias e origens; Os intérpretes preencherão um conjunto de esquemas e cartões de fatos para serem usados na entrega de uma excursão e respondendo a perguntas comuns; Os intérpretes encorajarão e modelarão o comportamento apropriado durante a visita. (IGPG, 2013, pg. 01).

Vale ressaltar que os aspectos positivos devidamente planejados e orientados podem proporcionar diversos benefícios como geração de renda para a população, novas oportunidades de emprego, oferta de atividade de lazer, contribuição para a melhoria da infraestrutura básica local, contribuição para a formação profissional por meio de capacitação para o trabalho, permitindo a interação social e cultural da comunidade local com os visitantes.

Para Pardi (2007), a discussão deve ser sucinta acerca das questões operacionais, uma vez que algumas estão regulamentadas e legalizadas através da Lei nº 4.717/65 que trata de demandas em áreas e locais de interesse turístico. A lei prevê que possam ser realizadas visitas nesses ambientes desde que não caso dano ao patrimônio, e em casos de implantação de empreendimentos só será permitido mediante a licença ambiental e pesquisa de impactos.

Como parte desse procedimento, elaboramos uma proposta de mitigação de conflitos o plano interpretativo prevê as seguintes ações:

Quadro 19 – Proposta de Mitigação de Conflitos

Estratégia	Ação	Descrição	Resultados Esperados
Acolhimento e informação dos moradores do município e regiões vizinhas.	Convocar os moradores para conversas informais em eventos culturais do município que incorporem sempre elementos identitários desses bens patrimoniais.	A ação poderá ser desenvolvida em uma parceria com escolas, órgãos públicos, restaurantes, e outros, e em eventos que envolvam o turismo na região. Com apresentações culturais, peças de teatro, feiras culturais, e outros. Assim como sugestão de ações de educação patrimonial e ambiental.	Sensibilizar a comunidade, resgatar autoestima, fortalecer a identidade local e efetivar a memória social coletiva. Trabalhar técnicas de interpretação do patrimônio, através de música e arte.
Controle de visitação e monitoramento comunitário	Identificar pichações, depredação do patrimônio e informar a secretaria de turismo e meio ambiente.	Através de visitas informais para passeio ou banho de rios, realizar esse acompanhamento com parceria de empresas locais.	Maior controle dos impactos gerados pelas visitas impróprias e atos de vandalismo.
Controle de	Verificar se o	A ação será realizada em órgãos	Preservação do Rio São

acumulo de lixo nos locais onde se encontram os sítios arqueológicos	descarte de resíduos está acontecendo de forma adequada e realizar mutirões de limpeza.	ambientais e turísticos, escolas e a comunidade local.	Francisco e da Praça São Francisco Sensibilizar a comunidade para conservação ambiental e arqueológica. Promover qualidade ambiental Diminuir os impactos relativos a perturbação da fauna local.
Inserção de Cursos de capacitação	Promover em parcerias empresas de Turismo e poder público, cursos de artesanato, pintura, artes, teatro e demandas afins.	Os cursos utilizaram os devidos recursos necessários utilizando a tematização dos sítios rupestres e suas pinturas e gravuras.	Geração de renda e fortalecimento de uma economia criativa e solidária. Fortalecimento da cultura e identidade local. Ampliação das técnicas de interpretação.
Trabalho em Rede	Propor parcerias, e agregar forças com parceria dos diversos setores comerciais.	O trabalho em rede possibilitaria a formação de arranjos produtivos, como já ocorrem em muitos destinos consolidados para essa modalidade. Abertura das possibilidades de roteiros integrados com pernoite na cidade e inclusão de dias em outras localidades.	Maior desenvolvimento integrado e participativo. Geração de possibilidade de emprego e renda a todos. Descentralização da atividade turística na região. Descentralização de renda.

Fonte: Elaboração da Autora (2018).

Pardi (2007) compreende que a comunidade deve estar inserida em todo processo e gestão, e que devem ser fomentadas e estimuladas as boas práticas como parte da rotina da comunidade, não somente em visitas. A autora adverte que a preservação destes bens depende também do poder público e privado, e que a conservação desses pode significar identificar bens ainda não conhecidos pela população, para que esses possam ser inseridos do cadastro de bens patrimoniais, previstos na lei nº 3.924/61.5.

Quanto à questão de instalação de vias de acesso, não há necessidade uma vez que a cidade oferece condições de fácil acesso aos monumentos, porém, com pouca acessibilidade para portadores de deficiências físicas e visuais, pautado no turismo de experiência.

Vale ressaltar que os aspectos positivos devidamente planejados e orientados podem proporcionar diversos benefícios, como geração de renda para a população, novas oportunidades de emprego, oferta de atividade de lazer, contribuição para a melhoria na infraestrutura básica local, contribuição para a formação profissional por meio de capacitação para o trabalho, permitindo a interação social e cultural da comunidade local com os visitantes.

O plano interpretativo proposto atende uma questão análoga a alguns casos apresentados em capítulo anterior, muitos destinos que incluem o turismo arqueológico em seu projeto social, ambiental e econômico, pautada na participação da comunidade, tornam viável a execução de práticas mais responsáveis. Canindé de São Francisco e São Cristóvão,

embora estando geograficamente em regiões opostas, apresentam proporcionalmente um conjunto de possibilidades que permitem desenvolver um sentimento de pertencimento e valorização, através de narrativas históricas e arqueológicas potenciais ao turismo local, com viés sustentável em uma grande proposta de consolidação de um roteiro arqueológico.

O próximo produto a ser apresentado como resultado e viabilidade deste plano são os roteiros: “Canindé de São Francisco: A Cidade Arqueológica do Velho Chico”; E o roteiro “Nas Trilhas do Passado: São Cristóvão Histórica”. O primeiro é composto pelas “Trilhas Rupestres Vale dos Mestres” e “Trilha Rupestre Mundo Novo”, assim como visita ao MAX. O Segundo embora caracterizado Trilha Praça São Francisco, poderia estar sendo denominada Rota Temática Praça São Francisco.

6.2. Apresentação dos Roteiros Arqueoturísticos para Sergipe

Para Bahl (2006), dentre as atividades inerentes ao plano de desenvolvimento do turismo, a mais evidente e efetiva é elaboração de roteiros. Estes são apresentados como produtos em uma proposta de ordenar os atrativos diagnosticados e inventariados durante uma pesquisa. Para o autor, a apresentação de um roteiro é pautada em diretrizes, que tende a favorecer o fluxo na região.

O PRT/Mtur (2007), conforme apresentado, visa estabelecer critérios de formulação e apresentação de um processo de roteirização, que dever obedecer a um plano de gestão, planejamento integrativo e participativo, além de ações de promoção. O Mtur (2010) entende que o roteiro turístico é uma forma de organização da oferta, de identificação de atrativos, e um instrumento de política pública para monitoramento de impactos.

Frente a uma oferta ociosa e iminente de entraves ambientais e sociais, como é o caso dos registros rupestres, é necessário situar a comunidade e o turista/visitante como ele deve se comportar nesses ambientes, e a roteirização seria um bom instrumento para isso. Boullón (2002) define roteiro como vias de circulação de um conjunto turístico, sejam eles isolados ou próximos, que unem histórias comuns e infraestrutura turística básica ou completa.

Bahl (2006) salienta que a elaboração de roteiros prevê a descrição do itinerário, podendo ser composto de outros atrativos ou agregar outros atrativos, como gastronômicos, históricos, de natureza, e outros. Boullón (2002) complementa afirmando que não importa a distância do roteiro e sim sua qualidade e relevância, sempre dispostos com base na realidade local. Os roteiros podem ser apresentados de três formas, conforme demonstrado no quadro 20:

Quadro 20 – Tipos de Roteiros Turísticos

Quanto a Função			Quanto a forma		
De traslado	De Veículo	A Pé	Circular	Linear	Atalho
Percursos de longa duração (Intermunicipais/ Interestaduais/ Intercontinental)	Percursos selecionados para compor City Tour	Percursos que ligam atrativos próximos.	Há possibilidade de retorno ao ponto de partida sem repetir o trajeto	Forma mais comum de trajeto, que liga os atrativos pelo mesmo ponto de partida. Um único caminho.	O nome se dá pela possibilidade de traçar caminhos alternativos, não cortar caminho.

Fonte: Boullón (2002).

Segundo a *World Wildlife Fund* – WWF (2003), que regulamenta percursos de cunho educativo e turístico, complementam a classificação definindo os roteiros de curta duração como trilha interpretativa, sendo essa opção um dos produtos apresentados nessa tese.

Considerando a realidade dos locais estudados, os roteiros apresentados compõem a funcionalidade do uso de veículo, mas por viabilizar a sugestão de pernoite em Canindé de São Francisco e São Cristóvão, por entender uma forma que promova o desenvolvimento endógeno do turismo na região.

Embora a proposta seja o desenvolvimento turístico da cidade, não implica que este roteiro possa ser integrado a roteiros de traslados, caso o número de pernoites aumentem. Dentro desta funcionalidade usamos, conforme apresentado o plano, as trilhas interpretativas por considerar importante um importante instrumento metodológico análogo ao contexto apresentado.

Quanto sua forma, este se caracteriza linear por entender que é o mesmo mais eficaz de consolidar o produto e identificar os atrativos. É importante frisar que em relação ao Vale dos Mestres há possibilidade de realização da trilha por meio de atalho, pois pode chegar aos sítios rupestres via terrestre (que será o proposto), ou via embarcação fluvial pelo Rio São Francisco, mas que demanda um tempo maior de duração. Conforme Boullón (2002) descreve o instrumento metodológico de roteirização é flexível e com poder de adaptabilidade ao público ou demanda existente. Neste caso poderá ser proposto como opção a trilha via embarcação fluvial.

6.2.1. Roteiro Turístico: Canindé de São Francisco – Complexo Arqueológico do Velho Chico.

O roteiro é composto pelas Trilhas Interpretativas Rupestre Vale dos Mestres e Rupestre Mundo Novo e Museu Arqueológico de Xingó.

Quadro 21 – Atratividade - Roteiro Canindé de São Francisco

Critérios			Valores			
Potencial de Atratividade			00	1	2	3
			Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Hierarquia	Grau de Uso Atual	Trilha Rupestre Vale dos Mestres				Grande fluxo
		Trilha Rupestre Mundo Novo			Médio Fluxo	
		MAX			Médio Fluxo	
	Representatividade/ Acervo Arqueológico	Trilha Rupestre Vale dos Mestres				Elemento singular/raro
		Trilha Rupestre Mundo Novo				Elemento singular/raro
		MAX				Elemento singular/raro
	Apoio Local e Comunitário	Trilha Rupestre Vale dos Mestres				Apoiado por grande parte da cidade
		Trilha Rupestre Mundo Novo			Apoio razoável	
		MAX				Apoiado por grande parte da cidade
	Infraestrutura Hotel/Pousada/ Restaurante/ Guia de Turismo Básica (Telefonia/Farmácia/ Outros)	Trilha Rupestre Vale dos Mestres		Existe Pouca		
		Trilha Rupestre Mundo Novo				Existe em boas condições. Existe em boas condições.
		MAX				
	Acesso	Trilha Rupestre Vale dos Mestres				Muito Bom
		Trilha Rupestre Mundo Novo				Muito Bom
		MAX				Muito Bom

Fonte: Elaboração da Autora em Adaptação a Metodologia de Roteirização Mtur (2018).

Quadro 22 – Percurso de Roteiro Canindé de São Francisco

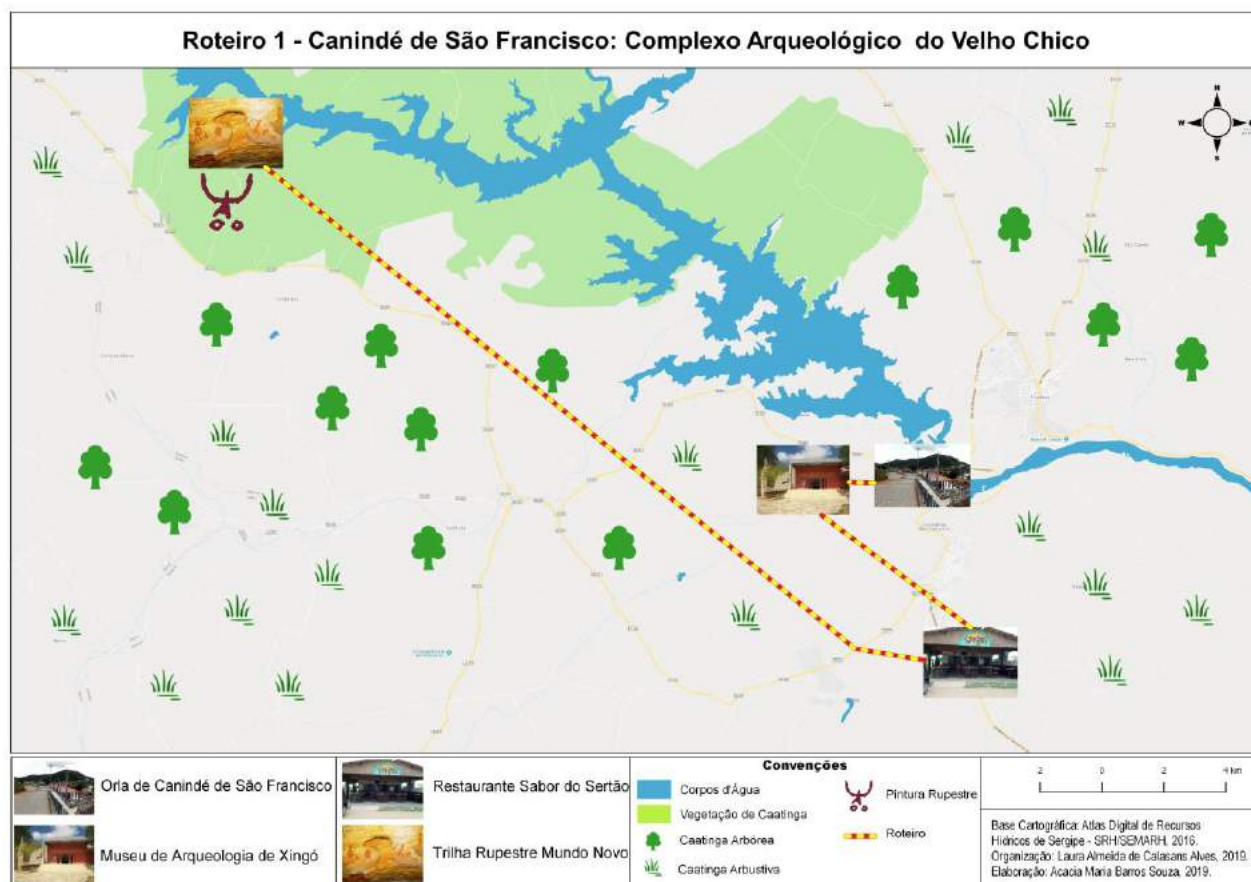
INTRODUÇÃO/ APROXIMAÇÃO TEMÁTICA – TURISMO ARQUEOLÓGICO	
PERCURSO/ PARADAS EM PONTOS	Objetivo Comunicacional (Desdobramentos relativos a enfoque temático central, com abordagem do turismo de experiência, vivências e práticas).
1º DIA	

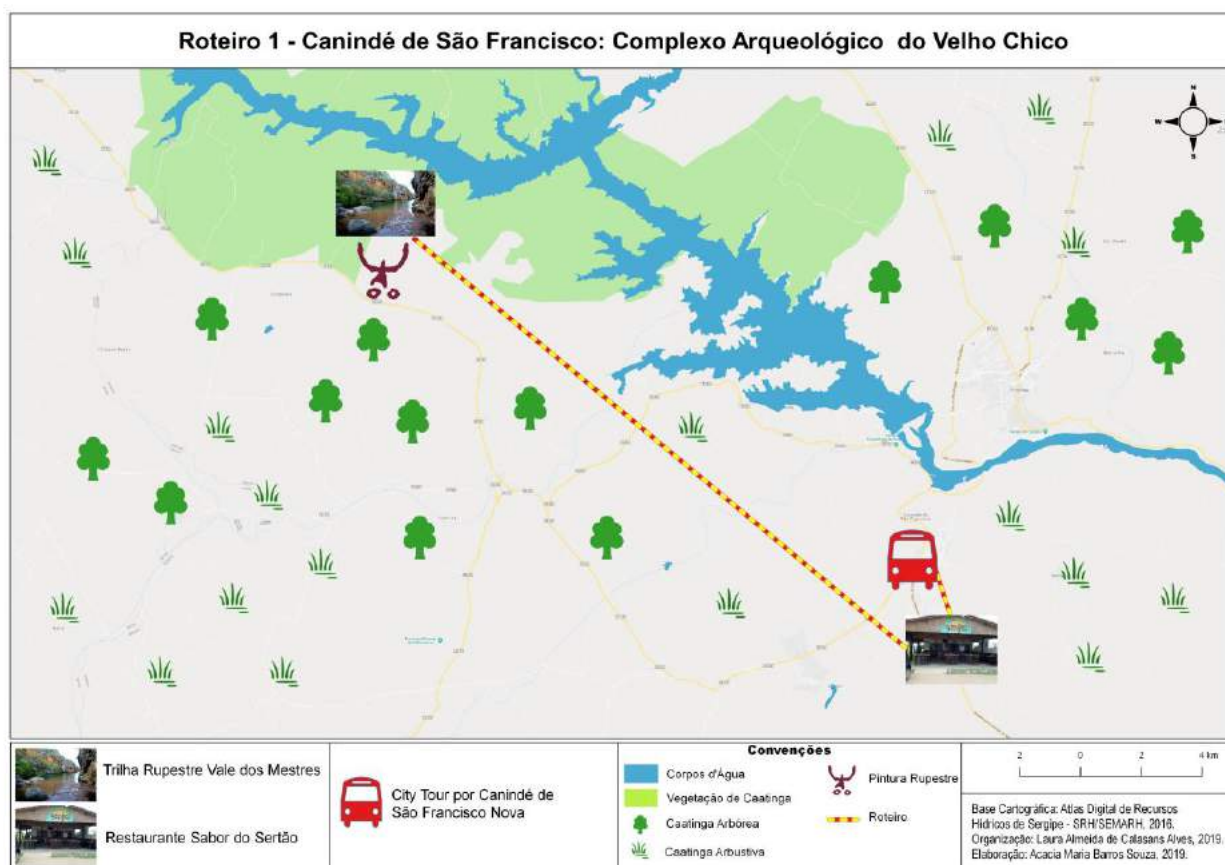
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	Ponto 1	Orla de Canindé de São Francisco	Apresentação de Canindé de São Francisco História da Canindé Velha e curiosidades A Construção da Usina e as primeiras Pesquisas Arqueológicas Aguçar o olhar do visitante para as diferentes etapas da história. Tempo: 1h
	Ponto 2	MAX	Apresentação da visita guiada já formatada pelo museu. Conhecimento do acervo arqueológico e seu contexto histórico e relação com a cidade. Opção de vivência em escavação (Opcional) Loja de Artesanato local Tempo: 1:30h.
	Ponto 3	Almoço (Opcionais)	Restaurante Fazenda Mundo Novo Tempo: 2h
	Ponto 4	Trilha Rupestre Mundo Novo	Caminho até a placa de sinalização de boas vinda. Orientações para trilha Apresentação de Sr Augusto sobre a fazenda Mundo Novo
			Primeiro Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Segundo Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Terceiro Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Quarto Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Quinto Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Reflexões e sensibilização para conservação.
			Opcionais da Visita: Banho de Rio e Jantar. Tempo: 4h
	2º DIA		
		Trilha Rupestre Vale dos Mestres	Caminho até a placa de sinalização de boas vinda. Orientações para trilha
Contemplação da natureza, observação para sinalização, ao longo do caminho. Primeiro Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Segundo Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos Terceiro Sítio: Especificidades do sítio rupestre, contexto histórico e interpretações. Observação e fotos			

			Sensibilização para o que sobrevive na nossa história e como a falta de atenção pode tornar elementos importantes esquecidos. Opcionais: banho de rio Tempo: 4h
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	Ponto 6	Almoço	Restaurante Gastrotíngia Restaurante Sabor do Sertão Tempo: 2h
	Ponto 7	City Tour e Retorno	Nova Retorno
FINAL DE ROTEIRO	<p>Considerações acerca do roteiro:</p> <p>O roteiro é um instrumento flexível, desta forma o tempo indicado é o necessário à visitação, podendo haver redução de um espaço e espaçamento de outro.</p> <p>A perspectiva é desenvolver práticas do turismo de experiência</p> <p>O roteiro poderá ser ofertado com as duas trilhas interpretativas ou somente uma trilha, ficará a cargo do guia de turismo, empresas especializadas em receptivos, ou hotéis e órgãos públicos.</p> <p>O roteiro será ofertado para parcerias com estados vizinhos e empresas já consolidadas para o turismo na região, na perspectiva de planejamento integrado podendo aumentar o número de pernoites e agregar outro atrativo.</p>		

Fonte: Elaboração da Autora em Adaptação a Metodologia de Roteirização Mtur (2018).

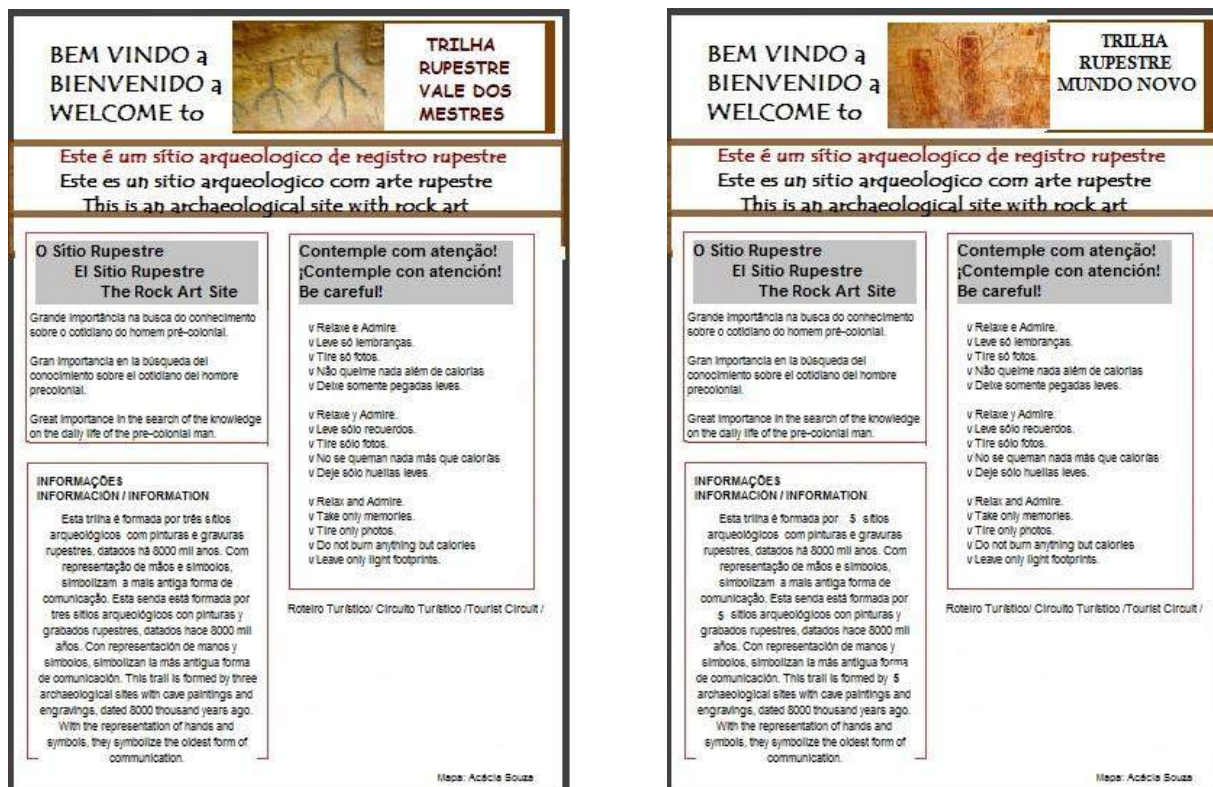
Mapa 01 – Mapa Ilustrativo do Roteiro





Fonte: Acácia Souza (2019).

Placas Interpretativas de Boas Vindas (EXEMPLO APÊNDICE G)



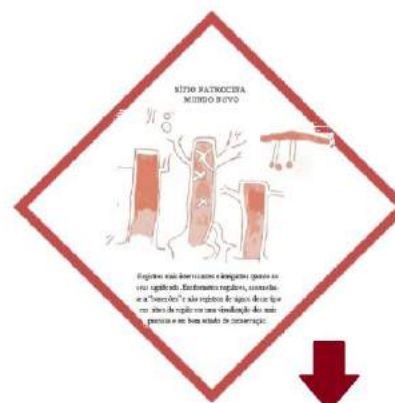
Fonte: Elaboração e Sugestão da Autora (2018).

Perspectiva de Placas Interpretativas com caixa de sugestões e ilustrativas.



Fonte: Carter (1997). Adaptação sugerida pela autora (2018).

Placas de Interpretação com Elementos Rupestres Dispostas ao Longo da Trilha.



Registros mais interessantes e intrigantes quanto ao seu significado. Em formatos regulares, assemelha-se a "bonecos" e não registros de signos desse tipo em sítios da região em uma visualização das mais precisas e em bom estado de conservação.



Fonte: Buco (2013) – Serra da Capivara. Adaptação sugerida pela autora (2018).

Placas de Sinalização de Distância do Centro de Canindé de São Francisco



Fonte: Perspectiva e Sugestão de Elaboração da autora (2018)

6.2.2. Roteiro Turístico: Nas Trilhas do Passado: São Cristóvão Arqueológica Histórica

Quadro 23 – Atratividade Roteiro São Cristóvão

Critérios			Valores			
Potencial de Atratividade			0	1	2	3
			Nenhum	Baixo	Médio	Alto
SÃO CRISTÓVÃO	Grau de Uso Atual	Cristo		Pouco Fluxo		
		Praça São Francisco				Grande Fluxo
	Representatividade/ Acervo Arqueológico	Cristo				Elemento Singular/Raro
		Praça São Francisco				Elemento Singular/Raro
	Apoio Local e Comunitário	Cristo		Pouco		
		Praça São Francisco				Alto Apoio
	Infraestrutura Hotel/Pousada/ Restaurante/ Guia de Turismo Básica (Telefonia/Farmácia/ Outros)	Cristo		Existe Pouca		
		Praça São Francisco		Existe Pouca		
	Acesso	Cristo			Regular	
		Praça São Francisco				Muito Bom

Fonte: Elaboração da Autora (2018) em Adaptação à Metodologia de Roteirização Mtur.

Quadro 24 – Percurso Roteiro São Cristóvão

INTRODUÇÃO/ APROXIMAÇÃO TEMÁTICA – TURISMO ARQUEOLÓGICO	
PERCURSO/ PARADAS EM PONTOS	Objetivo Comunicacional (Desdobramentos relativos a enfoque temático central, com abordagem do turismo de experiência, vivências e práticas).

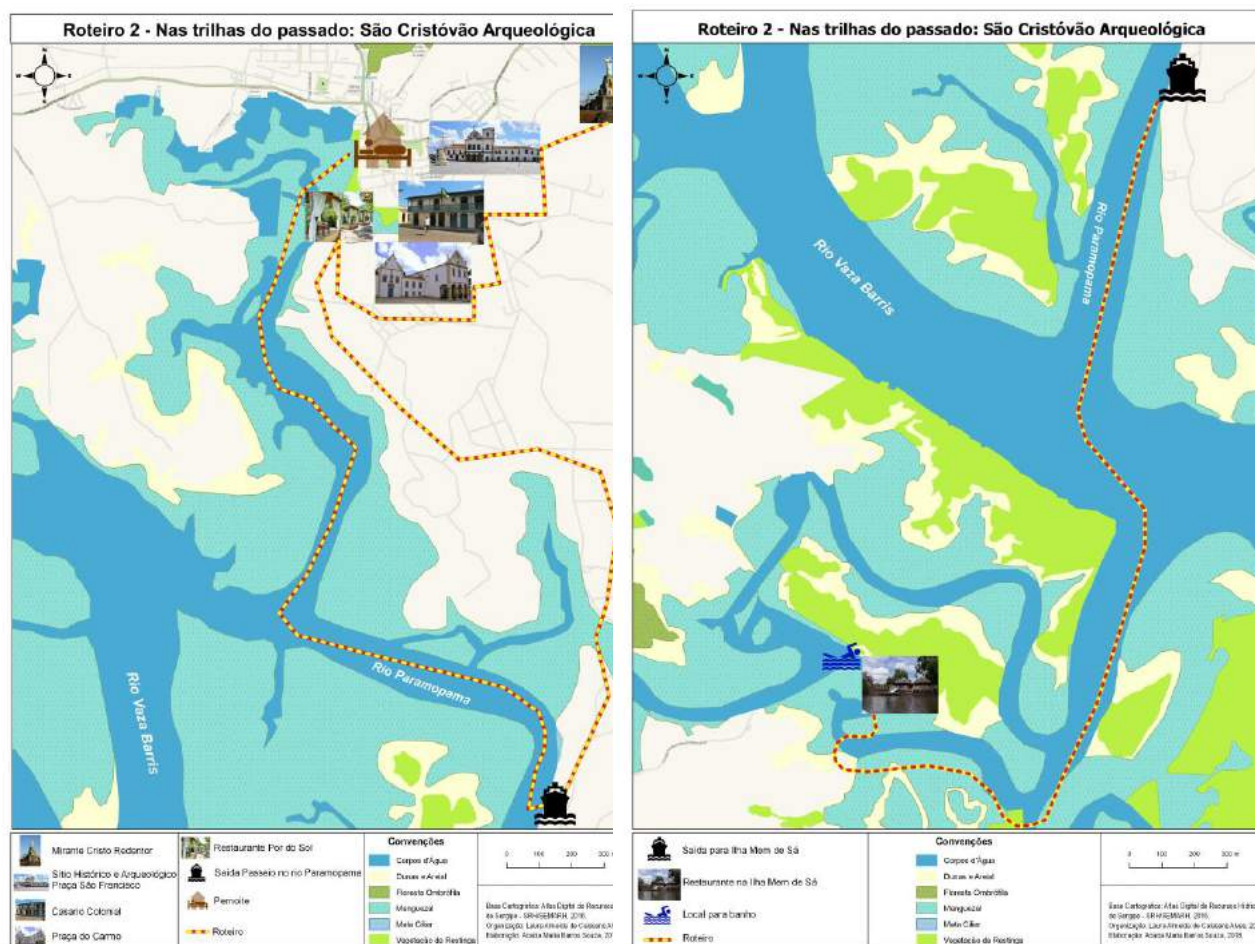
1º DIA			
SÃO CRISTÓVÃO	Ponto 1	Cristo	Apresentação de São Cristóvão As Primeiras Formações da Cidade de São Cristóvão. Perspectivas Arqueológicas Aguçar o olhar do visitante para as diferentes etapas da história. Fotos e Observação Tempo: 30min
	Ponto 2	Sítio Histórico Praça São Francisco	Cruzeiro – convidar o turista/visitante a vivenciar a história através deste marco das pesquisas arqueológicas para validação do título patrimônio da humanidade. Apreciação da construção e aspectos de restauro da Igreja e Convento de Santa Cruz, Contexto Histórico e Arqueológico Igreja e Casa de Misericórdia, antiga casa dos enfermos e excluídos. Visita e Contexto arqueológico do Museu Histórico de Sergipe, Apresentação das exposições arqueológicas no escritório técnico do Iphan, apresentação do contexto arqueológico da “Casa da Separada” Casario Colonial Praça do Carmo e Convento Nossa Senhora do Carmo. Fotos e Visitas ao Artesanato/gastronomia local. Tempo: 3h
	Ponto 3	Almoço (Opcionais)	Restaurante na Cidade
	Ponto 4	Passeio pelo Rio	Cenário da descoberta da imagem do Senhor dos Passos, padroeiro da cidade, e forte atratividade para arqueologia subaquática e turística Trajeto Fluvial e relatos da história do local e relações com a arqueologia. Vista para o Pôr do Sol Jantar (opcional) Tempo: 2h
	Ponto 5	Hospedagem Hostel Alvorada Contemplação e reflexões	Recepção e acolhimento. Roda de Conversa sobre relação arqueologia/cidade e turismo arqueológico e experiências.
	2º DIA (Opcional)		
	Ponto 6	Visita a Ilha Grande e Mem de Sá.	Recepção Orientações Sensibilização para o que sobrevive na nossa história e como a falta de atenção pode tornar elementos importantes esquecidos. Opcionais: banho de rio/ Dança folclórica Tempo: 3h
	Ponto 7	Almoço	Comunidade Local Tempo: 2h

	Ponto 8	Retorno	Espaço de Vivência Retorno
FINAL DE ROTEIRO	<p>Considerações acerca do roteiro: O roteiro é um instrumento flexível, desta forma o tempo indicado é o necessário à visitação, podendo haver redução de um espaço e espaçamento de outro. A perspectiva é desenvolver práticas do turismo de experiência O roteiro poderá ser ofertado com as duas trilhas interpretativas ou somente uma trilha, ficará a cargo do guia de turismo, empresas especializadas em receptivos, ou hotéis e órgãos públicos. O roteiro será ofertado para parcerias com estados vizinhos e empresas já consolidadas para o turismo na região, na perspectiva de planejamento integrado podendo aumentar o número de pernoites e agregar outro atrativo.</p>		

Fonte: Elaboração da Autora (2018) em Adaptação à Metodologia de Roteirização Mtur.

Sinalização (Mapa Ilustrativo do Roteiro, Placas Interpretativas)

Mapa 02 – Mapa Ilustrativo do Roteiro



Fonte: Acácia Souza, 2019.

As placas interpretativas e sinalizações seguem a mesma sugestão do cenário apresentado para Canindé de São Francisco.

Vale ressaltar que, para elaboração de sugestões de placas interpretativas é preciso a verificação do tipo de sítio arqueológico a ser exposto a visitação, levando em consideração a obrigatoriedade de haver a placa de sinalização padrão instituída pelo órgão fiscalizador, o Iphan. Contudo, é importante salientar que em se tratando de práticas turísticas, se fazem necessárias maiores informações acerca do patrimônio arqueológico. No caso específico de São Cristóvão, é coerente que as placas sigam os parâmetros técnicos de sinalização em cidades que possuem titulação de patrimônio da humanidade, com inclusão da logo de Patrimônio da Humanidade e seguir, conforme os seguintes princípios como descritos Iphan (2013)⁹⁶: padronização respeitando os elementos gráficos e estruturais, produzidas em material adequado conforme local do sítio, seguir a guia de sinalização turística, ter linguagem concisa e ser acessível a todos.

⁹⁶ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_Sinalizacao_Patrimonio_Mundial.pdf, acessado em 15 de outubro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De que forma poderia contribuir para arqueologia sendo do campo de atuação do turismo? Esse foi um dos questionamentos que fiz ao resolver cursar pós-graduação em arqueologia, e pensei que a melhor contribuição seria falar sobre o que é a atividade turística e que ela não era inimiga da arqueologia. Parecia simples, mas não era. Isso porque o turismo é compreendido por muitas pessoas, empresas, e entidades como uma atividade degradante, que destrói o ambiente e descaracteriza a cultura local, dentre outros impactos. Muitas ciências entendem, até hoje, que o turismo é uma indústria, por tanto não seria ciência. O que não é demérito dessas ciências, mas da forma economicista que a atividade surgiu, e que depois de muitas pesquisas se caracteriza uma atividade humana, por tanto associada a inúmeros fenômenos e comportamentos que a ciência precisa estudar e compreender. Então busquei mostrar a outra face do turismo, o que gera renda e contribui para o fortalecimento da identidade, da cultura e da preservação ambiental e patrimonial. E um turismo que produz ciência.

Mas eu também havia me equivocado com a arqueologia, pois compreendia que se tratava de uma ciência mais democrática, mais acessível a comunidade e mais descentralizada quanto suas pesquisas de campo e fui surpreendida em perceber que a democratização dentro dessa ciência ainda é um assunto recente. Mas fui estudando e compreendendo também porque a arqueologia se mostrava dessa forma, também havia muitos desencontros sobre o que a arqueologia faz e sua importância em assegurar que suas pesquisas e bens arqueológicos sejam expostos como produtos a serem comercializados. Então compreendi quantas semelhanças e imagens equivocadas ambas possuem uma da outra. Era preciso estreitar esse diálogo.

Promover o diálogo entre duas disciplinas tão distintas, com saberes distantes em perspectivas de pesquisas científicas, e ao mesmo tempo muito parecidas na forma como se comunicam com a comunidade e particularidades de como nasceram enquanto ciência foi uma tarefa árdua. Foi preciso romper com preconceitos de que a arqueologia não é que só para arqueólogos de formação. É uma ciência ampla que permeia diversos campos do saber, seja pela antropologia, história, museologia ou pelo turismo, por essa razão a tese apresentou um caráter interdisciplinar.

Parafraseando Funari e Carvalho (2007), compreendi que de toda arqueologia, independente da abordagem teórica utilizada e métodos, deve ser antes de tudo pública e acrescente democrática. Entendo as limitações dessa democratização, mas após muitas

pesquisas no turismo, observei que esse é o caminho mais plausível para que a ciência seja possível, embora contrarie os pensamentos mais cartesianos e tradicionais da ciência pura. Mas corroboro com Boaventura Souza Santos em repensar os valores do conhecimento científico, em criar meios de uma configuração do conhecimento mais prático e melhor distribuído, em uma proposta de senso comum esclarecido. Isso porque, para Santos (1998), o conhecimento do senso comum é fruto de uma sociedade desigual e precisa reencontrar sua funcionalidade.

O objetivo de analisar a viabilidade de construções de cenários arqueológicos para práticas turísticas foi construído em cima do desejo que apresentar novas possibilidades de atuação para Canindé de São Francisco e São Cristóvão, no entendimento de que o turismo se bem planejado e integrado à identidade local e vontade da comunidade pode ser um importante vetor de sensibilização da preservação do patrimônio arqueológico.

São dois municípios com problemáticas semelhantes, com baixa autoestima, com uma identidade precisando ser fortalecida, foram reconstruídos em outros lugares, possuíam bens arqueológicos potenciais, praticam o turismo mas não são municípios turísticos, não exercem um protagonismo de suas próprias histórias, ou seja, diante de tantas questões e imbróglis, me colocaram na obrigação, enquanto pesquisadora e docente do turismo, de contribuir com essas comunidades em apresentar possibilidades de atuação que fugisse do tradicional, do convencional e do igual. Por isso a ideia de sair do espaço contemplativo para construção efetiva de cenários.

Esta tese buscou construir ambientes viáveis, não inéditos, mas possíveis pautados na premissa em construir modelos sustentáveis e que busque alternativas ao desenvolvimento local em uma comunidade integrada, autossustentada, ambientalmente monitorada e economicamente satisfatória sugere que não é possível, que é utopia. No entanto, é importante considerar que a estrutura do planejar para desenvolver compreende em buscar meios efetivos e concretos na execução de ações que possam operacionalizar a abordagem do desenvolvimento local contrapondo o paradigma mecanicista e puramente capitalista.

Mas não basta construir um cenário, teria que dar ferramentas para interpretá-lo. Foi preciso discutir o patrimônio arqueológico como produto turístico utilizando a ferramenta de interpretação patrimonial. O intuito era promover uma intervenção social e educativa, através de ações e conceitos da educação patrimonial e ambiental na perspectiva de sensibilizar os atores envolvidos.

Foi possível perceber que as pessoas que visitam esses sítios, não o fazem sob a motivação para o conhecimento arqueológico, e sim por outras razões, seja no viés ecológico,

cultural e de lazer. Essa foi a primeira constatação, o que contribuiu em abordar a temática com mais coerência e direcionamento para condutas mais responsáveis nesses ambientes.

Em Canindé de São Francisco foram mais fluidas as conversas e coletas de dados, uma vez que os entrevistados eram pessoas que já conheciam os locais estudados, mas não sabiam que ali havia bens arqueológicos. Desta forma constatou-se que esses ainda não estavam na lógica de consumo, era um ponto positivo.

Já em São Cristóvão os diálogos foram mais estreitos, uma vez que a dinâmica espacial é outra e a comunidade que não se inseria no contexto de turismo cultural, quiçá no contexto arqueológico. As intervenções arqueológicas eram sempre sinônimo de obras e exigências do Iphan.

Mas em ambos os casos foi possível abordar e introduzir a temática por se tratar de uma versão diferente daquela em que eles estavam acostumados a ouvir acerca do turismo e da arqueologia. Essas observações possibilitar perceber que era de suma importância a construção do plano de interpretação sem desmerecer as narrativas sobre a percepção que a comunidade tinha do passado, conseqüentemente dos bens arqueológicos, iminente na desconstrução dos discursos estereotipados sobre turismo e arqueologia.

Essa observação possibilitou, concomitante às reflexões teóricas, o pensamento que era preciso conhecer outras realidades, buscar experiências que pudessem elencar fatores que compreendessem melhor a prática desse tipo de turismo. Como a arqueologia e o turismo funcionam em outros países? Por que somente aqui no Brasil há uma carência ou pouca motivação para esse tipo de conhecimento sobre o passado. Essa era uma pergunta que ainda permanece latente, embora as experiências com estudos de referência contemplados nesta tese ajudaram a responder. São muitas questões que envolvem essa problemática, e nos levaria outra tese. O fato que as pesquisas de campo realizadas em Paris e nas cidades medievais contribuíram para verificar as possibilidades de inserir os bens arqueológicos em cenários turísticos já consolidados. O mote não era uma análise comparativa, uma vez que modelos sustentáveis são construídos dentro da possibilidade de atuação de cada lugar, levando em considerações suas singularidades e valores intrínsecos. O ponto de partida era vivenciar o local e esta modalidade, e para isso esta tese utilizou a abordagem do turismo de experiência para efetivação da construção do cenário e proposta de roteirização.

O conceito de Economia da Experiência foi estruturado com foco na diversificação da oferta através da inserção da singularidade, da surpresa e da emoção nos monumentos e bens patrimoniais, visando atender à necessidade local. Em vista disso, os conceitos apresentados buscam compor uma base de inovação e a criatividade, tem como foco a atuação em todo

ciclo mencionado de forma mais ampla e transversal visando a sustentabilidade e inclusão social. Esse é um objetivo de atender ao novo perfil de visitantes que busca vivências diferenciadas relacionadas à cultura e a história que emocionem e surpreendam. Isso foi perfeitamente observado nas cidades medievais do Leste Francês, que são muito pequenas, mas com um poder de arranjo produtivo impressionante e se propõem a reconstruir e serem protagonistas da própria história, o que facilita a inclusão social e geração de renda, além da capacitação de gestores e colaboradores.

A compreensão da experiência como diferencial a ser oferecido aos visitantes é avanço importante em termos mercadológicos em modelos sustentáveis, inseridos em muitas discussões de cidades inteligentes a cidades criativas, como em tantos outros estudos. Contudo, é importante salientar que, para a experiência ser alcançada, a visita e viagem devem superar a banalidade, o estereótipo e os aspectos convencionais, em proposta de uma avaliação individual subjetiva, mas com propósitos bem objetivos para a coletividade. Nem todo serviço ou visita é uma experiência que mereça ser repetida ou que marque significativamente a vida de alguém. A experiência está intimamente ligada com a emoção, com o prazer, e não com acomodação estéril (TRIGO, 2011).

Utilizar a experiência como norte para práticas arqueoturísticas é dar possibilidade de trabalhar com imaginário, com memória e com identidade. A memória, como é frágil e finita como descreve Jones (2007), armazena mentalmente nossas experiências, mas são facilmente esquecidas, e sua recuperação é inexata e defeituosa. Por essa razão precisamos vislumbrar dinâmicas e ações que resgate e preserve essas memórias, que preserve a história e não negar as possibilidades de construir cenários merece ser socializados e democratizados.

Em uma realidade completamente diferente partimos para uma análise de gestão e prática na Serra da Capivara, provavelmente o cenário, mas direcionado ao turismo arqueológico no Brasil, dado a riqueza de acervo arqueológico e pelas pesquisas já desenvolvidas no campo da arqueologia. A pesquisa possibilitou que possuímos uma dificuldade em valorizar e compreender em aspectos culturas do passado, o que ratifica o ditado popular de que “Brasileiro não possui memória”, embora fugaz me pareceu pertinente esse dizer, pois não valorizamos a nossa história, assim como nossas pesquisas. A Serra da Capivara, por também estar inserida como área de proteção, aguarda constantemente investimentos dos órgãos que administram o parque, o que dificulta sua manutenção, em constantes problemas com repasse de verbas que comprometem toda uma história da pré-ocupação do homem americano no período pré-colonial, talvez seja esse nosso primeiro equívoco. Mas não discutimos essa questão. Também foi possível identificar e ratificar a

premissa que não basta uma super infraestrutura, é preciso buscar a autogestão, em perspectiva da sustentabilidade, é o pensar global, mas agir localmente. O local possui muitas ações que valem serem replicadas a destinos semelhantes, como é o caso de Canindé de São Francisco, pois se trata de um município que protagoniza a sua história, mas assim como grande parte dos municípios brasileiros que aguardam uma posição governamental. Mas há valorização e pertencimento por parte da comunidade envolvida, como a exemplo do caso da comunidade de São Vitor que conseguiu desenvolver ações de turismo arqueológico de base local. Outro ponto a ser considerado e repassado a outros cenários é a sinalização e utilização de trilhas interpretativas que permitem melhor compreensão do contexto arqueológico, através de forte relação com os elementos identitários locais. Essas vivências e experiências puderam ressignificar meus conceitos e me fizeram buscar estruturar quais seriam as possibilidades de atuação nos municípios estudados, ancorado em uma metodologia de gerasse resultados.

Diagnosticar os cenários arqueológicos e turísticos nos municípios de Canindé de São Francisco e São Cristóvão foi objetivo que sustentaram a viabilidade de uso turístico e percepção da comunidade. A metodologia apresentada foi a de Godet (1993), que parte do parâmetro que aquele que converge de um cenário normativo cria uma versão possível para cenários futuros através de um trajeto provável e otimista, ajudando a identificar quais são as prioridades e focalizando na elaboração de planos de alternativos. Então foi o que fizemos.

Canindé de São Francisco apresenta-se hoje como um destino turístico sem ser de fato e de direito, reivindica mais visibilidade e mais identificação em um contexto social e cultural, que pode promover inclusão social e renda para população. Mas para isso precisa de incentivo para uma atuação mais protagonista, mais atuante.

A população desconhece seus bens patrimoniais, embora existam e são acessíveis em níveis logísticos. O que causa essa desmotivação e falta de pertencimento em ser protagonista da própria história? Diria que iniciativas, em todas as dimensões apresentadas por Ignacy Sachs neste estudo. Mas é importante considerar que não bastam só iniciativas, precisa haver vontade. O estudo demonstrou através de encontros, seminários, oficinas, reuniões e visitas de campo que há interesse, mas não há um caminho, a velha fórmula do ensinar a pescar. É fato que não um demérito da comunidade em si, é um conjunto de fatores que permeiam desde a mudança da sua localização onde houve perdas identitária, mas também com a descrença das ações políticas e governamentais.

Seu Augusto, proprietário da Fazenda Mundo Novo, é um dos que haviam perdido a esperança em ver seu investimento contribuir para distribuição e formação de renda para o município, mas reafirmou que ainda acredita no potencial de seu empreendimento. Em

contraponto é preciso considerar que embora sua propriedade esteja apta a receber visitantes, é preciso reavaliar essa adaptabilidade para práticas arqueoturísticas como inclusão das placas interpretativas, parcerias com guias de turismo e condutores locais que sejam capacitados para esse tipo de condução, assim como um meio de comunicação para visitas mais acessível a todos em redes sociais, e outros meios de divulgação e publicidade. Neste último ponto é relevante frisar que o estudo não aponta que este seja o mais dos importantes fatores de melhoria, uma vez que esta modalidade não exige de uma divulgação massiva, já que a proposta é desenvolver ações mais intimistas e sustentáveis. Porém, também ressaltamos que divulgar um bem patrimonial não significa dizer que este está na iminência ou se propõe às práticas de um turismo de massa. Tudo que se propõe é ratificar a importância desses bens arqueológicos no contexto histórico local e de que a divulgação contribui na preservação, afinal como se protege algo desconhecido?

Outro ponto a considerar é a permeabilidade acerca da ligação dos bens arqueológicos que estão dispostos em toda região, através dos registros rupestres, o que caracterizou o nome atribuído ao roteiro como complexo, o que além da inclusão dos sítios da Fazenda Mundo Novo e Vale dos Mestres, poderiam ser anexados outros com esse mesmo contexto e que não o foram por falta de estruturação que desse suporte à preservação. A representatividade das pesquisas arqueológicas descreve e relata muito da ocupação pré-colonial na região, e corrobora em fortalecer a identidade local.

Em relação à preservação dos sítios abordados nesse cenário, os correspondentes ao Vale dos Mestres que carecem de cuidados mais emergenciais às práticas turísticas, por serem de fácil acesso e público estão suscetíveis a maiores impactos negativos, como pichações, acúmulo de lixo, queimadas e outros. O que se sugere é a intensificação de campanhas de sensibilização ambiental e patrimonial, assim como um monitoramento mais frequente por parte de órgãos de fiscalização. Em detrimento deste a tese sugere a instalação de um escritório técnico do Iphan/SE possibilitando maior controle dessas ações ou uma parceria com o MAX através de convênios com a Universidade Federal de Sergipe, visando promover ações conjuntas com diversos departamentos que tenham aderência ao diálogo com a arqueologia, haja vista a ausência de reporte a órgãos fiscalizadores locais, houve dificuldade de estreitar relações para verificações das problemáticas inseridas.

Atualmente vêm sendo pensados projetos de monitoramento para os sítios Vale dos Mestres, que foram os que mais apresentaram fragilidades para visita, no entanto ainda não foram efetivadas as ações em detrimento de mudanças governamentais no cenário político

e mais uma vez a necessidade de aguardar a decisão dos governantes acerca do patrimônio da população.

As visitas de campo possibilitaram verificar as condições para visitação dentro da coleta de dados inseridos no roteiro de visitação que ampliou análises realizadas e já contempladas nesse estudo. Para esta etapa, o diagnóstico apresentou que há monumentalidade que sustenta um roteiro de tr s a quatro pernoites. Contudo, sugerimos a princípio um pernoite, considerando a proposta de um roteiro que contemplasse somente o arqueoturismo, mas aberto para integração a outros roteiros já existentes. Os pernoites poderiam ser na cidade ou na Fazenda Mundo Novo. A caracterização ecológica do bioma da caatinga e a história do cangaço são elementos que complementam essa atratividade para o turismo arqueológico. Esse seria um ponto forte a ser considerado, a possibilidade de desenvolver parcerias e roteiros integrados, pela proximidade ao Monumento Natural da Grota do Angico, local onde Lampião foi morto com seu bando.

A fase descritiva e exploratória da pesquisa de campo levou a conhecer casos que motivaram a acreditar na viabilidade deste cenário, como a vivência na comunidade Rio do Sal, em Paulo Afonso, onde são desenvolvidas ações juntamente com o MAX de fomento às práticas arqueoturísticas dado o interesse da comunidade local e da monumentalidade encontrada, trata-se de sítios de registro rupestre em região onde não há água nem luz mas chama atenção pela similaridade dos sítios encontrados com os da Fazenda Mundo Novo, e pela iniciativas de base local desenvolvidas. A dona da propriedade, Dona S nia, organizou a trilha com saber tradicional, mas que metodologicamente estava mais aliando a muitos circuitos que seguem teorias científicas, que serviram de experiências e modelo para constatar que não precisa de uma infraestrutura muito elaborada para visitação a esses sítios, a premissa primordial   seguir a legislação de preservação e conservação da utilização de visitações a sítios arqueológicos.

O Museu arqueológico de Xingó – MAX entrou nesse estudo como principal agente de comunicação e consolidação desse roteiro. Dar voz ao MAX era uma inquietação pessoal desde os tempos de estudante de turismo pela Universidade Tiradentes, onde Canindé de São Francisco já era comercializada pelos passeios turísticos aos cânions de Xingó, mas que desde essa época não era destacado enquanto um instrumento de extrema relevância para contar e contribuir com a história do município. Hoje ele atua em diversos campos e com diferentes demandas, mas um percentual muito pequeno voltado para o turismo.

É preciso que o MAX, como principal veículo de comunicação entre a comunidade e a arqueologia, busque parcerias com a própria universidade para democratização do saber fazer

arqueológico, com oficinas mais efetivas e dinâmicas que envolva a arqueologia pública e que perpassasse das ações de educação patrimonial com elaboração de instrumentos de identidade, das pinturas rupestres, que possam constar nos artesanatos, placas de sinalização, e diversos setores como forma de criar laços com a história local. Fator esse identificado como carente e ausente na região. Não como forma de mercantilizar o patrimônio, mas de criar uma identidade dentro dos parâmetros sustentáveis. É notório e conclusivo que a cidade precisa de um projeto que resgate sua autoestima e sua identidade, locais estão sendo abandonados e gerando insegurança para própria população, o que é fator preocupante.

No caso de São Cristóvão, o segundo cenário apresentado embora dentro de um contexto que poderia ser considerado mais consistente, foi um dos grandes desafios a ser pensado, se entraria ou não nesse estudo. A cidade sempre foi incompreendida nas pesquisas turísticas, que não são poucas, isso porque, dado seu valor intrínseco e vivo em suas edificações, não possui luz própria. A cidade já recebeu, diferente de Canindé de São Francisco, muitos projetos turísticos, eventos culturais, contribuições em pesquisas acadêmicas, mas não consegue acender a luz do protagonismo de sua própria história.

A viabilidade é irrefutável, dado seu valor arquitetônico e arqueológico na perspectiva do restauro e da arqueologia urbana. Quando foi desenvolvida a pesquisa de campo nas cidades medievais da Alsácia, na tentativa de uma maior proximidade da realidade de São Cristóvão no âmbito de tamanho geográfico, de serem cidades que passaram por diversas batalhas e foram destruídas, por apresentar cultura material disponível para pesquisas, e outra característica semelhante questionou-se por que umas cidades com características tão semelhantes conseguem se reerguer e reconstruir sua história e outras não? Acredito que não se trata apenas de políticas de governos em países separados entre desenvolvido e subdesenvolvido, porque poderíamos ter escolhido cenários bem próximos como é o caso, extremo, mas palpável, de Dona Sônia da Comunidade do Rio do Sal. O fato analisado foi mais além, permeia no campo de apropriação cultural, porque problemas as cidades alsacianas também possuem, canais poluídos a céu aberto, centralização de renda e outros, mas é uma questão de apropriação do patrimônio construído, ou reconstruído.

São Cristóvão apresenta um diagnóstico mais carente de atenção, pois advém de um histórico de lutas e perdas, essas são perceptíveis até hoje. Inúmeros são os questionamentos do porquê a cidade não consegue atingir parâmetros de desenvolvimento em se tratando de cidade histórica? Voltamos à mesma questão, é preciso pertencimento. Neste município sempre me vem o questionamento de que a comunidade pode preferir viver daquela forma, mas durante os encontros realizados pelo grupo de pesquisa Arqueologia do Mundo Atlântico,

no laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade, constatamos que a comunidade busca uma melhoria de vida, mas acostumou com o que lhe é ofertado. Como parte das atividades de tese, foram realizadas três oficinas com os alunos de cursos de capacitação ofertados pelo Sebrae/SE em parceria com o PRODETUR, com temas sobre “Arqueologia, Turismo e Patrimônio”, observou-se que o público, moradores da cidade, possuíam interesse em ver a cidade que moram ganhar mais vida. Essas possibilitaram tecer críticas de que é preciso falar mais sobre arqueologia, sobre turismo de forma contínua e atuante, seja em projetos escolares seja em eventos culturais, para que essas pessoas se sintam parte integrante deste cenário.

A tese também sugere ao Iphan, que possui escritório na cidade num dos sobrados escavados, que abra as portas da exposição arqueológica com a comunidade, pois hoje a visão do órgão é de agente fiscalizador, mas o sobrado tem uma das narrativas mais interessantes do acervo arqueológico do conjunto arquitetônico. Durante pesquisa de campo não pude adentrar ao espaço da exposição arqueológica, um acervo que deveria ser público, mas que, conforme informado, só poderia haver o acesso mediante autorização prévia.

A pesquisadora Mônica Liberato apresentou como resultado de sua dissertação um plano de desenvolvimento turístico com dados consistentes e interessantes para desenvolvimento local, mas não insere a vertente arqueológica no segmento do turismo cultural. A pesquisa é um instrumento muito importante para a cidade, mas precisamos ampliar o leque de possibilidades do destino, principalmente quando este é uma cidade histórica. Mas não é demérito do estudo, mas escassez de pesquisa arqueológica de cunho científico que demonstre a riqueza em seu acervo arqueológico que nos contam sobre a cidade e sua ocupação.

Mesmo se tratando de contextos diferentes, um sítio pré-colonial e outro sítio histórico com abordagens distintas, é necessário que os poderes público e privado passem a dialogar, assim como o órgão fiscalizador em reconhecer a vocação de cada cidade e reconhecer na arqueologia um viés patente para contar a história e contribuir para melhorias na vida da comunidade, é através do passado que se constrói o futuro.

No campo arqueológico, essa perda é mais visível, pois a cidade não apresenta documentação mais precisa e organizada das escavações realização e parte dessa coleta material encontrasse armazenada, sem um contexto definido, arriscado de se perder ao longo do tempo, e com ele parte das perguntas e lacunas que a cidade possui. Como a respeito dos povos indígenas que viveram nas primeiras construções, como e em quais circunstâncias as edificações foram erguidas? Como era o modo de vida cotidiana de grupos antigos? São

poucas das tantas perguntas que iriam contribuir em conhecer melhor essa baixa estima da população.

Contudo deixá-la de fora seria desistir dela e de sua história, e essa não foi o foco desta tese, que envolveu a proposta do conceito de sustentabilidade e seu aproveitamento natural e cultural. Pensando nessa esfera, utilizou-se o sítio arqueológico histórico mais representativo e que possa trazer respostas e experiências a outros sítios, a Praça São Francisco, eleita Patrimônio da Humanidade, em uma candidatura repleta de indagações, que não compete neste momento diferir sobre essa problemática, mas entender que essa compreende um conjunto arquitetônico tombado como bem arqueológico.

A pesquisa defendeu o potencial arqueológico e turístico em discutir cultura, identidade, patrimônio, consumo responsável, e sustentabilidade, por compreender a necessidade de desenvolver modelos com enfoque na autenticidade local, sem muitas interferências no campo da logística e infraestrutura, mas em buscar nesses conceitos e assuntos abordados a possibilidade real de promover destinos com os serviços e equipamentos que eles dispõem, engendrado na construção de caminhos viáveis e que possibilita gerar renda e mitigar impactos ambientais. Para mitigar impactos a tese apresentou um quadro de mitigação de impactos para o desenvolvimento dessa prática em Canindé de São Francisco e São Cristóvão.

O plano interpretativo apresentado buscou exibir e descrever passos para elaboração de um roteiro que permitisse a compreensão deste, baseado em informações que vão se revelando para os visitantes e turistas a interpretação dos bens patrimoniais arqueológicos, sendo possível de ser colocada em prática para todo o público.

A inserção da educação patrimonial e ambiental como premissa dos projetos arqueológicos e turísticos, pois grande parte da análise realizada pelos autores Liberato e Vieira (2018) apresentam aspectos que descrevem a falta de compreensão que a comunidade possui acerca de seus bens culturais, consequentemente arqueológicos e turísticos, deve haver uma sensibilização maior.

O plano só foi possível através dos encontros e o contato com a comunidade, o fato de ser docente do turismo facilitou a compreensão acerca dos entraves apresentados por cada um desses municípios, e desses já terem sido pesquisados sob outros olhares por discentes e colegas de profissão. Então, o contato com a comunidade estimulou a troca de conhecimento. Após esse reconhecimento foi possível estabelecer quais abordagens cabiam em cada cenário. Para Canindé de São Francisco buscou-se em seus bens patrimoniais o estudo da arqueologia pré-colonial e pública, dado o acervo dos registros de pinturas e gravuras rupestres, da

necessidade de compreender as demandas já pleiteadas e na proposta simultânea ao outro cenário de revitalizar e promover o ambiente com mais responsabilidade e coerência. Para São Cristóvão buscou-se na arqueologia histórica visto os trabalhos da arqueologia de contrato já desenvolvidos na cidade, assim como a análise da abordagem da arqueologia urbana possibilitando compreender melhor as construções históricas do sítio Praça São Francisco. Percebeu-se que pouco se sabe sobre a origem daquelas construções e a quem pertenciam, mesmo com relatos e documentos que sugerem indícios, ainda sim requer uma melhor compreensão. É preciso para que este plano entre em vigor parceria com os diversos setores comerciais e públicos, com inserção da temática em oficinas, projetos escolares e eventos culturais.

A interpretação permitiu conhecer para poder incluir ferramentas que ajudem na conservação desse patrimônio. Para tal, deve-se contemplar objetivos bem esclarecidos e, neste ponto, o objetivo em propor um plano de interpretação foi de promover o diálogo entre arqueologia e turismo e fazer com que os atrativos, que até então eram somente turísticos se tornassem de fato e de direito arqueológicos, contrapondo a lógica de produto de consumo e mercantilização. E este foi alcançado, pois conseguimos atingir diversas dimensões, ampliamos o diálogo com o poder público que nos convidou para projetos futuros para esses municípios, com a comunidade acerca de conhecimento sobre arqueologia e turismo e com visitantes e consultores que já consideram a possibilidade de desenvolver atividades relacionadas a essa modalidade.

Em nenhum momento desta tese houve intenção, assim como do plano interpretativo, de passar a proposta como verdade absoluta, como em observações anteriores se trata de destinos que estão se descobrindo em uma nova possibilidade, fora do tradicional que a partir deste assunto já abre diálogos e pesquisas para o possível perfil desses roteiros, os impactos (negativos e positivos) dessa proposta, inserção de outros equipamentos e serviços de apoio, outros meios de interpretação. A justificativa de inserir o plano nesse contexto, é que parte das pesquisas arqueológicas se encontra desarticuladas, o que dificultou a leitura e elaboração do plano interpretativo, que não contempla placas de sinalização por se tratar de monumentos com gestão própria, mas sugere uma melhor abordagem dessas sinalizações uma vez que não está claro por que a praça se trata de um sítio arqueológico, até por gestores locais. Constatou-se que a proximidade dos monumentos facilita a leitura e interpretação dessas pesquisas, e há uma diversificação de oferta cultural, que se implantado o plano interpretativo contribuiria para um legado arqueológico e turístico para cidade.

A tese destacou a diversidade que oportunidade que se abre com este estudo, uma pluralidade de ações que caminha para uma democratização da prática turística e arqueológica.

Em aspectos gerais, os cenários apresentados possuem monumentalidade para serem viabilizados para o turismo arqueológico, desde que realizados nos parâmetros sustentáveis e avessos a mercantilização do patrimônio. E qual seria então o limite apropriado para essa proposta como fator de desenvolvimento? Como conter a massificação na utilização dos bens arqueológicos? A resposta parece simples, e é: se apropriando do bem patrimonial como objeto de valorização por parte da sociedade. Como parte da última etapa desenvolvida e uma forma de contribuição efetiva se sugeriu dois roteiros com nomes destacados e com elementos característicos da região.

Essa proposta almejou a criação de uma oferta turística compatível com a realidade local, sem grandes obras, que favoreçam a descoberta e interpretação em uma linguagem universal. A autenticidade tem sido vista no mundo todo como um dos indicadores de fugas de turistas para cidades mais dinâmicas, mais inteligentes e mais criativas. Os atrativos precisam ser rentáveis e distribuídos de forma justa, que ofereça a população margens razoável para seu sustento.

Sob a égide da contemporaneidade, a nova sociedade procura exprimir que o importante é qualidade, não quantidade. A autenticidade é ser vista como natural (commodities), original (produtos), excepcional (serviços), referencial (experiências) ou influente (transformações). Cada uma delas possuindo suas características, exigências, postulados e quadros resumidos para melhor entendimento.

O Roteiro Canindé de São Francisco: Complexo Arqueológico do Velho Chico emerge no arqueoturismo com a seguinte análise:

- Pontos fortes/Oportunidade - prognóstico com olhar para o futuro pautado em um cenário positivo em desenvolvimento com elemento cultural forte, características geográficas singulares como a caatinga, acervo arqueológico, acessibilidade, geração de renda, investimentos, captação de recursos, ampliação das ferramentas de conservação e preservação ambiental e patrimonial e um veículo de diálogo com a comunidade local.
- Pontos Fracos/Ameaças – Comunidade desmotivada, falta da participação de órgãos e entidades representantes, mercantilização e consumo irresponsável, descaracterização cultural e ambiental, acúmulo de resíduos sólidos e aumento de depredação do patrimônio, crise política e insegurança.

Incluído no plano interpretativo, a tese apresenta o mapa ilustrativo como instrumento dessa interpretação e compreensão do patrimônio.

O Roteiro Nas Trilhas do Passado: São Cristóvão Arqueológica, buscou a identificação da cidade histórica com cultura material local, com a seguinte análise:

- Pontos fortes/Oportunidade - prognóstico com olhar para o futuro pautado em um cenário positivo em desenvolvimento com elemento cultural forte, acervo arqueológico e arquitetônico, interesse da gestão atual em melhorias para o município, acessibilidade, escritório técnico do Iphan, geração de renda, investimentos, captação de recursos, ampliação das ferramentas de conservação e preservação ambiental e patrimonial e um veículo de diálogo com a comunidade local.
- Pontos Fracos/Ameaças – Comunidade desmotivada, falta da participação de órgãos e entidades representantes, proximidade com a capital, mercantilização e consumo irresponsável, descaracterização cultural e ambiental, acúmulo de resíduos sólidos e aumento de depredação do patrimônio, crise política e insegurança.

A priori a construção de roteiros era o objetivo principal desta tese, mas observou-se que não poderíamos propor algo sem um estudo prévio e o contando com a comunidade, para tal optou-se em sugerir roteiros não implantar.

O roteiro enquanto uma ferramenta flexível propõe que seja vinculada a prática do turismo arqueológico, podendo incluir outros elementos se tiver aderência com a temática conforme sugere a metodologia de roteirização turística elaborada pelo ministério do turismo.

Entendem-se as limitações do município, mas conforme foi proposto e testado, é perfeitamente viável de ser colocado em prática, atende os requisitos de capacidade de carga local e de capacidade de recepção de público, com oferta de equipamentos de hospedagem, transporte, guias de turismo e alimentação. No entanto, é importante frisar que é preciso haver a ampliação do diálogo com todos os atores locais, o que considero o grande desafio, uma vez que o turismo vem sempre acompanhado dos índices de competitividade que elencam que a atividade só se desenvolve com em grandes construções e serviços e que geralmente limita a condição de investimento de pequenos empresários. Essa é uma crítica profissional acerca de como o turismo se apropria dos espaços sem um diálogo com a comunidade, cresce e se distancia da sua proposta humana e intencional, que é promover experiências autênticas e genuínas.

A tese espera contribuir para o fortalecimento desses dois municípios, que esses saiam da condição de contemplação e passem à condição de cenários construídos e efetivados pelo viés da sustentabilidade. O turismo arqueológico, implantado de forma inclusiva, tem como conceito propiciar um momento único e marcante para a vida de quem a visita.

Por consequente podemos afirmar que este estudo contribuiu para o amadurecimento do diálogo entre arqueologia e turismo, em proposta de vivenciar, não explorar, promover projetos na dicotomia entre a imaginação, história e auto percepção do patrimônio arqueológico sob o crivo turístico. Trazer o desconhecido para o conhecimento de todos.

Esse é o mote para o desenvolvimento com equidade, responsabilidade ambiental e viabilidade financeira. Todos devem entender que fazem parte deste ambiente complexo de relações, e que é preciso gerir o patrimônio com uma gestão compartilhada, que o bem não tem dono, tem pesquisador que desenvolva novas práticas sociais de gestão para os bens arqueológicos como gerador de conhecimento e do saber fazer. Destarte este é um estudo sem um final, mas com o começo de uma relação que pode estabelecer diretrizes de gestão dos bens patrimoniais de forma sustentável e acessível a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAKER, D. A. Administração estratégica de mercado. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ABADIA, B. Arqueologia Publica e Turismo: Possibilidades para desenvolvimento do Arqueoturismo em Laranjeiras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2013.
- AB’SÁBER, A. N. O Homem dos Terrenos de Xingó. Caderno de Arqueologia de Xingó. Universidade Federal de Sergipe. Documento 6, Projeto Arqueológico de Xingó, Sergipe, 1997.
- AFFONSO, L.P., EMBRATUR – Formadora de Imagens da Nação Brasileira, 2006 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- AFFONSO, L.P., Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.
- ALBAGLI, Sarita, MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo local. Proposição de políticas para promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas, 2002.
- ALENCAR, Aglaê d’Ávila Fontes de. São Cristóvão: Aspectos Culturais. In: GOVERNO DE SERGIPE. Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 123-139.
- ALMEIDA, F. KLOKLER, D. Relatório das Atividades de campo no Complexo de Sítios Vale dos Mestres. 1º Relatório IPHAN do Projeto: Do Sertão para o Mar: A Fluidez de Pessoas, Ideias e Estilos Tecnológicos na História das Populações Ceramistas do Baixo São Francisco I e II (AL-SE). Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- AMANCIO, Suely. Arte Rupestre de Xingó. Cadernos de Arqueologia, Projeto Arqueológico Xingó- Universidade Federal de Sergipe/CHESF/PETROBRÁS, 1997.
- AMANCIO, Suely. Análise Preliminar da Arte Rupestre. In.: Salvamento Arqueológico de Xingó-Relatório Final. Aracaju: UFS, 1998.
- ARAGÃO, I. Praça São Francisco em São Cristóvão-Sergipe-Brasil: locus sociocultural e patrimônio da humanidade. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 2 – 2011
- AZEVEDO, Denio S. ANDRADE, Polyana B. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe. Revista Rosa dos Ventos, Caxias do Sul, 6(2) 180-196, abr-jun, 2014.
- AZEVEDO NETTO, C. A natureza da informação da arte rupestre: a proximidade de dois campos. Informare, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 55-62, 1998.
- AZEVEDO NETTO, C. Preservação do patrimônio arqueológico reflexões através do registro e transferência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.

BAHL, Miguel. Viagens e roteiros turísticos. Curitiba: Prottexto, 2004.

BAHL, Miguel. Planejamento Turístico por meio da Elaboração de Roteiros. In: Ruschamnn, D. M.; Solha, K. T. (org.). Planejamento Turístico. Barueri: Manole: 2006. P. 298.

BALANZÁ, Isabel Milio; NADAL, Mônica Cabo. Marketing e comercialização de produtos turísticos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP. Papirus, 1995.

BARRETO, M. V. Abordando o passado: uma introdução a Arqueologia. Belém: Pakatatu. 2010.

BARTHOLO, Roberto. SANSOLO, D.G., BURSZTYN, Ivan (orgs). Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora letra e Imagem, 2009.

BARTHES, Roland. Mitologias. 4. ed. São Paulo: Difel, 1980.

BASTOS, R.L. Patrimônio, Arqueologia, Preservação e Representações Sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2002.

BASTOS, Rossano Lopes. Patrimônio cultural arqueológico: instrumento de desenvolvimento turístico. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Cadernos do LEPAARQ: textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio, Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v. 2, n. 3, 2005.

BATE, Luís F. Cultura, classes y cuestión etnico-nacional. México: Juan Pablos Editora, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Para Consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

_____ Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998

_____ Análise Estrutural do Turismo. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BEZERRA, M. As Cores do Passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. Amazônica, 6 (2): 418 - 441, 2014.

BIGNAMI, Rosana. A imagem do Brasil no Turismo: construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.

BADARÓ, Rui A. Direito do Turismo: História e legislação no Brasil e no Exterior. São Paulo: Senac, 2003.

BALZÁN, H. La Interpretación del Patrimonio como estrategia para la educación y socialización del patrimonio en el medio rural. Monográfico, nº 9 págs. 21-40. Interpretación del patrimonio para la educación y socialización. 2014.

BLANCO, J. R. De Varia Restauratione: teoría y historia de la restauración arquitectónica. Madrid: Abada. 2008.

BONANO, A. 2004. La gestión sostenible de los parques arqueológicos em destinos turísticos del Mediterráneo: el caso de Malta. In: III Jornada sobre turismo e gestão do Patrimônio Arqueológico. Barcelona: Fundación Abertis. Disponível em: <www.fundacioabertis.org>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL, Ministério do Turismo. Regulamento Operacional. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao169_turismo/downloads_regionalizacao/Regulamento_Operacional.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2010.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê, 2004.

BRITO, P. ARQUITETURA E URBANISMO DO PERÍODO COLONIAL NA CIDADE DE PEDRO II (PI). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2015.

BROSE, Markus. Introdução à Moderação e ao Método ZOPP. Recife: GTZ, 1993.

BRUNDTLAND, G. Our Common Future: From One Earth to One World. Nova York: Oxford University Press, 1987.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia, nº10. Lisboa: Edições Universitárias. 1997

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 31. Brasília: IPHAN/MinC, 2005.p.235-247.

BUCO, Elizabete. Turismo Arqueológico Região do Parque Nacional da Serra da Capivara/Archaeological Tourism Serra da Capivara National Park Region. 2. ed. s. l.: FUMDHAM, 2013.

BULLON, R. Planejamento do Espaço Turístico. 3ª Ed. São Paulo-SP, Edusc. 2002.

CALDARELLI, S. B. SANTOS, M.C. Arqueologia de Contrato no Brasil. Revista USP, São Paulo, n 44, 1999.

CAMARGO, Patrícia; CRUZ, Gustavo (Org.). Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

CAMELLO, Maurílio. S. Tomás, de Aquino: De Magistro: sobre o mestre (questões disputadas sobre a verdade, XI). São Paulo: Centro Universitário Salesiano, 2000.

CAMPOS, A. C.; CALLEFI, P.; SOUZA, J. B. L. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005.

CÂNDIDO, M. WICHES.C. Reflexões sobre Museus, Turismo e o Compromisso Público da Arqueologia. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, Número Especial, p. 103-119, out. 2015

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994

CAPEL, H. El Patrimonio: La Construcción Del pasado y Del futuro. El Serbal, 2014.

CARR, N. WALKER, C. Tourism and archaeology: sustainable meeting grounds/[edited by]. ISBN 978-1-61132-748-9. EBook, 2013.

CARTER, James. A sense of place – on interpretive planning Handbook. 2ed. Rev. (formato eletrônico). England: Scottish Network. Disponível em www.scotinterpnet.org.uk. 2001.

CARVALHO, Fernando Lins de. A pré-história sergipana. São Cristovão: UFS, 2003.

CASTAÑO, A.M.M. A divulgação do patrimônio arqueológico em Castilha y Leon (Espanha): O desafio dos espaços divulgativos. Revista de Arqueologia Pública, São Paulo, n.1, p. 7-18. 2006.

CASTELLS, M. Fim de milênio. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Em: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: EDUNESP, 2001.

CLASSEN, Constance. “Foundations for an anthropology of the senses”. UNESCO. Malden: Blackwell Publishers. 1997.

CLUZEAU, C. Le Tourisme Culturel: Dynamique et prospective d’une passion durable. (1ª ed.). Bruxelas: de Boeck. 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CURY, Isabelle. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2004. 3.ed., rev. e aum. p. 13.

CUTY, Jennifer. Memória e contemplação no universo de Mario Quintana: Deslocamento por espaços e tempos ampliados pelo imaginário poético. Revista História e estudos Culturais. Vol. 4, Ano IV, n 4. 2007.

DANN, G. "Theoretical issues for tourism future development", In Pearce, D. e Butler, R. (eds.) *Contemporary Issues in Tourism Development*. Londres: Routledge, Londres, pp.13-30. 1999.

DAMME, S. Les sciences humaines à l'épreuve de la ville: les enjeux d'une archéologie des savoirs urbains (XVIIe-XXe siècles), in *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 12, 3-15. 2005.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 2004.

DIETLER, M. & HERBICH, I. 'Habitus, techniques, style: an integrate approach to the social understanding of material cultures and boundaries.' In: Stark, M. (ed.) *The archaeology of social boundaries*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1998. p. 232-263.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, A. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

DROGUETT, Juan. DORTA, Lurdes; *Mídia, Imagens do Turismo: desenvolvimento teórico para as áreas de comunicação e turismo*. São Paulo: Texto novo. 2004.

DWYER, L.; Kim, C. Destination Competitiveness: Determinants and Indicators. *Current Issues in Tourism*, v.6, p. 369-414, 2003.

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO (EMSETUR). *Plano de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe*. 2010, Aracaju: SEDETEC-EMSETUR, 2010.

ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na Pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal. 2007. 312p.

FACCIO, Neide B, BACO, Hiuri Marcel, ROCHA, Juliana Rocha L. Artigo DAS RAÍZES DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA A ARQUEOLOGIA PROCESSUAL: UM ESBOÇO GERAL. *TÓPOS*. V.3, N° 1, p. 206 - 233, 2009

FAGUNDES, M. *Entendendo a dinâmica cultural em Xingó na perspectiva inter sítios: indústrias líticas e os lugares persistentes no baixo do São Francisco*. Arqueologia Iberoamericana. Nordeste do Brasil. 2010.

FAZENDA, I. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1999.

FEATHERSTONE, MIKE; SIMÕES, Julio Assis (Trad.). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995, capítulos I e II.

FERREIRA, M. L. Patrimônio: Discutindo Alguns Conceitos. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 10, núm. 3, 2006, pp. 79-88.

FERREIRA, T; OLIVEIRA, V. et all. Monumentos Restaurados e Histórias em Ruínas: As intervenções arqueológicas no sobrado do Iphan em São Cristóvão/SE. Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. No prelo

FERREIRA, Jenilton; MARTINELLI, Suely. O Programa Monumenta e a problemática da aplicação da arqueologia na restauração dos monumentos históricos brasileiros. UFPE. V26N1-2011.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe. Gestão do patrimônio Arqueológico para o Turismo – análise dos sítios de arte rupestre de Monte Alegre e Serra das Andorinhas, Fumdhamentos, 2010.

FRIDMAN, L. C. Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional”. In: Bomeny, H. (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUMDHAM. Plano de Manejo PARNA Serra da Capivara. 2013 (Texto adquirido e copiado).

FUNARI, Pedro P. South American historical archaeology. Historical Archaeology in Latin America, 3:1-14. 1994

FUNARI, Pedro Paulo. Antigüidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

_____ Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ Arqueologia. São Paulo: Ática, 2006.

_____ Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. Cienc. Cult. São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, Junho 2013.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. “Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão”. In FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. (Org.) Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades. Primeira Versão, IFCH/Unicamp, 2011.

GASPAR, Maria Dulce. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 13: 269-301, 2003.

_____. A arte rupestre no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 84 p. il. (Descobrimos o Brasil). 2003.

GASTAL, S. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: Castrogiovanni, A.C. (org.). Turismo Urbano. 2ª Edição. São Paulo, Contexto. 2001.

GASTAL, Susana (org.). Turismo: investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 A, vol. A, p. 26-44.

GUIMARÃES, A. M. Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Amazonas. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, C. M. Sugestões para uma política (urgente e de longo prazo) a ser adotada para o patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. In Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. Belo Horizonte, IEPHA. (Texto impresso). 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno (coord.). Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada Ouro Preto/ MG. Laboratório de Arqueologia FAFICH, 2004. Disponível em: www.fiocruz.br/morrodaqueimada. Acesso em: 23 out 2015.

GODET, M. DURANCE, P. DIAS, Julio. A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios. IEESF: Lisboa, 2008.

GOMÉZ, M. LOPEZ, P. VERA, J. Análisis territorial del turismo. Ariel, Barcelona. 1997.

GONZALEZ, Juan J M. BLANCO, Javier R. Teoría e historia de la intervencion en monumentos españoles hasta el romanticismo. Valladolid, 1989.

GONZÁLEZ, E. R. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez. /fev. 1999.

GRACIA, Francisco de. Construir en lo construido. Madrid, Nerea, 1992

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social. Revista de Ciências da Educação, Americana, n. 19, p. 121-140, 2. sem. 2008.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e o “resgate” da cultura pataxó. In: Turismo e identidade local: uma visão antropológica. São Paulo: Papirus, 2001.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, C. M.; MCARTHUR. Integrated Site Management. London: The Stationery Office, 1998.

HAM, S. ¿Puede la Interpretación marcar una diferencia? Respuestas a cuatro preguntas de psicología cognitiva y del comportamiento, en *Boletín de Interpretación*, 17, 2007.

HARRÉ, Ron. Material objects in social worlds. *Theory, Culture & Society*, v. 19, p. 23-33, 2002.

HARTOG, F. O tempo desorientado – tempo e história: como escrever a história da França? Anos 90. Porto Alegre, n.7, p. 07-14, jul. 1997.

HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, 2010, v.10, n.4, p. 1173-1202. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2015.

HERITAGE LOTTERY FUND. Thinking about interpretation. 2009.

HISSA, C. E. V. (2002). A Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG. 316p.

HODDER, I. Introduction: A Review of Contemporary Theoretical Debates in Archaeology. In: HODDER, I. (Ed.). *Archaeological Theory Today*. Polity/ Blackwell, Cambridge/ Oxford. 2000.

HOLTORF, Cornelius. *Archaeology is a brand*. Oxford: Archaeopresse, 2007.

HOLLING, C. S. Understanding the Complexity of Economics. *Ecological and Social Systems*. *Ecosystems*, v. 4, n. 5, p. 290-405, ago. 200.

HORBACH, J. Indicator systems for sustainable innovation. *Physica-Verlag*, 1ª Ed., 213 p. 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; Grunberg, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUGHES, Karen, LITTLE, Barbara J and BALLANTYNE. Roy. Integrating Education and Entertainment in Archaeological Tourism: Complementary Concepts or Opposite Ends of the Spectrum. In: Carr, N. Walker, C. *Tourism and archaeology: sustainable meeting grounds/ [edited by]*. ISBN 978-1-61132-748-9. EBook, 2013. Pg.66

JAFARI, J. The Tourism System: A theoretical approach to the study of tourism, Tese Doctoral em Filosofia, Universidade do Minnesota. 236 p. 1985.

JARVILUOMA, H. Lesconil, my home—Memories of listening, 2009.

JOHNSON, M. Teoría Arqueológica: Una Introducción. Barcelona: Ariel, 2000.

JONES, Andrew. *Memory and material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JUSTAMAND, M, MARTINELLI, S. OLIVEIRA, G. SILVA, S. A Arte Rupestre em Perspectiva Histórica: Uma História Escrita nas Rochas. *Revista de Arqueologia Pública*, SP v.11 n.1 p.130. julho / 2017 ISSN 2237-8294.

JUPIASSU, H. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KERBER, J. E. 'Introduction' In: J.E. KERBER (ed.) Cultural resource management. Archaeological research, preservation planning, and public education in the northeastern United States. Westport, Bergin & Carvey. 1994.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2009.

KOCH J. « Landisperch castrum sculteti columbarium: le noyau originel du château du Hohlandsbourg », Châteaux forts d'Alsace, 16, pp. 5-20. 2016.

_____ « Archéologie de la ville et du château de Kaysersberg au temps de Frédéric II: état de la question ». Châteaux forts d'Alsace, n° 13, Saverne: SHASE, CRAMS, p. 57-66. 2013

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro, ZAHAR, ED. 2001.

LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: Lucia Mathilde Endlich Orth. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

LE GOFF, Jacques. Introduction des Entretiens du patrimoine IN: LE GOFF, Jacques (sous la présidence de). Patrimoine et passions identitaires. Paris: Fayard, 1998.

LE MOS, F. MARTINS, M. A Arqueologia Urbana em Portugal. Pénélope, 1992.

LIBERATO, M. M.; VIEIRA, L.V. L.; MORAES, L. B. B. Circuito Cultural em São Cristóvão/SE – A 4ª. Cidade mais Antiga do Brasil. IX SEMINTUR, novembro, 2017

LIBERATO, M. M. VIEIRA, L.V.L. A Análise SWOT Escalonada como Ferramenta no Planejamento Turístico: Um Estudo de Caso em São Cristóvão/SE. 9º International Symposium on Technological Innovation. Vol. 8, n.1, 2018

LIMA, T. A. org. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do IPHAN. Rio de Janeiro; IPHAN, n. 33, 2007.

LITTLE, Barbara. Public benefits of Public Archaeology. In: SKEATS, Robin (Org.). The Oxford Handbook of Public Archaeology. Oxford UK: Oxford University Press, 2012.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999.

LOCKS, Eliza B.D. Prestação de serviços personalizados. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOPES, J. Andante, Andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. In: Leite, R. Cultura e Vida Urbana –Ensaio sobre a Cidade. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe. 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, p. 95-105, 2005.

LUMBRERAS, Luís. La arqueología como ciencia social. Lima: Ediciones Histar, 1981

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. In. Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004, pp.31-44.

MACHADO, N. T. G.; LOPES, S. N.; GHENO, D. A. Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul. In: O Vale do Taquari - Rio Grande do Sul. História, v. 28, n. 1, p. 575-588, 2009.

MANZATO, F. Turismo Arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, Universidade de Caxias do Sul. 2005.

MANZATO, F. Turismo arqueológico: Diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. PASOS. São Paulo, v.5, n.1, p. 99-109, 2007.

_____. Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2013.

MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1997. 450 p. il.

MARTÍN, Marcelo. Reflexiones críticas sobre Patrimonio, Turismo y Desarrollo Sostenible II Boletín de Interpretación. Asociación para La Interpretación Del Patrimonio. España. N6. Jun.2002.

MARTINELLI, S. Análise dos Grafismos rupestres da Fazenda Mundo Novo no Núcleo do Campus de Laranjeiras/UFS/SE. Relatório Final. 2012.

MATURANA, H.; VARELA, I. El árbol del conocimiento. Santiago, Chile: Editorial Universitaria, 1995.

MAUSS, Marcel. Civilizações: elementos e formas. In: CARDOSO, Roberto (Org.). Mauss. São Paulo: Ática, 1979. p. 181-195.

MENDONÇA, E. A Musealização do Patrimônio Arqueológico em Sergipe: Um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciencia da Informação – XIII ENANCIB, Rio de Janeiro 2012.

MCGUIRE, R. “Archaeology as political action. Class Confrontations in Archaeology”, Historical Archaeology 33, n. 1, 1999.

MCINTOSH, Robert e GUPTA, Shashikant. Turismo: planeación, administración y perspectivas. México: Limusa, 1993.

MELLO E ALVIM, M. C. Os antigos habitantes da área arqueológica de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil – estudo morfológico. Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte, UFMG, nº 2, p. 119-173, 1977.

MELLO, J. C.; CERQUEIRA, R. S. R. Do passado ao monumento: proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Náufragos - SE. Revista Mnemosine, vol.2, nº1, 2011, p. 75-86. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSIN-E-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

MERRIMAN, N. “Introduction – diversity and dissonance in public archaeology”. Public Archaeology. Nick Merriman (org.): Londres. Routledge, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Revista Brasil, país plural. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. SEGMENTAÇÃO DO TURISMO E O MERCADO. 1ª Edição. Brasília, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sergio. Pós-Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

MONGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: Edusc, 2004. p.85-118.

MORALES, G.L. Patrimônio Cultural y Turismo. In: Portal Iberoamericano de Gestión Cultural. 2005. Disponível em: < www.gestioncultural.or >. Acesso em junho de 2015.

MORIN. E. A religação dos saberes. O desafio do século XXI, SP. Bertrand Brasil, 2000.

MORSE, J.M. Designing funded qualitative research. In: Denzin, N.K. & Lincoln, Y. (eds.): Handbook of Qualitative research. Thousand Oak, C.A.: Sarge. 1994.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado – um guia. Minas Gerais, Edição Sebrae. 2001.

MURTA, S. M., & Albano, C. (2002). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Território Brasilis. 2002.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, Território Brasilis, 2005.

MURTA, Stela Maris & GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio: um quadro conceitual. In: Murta, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, Território Brasília, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História, nº 10, São Paulo: PUC, p. 7-28. 1993.

NUNES, Maria Thetis. Sergipe Colonial I. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, 350 p. N.

OLIVEIRA, A. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. 3ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

OLSEN, W. Triangulation in Social Research: Qualitative and Quantitative Methods Can Really Be Mixed. Developments in Sociology, ed. M. Holborn, Ormskirk: Causeway Press, 2004.

OMT. Turismo Internacional: uma perspectiva global. 2º ed. São Paulo, Bookman. 2003.

.O'NEILL, M. Archaeology and the grand tour: photography and Victorian Tourism. Worcester Society of Archaeological Institute of America. Disponível em: <http://www.webpages.charter.net>. Acesso em: 03 jun. 2014.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia, patrimônio e gestão do território. Erechim: Habilis, 2007.

ORTIGOZA, S. A. G. Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 235 p.

PALLESTRINI, Luciana e MORAIS, José. Arqueologia Pré-Histórica Brasileira. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. Fundo de Pesquisa. São Paulo, 1982.

PALLASMAA, Juhani. "Space, Place, Memory and Imagination – The Temporal Dimension of Existential Space. ". Helsinki 2007.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

_____. Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETO, Alexandre e ANSARAH, Marília. Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, Produtos e perspectivas. Barueri, Manole: São Paulo, 2009.

PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. Turismo da experiência. São Paulo: SENAC, 2010.

PARDI, Maria Lúcia Franco. Gestão do patrimônio arqueológico: documentação e política de preservação. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, 2002.

_____. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação, Brasília: IPHAN, n. 33, p. 305-337, 2007.

PÉREZ, J. Gil. *Gestión Del Patrimonio Arqueológico*. Ed Ariel, Barcelona, 2006

PESSIS, Anne-Marie. *Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Nordeste do Brasil*. CLIO - Série Arqueológica, Recife, v. 1 n. 8, p. 35-2, 1992.

_____. *Imagens da Pré-História*. Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/PETROBRÁS, 2003.

PIKIRAYA, I. What Can Archaeology do for society in southern Africa? *Historical Archaeology*, v.43, n4, p. 125-127, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PDITS do Polo dos Coqueirais e do Polo Velho Chico, (2012).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SERGIPE - PDRS (2017).

PINE II, B. Joseph & GILMORE, James H. *The Experience Economy: Work Is Theatre e Every Business a Stage*. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

PIRES, F. M. *A Interpretação Patrimonial na relação entre o sujeito e o atrativo: Percepções dos turistas e dos moradores sobre a interpretação do Patrimônio Edificado em Tiradentes*. Belo Horizonte: UNA. 2006.

PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju: 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

PRIGOGINE, L. *O fim das certezas: tempo e caos e as leis da natureza*. São Paulo: Unesp, 1996.

PRIGOGINE, L. STENGERS, I. *La nouvelle alliance*. Paris: Gallimard, 1986.

PRIOSTI, O. M. *Ecomuseus e museus comunitários: processos de apropriação/ gestão patrimonial para o desenvolvimento local e para comunidades sustentáveis*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CASOS EXITOSOS: EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO DE SOCIEDADES SUSTENTABLES, 2. 2008. Boca del Rio, Veracruz, México, mayo 2008.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília. Ed. UNB, 1992.

PROUS, A. *Algumas considerações sobre as perspectivas da Arqueologia no Estado de Minas Gerais*. In: *Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, IEPHA, (texto impresso), 1999.

PUTNAM, Robert, D. *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”*. Rio de Janeiro, 2ª edição, Editora FGV, 2000.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA. 2018

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE. 2018

RAMBELLI, G. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil. *História* (São Paulo), vol.27, nº2, p. 49-74. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200004. Acesso em: 20 abr. 2017.

RENAN, Ernest. *Oeuvres complètes*. Paris: Calmann-Lévy Éditeurs, 1947.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. De quién es el pasado? La arqueologia y el público. In: RENFREW, Colin, BAHN, Paul. *Arqueologia, teoria, métodos y prácticas*. Madri: Akal, 1998. p. 487-508.

RIBEIRO, Berta G. *Coleções Museológicas: do estudo à exposição*. Ciências em Museus, Belém: Museu Emílio Goeldi v.4. 1992.

RIBEIRO, J. M. F. O método dos cenários de Michel Godet e a prospectiva estratégica. In J. M. F. Ribeiro (org.). *Prospectiva e cenários: uma breve introdução metodológica*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planejamento, 1997.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, Desvio e Danação. As minorias na Idade Média*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1990.

RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. O estudo da interação cultural em Arqueologia. *Revista do MAE*. São Paulo, USP, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul, Suplemento 3, 1999.

ROCHA, E. P. G. *O que é etnocentrismo?* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROSA, R. S. RAMBELLI, G. *Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2015.

RUIZ, J. A. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 1976. 168 p.

RUSCHMANN, D. 2001. *Marketing Turístico; um enfoque promocional*. São Paulo, Papirus.1991.

SAARINEN, Jarkko. Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), pp.1121-1140. 2006.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. Coleção Primeiros Passos. 1. ed. São Paulo, Brasiliense. 1983.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir. Terra dos Homens*. 1. ed. São Paulo: Editora Vértice, 1986, 207p.

_____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

_____. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACKETT, L. Style and ethnicity in archaeology: the core for isochrestism. In: M.W. Conkey, & C. HASTORF (Eds). The uses of style in archeology. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 32-43, 1990.

SÁNCHEZ, J. A. Arqueología para todos los públicos – Hacia una definición de la Arqueología Pública «A la Española». ArqueoWeb, n. 13, pp. 87-107, 2011.

SANTOS, H. MENDONÇA, E. Documentar e Musealizar: Proposta para o Patrimônio Arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó. Scientia Plena. Vol. 8, n. 12, 2012.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, J. F. LA BÚSQUEDA DE BASES METODOLÓGICAS PARA LA INTERVENCIÓN ARQUEOLÓGICA EN LA RESTAURACIÓN ARQUITECTÓNICA – EL CASO BRASIL. TESIS DOCTORAL POR EL UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID, 2011.

_____. Arqueoturismo e arte rupestre no semiárido sergipano: uma análise sob viés da sustentabilidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Federal de Sergipe, 2007.

_____. Arqueoturismo no Semi-árido Sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 Vol. 7, Nº 2, São Paulo, (2007).

_____. Relatório Monumenta. 2010.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf Acesso em: 22/02/2014.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Turismo e Arqueologia. São Paulo: Aleph, 2005.

SCHMAUCH, Joseph. Archives : musées, monuments historiques. Quel avenir pour le patrimoine d'Alsace-Lorraine (1914-1919) ? 2014.

SCHMITT, Grégory Oswald. « Publications des sociétés d'histoire et d'archéologie d'Alsace (années 2005-2006) », *Revue d'Alsace*, 133 | 2007, 609-634.

SCHNITZLER, Bernadette. Société pour la conservation des monuments historiques d'Alsace », *Revue d'Alsace*, 135 | 2009.

SCHWARTZ, Peter. *The Art of long view: Planning for the future in an uncertain world*. New York: Doubleday, 1996.

SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. *Reconstructing archaeology: theory and practice* 2ª Ed. London - New York: Routledge, 1992.

SIBONY, Daniel. *Le patrimoine. Un lieu d'être autrement* IN: LE GOFF, Jacques (sous la présidence de). *Patrimoine et passions identitaires*. Paris: Fayard, 1998.

SILBERBERG, Ted. *Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites*. *Tourism management*, v. 16, nº 5, p. 361-365, aug. 1995.

SILVA, Andrea Costa Romão. *O Processo de Formação das Cidades Históricas: o Caso do Centro Histórico de São Cristóvão (SE)*. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - XI SHCU, 2010, Vitória. *Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Vitória, 2010.

SILVA, Laura Almeida Calasans e ANDRADE, José Roberto de Lima. *Prostituição e (des) construção de um destino turístico a orla de Atalaia, Aracaju (Se)*. Aracaju, 2012. Disponível em: Acesso em: 03 out. 2015.

SILVA, Maria Da Glória Lanci. *Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Glaydson José da. *O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antigüidade*. *História, Franca*, v. 26, n. 1, p. 98-118, 2007.

SILVA, Joab Almeida. *Turismo e organização do espaço no polo Costa dos Coqueirais*. São Cristóvão, 2011. 188 f.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do Patrimônio Cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SMITH, B.W. "Rock art tourism in Southern Africa: problems, possibilities and poverty relief", in Agnew, N. and Bridgland, J. 2006.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, André Luís R. (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

SOLÁ, M. C. *Arte rupestre: Imagens da Pré-história*. In: *História Pré-Colonial do Brasil*. Ivan Alves Filho (coord.). Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 2000.

SOLBES, J. e VILCHES, A. (1989). *Interacciones CTS: un instrumento de cambio actitudinal*. *Enseñanza de las Ciencias*, 7 (1), 14-20. Ed. 1997.

SOUSA, Ana Cristina de. *Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais*. *Habitus*, Goiânia, v.3, n. 2, p. 291-300, jul/dez, 2005.

SOUSA, L. Educação e profissionalização em ciências. Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SOUZA, V. Particularidades e Similaridades do Registro Rupestre na Fazenda Mundo Novo em Canindé de São Francisco/SE. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens culturais e sua proteção jurídica. 3ª ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2006.

SOUZA, F. Arqueologia do Cotidiano: Um Flâneur em São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2004.

STOLLENWERK, Maria F.L. Cenários como técnica de planejamento. Apostila do Curso de Especialização em Inteligência Competitiva, UFRJ/ECO, MCT/INT e CNPq/IBICT, Brasília, 1998.

SUN TUNG, V. W.; RITCHIE, J. R. B. Exploring the essence of memorable tourism experiences. *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 4, p. 1367-1386, 2011.

STASKI, Edward. Advances in Urban Archaeology. IN: SCHIFFER, Michel B. (Ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*. p. 97-149. New York/London: Academic Press, 1982.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação*, Brasília: IPHAN, n. 33, p. 215-243, 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

TAPACHAI, N.; WARYSZAK, R. Na Examination of the Role of Beneficial Image in Tourist Destination Selection. *Journal of Travel Research*, v.39, p.37-44, aug. 2000.

TENÓRIO, F. G.; BARBOSA, L. G. (Org.). O setor turístico versus exploração sexual na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2008.

TILDEN, F. *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: UNC Press. 1977.

TILLEY, Christopher. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers. 1994.

_____. *The Materiality of Stone. Explorations in landscape phenomenology*. Oxford/New York: Berg, 2004

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIIIe - XXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1999.

TRESSERRAS, Jordi Juan. El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. Disponível em www.gestiionculturall.org, acesso em out. 2014.

_____. Los Parques Arqueológicos y la apuesta por el desarrollo local y regional a partir del turismo. In: III Jornada sobre Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Barcelona, Fundación Abertis, Atas. 2005. Disponível em: < www.fundacioabertis.org >. Acesso em maio de 2015.

_____. Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí - Brasil). Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

TRIGGER, Bruce. História do Pensamento Arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora Ltda. 2004.

TOMAZZONI, E. L. Turismo e desenvolvimento regional. Caxias do Sul: Educs, 2009

TOUR DA EXPERIÊNCIA. Disponível em: < <http://www.tourdaexperiencia.com/> > Acesso em: 15 jul. 2014.

TROADEC, Jacques. De l'usage contemporain de l'archéologie urbaine », Les nouvelles de l'archéologie, 136 | 2014

TURNER, N. Future-proofing Your Organisation. CEO Journal. October, 2008. Recuperado em julho de 2018, de http://www.gbn.com/articles/pdfs/GBN_Futureproofing.CEO%20j.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Relatório Final do Projeto Arqueológico de Xingó. Salvamento Arqueológico de Xingó. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Companhia Hidroelétrica do São Francisco, 1998.

URRY, John. O Olhar do Turista. São Paulo: Sesc/ Studio Nobel, 1999.

VOGEL, Arno, MELLO, Marco Antônio da Silva, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos et al. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em centro de bairro. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM / FINEP / Ed. Projeto, 1985 [1980].

WIERSUM, K.F. Forest gardens as an 'intermediate' land-use system in the nature-culture continuum: characteristics and future potential. Agroforestry Systems 61: 123-134. 2004.

WILLIAMS, S. Tourism Geography. London: Routledge. 1998.

WILLIAMS, Raymond. The long revolution. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001. p. 1-119.

WILLEY, Gordon R., and Philip Phillips Method and Theory in American Archaeology. Chicago: University of Chicago Press. 1958

WOODWARD, Ian. Understanding material culture. London: Sage Publications, 2007.

YAZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YAZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

ZAOUAL, Hassan. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COMUNIDADE E TURISTAS

A entrevista realizada, com a comunidade, visitantes e turistas acerca da percepção dos bens patrimoniais arqueológicos e atividade turística nas regiões de Canindé de São Francisco e São Cristóvão. A entrevista procurou entender a percepção dessas pessoas sobre o patrimônio arqueológico, sobre o turismo no município e a percepção do turismo arqueológico e suas práticas. Para isso foi elaborado um roteiro para mediar à entrevista a fim de obter as informações necessárias para análise da hipótese defendida por essa tese.

Roteiro nº 1

Dados do Entrevistado

Nome completo: _____

Local de Residência: _____

Profissão: _____

Perguntas

- 1) Qual sua análise do desenvolvimento do turismo nesse município?
- 2) É morador ou visitante/turista? O que te motiva a visitar ou viver nessa cidade?
- 3) Para você quais monumentos ou atrativos que mais representam a sua cidade?
- 4) Para você o que é patrimônio? Como ele é representado pela sua cidade?
- 5) Você sabe o que é arqueologia? Contextualize sua resposta.
- 6) Você conhece os bens arqueológicos dessa região? Descreva dois.
- 7) Você considera possível a prática do turismo arqueológico nesse município?
- 8) Já participou algum evento/roteiro ou atividade sobre turismo arqueológico nesse município? O que achou?
- 9) O que você acha que falta para que o turismo arqueológico seja praticado nessa cidade?
- 10) Observações gerais.

Obrigada pela atenção!!

Você acabou de contribuir para a pesquisa no seu estado!

Laura Almeida

Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ÓRGÃO FISCALIZADOR, GUIAS DE TURISMO E PROFISSIONAIS DA ÁREA.

A entrevista realizada com órgãos responsáveis pelos bens patrimoniais arqueológicos e gestores públicos, professores pesquisadores e consultores da atividade turística nas regiões de Canindé de São Francisco e São Cristóvão, que atuam nas práticas turísticas nessas localidades e desenvolvendo ações ou tendo como função ser como órgão regulador e fiscalizador. A entrevista procurou entender os impactos da atividade turística, suas limitações e orientação por parte dos órgãos ou pessoas entrevistado que lidam com o turismo nessas regiões, assim como buscar dentro da legalidade premissas de atuação que esta modalidade tenha que atender para se desenvolver. Para isso foi elaborado um roteiro para mediar à entrevista a fim de obter as informações necessárias para análise da hipótese defendida por essa tese.

Roteiro nº 2

Dados do Entrevistado

Nome completo: _____

Município: _____

Órgão de Trabalho: _____

Profissão: _____

Tempo de Atuação na área: _____

Perguntas

- 1) Como você entende o turismo nesse município?
- 2) Qual o diálogo entre a arqueologia e o turismo nesse município?
- 3) Você conhece os bens arqueológicos dessa região? Descreva dois.
- 4) Você considera possível à prática do turismo arqueológico nesse município?
- 5) Estariam protegidos os sítios arqueológicos para uso turístico?
- 6) Já foi pensado em criar um roteiro promoção de trilhas nos locais identificados potenciais para turismo arqueológico? Por quê? Quais?
- 7) Como os poderes público e privado têm dialogado sobre a potencialidade do turismo arqueológico no município?
- 8) Já foi realizado algum evento ou atividade sobre turismo arqueológico nesse município?
- 9) O que seria necessário para desenvolvimento do turismo arqueológico no seu município?
- 10) Algo a acrescentar?

Para Órgão Fiscalizador

- 11) Quais as bases legais acerca do licenciamento ambiental para práticas turísticas nesses locais? E para prática turística em sítios arqueológicos?
- 12) Quais Sítios você considera viável para visitação turística? Justifique.
- 13) Quais interferências antrópicas ou naturais nos registros que compõem as trilhas?

Obrigada pela atenção!!

Você acabou de contribuir para a pesquisa no seu estado!

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES PÚBLICOS

A entrevista realizada com objetivo de verificar a percepção dos bens patrimoniais arqueológicos e sua relação com atividade turística na região de São Cristóvão. A entrevista procurou compreender a percepção do entrevistado sobre o patrimônio arqueológico, sobre o turismo no município e a percepção do turismo arqueológico e suas práticas. Para isso foi elaborado um roteiro para mediar à entrevista a fim de obter as informações necessárias para análise da hipótese defendida por essa tese.

Roteiro nº 3

Dados do Entrevistado

Nome completo: _____

Local de Trabalho e Função _____

Profissão: _____

Área de Atuação _____

Perguntas

- 1) Qual sua análise do desenvolvimento do turismo nesse município?
- 2) Qual a motivação para elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico para São Cristóvão? Quais as ações previstas?
- 3) Qual a dificuldade de elaboração do plano? E de sua implantação?
- 4) Para você quais monumentos ou atrativos mais representativos nessa cidade?
- 5) Você conhece os trabalhos arqueológicos realizados nesse município? Comente.
- 6) Como você observa a relação entre arqueologia e turismo?
- 7) O que você entende sobre turismo arqueológico?
- 8) Trabalharia com essa modalidade? Por quê?
- 9) Você conhece os bens arqueológicos dessa região? Descreva dois.
- 10) Você considera possível a prática do turismo arqueológico nesse município?
- 11) Já participou ou elaborou algum evento/roteiro ou atividade sobre turismo arqueológico nesse município? O que achou? Conte-me sua experiência.
- 12) O que você acha que falta para que o turismo arqueológico seja praticado nessa cidade?
- 13) Observações gerais.

Obrigada pela atenção!!

Você acabou de contribuir para a pesquisa no seu estado!

Laura Almeida

Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSULTORES, EMPRESARIOS, GESTORES E PESQUISADORES

A entrevista realizada com objetivo de verificar a percepção dos bens patrimoniais arqueológicos e sua relação com atividade turística na região de Canindé de São Francisco. A entrevista procurou compreender a percepção do entrevistado sobre o patrimônio arqueológico, sobre o turismo no município e a percepção do turismo arqueológico e suas práticas. Para isso foi elaborado um roteiro para mediar à entrevista a fim de obter as informações necessárias para análise da hipótese defendida por essa tese.

Roteiro nº 4

Dados do Entrevistado

Nome completo: _____

Local de Trabalho e Função _____

Profissão: _____

Área de Atuação _____

Perguntas

- 14) Qual sua análise do desenvolvimento do turismo nesse município?
- 15) Quais projetos de turismo tem sido ou foram direcionados a Canindé de São Francisco? Quais as ações previstas?
- 16) Para você quais monumentos ou atrativos mais representativos nessa cidade?
- 17) Você conhece os trabalhos arqueológicos realizados nesse município? Comente.
- 18) Como você observa a relação entre arqueologia e turismo?
- 19) O que você entende sobre turismo arqueológico?
- 20) Trabalharia com essa modalidade? Por quê?
- 21) Você conhece os bens arqueológicos dessa região? Descreva dois.
- 22) Você considera possível à prática do turismo arqueológico nesse município?
- 23) Já participou ou elaborou algum evento/roteiro ou atividade sobre turismo arqueológico nesse município? O que achou? Conte-me sua experiência.
- 24) O que você acha que falta para que o turismo arqueológico seja praticado nessa cidade?
- 25) Observações gerais.

Obrigada pela atenção!!

Você acabou de contribuir para a pesquisa no seu estado!

Abraços

Laura Almeida

Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe.

APÊNDICE E - ROTEIRO DE VISITA A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

1. Identificação:

- Nome do Sítio: _____
- Localização: _____
- Jurisdição (pública/particular): _____
- Ambiente _____
- Função/utilidade: _____
- Data: ____/____/____

2. Visita

- Acesso: Livre () Controlado () Restrito ()
- Horário de Funcionamento: _____
- Taxa de Visita: _____
- Monitoria, Serviço de Guias, Instrutores: Sim () Não ()
- Registro ou Estatística de Visitantes: Sim () Não ()

3. Características Gerais

- Características Físicas:
 - Área: _____
 - Aspectos Geográficos/Históricos e Ambientais: _____

- Acesso:
 - Ponto de Referência (distância): _____
 - Distância de Aracaju: _____
 - Distância do Centro da Cidade: _____
 - Rodoviário (estrada) _____
 - Georeferência: _____

- Trabalhos de Restauro e Escavação (estágio de exploração arqueológica):

4. Caracterização Turística

- Descrição do sítio como atrativo turístico: _____
- _____
- _____
- Atrativos Peculiares: _____
- _____

- Percorso e tempo de visita: _____

Serviços e equipamentos turísticos:

- Sanitários: Sim () Não ()
- Lanchonetes: Sim () Não ()
- Pronto Socorro: Sim () Não ()
- Loja de Souvenir: Sim () Não ()
- Museu Anexo: Sim () Não ()
- Estacionamento: Sim () Não ()
- Policiamento/Vigilância: Sim () Não ()
- Pontos de ônibus: Sim () Não ()
- Outros:

➤ Obs:

- Visitação guiada: Sim () Não ()
- Informações sobre o atrativo: Sim () Não ()

5. Sinalização

- Externa (placas e sinalizações desde a entrada da cidade ou do ponto de referência):
Sim () Não ()

- Interna:

- Placas / Informações no sítio arqueológico: Sim () Não ()

- Linguagem para a sinalização:

- Formato da sinalização (padronização própria, padronização IPHAN ou não há padronização na sinalização):

- O sítio está localizado em área que permita outra forma de turismo além do arqueológico? Não () Sim ()


Especificar:

Observações:

APÊNDICE F – FICHA DE DIAGNÓSTICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

FORMULÁRIO DE DIAGNÓTICO				
Município:	Nome do Sítio:	Localização	Tombamento	Função
Sítio Arqueoturístico				
Distância do Centro (km):	Ponto de Referência:	Vias de Acesso:	Sinalização:	Prospecção ou Escavação:
Parte Interna do Sítio				
Vias de Acesso:	Sinalização	Quantidade de Sítios:	Classificação:	Responsável
Especificação da Função e Logística				
Horário de Visitação:	Guiamento Local:	Taxa de Visitação	Registro de Visitantes:	Tempo de Visitação
Diagnostico Geral				
Serviços	Muito adequado	Adequado	Pouco adequado	Não adequado
Área de Alimentação				
Interna/Externa				
Sanitários				
Interna/Externa				
Museu Anexo				
Interna/Externa				
Estacionamento				
Interna/Externa				
Loja de Souvenir				
Interna/Externa				
Vigilância				
Interna/Externa				
Iluminação				
Interna/Externa				
Alojamento/ meios de hospedagem				
Interna/Externa				
Placas de Indicação/Interpretativa				
Interna/Externa				
Guias de Turismo/ Bilíngues				
Interna/Externa				
Vias de acesso				
Interna/Externa				

APÊNDICE G – SUGESTÃO DE PLACAS INTERPRETATIVAS

<p>BEM VINDO a BIENVENIDO a WELCOME to</p>		<p>TRILHA RUPESTRE VALE DOS MESTRES</p>
<p>Este é um sítio arqueológico de registro rupestre Este es un sitio arqueológico con arte rupestre This is an archaeological site with rock art</p>		
<p>O Sítio Rupestre El Sitio Rupestre The Rock Art Site</p>	<p>Contemple com atenção! ¡Contemple con atención! Be careful!</p>	
<p>Grande importância na busca do conhecimento sobre o cotidiano do homem pré-colonial.</p> <p>Gran importancia en la búsqueda del conocimiento sobre el cotidiano del hombre precolonial.</p> <p>Great importance in the search of the knowledge on the daily life of the pre-colonial man.</p>	<p>✓ Relaxe e Admire. ✓ Leve só lembranças. ✓ Tire só fotos. ✓ Não queime nada além de calorías ✓ Deixe somente pegadas leves.</p> <p>✓ Relaxe y Admire. ✓ Leve sólo recuerdos. ✓ Tire sólo fotos. ✓ No se queman nada más que calorías ✓ Deje sólo huellas leves.</p> <p>✓ Relax and Admire. ✓ Take only memories. ✓ Tire only photos. ✓ Do not burn anything but calories ✓ Leave only light footprints.</p>	
<p>INFORMAÇÕES INFORMACION / INFORMATION</p>	<p>Roteiro Turístico/ Circuito Turístico /Tourist Circuit /</p>	
<p>Esta trilha é formada por três sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres, datados há 8000 mil anos. Com representação de mãos e símbolos, simbolizam a mais antiga forma de comunicação. Esta senda está formada por tres sítios arqueológicos con pinturas y grabados rupestres, datados hace 8000 mil años. Con representación de manos y símbolos, simbolizan la más antigua forma de comunicación. This trail is formed by three archaeological sites with cave paintings and engravings, dated 8000 thousand years ago. With the representation of hands and symbols, they symbolize the oldest form of communication.</p>		
<p>Mapa: Acácia Souza</p>		

ANEXOS

ANEXO A – Encontros, Visitas e Reuniões em Canindé de São Francisco

- Organização e Realização: Projeto Opará Coletivo



- Visitas ao Max – Projeto Opará Coletivo e Universidade Federal de Sergipe





ANEXO B –Visitas e em São Cristóvão com Alunos de Turismo da Universidade Federal de Sergipe



